

ANEXO AO PROC. nº 554/00

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

(Campus de Marília/SP)

ANTONIO MACÁRIO DE MOURA

ASCENSÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E A CRIAÇÃO
DA PETROBRÁS: A ATUAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL

SÃO PAULO
Junho de 2003



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
(Campus de Marília/SP)

ANTONIO MACÁRIO DE MOURA

**ASCENSÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E A CRIAÇÃO
DA PETROBRÁS: A ATUAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL**

SÃO PAULO

Junho de 2003



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
(Campus de Marília/SP)

ANTONIO MACÁRIO DE MOURA

**ASCENSÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E A CRIAÇÃO
DA PETROBRÁS: A ATUAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Ciências Sociais da UNESP – Marília/SP
como requisito para a obtenção do grau de Mestre
em Ciências Sociais

ORIENTADOR:

PROF. DR. ANTONIO CARLOS MAZZEO

1410001553



SÃO PAULO

Junho de 2003



Dedicatória

À minha Mãe, Dona Maria de Lourdes (*in memoriam*)

Cuja vida estóico-cristã foi exemplo de amor e luta por uma humanidade social; a quem a sociedade negou a leitura e a escrita o que não a impediu de engajar-se na batalha em defesa das vítimas do sistema em que vivemos.

Ao senhor Raimundo Macário, meu pai

Que me mostrou o quão injusta é a sociedade de classes e a necessidade da rebeldia, insubordinação ante as leis dos opressores; que, mesmo excluído do mundo dito letrado, ensinou-me a ler a sociedade à luz do sofrimento dos trabalhadores.

À Cida, esposa e companheira

Por seu amor, paciência, firme dedicação a nossa família e a luta social; sua irrestrita contribuição foi decisiva para a realização desta pesquisa.

Ao Macário Brandão, meu filho

A quem por várias vezes, enquanto elaborava este trabalho, tive de negar atenção ainda assim, não raro, suas insistências me arrancavam da cansativa faina intelectual como que me revelando que a vitória só é possível mediante incansáveis lutas.

A primogênita Priscila

Que veio à luz em meio há indescritível agrura, a qual se deve nossa separação já nos primeiros anos de vida comum, ainda assim, sua grandeza humana lhe permitiu dar a volta por cima e hoje, juntamente com seu companheiro Deivid, dão exemplo cotidiano de luta por suas sobrevivências e a dignidade do pequeno Matheus.

A **Egnonete Dantas** com quem nos primeiros anos da década de 1980 somei esforços para sobreviver ao involuntário e angustiante desemprego.



Agradecimentos

Aos camaradas Epitácio: Wenceslau, Josefa, Nonato, José, Margarida, Luís, Deusdedith, Vera, Lourdes, Ocilene e sobrinhos

Pela convivência fraterna, carinho, apoio, incansável luta cotidiana e vida nos parâmetros da honestidade coletivo-individual.

Especialmente a

Epitácio Macário, jovem intelectual revolucionário que muito honra nossa sofrida família nordestina e pacientemente me auxilia nas dificuldades gramaticais.

À Família Brandão Queiroz

Senhor Benedito, Dona Amália (sogros estimáveis), Marco, Elaine, Silvinha, Adilson, Angélica, Tadeu e sobrinhos pela convivência cheia de respeito às diferenças que nos caracterizam.

Aos amigos de luta teórico-prática

Norivaldo, Gazeta, Reginaldo, César, Rubens, Andréia, Viviani, Regiani, Anderson, Iael, Barsotti, Angélica, Raimundo, Wilmar, Edílson, Marcondes, Wesley, Fernando, Roni, Luís, Régis e Terezinha com quem compartilho o fronte, na batalha por um mundo emancipado da tirania do capital.

A Cida, Antonio e Robson Moisés

Pela amizade construída em meio às dificuldades e a vida no gueto, entre almoços dominicais, debates políticos, sonhos e árdua luta que marcam as últimas décadas.

Ao Mané, Joel, Juarez e Fernando

Que com jornadas extenuantes de trabalho, cursos noturnos, livros, panfletos e músicas, enchemos dias, tardes, noites de discussões, ingênuas e saudáveis rebeldias, sobre as quais vivemos nossa juventude na contra-mão da ignorância que embrutece e oprime o proletariado.

Aos Profs. Dr. Giovanni Alves e Dr. Marcos Del Royo

Cujas observações e orientações oferecidas quando de minha qualificação foram de grande valia para a continuidade e a conclusão desta pesquisa.

Especialmente ao Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (meu orientador)



V

Por acreditar neste projeto, pelo debate instrutivo que entabulamos e pela liberdade a mim concedida para que realizasse esta pesquisa a partir de minhas próprias condições e limites intelectuais.

Prof. Dr. Paulo Douglas Barsotti (FGV/F.Santo André) e Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi (UNESP – Marília)

Que participaram da mesa da defesa desta dissertação.

“Os nossos cegos analistas de sociologia preferem investigar as rebuscadas metafísicas deprimentes do caráter nacional, quando podiam reconhecer a realidade patente simples” Raul Pompéia.

“O próprio das rãs é esse excessivo pendor musical. Querem sonoridade apenas. Somos o maior país do mundo. Nossas riquezas são inesgotáveis, etc. Enchem o ar dessas musicas e mandam o ministro da fazenda correr Nova York e Londres de chapéu na mão a pedir coisas” M.Lobato.

“Com petróleo, seremos amanhã uma poderosa nação. Sem êle seremos figura decorativa no palco mundial e satélite das grandes potências” Artur Bernardes.

“Somos uma Câmara de representantes da Nação, eleitos e pagos pelo povo para defender seus interesses, e não uma assembléia de acionistas de trustes poderosos que vivem aqui a afrontar-nos com a corrupção do seu poder econômico” Artur Bernardes.

“Se a Standard Oil nos entregasse 13% dos impostos que paga e 50% dos lucros que aufera eu concordaria em que se lhe desse até a metade da administração do Brasil para negociar! Assis Chateaubriand.

“Somos e devemos continuar a ser aliados da América do Norte, embora devamos precaver-nos contra os trustes lá sediados. Mas ser aliado não é ser dependente e sim cooperador.” Mário B. Sampaio

Resumo

A presente pesquisa analisa instauração do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás, inserindo-os no contexto da forma particular de inserção do Brasil como colônia de exploração no expansionismo mercantilista do século XVI, cujas estruturas econômico-políticas aqui implantadas, moldaram o aparelho de Estado, a classe dominante que em conjunto e a partir de interesses recíprocos estabeleceram o controle sobre o território nacional, movimentando-se no interior da dinâmica capitalista mundial, ajustando o modo de produção interno às demandas externas, conservando o cordão umbilical que os ata às metrópoles dominantes.

Pondo e se repondo subordinadamente, a burguesia brasileira tornou-se caudatária, industrialmente retardatária – no que tange aos avanços técnicos e políticos verificados nas metrópoles – financeiramente dependente do aparelho estatal e da associação com o capital externo, causas primeiras das instabilidades, cisões entre e intraclasses que em seus iminentes conflitos recorrentes, as camadas dominantes e o Estado cuidaram de autocraticamente manter nos marcos das rupturas na continuidade, respondendo com o aperfeiçoamento das relações de dominante para dentro e dominada de fora que marcam nossa modalidade de ser e ir sendo sociedade regida pelo mercado.

É somente a partir desta caracterização que se pode entender a impossibilidade de a burguesia nacional tomar em suas mãos a indústria petrolífera, facilitando o estabelecimento do controle do Estado sobre aquela riqueza mineral, primeiro passo em sentido a internalização e criação das bases de desenvolvimento do ramo industrial e a criação da Petrobrás, colocando no enclave o capital privado nacional e transnacional.

Sem projetos socioeconômicos independentes e desprovida da cultura revolucionária nacionalmente libertadora, a atuação da classe dominante brasileira, nos momentos de maior inflexão política, não suplantou as raízes de um tímido nacionalismo irresolutivo e adaptável a sua condição de sócio menor do capital

imperialista, daí todas as transições ocorridas no Brasil nos últimos séculos prescindirem, ou deliberadamente excluïrem, as camadas trabalhadoras da participação direta nos destinos das lutas.

Desta herança não escapou nem mesmo a intensa movimentação social que desembocou na luta pelo “O Petróleo é Nosso!”, fato que explica a forma como a burguesia nacional conduziu o processo, mantendo-o sob rédeas, resultando no remate institucional do monopólio estatal do petróleo sem dar cabo da associação subordinada ao imperialismo e tampouco eliminar a participação dos trustes transnacionais no principal ramo industrial brasileiro. Assim sendo, a luta política de “O Petróleo é Nosso!”, inscreveu-se no rol de tantas outras que não obstante a sua importância reiterou as características sócio-históricas da *via colonial*.



Abstract

The present research analyses the instauration of the federal monopolium of petroleum and the fundation of Petrobrás inserting them as colony of exploration in the mercantilist expansion of the sixteenth century. Those political and economical structures here created, set up the state bureucracy and dominant class and they together sharing the same interests establish the control over the national territory acting withem a worldwide capitalist dinamic, ajusting the internal way of ptoDUCTION to the international demands, keeping themselves tied up to the dominant metropolis.

The brazilian dominant class is subordinated and dependent upon the state and the external capital. It goes behind the dominant metropolis from the techical and political point of view, causing internal instability between clases and also between membrs of the same class. The dominant class and the state take control over those conflicts not permittingt breaking downs on our colonial culture, that is to say keeping it internaly dominated and dominated from outside.

It is only considering the characteristics me introned above that we can understand the impossibility of the national burguesy to take control over the petroleum industry, facilitating the stablishment of the state control over that mineral richness which is the first step towards national the stablishment of the bases of the development of the petroleum industry and the Petrobrás. The state control has limited the action of the national private capital and international in the brazilian petroleum industy.

Without a political and economical projects by owns and without a revolutionary culture to provid a national freedom, the brazilian dominant class, even in the crutial moments of political and economical changes they could no evecome the limits of a timid and unsolved nationalism limiting themselves as a minor partness of the imperialism. All the transactions that we had passed through over the last centures did not take the working classes into consideration as active participants.

From that inheritance has not let apart even the social movement "O Petróleo é Nosso!" fact that explains the form within our national burguesy has conducte the process, keeping under control what ended up into creation of the national monopolium of petrolium, without overcoming its condition of minor partner of the imperialism or remeving the participation of the international trusts in the main brazilian industrial section. Althowgh the importance of the political figth "O Petróleo é Nosso!" this figth confirmed the characteristics of the national colonial way.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS DA VIA COLONIAL	9
1.1 Independência política na dependência econômico-ideológica	15
1.2 A oligarquia nativa no poder	19
1.3 Emergência da questão petrolífera, do ideário nacional e nacionalista.....	23
CAPÍTULO II: INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA: MAIS UMA TRANSIÇÃO PELO ALTO	29
2.1 A pesquisa de petróleo e o atraso técnico-financeiro	39
CAPÍTULO III: A RECOMPOSIÇÃO POLÍTICA DAS CAMADAS DOMINANTES NO INTERIOR DA CRISE SOCIAL	56
CAPÍTULO IV: PETRÓLEO NO GOVERNO PROVISÓRIO DE 1930-34.....	63
4.1 O petróleo baiano: um segundo fronte	79
4.2 Do Estado autocrático-burguês ao bonapartista	83
4.3 A Carta de 1934 e o petróleo	86
4.4 Os militares entram em cena	91
4.5 A irremovível dependência econômica	98
4.6 Atuando em duas frentes	111
4.7 Tentando remover a legislação nacionalista (1º round)	120
CAPÍTULO V: O PETRÓLEO PÓS-FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS NACIONALISTAS (2º. ROUND)	133
5.1 A burguesia nacionalista reage	141
5.2 Comunistas e a questão petrolífera nacional: uma sucessão de equívocos ...	157
5.3 Estatuto do petróleo: a tentativa de associação abortada	161
5.4 A burguesia nacionalista em defesa do petróleo: a construção da hegemonia	166
5.5 Plano Salte e petróleo.....	176
5.6 A ausência organizada do proletariado na campanha do petróleo	184
5.7 O CEDPEN e a campanha eleitoral de 1950	188
CAPÍTULO VI: RETORNO AO CATETE SEM HEGEMONIA	192
6.1 Vargas propõe a criação da Petrobrás	197
6.2 O CEDPEN intensifica a luta e ganha apoio	207
6.3 A batalha na Câmara Baixa para aprovar a criação da Petrobrás	211
6.4 As Comissões do Senado analisam o “acordo parlamentar”	213
6.5 A batalha no Senado	217
6.6 A Câmara dos deputados e o projeto do Senado: a batalha final	224
6.7 CEDPEN pós-criação da Petrobrás	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	234



INTRODUÇÃO

A indústria petrolífera brasileira figura entre as mais organizadas, técnica e financeiramente desenvolvida no mundo. Sua participação no PIB nacional entre os anos de 1997 e 2001 passou de 20,2 para 52,6 bilhões de Reais. Essa cifra representa 4,5% do Produto Interno Brasileiro, superando a indústria automobilística com 4,1%. O balanço de 2002 da Petrobrás revelou que a estatal está atingindo a marca de “R\$ 100 bilhões em ativos, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional” (O Estado de São Paulo 03/03/2003). Há atualmente no país 45 campos de petróleo em desenvolvimento, 242 em franca produtividade e a descoberta de novas jazidas no litoral do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo são auspiciosas para a empresa e a economia nacional.

Segundo Biondi (1996:113) “há jazidas descobertas pela Petrobrás em fase de exploração e que têm poços capazes de produzir 10 mil barris dia. Cada poço. É um número fantástico, sim, é um recorde mundial, sim, e que somente encontra concorrentes, com poços capazes de produzir 7 mil, 8 mil barris por dia, no Irã, no Kuwait no Iraque... O que significam 10 mil barris por dia? A 20 dólares o barril, isso significa o faturamento de 200 mil dólares, em um único poço. Ou 6 milhões de dólares por mês. Ou 70 milhões de dólares por ano. Por poço.”

A produção diária de petróleo no Brasil atualmente é de 1,6 milhão de barris, isso representa 80% do consumo interno. Em 2001 as reservas do combustível atingiram 13 bilhões de barris e as estimativas de autoridades governamentais e técnicos da Petrobrás é de que até 2005 a tão almejada auto-suficiência do combustível seja finalmente alcançada (O Estado de São Paulo, 09/04/2003). Em 1993 relatórios do Banco Central do Brasil davam conta de que em quarenta anos os investimentos da Petrobrás somavam oitenta Bilhões de dólares, valor superior às cifras investidas e reinvestidas por todas as empresas estrangeiras no país no mesmo período (Revista Exame *apud* Ferreira e Iguti 1996:9).

Mas não é só isso. No tocante aos fatores que compõem a indústria petrolífera: evolução de custos da descoberta, índice de sucesso dos poços explorados, capacidade, custos do refino, distribuição de derivados no mercado etc. a Petrobrás encontra-se entre as mais competentes, cujos gastos operacionais são os menores no rol do setor petrolífero mundial. E o que é mais importante. No que respeita a produtividade do trabalho e qualidade da produção, essas são de alto padrão o que permite a estatal a atuar no mercado



exportando em condições vantajosas e competitiva dado o valor por barril situar-se abaixo do preço no mercado interno, que se comparado a outras praças, o consumidor brasileiro é o que menos pagava – até pouco tempo atrás – pelo o acesso aos derivados do combustível. Em todos estes itens a Petrobrás se destaca e como não poderia deixar de ser, também na lucratividade a empresa é exemplo entre todos os ramos da indústria nacional.

Toda essa pujança permite que a Petrobrás passe praticamente incólume pela crise que assola a economia brasileira pois, apesar do irrisório índice de crescimento dos últimos anos, 1,2% entre 1995-98, segundo Gonçalves (1999:93), a Petrobrás mantém-se como a décima sétima empresa de petróleo mundial “segundo a revista especializada Petroleum Intelligence Weekly, é a empresa de petróleo que mais cresceu no mundo, a partir de 1987, considerando-se a produção de óleo e gás, crescimento de reservas e refinação de óleo.”

A Petrobrás é de uma enorme importância para a economia brasileira no que se refere a gastos com importação, investimentos, pesquisa, desenvolvimento e geração de empregos. “Em 1992 o País deixou de gastar US\$ 9,2 bilhões, em decorrência de suas atividades. Desde 1987, esse valor chega a US\$ 55,5 bilhões, equivalente a metade da dívida externa do Brasil. O investimento total da Companhia em 1992 foi de US\$ 2,2 bilhões, estando previstos US\$ 2,6 bilhões para 1993. Seus investimento em pesquisa e desenvolvimento passaram de US\$ 82,5 milhões em 1987, para US\$ 112,5, em 1992, alcançando cerca de 1% do faturamento da Companhia.” Vale ressaltar que a Petrobrás não onera o Tesouro Nacional, pelo contrário é sua credora “em mais de US\$ 4 bilhões.”

Além de financeiramente autogestionária a Petrobrás emprega 45 mil trabalhadores e indiretamente “mais de um milhão de empregos no País. Em 1992, os impostos (inclusive royalties), taxas de contribuições geradas alcançaram a cifra de US\$ 4,3 bilhões. A participação no PIB industrial é de cerca de 10%, e 85% de suas compras são encomendadas à indústria nacional.” No que concerne à problemática da degradação ambiental inerente a esse setor industrial “a Petrobrás vem desenvolvendo inúmeros projetos de incentivo à vida natural, à preservação de espécies ameaçadas de extinção, à cultura, ao esporte, à qualidade de bens e serviços e à comunidade.” Uma dessas atividades diz respeito ao Projeto Tamar (Tartaruga Marinha).

Especificamente com relação aos cuidados com o meio ambiente – um dos mais preocupantes problemas sociais na atualidade – todos os “empregados precisam saber que



o aprimoramento contínuo da qualidade, da busca dedicada de sistemas e procedimentos que visem à minimização de impactos ao meio ambiente e à segurança do homem e do patrimônio são fatores decisivos para o aumento da produtividade e da eficácia (...) A Petrobrás está permanentemente voltada para melhorar a qualidade do ar e do meio ambiente. Entre as providências mais significativas nesse sentido, está a retirada do chumbo tetraetila da gasolina produzidas em todas as suas refinarias desde 1989.”

Com seus 420 mil acionistas privados e um orçamento bruto – entre janeiro e setembro de 2002 – de R\$ 69 bilhões (O Estado de São Paulo, 24/01/2003) a Petrobrás atua também diretamente no combate a fome sendo “responsável pela criação de centenas de hortas escolares e comunitárias em vários pontos do País. Atualmente essas hortas produzem 15 toneladas/mês de alimentos para crianças e populações carentes. O programa social abrange também as áreas de educação, saúde e habitação, com distribuição de material escolar, assistência ao menor, prevenção contra as drogas, atendimento médico e reconstrução de escolas”, além do incentivo a música e o Prêmio Petrobrás de Qualidade aos fornecedores que mais se destacam na atividade de controle de qualidade.¹

Toda essa coerente e auspiciosa atuação econômico-social se deve ao crescimento intensivo e auto-sustentado que marca a trajetória da gigante estatal do petróleo brasileiro nos seus quarenta anos de existência. A última grande expansão da Petrobrás respeita a aquisição de 58,62% da empresa petrolífera argentina Pérez Companc, uma das maiores companhias de petróleo independente da América Latina. A estatal brasileira destinou US\$ 1,027 bilhão no negócio, sendo entregue US\$ 689 milhões em espécie no ato e 338,4 milhões serão pagos por meio de letra emitida para a fundação Pérez Companc (O Estado de São Paulo, 18/10/ 2002).

Transação comercial dessa monta além de acentuar a expansão dos negócios da Petrobrás para territórios externos, revela o vigor financeiro da estatal, exatamente quando, de modo geral, a indústria de base nacional encontra-se na berlinda, passa por um processo amplo de fusão-aquisição que se vem desenvolvendo concomitante à abertura da nossa economia ao capital transnacional a partir dos anos 90. Tal processo redundou no avanço

¹ Todos os dados estatísticos acima citados, quando não indicados ao final do parágrafo o Jornal O Estado de São Paulo, foram recolhidos dos Boletins de n°s 4, 5 e 8 de setembro de 1994 intitulados: Petrobrás ano 40: uma história de sucesso brasileiro, editados e publicados pela Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) Canoas/RS.



do domínio imperialista no Brasil e em uma onda de desnacionalização em todos os departamentos financeiro-produtivos nacional (Gonçalves 1999).

A história de sucesso da indústria estatal brasileira de petróleo é caracterizada por mover-se quase sempre na contra mão da conjuntura econômica como um todo. Não se conhece um único período nas últimas quatro décadas de sua existência em que ela não tenha crescido acima da média nacional ou no mínimo resistido às costumeiras estagnações e recessões. Isso se deve a sua complexidade no que respeita a pesquisa, prospecção, lavra, refino, transporte, armazenamento e distribuição de derivados do combustível, sempre dependendo e dinamizando outros departamentos da indústria nacional. Por mais que seu organograma logístico tenha oscilado com as instabilidades políticas e mudanças de rota dos governos nas quatro décadas de existência, o setor se mantém em ritmo constante e vigorosamente ascendente.

A sustância, a firmeza e a expansão da indústria brasileira de petróleo devem-se, em primeiro lugar, a sua inestimável importância como departamento produtivo da mais importante fonte de energia e, em segundo, ao controle do Estado que, enquanto suporte e ancora da implantação e desenvolvimento do capitalismo industrial interno, no comando da Petrobrás mostrou-se de grande eficiência, transformando cada conquista técnico-financeira em novos círculos virtuosos de investimentos, estes superiores as restritas demandas expansivas e acumulativas de empresas privadas, até porque atua tendo como meta, proporcionar a economia nacional à auto-suficiência em derivados de petróleo.

Apesar do padrão técnico, extensão da empresa, produtividade, lucros auferidos e toda ação beneficiadora da economia em geral, a indústria petrolífera brasileira é reflexo e fruto da industrialização retardatária, daí a pesquisa, a exploração, o refino do combustível só ter dado os primeiros passos concretos a partir da Revolução de 1930, quando do remate do processo legal de controle estatal sobre as reservas naturais e dos consideráveis investimentos públicos no setor. Ainda que na segunda metade do século XIX se tenha constatado a existência do fóssil em subsolo nacional e algumas tentativas de parte de empresários privados de pesquisar e lavrar petróleo tenha ocorrido, o certo é que a pouca demanda por derivados do combustível no país e o baixo nível técnico-financeiro dos empreendedores não permitiram que estes lograssem sucessos em suas investidas e tomasse em suas mãos o controle sobre o setor.



Como, então, foi possível suplantarmos os limites de uma industrialização retardatária e construir esta história de sucesso empresarial de tamanho vulto em uma formação socioeconômica de *via colonial*, de burguesia técnica, financeiro, politicamente débil e sócio-subordinada ao capital imperialista? Esse feito arrima-se em três fundamentos determinantes: em primeiro lugar do controle estatal historicamente estatuído em segundo, do padrão de qualidade e organização da força de trabalho internamente treinada e em terceiro da postura ideológica nacional e nacionalista de frações de classe dominante envolvida no complexo processo industrial petrolífero brasileiro desde seu nascimento.

Por paradoxal que possa parecer, foram exatamente as restrições imanentes à *via colonial* de efetivação capitalista, a *industrialização retardatária*, a *debilidade técnico-financeira* da burguesia nacional, sua conduta sócio-subordinada ao imperialismo e a relação de controle do Estado sobre o território, bases sobre as quais se construíram os ideais nacionais e nacionalistas, que colocaram sob a responsabilidade do Estado o controle sobre as reservas naturais, a pesquisa, a lavra, o refino e a distribuição do petróleo em território brasileiro.

Mas o fato de ter sido a questão petrolífera nacional – desde muito antes da criação da Petrobrás – submetido aos rigores das leis de controle estatal, isso não significou que a dinâmica do processo tenha sido tranqüila. Exatamente por isso o que caracterizou todo o encetamento do controle público foi o intenso debate, as disputas políticas entre e intraclasses, destas com o aparelho de Estado e com o capital imperialista sempre pronto para solapar esta inestimável fonte de riqueza. A cada transformação no modelo produtivo e conseqüentemente no aparelho de Estado, a partir da segunda metade do século XIX, a problemática referente ao petróleo recrudesceu, isso porque desde o início das pesquisas da lavra e industrialização – no século XIX pelos norte-americanos – das inúmeras utilidades do “óleo de pedra” como fonte de energia e matéria-prima industrial, inclusive a bélica, o petróleo se transformou em sinônimo de ganância, dinheiro, poder e exploração de classes.

Já na segunda metade do século XIX em qualquer lugar do planeta onde houvesse indício da existência de reservas naturais do combustível exploráveis comercialmente, grandes conglomerados empresariais e governos dos respectivos países sedes acorreriam visando negociar, aliciar ou intimidar indivíduos, grupos, classes sociais e autoridades



estatais com vistas a apropriar-se da cobiçada matéria-prima.² Não podemos esquecer que as primeiras tentativas de pesquisar petróleo no Brasil distam pouco mais de uma década da corrida do ouro negro (1858) nos Estados Unidos da América.

Das primeiras tentativas de pesquisar – Ainda sobre o regime político imperial (1864) – Passando pela instauração da República (1889), revolução de 1930, o golpe de Estado em 1937, queda de Vargas em 1945, governo Dutra e a volta de Getúlio ao poder em 1950, a instauração do monopólio estatal e a criação da Petrobrás em 1954 os embates políticos, econômicos e sociais não prescindiram da questão petrolífera, pelo contrário, esta esteve, com maior ou menor destaque, no epicentro dos confrontos, exatamente por tratar-se de uma das principais fontes de energia e matéria-prima militar-industrial, praticamente determinante no que tange ao processo de afirmação da independência, da ocupação do espaço nacional e encetamento da soberania da nação no processo de desenvolvimento industrial e inserção do Brasil no conflitante jogo mercadológico mundial.

Nossa pesquisa tem por finalidade – percorrendo o itinerário político-econômico brasileiro – mostrar que a instauração do monopólio estatal da pesquisa, lavra, refino e a criação da Petrobrás por uma fração de classe dominante, se deve mais ao peso do nosso passado colonial, da industrialização retardatária, da debilidade técnica, financeira, política da burguesia brasileira e sua conduta subordinada ao imperialismo, do que qualquer outra determinação de natureza rebelde emancipadora nacional. Ao contrário do que a vasta bibliografia recorrente defende, a luta político-econômica instauradora do monopólio estatal da indústria petrolífera mais revela, afirma do que nega a gênese colonial e a impossibilidade de as camadas dominantes brasileiras levar a cabo uma luta libertadora do domínio imperialista.

Tal revelação virá à baila no decorrer da análise empreendida das convergências e divergências imanentes à ação dos grupos sociais, partidos políticos de direita, esquerda, nacionalistas, comunistas e o constante enfrentamento com os trustes internacionais que

² Em monumental obra (O Petróleo) sobre a história da indústria petrolífera mundial, o norte-americano Daniel Yergin (1994), presidente da Cambridge Energy Research Associates, faz minucioso relato sobre os conflitos entre, intraclasses e estados nacionais envolvendo este setor industrial nos 150 anos de seu desenvolvimento. Da formação dos cartéis estadunidenses no século XIX, passando pela I Guerra Mundial, Revolução Russa, II Guerra, até Sadan Hussein e Georg Bush, além de conflitos locais de menor dimensão, todos têm como pano de fundo a luta por ocupar e controlar áreas propícias à produção do cobiçado combustível.



marcaram décadas de luta por erguer e desenvolver o que é hoje – como já demonstrado – o maior e o mais importante ramo industrial brasileiro.

Vale esclarecer primeiramente que por classe dominante entendemos a aliança de proprietários dos meios de produção e camadas militares, como bem definiu Fernandes (1997:141): “militares e civis sempre formaram uma comunidade indissolúvel. Possuíam (e Possuem) a mesma origem social, malgrado o desnivelamento de ‘famílias tradicionais’, escolhiam a ‘carreira das armas’ por contingências, reforçando sua estabilidade social: cruzavam o público e o privado em seu proveito.” Foi exatamente o viés ideológico nacional e nacionalista dessa aliança, somada a atuação dos comunistas e a movimentação da sociedade civil que impôs a instauração do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás entre 1926 e 1953.

Do mesmo modo e no encalço da tradição marxista brasileira de Caio Prado Jr., José Chasin e Antonio C. Mazzeo,³ entendemos as categorias; *via colonial* de efetivação capitalista, industrialização retardatária, burguesia débil e sócio-subordinada aos centros desenvolvidos do capitalismo como expressões concretas de uma “forma de ser específica que afeta todas as relações e categorias societárias” onde a tônica do processo é a “Lentidão determinada pela ausência de processos revolucionários de transição, substituídos pela conciliação entre atraso e progresso sociais, entre o modo de produção capitalista, que forceja por se desenvolver e impor, e modos de produção arcaicos, cuja sobrevivência, assim possibilita, empenra e restringe o desenvolvimento do primeiro” (Cotrim; 2000:p.III).

Esta forma particular de ser e ir sendo sociedade regida pelo mercado deita raízes na nossa inserção – como colônia de exploração – na expansão primitiva capitalista que suplantando os limites geográficos europeus se espargiu por estas plagas, ocupando o espaço, fundando relações de propriedade e classes sociais subordinadas, cujo fulcro do desenvolvimento interno prende-se, em grande medida às demandas do mercado e da acumulação externa, âncora e lastro ideológico do histórico domínio político burguês autocrático brasileiro.

³ A respeito consultar as obras históricas de Caio Prado Jr., o conjunto de textos de José Chasin titulado *A miséria brasileira* (2000) e as três principais obras de Antonio Carlos Mazzeo: *Burguesia e capitalismo no Brasil* (1995), *Estado e burguesia no Brasil* (1997) e *A sinfonia inacabada* (1999).



Entretanto, é legítimo ressaltar, que tomar a *via colonial* como categoria central de nossa análise não sugere que as lutas e as transformações históricas brasileiras sejam ou estejam unicamente na dependência de mudanças político-econômicas operadas nas metrópoles, mas apenas afirmando que estas agem em sentido a atritar contradições de classes próprias, aqui criadas e sedimentadas pela forma particular de inserção no mundo capitalista.

Explicitado o arrimo teórico-clássico de nossa pesquisa e como bem observou Hegel na sua obra *Estética* que “dizer de uma coisa é dizer de sua necessidade”, estamos cômicos da premência desta investigação, dado a abordagem dos conflitos de ordem econômica, político e social que estabeleceram o monopólio estatal do petróleo ter como prisma a herança colonial, o atraso econômico-político, os processos conciliatórios entre o velho, o historicamente novo e a subordinação da burguesia nacional às nações imperialistas, não revelado – salvo engano nosso – pelos estudos até então publicados o que contribui, acreditamos, com a compreensão das características da burguesia brasileira, dos enfrentamentos de classes que marcaram a criação e o desenvolvimento de um dos setores que é a alma da industrialização brasileira das últimas seis décadas.

Para finalizar esta introdução é lícito ressaltar que o ângulo analítico aqui adotado não subtrai o brilho, a grandeza e a importância da luta político-social que perfaz todo o processo de estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás, ao contrário, o que se objetiva é revelar o significado e a verdadeira dimensão da luta, o que a bibliografia atinente – na nossa modesta análise – não raro superdimensiona. E mais, sendo a herança colonial, a gênese e as características básicas das classes dominantes brasileiras arrimo de nossa investigação, é exatamente por elas que iniciamos esta empreitada teórica.



CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DA VIA COLONIAL

Nessa parte de nossa investigação vamos discorrer primeiramente sobre as origens e os fundamentos político-materiais da *via colonial* na nossa formação sócio-histórica, os embates que levaram a Independência política 1822, os primeiros conflitos entre proprietários nacional, o Estado acerca da do solo rico em reservas naturais de petróleo e as primeiras manifestações teóricas nacional e nacionalista entre as camadas dominantes e médio-burguesas brasileiras.

Werneck Sodré, em sua monumental *História Militar do Brasil*, narra com riqueza de fatos e análise sócio-econômica, o tortuoso e diferenciado processo de delineamento e ocupação do que hoje representa o território brasileiro. Foge ao nosso objetivo aqui afirmar ou negar seu postulado teórico calcado na existência de uma espécie de feudalismo na nossa formação histórica, até porque estamos adotando a tese divergente, *via colonial* de efetivação capitalista, de Caio Prado. Porém, e isso nos é precioso, o militar comunista revela os fundamentos das oligarquias nacionais cujo domínio político autocrático ancora-se na associação subordinada às metrópoles. Foi assim no período colonial, imperial, tornando-se, mesmo, esteio do sistema republicano que perdura.

Incorporado à dinâmica expansiva do capital comercial nas primeiras décadas do século XVI, o território e a sociedade brasileira no que tange ao padrão de desenvolvimento, estrutura econômica, política, relações de classes e inserção subordinada no mercado mundial, é mesmo imagem e semelhança de quem veio à luz, cresceu sem quebrar o cordão umbilical que o prende as metrópoles mercantilistas. Isso porque nos



primeiros três séculos a ocupação do espaço pelo invasor, a modalidade de apropriação, a produção de riquezas obedeceram rigorosamente a critérios pré-estabelecidos externamente com vistas a suprir necessidades de um mercado em franca expansão planetária.¹

Tamanha tarefa em território desconhecido e hostil, obrigava o responsável pela propriedade a moldar a relação de primeira ordem – ocupação e exploração da terra – calcado na grande propriedade (latifúndio), capaz de prover os rendimentos à altura do imposto que lhe era cobrado pela metrópole em troca da posse do espaço. No que tange a relação de segunda ordem – ou relação social de produção e distribuição voltado para o mercado externo – esta desde os primórdios teve de ser rigidamente hierarquizada onde o próprio donatário ocupava escala inferior, sendo um representante da lei e do poder da metrópole na colônia, encarregado de ordenar os meios, a força de trabalho e reprimir os constantes ataques do gentio e a recalcitrância do escravo. Desse modo o donatário “era a um tempo governador e capitão” e porque não dizer, também latifundiário (Sodré, 1979:18, Prado Jr. 1972:14).

Apesar do poder de que era investido o donatário nas propriedades coloniais, no tocante as relações mercadológicas além fronteiras esse, segundo Fernandes (1976:16) “entrava no circuito da apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional. O que ele realizava como excedente econômico, portanto, nada tinha que ver com o ‘lucro’ propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial.” Ou seja, a primeira expressão e domínio político de classe no Brasil surge presa à dinâmica econômica externa e na condição de dominante para dentro e dominada de fora.

Além de suporte e agente não ativo do mercado externo, os proprietários de terra no Brasil não formaram uma mentalidade capitalista que possibilitasse desencadear uma luta pela sua independência, pelo contrário, aceitavam, novamente segundo Fernandes (1976:26), “sua incorporação direta ou indireta à rede de existência e de operação das

¹ A respeito da incorporação do Brasil a dinâmica expansiva do capital mercantil do século XVI, sociólogos, historiadores e filósofos como Caio Prado Jr. (1972), Florestan Fernandes (1976), Nelson W. Sodré (1979), Antonio Carlos Mazzeo (1995) e Marilena Chauí (2000) e José Chasin (2001) são unânimes em concebê-la



agências políticas e econômicas externas, ele aceitava ao mesmo tempo a posição de '*parceiro nas colônias*' (pouco importando o caráter dos motivos que facilitavam ou impunham essa identificação: lealdade ao soberano ou à Coroa, interesse pessoal, impossibilidade de agir de outro modo etc.).” Na realidade era ele um agente especializado, cuja ação como membro do conjunto reforçava sua própria condição de subordinado.

A condição de dependência do proprietário com a propriedade de que dispunha, foi resultado de um processo de aperfeiçoamento do domínio metropolitano que em princípio estabelecia a dimensão da área ocupada, cobrando apenas os impostos pelo usufruto das riquezas nela contidas.² Essa modalidade de apropriação, muito semelhante ao sistema feudal europeu, segundo Prado Jr. (1972:15) “Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relêvo na formação histórica do Brasil.” Com a instituição do governo geral em 1549 todas as glebas cedidas foram resgatadas, daí por diante não só a terra, mais tudo que nela existia passaram a ser propriedade da Coroa.

Por tratar-se de propriedade cedida a terceiros, a Coroa cuidou de moldar sua base jurídica legal, pela qual enquadrava o concessionário nos parâmetros legais de seus próprios desígnios que era organizar a produção da riqueza consoante às necessidades metropolitanas, enquanto deixava a cargo da empresa colonial produzir os bens para sua manutenção, inibir a formação e o desenvolvimento da pequena propriedade. Cabia também ao responsável pela empresa, dispor de armas para a defesa na medida em que estava cercado de escravos e exposto ao perigo representado pelo nativo (Prado Jr, 1972:20).

A manufatura, o comércio urbano era de pequena importância posto ser o consumo interno irrisório e restrito aos bens de subsistência da coletividade de que se compunha a unidade produtiva colonial. O resultado dessa modalidade econômico-social organizada era a formação de vultosa acumulação de riqueza por parte de uma minoria proprietária que

como colonização de exploração, cuja organização do espaço, da propriedade e da produção de riquezas atendia a necessidades da metrópole colonizadora.

² Nos assevera Prado Jr (1972:15): “Não gozavam os donatários de nenhum direito sobre a terra, vedando-lhes mesmo expressamente os forais a posse de mais de dez léguas de terra. E mesmo estas dez léguas deviam ser separadas em várias porções. Cabia-lhes contudo um direito eminente, quase soberano, sobre todo território da capitania, e que se expressava por vários tributos: a redizima dos frutos; a dízima do quinto, pago à Coroa, do ouro e das pedras preciosas; passagem dos rios etc; o monopólio das marinas, moendas de águas e quaisquer outros engenhos; finalmente o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania.”



dividia o espaço com a massa de escravos, despossuídos e marginalizados (id. p.26) o que torna verdadeiro a afirmação de Mazzeo (1995:11) de que Marx tinha claro que nas colônias “...nas *plantations* onde a especulação comercial está presente desde o início e a produção se destina ao mercado mundial existe um modo de produção capitalista ainda que só no sentido formal, já que a escravidão dos negros impede o trabalho assalariado que é a base da produção capitalista.”

Segundo Prado Jr. (1972:28) nos primeiros 150 anos de organização da colônia a estrutura social “Reduz-se a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; do outro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres” numa relação de opressores e oprimidos assentada sobre a ocupação e exploração da terra e a produção voltada para o mercado externo.

Rigidamente hierarquizada na organização da propriedade e na produção da riqueza para o mercado externo a classe proprietária colonial tece uma estrutura política também única, hierarquizada e exploradora. O primeiro órgão político colonial, as câmaras municipais, nasceram a partir de necessidades não da comunidade urbana – naquele momento economicamente insignificante – mas dos grandes proprietários de terra para atender seus próprios domínios locais. Nas eleições só a nobreza, como era conhecida, votava, as camadas subalternas eram excluídas da participação direta e indireta. Por ser composta e representar interesses da nobreza as câmaras dispunham de poder de intervenção na vida coletiva que beirava as raias da irrestrição o que não raro se confrontava com o poder real que não dispunha de força suficiente e tampouco era de seu interesse reprimir a rebeldia dos colonos.³

A atitude passiva da Coroa para com as câmaras e o poder do senhor de terras nos primeiros anos de ocupação do Brasil, devia-se a convergência dos interesses da metrópole com as dos colonos, dado serem aqueles agentes responsáveis pela ocupação do amplo espaço a disposição do colonizador, pela subtração de suas riquezas lançadas no comércio dos grandes centros europeus. A relação entre comandantes metropolitanos e comandos

³ Segundo Prado Jr. (1972:29): “Vemos as câmaras fixarem salários e o preço das mercadorias; regularem o curso e o valor das moedas; proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio e com êle celebrarem pazes; tratarem da ereção de arraiais e povoações; proverem sobre o comércio, a



coloniais calcada na tolerância, revela que o desenvolvimento econômico-político da nossa *via colonial* gestou-se, desde sempre, no interior do conflito e só era tolerado quando os resultados auferidos atendiam também a demandas metropolitanas, caso contrário era deliberadamente vetado.

Isso fica evidente quando na segunda metade do século XVII, antes mesmo do início do ciclo do ouro e a eminência da crise portuguesa provocada pelo esgotamento do comércio com as Índias, o Brasil já exportava um quantum considerável de produtos fortalecendo sua economia interna e, ao voltar-se diretamente para a colônia brasileira, visando solucionar seus problemas de natureza econômica, Portugal simplesmente castra as relações comerciais até então desenvolvidas, arrimo do incipiente desenvolvimento do primeiro século e meio de ocupação do espaço colonial.⁴

Com o advento do ciclo do ouro a economia colonial se diversificou, ampliando-se o comércio interno até então pouco desenvolvido. Segundo Mazzeo (1995:14) “A atividade mineradora será responsável por uma dinamização da economia colonial, antes desconhecida. Inicia-se um mercado interno até então quase inexistente e, o que é mais importante eleva-se o montante da renda retida na colônia.” O resultado deste processo é o acirramento das contradições entre brasileiros e portugueses dada a perda do poder político dos grandes proprietários que vêem as câmaras municipais serem controladas pelos comerciantes que acorrem da metrópole para a colônia.⁵

Fernandes (1976:27) vê nas mudanças acima abordadas o desencadear de um processo de complexificação e afirmação do capitalismo interno composto de duas fases: “1º) a ruptura da homogeneidade da ‘aristocracia rural’; 2º) o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou

indústria e a administração em geral; chegam a suspender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios.”

⁴ Em 1661, diz Prado Jr. (1972:34): “é proibido o comércio da colônia a todos os navios estrangeiros. A proibição é renovada logo no ano seguinte (Carta Régia de 21 de julho de 1661 e 27 de janeiro de 1661). Em 1684 é vedada aos navios saídos do Brasil tocarem em portos estrangeiros (...) Em 1711 (C.R. de 8 fevereiro) chega a proibir aos moradores do Brasil passarem-se diretamente a países estrangeiros. Tudo deveria fazer-se pelo Reino, que assim canalizava para si toda a nossa atividade comercial.”

⁵ A respeito comenta Prado Jr. (1972:39): “Alinham-se assim, frente a frente, diferenciadas pela evolução econômica e social da colônia, interesses opostos: de um lado os dos brasileiros, especialmente dos proprietários rurais, a aristocracia fundiária nacional, que mais diretamente sofria o ônus da opressão colonial; de outro, os da metrópole, e a eles ligados, os dos mercadores portugueses, a burguesia comercial (...) É em primeiro lugar a burguesia comercial que lhes vem disputar os cargos da administração municipal, até então monopólio exclusivo deles.”



nacional.” Nesse processo Caio Prado (1972:41) afere a perda da autonomia até então existente e o fortalecimento do domínio português no território colonial na medida em que o poder é solapado das mãos dos proprietários agrários coloniais.

É sobre as condições econômica, política e social supracitada que, tangida de seu território pátrio pelos furacões militares expansionistas napoleônicos, a Família Real desembarca no Brasil em 1808 e, segundo Mazzeo (1995:15), “No período em que o Brasil torna-se a sede do império português e que é elevado à categoria de Reino Unido junto a Portugal e Algarves consolida-se o desenvolvimento brasileiro, agora sem os entraves metropolitanos.” A presença da Família Real por conta dos interesses ingleses é também o passo inicial para a emancipação política brasileira na medida que teoricamente o estatuto colonial esfumara-se.

Enquanto economia colonial subordinada e sensível a oscilações econômico-política externas a abertura dos portos promovido por D.João VI provocou um duplo impacto; o primeiro respeita a mudança de rota das relações comerciais que se atrelou ao mercado inglês e o segundo é que expostos a concorrência britânica os comerciantes brasileiros e portugueses aqui instalados vão a ruína devido um conjunto de vantagens de que dispunha os mercadores vindos de outros países para aqui estabelecer seus negócios (Prado Jr. 1972:45).

Ante o golpe desferido pela metrópole nas camadas dominantes internas as contradições se acirraram e as posições políticas se dividiram: uma fração oposicionista, composta praticamente por comerciantes, pleiteava a volta ao sistema colonial enquanto os grandes proprietários primavam pela reconquista da autonomia perdida. As revoltas se sucedem, obrigando o soberano a refazer o quadro representativo da administração colonial de modo a dar um caráter mais popular e assim manter sobre controle a oposição ascendente.⁶ A convocação de uma Assembléia Constituinte antes mesmo do Grito do Ipiranga não evitou sua ocorrência.

As manobras políticas do soberano não eram suficientes, a perda do poder econômico-político da aristocracia rural e de parcela dos comerciantes nativos cindiu de

⁶ É o que assegura Prado Jr. (1972:46): “O próprio soberano é atingido pela agitação, e em consequência do movimento de 26 de fevereiro de 1821, no Rio de Janeiro, sede do trono, ele é obrigado a aceitar o novo



cima a baixo a composição social, base de apoio da metrópole na colônia. É nesse contexto que emerge o “partido brasileiro” cujo líder, José Bonifácio, é investido da responsabilidade de tecer a transição política sem comprometer a estrutura sócio-produtiva construída. O empenho de Bonifácio em sentido a conduzir o processo transitório na continuidade reprimindo militarmente as camadas revoltosas mais radicais representou a marca política da herança conservadora lusitana nos tentáculos da sociabilidade colonial.⁷

A repressão desencadeada pela classe dominante no processo de transição visava encontrar uma saída intermediária para o problema, dado a inconciliabilidade dos interesses econômico-políticos em jogo: uns voltados para o futuro e outros para o passado. Como observou Costa (1998:65) “A política nitidamente recolonizadora movida pelas Cortes, representante dos interesses dos comerciantes e produtores portugueses prejudicados pela abertura dos portos e pela extinção dos monopólios e privilégios, provocou crescente tensão entre brasileiros e portugueses, pondo em risco o esquema conciliador com o qual sonhavam não apenas José Bonifácio, mas as classes dominantes em geral: proprietários de terras, traficantes de escravos, ‘capitalistas’ e funcionários administrativos que aspiravam a monarquia dual.”

A primeira e grande transformação político-econômica a operar-se no Brasil não decorria de antagonismos e necessidades de classes autóctones mas, em grande medida, de determinações alienígenas, exatamente seus representantes optavam pela saída mais progressista, é o que assegura Costa: “A favor da emancipação estavam os comerciantes estrangeiros beneficiados pelos tratados de comércio que a política das Cortes ameaçava revogar: deles dizia um observador português estar provado na América ‘serem revolucionários por excelência e inimigos do governo’, recomendando por isso que se despojassem todos os estrangeiros que não tivessem capital próprio ou indústria útil, particularmente sendo franceses ou ingleses” (id. p.66)

1.1 Independência política na dependência econômico-ideológica

regime, reorganizar seu ministério com elementos de confiança popular e jurar a constituição que estava sendo elaborada pelas câortes convocadas em Lisboa.”

⁷ Discorrendo sobre a particularidade brasileira encetada pelo processo de colonização conseqüentemente calcado na subordinação à metrópole, no trabalho escravo, produção para o mercado externo e no conservadorismo, assevera Mazzeo (1995:13): “Geneticamente débil e, em última instância, subordinada aos desígnios da metrópole, a burguesia brasileira esteve sempre predispostas à composições e aos acordos com os portugueses do reino, desde que não alterassem o fundamento de seu poder: latifúndio e o trabalho escravo.”



O advento da Independência pode ser considerado como a primeira transição pelo alto ocorrida na história brasileira, com a diferença de por ser a primeira, o agente responsável – no caso o “partido brasileiro” – no raio da tão almejada constituição (1824), este tenha sido tocado à força dos seus postos de representantes do povo no parlamento ávido por liberdade. O mesmo pode ser dito com relação à modalidade de Estado. Por conta dos perigos do fracionamento do território e a ameaça representada pela ação da massa revolucionária este assume, imediatamente sua instauração, postura bonapartista, moldura ajustada a base material sobre a qual assentava: ruptura política na continuidade socioeconômica (Mazzeo 1995:17).

A maneira como as classes dominantes brasileiras se movimentaram pressionando o Regente no epicentro do torvelinho revolucionário, defendendo interesses próprios e amortecendo o impacto na estrutura socioeconômica estabelecida, caracterizou, reduziu o fulgor da revolução pró-Independência e a Constituição resultante, a um tênue facho nacionalista. É o que nos assegura Prado Jr. (1972:49) ao discorrer sobre o papel de D.Pedro para quem o “Regente do Brasil com a partida de D.João, pôde êle com tãda facilidade levar adiante os planos do ‘partido brasileiro’, e realizar a separação do país. Constituiu-se assim um mero instrumento das reivindicações nacionalistas, e a tais circunstâncias fortuitas deveu o trono do novel império.” À impossibilidade de ruptura revolucionária emancipadora as camadas dominantes responderam com o nacionalismo conciliador.

Não podemos esquecer que a adesão do Regente à transição pelo alto não era nenhum ato de generosidade para com a colônia, seu povo e tampouco sinal de rendição ante a pressão de frações da elite nativa, tratava-se de uma ação vantajosa para ele próprio. É o que nos afirma Costa (1999:66): “Pressionado pelas circunstâncias, D. Pedro, entre ser líder no Brasil ou figura secundária em Portugal, optaria pela sua permanência, desobedecendo às ordens das Cortes.”

Apesar de conservadora, elitista no tocante a escolha dos representantes do povo nos parlamentos e deliberadamente excludente, a Independência e a primeira Constituição saída dos arranjos políticos burgueses lusitanos e nacional, marcaram o fim de um período histórico e a inauguração de um outro. Fernandes (1976:31) chega mesmo a classificá-la como revolução social, em primeiro lugar por ter dado cabo do estatuto colonial e “com



ela, instaura-se a formação da *sociedade nacional*. É nesta conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário e que transcendia aos limites da situação de interesse da casa reinante.” Em segundo lugar porque o domínio político de classes é internalizado, “o poder deixará de se manifestar como *imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro (...)*”

Não há dúvida quanto a ser a Independência o início da formação política nacional porém, a internalização do poder calcava-se no trabalho escravo, na associação subordinada que se mantiveram e, por que não dizer, aprofundava-se haja vista a dívida contraída frente aos ingleses para que fôssemos reconhecidos na metrópole como Estado independente. Logo após a Independência política o capital proveniente da Inglaterra penetrou na estrutura produtiva brasileira, remodelando o padrão econômico estabelecido, proporcionando a manutenção e financiando a ampliação do domínio de classe do novo regime autocrático.¹

Instaurada a Independência sem arrebentar os elos econômico-ideológicos que uniam a elite nativa à metrópole, o evoluir histórico-social seguinte pretensamente liberal, não deu cabo do descontentamento entre as camadas dominantes. Novamente segundo Fernandes (1976:33), “foi na esfera econômica e ao nível da expansão do mercado interno que surgiram as primeiras consequências dinâmicas da Independência e da integração nacional.” Tais consequências respeitam às formas como a elite brasileira concebia o processo decorrido, calcado na mesma base de exploração metropolitana. A irremovível herança causava polarizações no interior do *status* dominante que se mantinha em constante conflito com as camadas subalternas e com o próprio imperador.

Com relação à doutrina liberal adotada e adequada a nossa condição de país subordinado, esta cumpre dois papéis: preencher a função de dar forma e conteúdo a

¹ Discorrendo sobre a batalha das elites brasileiras por se fazer reconhecer em Portugal como país politicamente independente Sodré (1979:66) declara: “Há apenas dois meses do ‘Grito do Ipiranga’ comerciantes ingleses sediados no Rio de Janeiro representantes da empresa ‘Real Irving & Cia.’ Propuseram empréstimos ao governo brasileiro. A partir de então dois acordos financeiros foram firmados, 1824 e 1825, o último ‘chamado de empréstimo português’ porque pagando o reconhecimento de nossa independência pela antiga metrópole, assumíamos a responsabilidade por empréstimo tomado pelo governo de Lisboa em Londres, acrescentando-lhe uma indenização complementar.” Sobre a expansão do novo sistema econômico-político inaugurado com a proclamação da Independência calcado na associação subordinada assevera Costa (1998:20): “A Coroa estava interessada na expansão dos seus domínios e no usufruto das rendas coloniais. Não contava, no entanto, com os recursos materiais e humanos para lançar-se a essa obra sozinha. Por isso recorreu aos mercadores e aos banqueiros que, dessa forma, se associaram à colonização.”



manifestações igualitárias “diretamente emanadas da reação contra o ‘esbulho colonial’” e desempenhar a redefinição “de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação como um todo, as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época” (Fernandes, 1976:34). Uma terceira, de caráter polarizante, diz respeito à relação das elites com o aparelho de Estado nacional que se tornou meio e fim constantemente manipulado de acordo com as necessidades político-materiais imediatas da classe dominante.

Estruturando a associação subordinada das classes dominantes com os centros capitalistas, o primeiro reinado também aprofundou o sistema de trabalho escravo, a condenação de milhões de trabalhadores livres à miséria, e a transformação da propriedade rural em grande propriedade exportadora. É o que afirma Prado Jr. (1972:54): “Transformam-se assim as explorações rurais cada vez mais em empresas essencialmente mercantis, voltadas exclusivamente à produção para a venda. Com isso substitui-se cada vez em maior escala o trabalho livre pelo trabalho mais econômico do escravo, assumindo o tráfico africano proporções nunca vistas. Tal processo vai naturalmente agravando a situação das classes pobres, que já não encontram nos domínios o acolhimento outrora desfrutado.”

Calcado na marginalização político-material da maioria nativa, na força de trabalho compulsório e produtividade voltada quase unicamente para a associação com os grandes capitalistas externos – fulcro da manutenção, da expansão e do domínio de classes – a instauração da Independência e a implantação do primeiro reinado – ante a debilidade da oposição – tomou o rumo inverso do pretendido pelos revolucionários. No decorrer do processo o partido português praticamente retomou o comando da nação afastando-se gradualmente das bases nacionais, organizando uma força própria, “poder moderador”, encarregado do controle dos parlamentos e da ação do partido brasileiro.

Ancorado na força política reacionária e acossado pelas dificuldades econômicas o imperador lançava mão do politicismo² para manter-se no poder. Essa postura política é

² O conceito “politicismo”, largamente adotado por José Chasin e Antonio C. Mazzeo, pode ser definido em linhas gerais como uma modalidade de atuação política – seja da classe, do partido de posse do poder ou da oposição – cujo conteúdo consiste em abstrair da base material as relações políticas e centrar toda luta por transformações econômico-social no âmbito das instituições, sejam elas democráticas ou não, dado conceberem-nas como determinantes. Ou seja, opera-se deliberadamente uma inversão, fazendo espargir-se



claramente expressa pela sua tentativa de, diante do crescimento da oposição, em 1826 D. Pedro resolver “premido pelas aperturas do tesouro, convocar o Parlamento. A maioria dos deputados, eleitos já 1824, era-lhe francamente desfavorável, e fôra êste o principal motivo do adiamento sucessivo da convocação.” Neste período o imperador governou somente com o Senado, eleito pelas províncias, mas nomeados por ele após uma análise criteriosa de uma lista tríplice contendo os nomes dos votados, o que garantia o apoio necessário à sua política conservadora e o sufocamento da oposição na Câmara baixa (Prado Jr. 1972:56/57).

Mas por tratar-se de movimentação tendo como eixo o aprimoramento da própria esfera política, pretensamente separada e determinante da base material, o politicismo também tem sua dinâmica e não raro supera seus agentes. No caso do primeiro reinado a vítima foi o próprio imperador que não conseguindo manter a coesão e o domínio de sua fração de classe sobre o conjunto da sociedade sobre o qual assentava, não resistiu aos abalos nas estruturas socioeconômicas do país, sendo forçado a renunciar ao posto de soberano abrindo espaço para o remate do processo de independência, calcado na manutenção das relações de produção escravistas e a associação subordinada as metrópoles. Ou seja, a renúncia pode tranqüilamente ser considerada como aperfeiçoamento das relações políticas de classes sobre as mesmas bases materiais.

1.2 A oligarquia nativa no poder

A oposição em geral, tanto antes quanto depois da Independência, tinha se revelado material e politicamente incapaz de remover ou no mínimo negar o legado histórico aqui implantado pelo colonizador português. Pelo contrário, foi escorado na figura do soberano que a elite nativa tentou construir – no centro do contraditório torvelinho social – a nação calcada nos preceitos da doutrina liberal, cujo resultado imediato foi a perda de influência da oligarquia ante sua própria criatura. Ou seja, a oligarquia estabeleceu as bases da Independência política da nação e a entregou ao imperador – originário e atrelado à metrópole – para dirigir, o que este o fez sem precisar ou ouvir àqueles que o criaram e sustentaram.

pelo conjunto da sociedade a idéia de que o problema é sempre decorrente de imperfeições nas instituições políticas que uma vez aperfeiçoadas tudo estará resolvido.



O mesmo ocorreu com a renúncia de D. Pedro I ao trono em 1831. Em vez de finalmente remover a figura do soberano da cena política nacional, a oligarquia nativa tomava em suas mãos o poder de Estado para posteriormente devolvê-lo a um novo imperador que herdava o trono quando ainda metido em cueiros. Esta postura política revela que a elite nativa não confiava em si mesma, se encontrava presa à tradição e a dependência ideológica por séculos introjectada pelo colonizador, daí transformar a figura do soberano em uma entidade quase metafísica depositária das virtudes coletivas e dotada de poderes especiais que se distendia pelo conjunto da sociedade, diluindo conflitos entre e intraclasse que os proprietários organizados não acreditavam poder, eles mesmos, administrar.¹

A formação das regências por personagens da Câmara baixa e alta da nação significava que a elite nativa estava finalmente no poder com a tarefa de manter a unidade do território e a coesão da classe dominante a partir do aparelho de Estado. O governo das regências, principalmente sob a liderança do padre Antonio Feijó e de Araújo Lima que conduziu a política nacional para o golpe da maioria, combateu com extrema violência as revoltas ocorridas entre 1831 e 1837. A forma repressiva como os regentes conduziram a política nacional no período acima é considerada por Mazzeo (1995:19/20) como processo de “consolidação do bonapartismo.”

A esta altura o desenvolvimento socioeconômico já apresentava sinal de crise, dado as dificuldades no tráfego de negros para o Brasil – único país do continente ainda dependente dessa modalidade produtiva – apresentar problemas o que para sua continuidade fazia-se necessário estimular a expansão da colonização. Segundo Costa (1966:111) “A ameaça, que pairava sobre o tráfico desde 1831 e que se tornou realidade na década dos cinquenta, serviu, entretanto, para estimular o prosseguimento das tentativas de colonização.” Essas tentativas revelam como caminhavam a política e a economia brasileira, a cada passo à frente reiterava-se a tradição conservadora.

A partir de 1840 – com o golpe da maioria – consolidou-se o domínio político centrado nas disputas entre o partido liberal e o partido conservador. Neste mesmo período

¹ Sobre a herança conservadora e autocrática da burguesia brasileira ver Mazzeo (Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa 3ª. Edição 1977). Nesta obra o autor traceja uma análise da formação territorial portuguesa indo do feudalismo a expansão marítimo comercial que resultou na



emerge e ganha importância a economia baseada na produção e exportação de café que para sua maior eficiência e produtividade, dependia do aumento da força de trabalho, da expansão das estradas e melhoria das já existentes para o que a escravidão não era suficiente. É visando suplantarmos esses limites que os governos e proprietários privados locais instam o soberano a adotar uma política de incentivo à imigração estrangeira.

Para viabilizar a expansão do processo de colonização e produção de café, baseada na força de trabalho escrava com o suporte da estrangeira, os proprietários exigiram que o Estado atuasse em sentido ao financiamento o que, segundo Costa (1966:100) “A colonização estrangeira por conta do governo parecia-lhe, além do mais, excessivamente dispendiosa; este ficava obrigado a construir casas, estradas e a sustentar os colonos até que pudessem produzir o suficiente para se prover.” Ou seja, ao primeiro salto de qualidade na base produtiva, a burguesia brasileira recorreu ao financiamento estatal. A adoção da força de trabalho estrangeira além de suprir a necessidade de braços para os serviços públicos, ainda proporcionava a melhoria da qualidade da produção cafeeira às voltas com o baixo nível produtivo e de qualidade da produção escrava.

Devido à estrutura fundiária do país e a forma como os fazendeiros utilizavam a força de trabalho do colono, entregando-lhe terra improdutiva ou distante da fazenda, logo a tentativa tornou-se pouco rentável ou mesmo inviável, isso sem contar que os títulos de propriedade até então expedidos em nada diferia das velhas formas coloniais. “Ao iniciarse o segundo reinado, tal era a confusão dos títulos de propriedade, que os interesses dos fazendeiros obrigaram o Governo imperial a cogitar da necessidade de uma legislação nesse sentido.” A proposta do imperador não demorou; em 1850 veio à luz a Lei de Terras que entre outras regras determinava a proibição de aquisição das devolutas por outro título que não fosse o da compra (Costa, 1966:105/106).

A Lei de Terras antes de ser uma tentativa de regularizar a propriedade do solo representava o estabelecimento do controle do Estado e uma mudança na relação dos proprietários com sua propriedade na medida em que agora era a terra uma mercadoria que podia ser comprada e/ou vendida e “Quando a terra tornou-se uma mercadoria adquirida por indivíduos, as decisões concernentes à sua utilização passaram a ser tomadas por esses

incorporação do espaço brasileiro onde implantou a organização da propriedade do solo e as relações políticas arrimadas nas mesmas tradições conservadoras próprias da aristocracia lusitana.



mesmos indivíduos” (Costa, 1999:172). Vale ressaltar que a Lei de Terras refletia a proibição do comércio de escravos e o início de uma nova modalidade de relações de trabalho implantada nas fazendas de café, qual seja, a parceria, e para evitar que os posseiros ocupassem aleatoriamente glebas devolutas as classes dominantes cuidaram de tecer a nova lei.

Já nesse momento a burguesia brasileira mostra sua dependência do aparelho de Estado para se desenvolver. A parceria era financiada pelo governo imperial em uma transação altamente vantajosa para o fazendeiro à medida que sobre os empréstimos viabilizadores da instalação do parceiro – geralmente trabalhadores estrangeiros – não incidia quaisquer juros de mora e tinham os fazendeiros até três anos para reembolsar a União. A tentativa de inovação esbarrou na estrutura fundiária calcada no latifúndio, a ideologia e a conduta escravocrata dos fazendeiros do café emperraram o desenvolvimento da nova experiência que se imaginava ser a solução para o trabalho escravo (Costa, 1966:113)

Submetidos a jornadas de trabalho extenuantes, produção insuficiente para manutenção de suas famílias e o saldo das dívidas ante o patronato, não raro expostos a castigos psicofísico e desrespeitados na sua religiosidade, os parceiros constantemente se rebelavam contra os fazendeiros que recorriam a justiça para forçá-los a aceitar a situação e cumprir os contratos. O aparato judiciário, por sua vez viciado e também escravocrata sempre se pronunciava a favor dos proprietários que exigiam do governo castigo severo ou uma legislação que lhes permitisse punir, eles mesmos, aos parceiros. Ao fim a nova experiência não frutificou e ante a ameaça de escassez de mão-de-obra optou-se pelo trabalho assalariado nas fazendas (ibid. p.119/121).

Ao tempo em que se introduziam novos trabalhadores nas fazendas cafeeiras, a baixa tecnologia comprometia a produtividade e a qualidade, exatamente quando o Brasil aos poucos ia se destacando no mercado externo como produtor e exportador de café. Para responder a expansão da nova mercadoria introduz-se na lavoura cafeeira a maquinaria rasgando, pelo interior mesmo do modelo econômico estabelecido, os limites da ordem social escravista, validando a assertiva de Mazzeo (1995:27) “Inicialmente, podemos dizer que o café foi o responsável pela geração de uma massa de capital que transformou-se em capital industrial; transformou o trabalho escravo em trabalho assalariado, criou um



mercado interno (...) De modo que *a indústria nacional nasceu das fissuras da economia exportadora de café.*"

Emergindo lentamente no âmago da sociedade escravista e atendendo a demandas da produção de café, em 1851 finca-se o dormente da primeira estrada de ferro brasileira. Já por volta de 1870 havia duzentas manufaturas em operação no nosso território, uns poucos bancos começavam a se desenvolver, a população passara de pouco mais de dois milhões em 1808 para quase oito milhões em 1854 e a imigração atingia a cifra de cinquenta mil em 1850 (Costa, 1999:189). Era o prelúdio das transformações por que passava a sociedade que vergava sob o manto da escravidão moderna, do latifúndio, do atrelamento de sua produção às necessidades do mercado externo, de um sistema político e de governo conservadores que respondendo aos interesses da elite nativa evitara qualquer tipo de ruptura com a tradição e absorvia as mudanças que, de imediato, não contraditavam com a estrutura societária existente.

1.3 Emergência da questão petrolífera, do ideário nacional e nacionalista

Ao tecer o amanhado político conservador correspondente a Independência as camadas dominantes internas cuidaram de elaborar a primeira Constituição (1824), que afirmava o direito à propriedade privada e, somente no caso desta vir a ser utilizada por outrem – fosse o Estado, empresa ou pessoa física – a Carta estabelecia que uma indenização seria concedida em troca. Essa determinação legal prevaleceu até 1850, a partir de então caso o proprietário recusasse a aceitar a indenização, os interessados recorreriam à desapropriação da área, pagando a quantia estabelecida pela Lei de terras, isso porque a Lei transformou a terra em propriedade pública ou da nação e a aquisição tinha de ser via compra. Foi sobre as novas determinações da Lei de Terras que veio à tona a questão da pesquisa de petróleo no Brasil.

As primeiras concessões para pesquisa de petróleo em território nacional foram abertas a empresários ingleses e remonta ao ano de 1864. Pelos decretos nº 3.352-A, de 30 de novembro do corrente o imperador concedia autorização ao empresário Thomas Denny Sargent, a segunda concessão via decreto de nº 4.386, de 30 de junho de 1869,¹ era

¹ O Decreto de nº 4.386 foi assinado pelo titular da pasta do Ministério da Agricultura (órgão criado em 1860), Joaquim Antonio Fernandes Leão. Entre outras determinações delegava o dito decreto que "Os trabalhos da lavra poderão ser feitos pelos concessionários ou por uma sociedade organizada dentro e fora do



favorável a Edward Pellew Wilson, ambos os empresários dispunham de carta branca para iniciar pesquisa de petróleo na província da Bahia (Coutinho & Silveira, 1957:277).

Ocorre que os espaços cedidos eram particulares e em conformidade como a Lei de Terras cabia ao proprietário o direito de utilizar o seu imóvel como bem lhe conviesse. Diante das arbitrárias concessões os legítimos donos, a família Costa Jr. e o Ten. Cel. Antonio Martins da Silva protestaram, o último “argumentava que estando o minério em terras de sua propriedade, era-lhe lícito o direito de explorá-lo” (Victor, 1993:30/Marinho Jr.1989:214). Isso demonstra que, a primeira preocupação com a pesquisa de petróleo em território brasileira veio à baila em meio à polêmica entre proprietários privados de origem estrangeira, nacional e o governo central.

Para resolver a contenda com os proprietários baianos o imperador assinou em 1870, e em 1871 tornou público o aviso Imperial segundo o qual as descobertas de minerais não conferiam aos descobridores o direito de os extrair, ainda que proprietários da superfície, sem autorização do imperador (Apud, Victor, 1993:30). Ou seja, abstraía-se legalmente a propriedade do solo da do subsolo. Feito isso o governo concedeu o direito para que os empresários supracitados pesquisassem em Canduru, Taperoá, Valença, Matapira, Cairu, Coqueiro, Porto Seguro e Ilhéus, “a única coisa que os britânicos fizeram de realment bom foi transferir, as referidas concessões aos seus dois patrícios John Cameron Grant e Lord Walshingam, homens honestos e de fato empreendedores” (Coutinho & Silveira, 1957:277).

Uma vez tracejado as novas regras o imperador cuidou se conceder licenças para muitos empresários brasileiros, para que, a partir de seus próprios cabedais ou associados a estrangeiros espalhados por uma considerável porção do território nacional, pesquisasse petróleo.² Apesar de a grande maioria das concessões localizar-se no atual Estado de São

Império.” Se a terra fosse devoluta o “Govêrno obriga-se a fazer a venda dêle ao concessionário pelo preço que posteriormente forem ajustados. Se for possuído por particulares, o concessionário procurará, pelos meios a seu alcance, adquiri-lo, requerendo ao govêrno sua desapropriação na hipótese de os proprietários recusarem dispor dêle amigavelmente. O concessionário pagará ao govêrno 2% do produto liquido da mina e a taxa fixa anual de cinco réis por braça quadrada. Sem permissão do Govêrno não poderá o concessionário, em sua vida, dividir a mina, e por sua morte, seus herdeiros são obrigados a executar rigorosamente esta cláusula, sob pena de perda da concessão” (Victor 1993:30)

² Entre 1871 e 1889, antes da proclamação da República, o imperador abriu os contratos de números: 4.625 de 1871, 5.014, 5.050, 5015 ambos assinados em 1872, 8.305 de 1881, 8826 de 1882 e 10.073 de 1888 todas essas concessões localizavam-se na província de São Paulo. Na província do Maranhão o imperador assinou um contrato de nº 8.840 de 1883 e em Santa Catarina contrato de nº 10.361 1889 (Coutinho & Silveira, 1957:278/279).



Paulo – não por acaso a região com maior acumulação de capital – de qualquer forma o fato de as primeiras tentativas de pesquisar o combustível pipocarem pelo território nacional mostra como – ao contrário de outros ramos industriais que nasceram e se desenvolveram concentradamente – o setor petrolífero já emerge englobando a totalidade do espaço brasileiro ainda em processo de construção e unificação.

Com relação à episódica contenda entre o imperador e os proprietários baianos que redundou na legislação imperial que abstraiu a posse do solo da do subsolo, a questão da pesquisa de petróleo ficou por aí mesmo, o modelo econômico primário-exportador e importador de manufaturados era predominante e não tinha espaço para o encetamento de um setor industrial complexo como o petrolífero. Por esses anos a premissa teórica do ideal nacional e nacionalista afloram entre os intelectuais burgueses conservadores, refletindo a problemática das raças no Brasil agora somada à presença da força de trabalho imigrante parceira ou assalariada incentivada pelos governos central e provincial para suprir a necessidade de mão-de-obra.

No decorrer da segunda metade do século XIX as camadas dominantes e seus intelectuais orgânicos encontravam-se bem situados no jogo mercadológico mundial. As mudanças internas e externas em processo não chegavam, ainda, a abalar as estruturas de nossa formação econômico-social, daí uma parcela da inteligência brasileira adotar postura teórica de caráter racista-especulativa, alheia às nossas bases materiais. No afã de inaugurar no Brasil – a exemplo de países desenvolvidos – uma escola científica de pesquisa social, intelectuais burgueses lançaram mão das teorias de Artur Gobineau, Louis Agassiz, Bukle, Darwin e outros teóricos racistas europeus para se posicionar “cientificamente” ante a nossa composição racial. Da corrente aqui inaugurada participava o diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto (1882) e João Batista de Lacerda (1895). Os dois estudiosos concentraram suas pesquisas na etnia indígena (Skidmore, 1989:73/74).

Numa perspectiva sociológica nacional Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues, também influenciados pelos teóricos supracitados, procuraram apreender a particularidade de nossa formação racial calcada no modo de produção escravo e as condições geográficas do país. Em sua *História da Literatura Brasileira* Romero concluía que indubitavelmente o “habitat brasileiro era debilitante. O calor opressivo e a seca periódica contribuíam para tornar o brasileiro indiferente e apático (...) Temos uma



população mórbida, de vida curta, achada e pesarosa em sua maior parte.” Em relação a nossa herança sócio-genético Romero constatava que “O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe sem qualidades fecundas e originais” (apud, Skidmore, 1989:50/52).

Por seu turno o médico racista Raimundo Nina Rodrigues ao estudar a raça afro-brasileira afirmava em 1890/94 que, “a inferioridade do africano fora estabelecido fora de qualquer dúvida científica”, por isso era impossível que qualquer representante das raças inferiores pudesse atingir através da inteligência o elevado grau a que chegara as raças superiores. Sendo mulato, Rodrigues não hesitou em afirmar que “seus sentimentos pessoais nada tinha a ver com a teoria científica, mesmo porque tinha viva simpatia pelo negro brasileiro” (id. p.75). Reacionário que era Nina Rodrigues defendia que o combate policial a grassa criminalidade que se seguiu à libertação dos escravos devia levar em conta a questão racial. Rodrigues ao falecer em 1906 já havia publicado relatórios “científicos” e estabelecido contato com pesquisadores e entidades estrangeiras; “*Médico-legal Societ of New York* e *société-médico-Psychologique* de Paris” que o tornou conhecido e respeitado nos círculos intelectuais brasileiros (ibid. p.74).

Toda esta especulação se pretendia renovadora e representante da modernidade científica brasileira porém, por trás desses intelectuais, suas concepções e condutas teóricas cabotinas, as camadas dominantes se desdobravam para dar respostas aos conflitos internos e externos que vão dilacerando as entranhas da aliança de classe e da sociabilidade nacional. Entre 1865 e 1872 o país foi sacudido por dois acontecimentos de relevância. O primeiro respeito à Guerra do Paraguai (1865/1870) que causou enorme dispêndio de vidas humanas e capitais. Debater-se contra e vencer as tropas de Solano López só foi possível mediante o endividamento externo, isso porque, apesar de menor no tocante a área e a população, o Paraguai era industrialmente avançado a ponto de ameaçar o predomínio econômico, político e diplomático do Brasil no continente (Bandeira, 1995:157/212).

O segundo acontecimento refere-se à fundação – por uma parcela da aristocracia rural cafeeira – do Partido Republicano Paulista (PRP 1871) que passava a ser oposição preponderante na política brasileira, representando os interesses de uma das mais influentes parcelas da aristocracia rural ante o domínio imperial. Para além, o conflito do Paraguai teve como corolário o fortalecimento da corporação militar que ao retornar da guerra



passou a exigir do poder central maior atenção para com a política de patentes e soldos, o que o imperador não estava disposto a atender. Diante da proteção do soberano, não raro chefes militares faziam críticas ao sistema político vigente causando embaraços no *staff* dominante. O fim da Guerra do Paraguai foi considerado por Sodré (1979:143/152) o momento predominante do desencadear do processo de descontentamento na caserna que levaria à proclamação da República menos de duas décadas depois.

Ao tempo em que a dinâmica econômica arrimada na exportação de bens tropicais tendo como carro chefe o café, a aristocracia cafeeira no fito de melhorar a qualidade da produção, investia em novas tecnologias impulsionando, assim, a industrialização emergente, resultando na complexificação das relações político-sociais. Concomitante ao processo o exército ganhava força, consciência corporativa e lentamente urdia uma aliança com segmentos burgueses-aristocráticos que conspiravam contra o regime imperial visando suplantá-lo, instalando em seu lugar um sistema democrático.

A questão entre os militares na segunda metade da década de 1880 não era de se a República deveria ser proclamada ou não, mas se após a instauração desta os militares voltariam aos quartéis e entregariam aos civis o poder. Esse era o debate levantado por Benjamin Constant que segundo Costa (1999:401) “Numa reunião realizada em fevereiro de 1887 pelos militares”, o oficial acima citado, “ao que parece, externou seu ponto de vista afirmando que, se no regime democrático é condenável a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências.” Floriano Peixoto não compartilhava dessa opinião, ao contrário, era partidário da ditadura da espada.

Floriano justificava sua posição – que aliás tornou-se clássica e sempre aludida cada vez que os militares intervêm na ordem político-econômica – alegando ser necessário um regime político ditatorial para restabelecer a ordem entre as classes e combater a corrupção. Numa carta ao general Neiva em julho de 1887 ao comentar as cisões no interior da caserna escreveu o marechal: “Vi a solução da questão de classe, excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou não posso querer para meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça, aí estão os exemplos, de que é ele que sabe purificar o sangue do corpo social



que, como o nosso, está corrompido” (apud; Costa, 1999:402). Não por acaso foi em Floriano que frações de classe dominante depositaram fé, esperança e o levaram a proclamar a República em 1889.

CAPÍTULO II

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA E A TRANSIÇÃO DO REGIME

A proclamação da República em 15 de Novembro de 1889 marcou o fim do Império e o início da República. O movimento republicano, que se iniciou no Rio de Janeiro, espalhou-se por todo o Brasil, culminando na deposição do Imperador D. Pedro II. A transição do regime foi marcada por conflitos e negociações entre as diversas forças políticas da época. A Constituição de 1891 estabeleceu a forma republicana de governo, com um presidente eleito pelo voto popular e um sistema de separação dos poderes.

Apesar de a República ter sido proclamada, o Brasil continuou a sofrer com os problemas sociais e econômicos herdados do Império. A elite política continuava a dominar o cenário nacional, e a população pobre continuava a sofrer com a falta de terra e emprego. No entanto, a República trouxe algumas mudanças importantes, como a abolição da escravidão em 13 de Maio de 1888 e a criação do Congresso Nacional em 1891.

Embora a República tenha sido proclamada, o Brasil continuou a sofrer com os problemas sociais e econômicos herdados do Império. A elite política continuava a dominar o cenário nacional, e a população pobre continuava a sofrer com a falta de terra e emprego. No entanto, a República trouxe algumas mudanças importantes, como a abolição da escravidão em 13 de Maio de 1888 e a criação do Congresso Nacional em 1891.



CAPÍTULO II

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA: MAIS UMA TRANSIÇÃO PELO ALTO

À proclamação da República seguiu-se uma efervescência intelectual no Brasil, os ideais nacionalistas ganham conteúdo ao pautar-se pela nossa particularidade histórico-social. É exatamente em 1889 que Capistrano de Abreu publica suas pesquisas, *Capítulos de História Colonial*, onde traceja com originalidade analítica, as características da colonização e povoamento do Brasil enfatizando as lutas e o domínio autocrático lusitano. No mesmo período um intelectual combativo e crítico dos teóricos que analisavam a sociedade brasileira pela lente dos pensadores racista europeus e norte-americanos destacava-se, trata-se do médico e ensaísta sergipano Manuel Bomfim.

Rejeitando o quadro de referência, Bomfim – muito criticado por Sílvio Romero, registre-se – era categórico ao afirmar que os problemas de ordem socioeconômico, do baixo nível de desenvolvimento técnico-científico, da desorganização social, da passividade do povo ante a opressão, da cultura legalista derivavam de nossa condição de país colonizado por portugueses. O médico era implacável na crítica aos teóricos da inferioridade de classe: “Tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes” (apud, Skidmore, 1989:133).

Bomfim foi, ao lado de Alberto Torres – este último numa perspectiva reacionária-conservadora, como veremos mais à frente –, um dos anti-racistas e nacionalista brasileiro do início do século XX que condenava abertamente o nefando legado colonial. Sua crítica era lançada em várias direções. Do atraso na libertação dos escravos, a influência inglesa e norte-americana – através da Doutrina Monroe – na economia brasileira, passando pela



refutação dos ideais conservadores que primava por um país monocultor, os desvios políticos do neófito regime republicano e o sistema educacional excludente da população subalterna, tudo isso era mantido – segundo o ensaísta – porque atendia aos interesses da aliança dos grandes fazendeiros com os capitais imperialistas. Para salvar o Brasil da aliança colonial, a luta a ser travada “não é de nacionalidade; é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas” (id. p.135)

Não há dúvida de que foi nos primeiros anos da República que a questão da herança colonial e a crítica as ingerências imperialistas no Brasil vieram à baila e se tornaram referenciais para uma gama de intelectuais e comunistas no início do século XX, dado o panorama político-econômico mundial está sendo sacudido pelo conflito intracapitalista em sua fase “superior imperialista” operando alteração e deslocamento do centro decisório de poder, despontando os Estados Unidos da América como potência. Na Europa as disputas por espaços e colônias de exploração arrastavam para a arena da guerra as nações mais desenvolvidas sendo a tardia Alemanha e suas pretensões expansionistas o epicentro do conflito, todo esse processo inflectia as bases de nossa economia-política.¹

Na estufa do enfrentamento bélico os revolucionários russos responderam à crise do capital arrebatando do domínio da burguesia o aparato de Estado e ensaiaram um itinerário econômico-político na contra-mão do capitalismo em plena guerra anexionista. A vitoriosa Revolução Bolchevique apavorava o mundo ao tornar coletiva a propriedade dos meios de produção, passando a controlar uma das muitas regiões ricas em petróleo, Baku. Indubitavelmente a Revolução de Outubro teve lá sua influência na organização e nos enfrentamentos do incipiente proletariado brasileiro nos anos 1917/1919.

Enquanto país capitalista de burguesia sócio-subordinada ao imperialismo os sismos externos, como já dissemos, refletiam negativamente na estrutura político-econômica brasileira cuja produção voltada para o mercado externo – de onde fluíam o grosso dos bens industrializados – esteio material-ideológico da oligarquia rural, explicitava suas debilidades congênicas e via irromper, de suas próprias entranhas novas

¹ “Tudo isso refletia, naturalmente, no aparelho militar. ‘A guerra de 1914 – esclarece um historiador – confirmava a inferioridade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Demonstravam, por um lado, que éramos capazes de improvisar várias indústrias. O Nacionalismo



categorias sociais. O evento da I Guerra Mundial forçou o primeiro ciclo de substituição de importações propiciando alento à incipiente burguesia industrial interna. Foi mesmo no período pré e pós I Guerra (1914-1918) que a sociedade brasileira passou por acentuadas mudanças: primeiros enfrentamentos entre trabalho e capital industrial e emergência do *Tenentismo* que em suas três fases de desenvolvimento aproxima-se das oposições regionais à velha República e da classe média descontente com as condições socioeconômicas do país.²

Da instauração da república e por toda década de 1920, no emergir da indústria nacional, nascimento do proletariado, das camadas médias urbanas e expansão do capital inglês e norte-americano no modelo econômico vigente, formaram-se no exército as novas gerações de militares preocupados com os rumos do país, questionando o estreitismo político-econômico do regime oligárquico-rural. Essas manifestações não se davam de forma fortuita mas se alimentavam de todo um debate teórico desencadeado com o regime republicano, como já citado.

A atuação política da nova geração militar vai aos poucos se tornando uma força opositora ao sistema dominante à medida que os conflitos capitalistas internos e externos se agudizavam e a necessidade de reformas modernizantes se impunham como condição necessária à manutenção do país – e correlata associação subordinada ao imperialismo – no interior das disputas mercadológicas mundiais, daí os reboliços contestatórios de frações de classe médio-burguesa e nas casernas, plasmados no movimento revolucionário *Tenentista*.³

econômico nascia, pois, com a guerra. Abrindo novas perspectivas ao nosso trabalho” (apud Sodré, 1979:198).

² A respeito diz Sodré (1979:213) “De fato, o *Tenentismo* passará por três etapas bem definidas (...) Na primeira os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoa militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão-somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul (...) Na terceira, finalmente, o vínculo será com a oposição federal, a propósito de problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, como coroamento da Revolução de 1930.”

³ Comentando sobre a tradição de luta dos militares da região sul do Brasil que deita raízes na Guerra dos Farrapos (1835/1845) a Revolução Federalista (1893) a Revolução contra Borges de Medeiros (1923) e os levantes revolucionários Tenentistas (1922/1924), D’Araújo e Castro (1997:42) declara: “Achávamos que o país vivia entregue ao regime dos coronéis do interior, que dominavam. No Rio Grande do Sul havia uma estagnação, o governo era imutável, o prefeito de Bento Gonçalves durante 30 anos havia sido o mesmo (...) Não se preocupava com a cidade, com a vida, com o progresso, com o desenvolvimento. Era essa também a impressão que traziam os companheiros do nordeste.”



A oposição de frações do exército e de classe média se por um lado não rompia com a tradicional associação subordinada, por outro questionava a morosidade, o atraso econômico, as manipulações eleitorais dos chefes locais e regionais para se manter no comando da nação. Tal conduta representava a preocupação e antecipação de líderes das casernas diante da ameaça de quebra da ordem, posto que antes mesmo das primeiras manifestações de descontentamento e do primeiro levante *Tenentista* (1922), o incipiente proletariado ensaiou, via paralisação de massa, a luta contra a penúria a ele imposta pela burguesia industrial interna e externa aqui instaladas.

Não por acaso, em 1917 São Paulo vivera a histórica greve de 45 dias assustando as camadas dominantes. O movimento de 1917 e 1919 praticamente encerrou as atividades organizadas do anarco-sindicalismo, logo seguido da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se tornou abrigo de uma fração dos *Tenentes* e das camadas revolucionárias da pequena burguesia. A oposição não se restringia ao campo econômico-político, passava também pela rebeldia artística da juventude que, voltando-se para as lendas, costumes, religião, musicalidade e aspectos psicofísico de nossa raça inauguravam uma nova estética literária, rítmica, nas artes plásticas, na escultura plasmado na *Semana de Arte Moderna* de 1922 em São Paulo.

No plano da luta entre capital e trabalho o combate do anarco-sindicalismo era em si resultado da agitação política dos trabalhadores que procuravam, via greve, minimizar a tirania dos patrões no interior das unidades fabris levando os operários ao desespero. Como constata Brandão (1997:67): “as grandes greves de 1917 e 1919 configuram antes manifestações de desespero e isolamento do que maturidade e capacidade de articulação e defesa de interesses”, isso porque, segundo ele, nem o modelo econômico e tampouco o regime político estavam em crise. Ainda assim não se pode negar que a movimentação do proletariado era um fato novo na história do Brasil e denunciava um modelo econômico em processo de transformação.

As classes dominantes brasileiras encaravam com desconfianças, sobressaltos esses acontecimentos irrompidos do cerne do modelo agro-exportador e no encalço do novo agente econômico-político em luta por afirmar-se – burguesia industrial –, cuja forma de ser reside no conflito imanente ineliminável acrescentando ao contraditório quadro societário brasileiro da época novos conflitos de classes, empurrando as camadas



dominantes nacionais para as reformas na organização de controle político-social. É exatamente no decorrer de 1917, ano da grande greve anarco-sindicalista, Revolução Russa e no calor da I Guerra Mundial que “surge a *Liga de Defesa Nacional*, o Brasil entra no conflito e Olavo Bilac inicia sua campanha pelo serviço militar obrigatório” (Sodré 1979:195).

A “Liga de Defesa Nacional” ideologicamente militarista, organizada por Bilac e presidida por Rui Barbosa, recebia financiamento do Estado, tinha boa acolhida de intelectuais, frações de classe média urbana que criticavam a situação de pobreza da maioria da sociedade e o sistema educacional estabelecido. Os líderes da Liga mobilizavam a comunidade em defesa da participação do Brasil na guerra por entender ser essa um “despertar e o reconhecimento” – nas palavras do literato João do Rio – “do próprio valor” (Skidmore 1989:174). Por esses anos e através da Liga de Defesa Nacional, políticos e intelectuais como Assis Brasil e Barão do Rio Branco defendiam o estreitamento das relações político-econômicas com os Estados Unidos como forma de adquirir proteção sem subordinação ao protetor. Essa proposta partia do pressuposto de que a jovem nação norte-americana era a que mais se assemelhava a nossa (Skidmore 1989:179).

No mesmo período surge em São Paulo um subproduto político ideológico a “Liga Nacionalista”, entidade civil também simpatizante do militarismo que contava com os ilustres paulistas: “Júlio de Mesquita Filho, Nestor Rangel Pestana, Plínio Barreto, Antonio de Sampaio Dória e muitos outros.” A organização e os personagens por ela responsáveis, a exemplo da outra liga, também pregavam a participação do Brasil na Guerra (Skidmore 1989:175/176).

Os abalos econômicos, os debates desencadeados por frações políticas, intelectuais e militares acerca da situação do Brasil ante as transformações nos países centrais e seus reflexos no nosso, acerca da I Guerra Mundial, da aproximação do Estado e da burguesia nacional da política norte-americana, objetivamente representavam uma espécie de atuação antecipatório das camadas dominantes nacionais que percebiam o deslocamento do centro do poder econômico-político mundial da Inglaterra para os Estados Unidos. No plano interno o acirramento das contradições, o descontentamento latente nos interstícios da



sociedade urgia resposta imediata, sob pena de correr o risco de assistir a desestruturação da autocracia burguesa e a perda do controle de um processo transitório eminente.

Um exemplo irrefutável de como uma fração dominante intelectual seguia de perto a crise, as transformações econômicas, políticas, sociais no país e a influência externa sobre nossa cultura, nos é fornecida por Alberto Torres. “Onde o nosso caso mostra as cousas específicas da futura dissolução, é nos contactos da vida urbana com a do campo, na interpenetração da *civilização*, que iamos fazendo com a economia que possuíamos: na fusão dos costumes das cidades, com os costumes da roça” (Torres 1933:68). A vida no campo, a estrutura econômica de base rural, a educação familiar e os costumes próprios da organização tradicional – abalada pela “modernização” – eram vistas pelo influente jurista-político como saudáveis, harmônicas contrastando com a vida nas cidades, nas praias, nos portos, nos vilarejos às margens das grandes vias de comunicação: espaços por excelência da perversão social (id. p.68).

Por ser a cidade do Rio de Janeiro a capital da República, era essa o epicentro do modo de vida moderno copiado de fora, para onde fluíam intelectuais de todas as linhas de pensamento, camadas políticas, para onde os grandes fazendeiros enviavam seus filhos para estudar. Eles próprios saíam de suas fazendas para usufruírem os ecléticos agitos culturais. Enquanto vivíamos ficticiamente, em surdina, segundo Torres, os estrangeiros solapavam nossas riquezas. O intelectual revelava ser um republicano irreduzível mas submetia o sistema político à duras críticas por adotar o liberalismo como doutrina econômica e se mostrar incapaz de manter a ordem tal como havia herdado do regime imperial, cujo aspecto negativo residia no fato de ter “educado” o nosso povo para aceitar a decadência, copiar costumes e valores externos que nada se assemelhava a nossa cultura (ibid. p.69/70).

O nacionalismo conservador de Torres era tão resistente à sociedade pautada na dinâmica das relações de produção industrial que mesmo admitindo ser os Estados Unidos um exemplo de desenvolvimento técnico-científico e guardião da paz para nosso continente este afirmava que aquele país “não fôrma uma nação; mas os Estados Unidos iludem, por um lado, com o brilho e a grandeza espetacular da sua vitalidade, e mostram, por outro, evidentemente, solidíssimos requisitos de evolução organizadora” (Torres 1933:91). É claro que, entre outras coisas, o que o nobre jurista admirava na organização



política norte-americana era o controle sobre seu território e a mão-de-ferro com que o Estado republicano tratava os distúrbios grevistas e contestatórios do proletariado no início da década de 1920, conflitos estes imortalizados pela pena de E.L.Doctorow, *Ragtime*, e nas crônicas de John Reed: *Eu Vi um Novo Mundo Nascer*.

Torres era um crítico mordaz dos teóricos da estirpe burguesa brasileira que abraçavam os postulados “científicos” das escolas racistas americana, francesa inglesa e alemã, concebendo-os como subproduto da obtusidade, principal característica de classe dominante colonizada. “Compreende-se, assim, que Nietzsche, os Vacher de Lapouge e os Gobineau fossem pontífices entre nós. Porque esses idolatras do hellenismo e bardos posthumos do feudatismo proferiram a condenação de toda a gente que não traz madeixas louras nas cabeças e não teve avós commungando nas ara de Thor ou de Lorki, os apóstolos da nossa fé nacional, mestres de patriotismo de nossos filhos, conselheiros de nosso povo (...) apregoam, todos os dias, nos jornaes, em manifestos, nos livros philosophicos, nos discursos acadêmicos, a degenerescencia, o aniquilamento, a corrupção insanavel do nosso sangue e do nosso espírito!” (Torres 1933:133).

Contra essas concepções acerca de nossa sociedade cabocla, o juris-político mostrava ser sua conduta indolente – se é que existia realmente – resultado da pobreza material e da ignorância impostas pelo sistema econômico-político herdado da colônia e não de natureza atávica como tentava nos fazer crer os teóricos racistas.

Como bem observou Marilena Chauí (1996:18) ao investigar as transformações sócio-econômicas base do ideário nacional e nacionalista na década de 1920, concluiu: “Essa construção decorreu da necessidade de resolver três problemas prementes: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena burguesia, que aspirava ao aburguesamento e temia a proletarização.”

Se políticos, intelectuais conservadores, reacionários procuravam responder e apresentar propostas econômico-políticas para as transformações em processo, o mesmo não ocorria com as lideranças progressistas, salvo o combate teórico de Manuel Bonfim. O atraso econômico do país, a industrialização retardatária e localizada pesava negativamente sobre os ombros das organizações do proletariado e das camadas médias urbanas, refletindo-se no isolamento das lutas empreendidas, nas cisões e debilidades políticas de



seus líderes, desprovidos de teoria revolucionária própria, incapazes de unificar e dirigir os movimentos oposicionistas em sentido às suas necessidades e o rompimento com as velhas oligarquias.

Para além da industrialização retardatária determinando a ação contestatória do proletariado na aurora do século XX, existiam ainda outros agravantes: o movimento de esquerda estivera, desde os primeiros lampejos, sob direção de líderes anarquistas, o pouco conhecimento do marxismo no Brasil era mesclado de doutrinas filosófico antagônicas e restrito a figuras de classe média, é o caso de Tobias Barreto, intelectual rebelde que nos seus *Estudos Alemães* (1887) reconheceu Marx como um vigoroso pensador “considerou-o à distância, a partir de Kant, com mesclas entusiásticas de idealismo filosófico e materialismo, com a alegria do ‘espírito positivo’ e romântico” (Casanova, 1998:20).

Da fundação – por Silvério Fontes – do primeiro círculo socialista em Santos (1889), passando pelo “Primeiro e Segundo Congressos Socialistas Brasileiro em 1892 e 1902, o movimento operário não dispunha, a exemplo dos europeus, de uma direção de base socialista calcada no marxismo e numa análise consistente de nossa formação sócio-econômica” (id. p.20), o que certamente explica, pelo menos em parte, irremovíveis divisões e a não construção da hegemonia no campo do trabalho em luta.

Se do ponto de vista teórico o trabalho organizado era carente, o mesmo não pode ser dito – como já demonstrado – dos representantes das camadas dominantes brasileiras, estas dispunham de inúmeras fontes para justificar o atraso do país e o domínio oligarca rural. Em suma. foi no interior deste contraditório cenário teórico-político e das transformações societárias, que os contraditórios ideais nacional e nacionalistas se afirmaram e a pequena burguesia se tornou, naquele momento pré-revolução de 1930, a vanguarda, porta-voz das ações revolucionárias contra os ditames sócio-econômicos oligárquicos.⁴

Ao se posicionar contra a modalidade de poder calcado na aliança entre as oligarquias rurais e os capitais imperialistas – independente do viés reacionário ou

⁴ De acordo com Sodré (1979:197) “Numa fase em que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, pesava no conjunto das forças renovadoras a burguesia e, entre suas camadas, a pequena burguesia se destacava como a mais combativa. Pertenceria ao grupo militar, nesta, a função de vanguarda, função que se iniciou nos fins do século XIX e que persistiu até depois da Revolução de 1930,



progressista inevitáveis – frações do exército, da classe média urbana, políticos e intelectuais se conduziam nos marcos de um ideário nacional e nacionalista em processo de afirmação no interior dos conflitos internos e externos. Para além dos incontáveis vícios do sistema eleitoral vigorosamente denunciado e das ingerências dos capitais transnacionais drenando as riquezas do país, a batalha parecia justa e razoável considerando-se a suposto simpatia dos Estados Unidos da América para com o movimento, como ressaltava Alberto Torres.⁵

O combate ao capital transnacional através dos sismos revolucionários fustigantes das oligarquias e do Estado brasileiro que caracterizaram os primeiros vinte anos do século passado, levaram a fração conservadora do *Tenentismo* a encontrar nos postulados teóricos de Alberto Torres, Oliveira Vianna – e seu ideário de defesa nacional autoritário-reacionário – a fonte inspiradora da refutação ao imperialismo e à crise social eminente. “A crítica nacionalista e antiimperialista de Torres se inspirou nos movimentos antimonopolistas e pacifistas dos países capitalistas desenvolvidos” (Forjaz; 1989:55). A autora afirma ser o autoritarismo antidemocrático de ambos, o ponto de convergência entre uma fração *Tenentista* e a oligarquia rural que dividiram o poder de Estado a partir de 1930.

Se Torres refutava o postulado da inferioridade de nossa raça apregoada por uma fração intelectual da burguesia, condenava a grande propriedade destruidora da terra, o comércio controlado por estrangeiros, a grassa especulação financeira e acreditava ser possível avançar em sentido a civilização de perfil ocidental mesmo sendo uma sociedade multirracial, tudo dependendo apenas de uma formatação econômico-ideológica de base nacional, posteriormente seu discípulo Oliveira Vianna retomava, sem restrições, as concepções teóricas racistas, defendia a introdução de imigrantes europeus brancos como

embora com alternativas e desvios, como aquele que resultou a campanha civilista, dividindo a pequena burguesia.”

⁵ Ao defender, a seu modo, a autonomia econômico-política brasileira frente às ingerências externas, Torre (1938:198/280), se apoiava em discursos de Woodrow Wilson. Segundo ele o presidente norte-americano afirmava que “O que esses Estados (os da América do Sul) estão procurando realizar é emancipar-se da subordinação, que foi inevitável, a empresas estrangeiras. Não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação, e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os que os auxiliam a levá-lo a termo.” A transcrição do discurso vem após o nobre intelectual caracterizar nossa luta por emancipação. “É simples abuso de tolerância vernácula (bradava) confundir a reivindicação da posse completa da nossa política e da nossa autonomia com qualquer das formas mórbidas da exaltação nativista. Queremos, para nós, a liberdade e a autonomia nacional, que tem toda e qualquer nação soberana.”



caminho para a clareação, premissa resolutiva de nossos problemas. “À primeira vista, as idéias de Oliveira Viana sobre raça poderiam parecer (e eram) um retrocesso. Não fazia esforço algum para esconder sua admiração pelos mestres do pensamento racista europeu. Louvava “o grande Ratzel e referia-se a Gobineau, Lapouge e Amon como ‘gênios possantes’” (Skidmore 1989:221).

Da teoria do mestre Torres, Vianna reteve e procurou institucionalizar o vago ideário corporativista (Constituição de 1934), onde às camadas proprietárias nacionais são atribuídos o papel de comando político-econômico, e também uma certa resistência à industrialização emergente no seio do modelo agro-exportador, que lhes soava como moderna superficialidade importada, que violava a natureza das instituições além de se mostrarem incongruentes e alheias às nossas reais condições político-culturais (Forjaz;1989:55). Ao discorrer sobre o caráter elitista, reformador e centralista de frações *Tenentistas* Boris Fausto (1995:68) também verifica a influência da teoria de Torres sobre o pensamento de Oliveira Viana. “A preocupação centralizadora é um dos muitos pontos comuns entre ambos.”

Uma segunda fração *Tenentista*, também de extração pequena burguesa – essa melhor posicionada e coerente com a histórica associação subordinada – via no imperialismo um aliado “para os momentos difíceis, com o qual teria de se compor, embora em troca de concessões” (Sodré 1985:52). De certa maneira essa conduta perdurara por todo o regime republicano, quando intelectuais como Luis Joaquim de Oliveira Castro (1891), Domingos Jaguaribe e Afrânio Peixoto (1893), entre outros, faziam intensa divulgação do Brasil no exterior, desmentindo notícias, por lá correntes, de que se tratava de um país de população doente de febre amarela, negra, índia e atrasada. A atitude desses representantes das classes dirigentes brasileiras tinha por finalidade atrair empresas estrangeiras para instalar-se no Brasil (Skidmore 1989:147).

A terceira e última fração *Tenentista* era progressista e seu combate ao imperialismo, inspirado no “marxismo leninismo”, em muito se parecia com as críticas de Manuel Bonfim sobre a herança colonial. Enquanto vanguarda radical revolucionária, no decorrer dos embates aliaram-se a Luiz Carlos prestes. Sua crítica antiimperialista se dava em nome da autonomia nacional baseada no impulso industrial interno, na sedimentação das bases político-democráticas, única forma de superar o “anacrônico” modelo de Estado



autocrático de arrimo oligárquico rural e abrir caminho ao socialismo. Essa terceira frente *Tenentista* tornou-se o principal braço da Coluna Prestes, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), formando a primeira agremiação política de esquerda de alcance nacional, feito que as cindidas camadas dominantes internas até então não tinham realizado

O até aqui exposto nos permite afirmar que o caráter nacional e nacionalista, escopro com o qual as camadas médio-burguesas abriram a fenda na estrutura ossificada do modelo econômico agro-exportador autocrático para o desenvolvimento industrial do Brasil, deita raízes na segunda metade do século XIX, ainda sobre o regime imperial, antes mesmo que a questão petrolífera entrasse em pauta. Como toda e qualquer reforma – seja ela econômica ou meramente política – na *via colonial* de efetivação capitalista a luta pela industrialização foi lento, complexo, contraditório e teve no *Tenentismo* a vanguarda revolucionária avançada da processualidade.

Mesmo não tendo removido os alicerces da moldura material da associação subordinada ao imperialismo, o movimento *Tenentista* instalou um novo agente político-social no comando do país, a burguesia industrial, até então praticamente alijada do poder de Estado. Na esteira desse importante passo à frente na História do Brasil uma pequena fração do proletariado foi incorporada ao desenvolvimento e ao debate político, mas este é um assunto a ser tratado na continuidade de nossa investigação, por enquanto voltemos as primeiras tentativas de pesquisar petróleo em território nacional e como esta se inseriu no espaço movediço das transformações em processo tornando-se depositário dos ideais nacional e nacionalista que deitam raízes na última década do século XIX.

2.1 A pesquisa de petróleo e o atraso técnico-financeiro

Como afirmamos inicialmente, o controle estatal sobre a indústria nacional do petróleo não se deu fortuitamente. Pelo contrário, esse resultou do caráter retardatário, do baixo nível técnico-financeiro da burguesia industrial brasileira que, de modo geral, deve sua ascensão econômico-política à proteção do Estado e a associação subordinada ao imperialismo, forma de ser e ir sendo classe dominante para dentro e dominada de fora que deita raízes no passado colonial, cujo modelo produtivo urdido com demandas e atendimento das necessidades do mercado externo modela, expande e limita, sempre que necessário, as constantes transformações, sejam elas de natureza autóctone ou alóctone.



Apesar de a pesquisa de petróleo ter sido aberta à iniciativa privada na segunda metade do século XIX, as relações de produção, o alto custo do investimento, baixo consumo interno de derivados do combustível e a inserção do Brasil na economia mundial, calcada na produção de bens primários e controlada politicamente por uma aristocracia rural bem estruturada, não permitiram que as primeiras incursões empresariais em subsolo brasileiro frutificassem. Não obstante, empresários continuaram suas batalhas inglórias por todo o resto do regime político imperial.

As transformações externas fustigando as fissuras econômico-sociais internas, esteio da oposição ao Império, engendraram a abolição da escravatura, em seguida a proclamação da República (1889) por uma fração burguesa-militar, a elaboração da Carta Magna de 1891, a qual devolvia aos proprietários o direito de dispor da propriedade das riquezas do subsolo, “salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia.” ou seja, a questão da posse da terra e o direito sobre ela voltaram a ser exatamente como fora nos primeiros anos da Independência (Victor 1993:31).

No comando do governo republicano, Marechal Deodoro da Fonseca manteve e ampliou as concessões já estabelecidas a empresários privados.¹ Em 1892 o empresário Eugênio Camargo contratou um geólogo e adquiriu sonda nos Estados Unidos para dar continuidade às escavações iniciadas por Tito Lívio em Tatuí São Paulo. As dificuldades referentes à falta de capital monetário e o baixo nível tecnológico levaram a falência da primeira empresa brasileira empenhada em arrancar petróleo do subsolo nacional (Victor 1993:33). No tocante a organização política do Brasil, é lícito ressaltar, a Carta republicana de 1891, optou pelo sistema federativo – inspirado no modelo norte americano – base da manutenção e fortalecimento do poder das oligarquias locais que de certo modo vão influenciar negativamente no desenvolvimento das pesquisas de petróleo no Brasil.

Aberto à iniciativa privada no nascedouro, o difícil e oneroso empreendimento de encontrar petróleo em território pátrio sem uma base industrial adequada, intrincado sistema jurídico que envolvia a propriedade, o rigoroso controle dos proprietários da terra, associada à ausência de uma indústria nacional de ferramentas, maquinarias direcionadas

¹ De acordo com Coutinho e Silveira (1957:279) a política de concessões do regime imperial foi “revigorada na República por Decreto nº 1.114 de 1890. Em 1891, uma companhia inglesa cravava uma torre em terras de Alagoas. Não se conhece os motivos que a fizeram desistir da empreitada.”



aquele setor produtivo e escassez no mercado externo, levava a falência ou a desistência de empresas que se entregavam à aventura de arrancar o combustível em território nacional no decorrer da segunda metade do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.

Apesar de a pesquisa de petróleo no Brasil ser iniciada quase ao mesmo tempo que nos Estados Unidos – segunda metade do século XIX – o atraso econômico-político do Estado e da burguesia nacional não permitiram que empreendedores privados desenvolvessem o ramo produtivo, ao passo que a indústria petrolífera norte-americana – sob o cabresto do truste Rockefeller – se desenvolvia a todo vapor. Entre 1872 e 1890 a produção naquele país saltou de “10 para 100 milhões de toneladas e, a partir daí, quase dobrou a cada dez anos.” (Marinho 1989:14) É óbvio que tamanho avanço se devia à pujança industrial do emergente gigante do norte assentada na liberdade do proprietário de dispor sua terra, e independência econômico-política de sua burguesia nacional.

As cisões no interior das camadas dominantes que apoiaram a instauração da República não permitiram que Deodoro da Fonseca dispusesse do poder como almejava e estabelecesse as premissas da hegemonia republicana. Ainda assim o Congresso Nacional o elegeu para em seguida ser ele próprio contestado, feito que, para evitar maiores conflitos, acarretou a renúncia do presidente, deixando o espaço aberto para o vice Floriano Peixoto tomar a direção política da nação lutar, via Estado forte, pela defesa das conquistas democráticas encetadas pela proclamação da República.²

A tentativa de implantação e manutenção das instituições republicanas, a afirmação de um incipiente projeto sócio-econômico de base nacional sem uma correspondente mudança na forma de propriedade, no modelo econômico agro-exportador associado subordinadamente ao imperialismo, foi marcada pela crise econômica – surto inflacionário e colapso da bolsa 1892 –, por uma forte oposição de frações civis e militares ao governo de Floriano, que teve de agir com mão-de-ferro para sustentar seu mandato, cuja tentativa de doutrinação nacionalista, defensora da nacionalização do comércio e apoio a indústria brasileira, era estendido até as escolas do país, no afã de introjectar no

² A tensão entre civis e militares remonta a ao regime imperial, porém para viabilizar a transição republicana, segundo Costa (1999:401) “uniram-se momentaneamente políticos civis e representantes das classes armadas. Passando o Quinze de Novembro, as hostilidades recomeçaram. Desde os primeiros tempos, alguns políticos sentiram-se desnorteados diante da ação dos militares.”



cerne da sociedade e das novas gerações, o ideário de brio nacional e refundar uma nação calcada na liberdade política e economia independente (Skidmore 1989:103/104).

A luta de Floriano suscitou muitas expectativas nas poucas figuras nacionalistas já existentes. Havia mesmo aqueles que o consideravam o Bismarck brasileiro que certamente moldaria a forma de propriedade da terra, desenvolveria o comércio e a indústria nacional. Indubitavelmente foi essa fração de classe dominante que o apoiou na luta contra a forte reação militar que não deu trégua ao seu governo. O viés nacionalista e as batalhas enfrentadas por Floriano, assim como as mistificações em torno de sua personalidade e comando político, foram brilhantemente retratadas por Lima Barreto em *“O Triste Fim de Policarpo Quaresma.”*

Os ideais nacionalistas de Floriano foram abortados, cederam espaço a República reacionária dos barões do café graças à manutenção da anatomia do modelo econômico de herança colonial, atado ao baixo desenvolvimento interno e as necessidades externas, o que nos condenava, sobre maneira, aos estreitos imperativos de país de economia agrária. Para suceder Floriano, foi eleito Prudente de Moraes (1894/98), dando início a política *café-com-leite* e o controle do Estado pela elite agrária civil. Não consta da gestão de Prudente de Moraes qualquer preocupação com a pesquisa de petróleo.

Para sustentar o aqui suposto de que a estatização da indústria do petróleo brasileiro resultou da industrialização retardatária e da incapacidade técnico-financeira da burguesia nacional, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que uma – entre tantas outras – das características econômico-políticas de feição “prussiano-colonial” consiste em que toda projeção societária para frente se efetiva aperfeiçoando aspectos do predominantemente velho com algum tempero das novas tendências e conquistas progressistas, de forma que o passo à frente sufoca as latências efetivadoras do novo, permitindo que frações de classe e correlata ideologia que pareciam anacrônicas sobrevivam aos sismos transformadores. No tocante a questão da pesquisa do petróleo brasileiro isso é patente. À afirmação do direito à propriedade privada constante na Constituição de 1891, seguiu-se à interferência estatal nos governos civis, como ocorrera no regime imperial.

Nossa afirmação é verdadeira se considerarmos que o inexpressivo desenvolvimento da mineração no Brasil levou o presidente Campos Sales (1898/1902), a



solicitar um estudo para verificar os obstáculos existentes no setor. Após uma rápida pesquisa com os governantes locais, o Ministro da Viação Alfredo Maia concluiu que o direito do proprietário da terra – constante na Carta republicana de 1891 – de dispor do subsolo, a inércia e os caprichos dos donos, somados às implicações jurídicas que envolviam a posse e a delimitação das ditas propriedades, eram as causas da ineficiência das pesquisas e desenvolvimento da mineração no País (Victor 1993:32). Isso constatado os governos seguintes trataram de criar as condições para novamente abstrair da propriedade do solo a do subsolo que passaria para controle do poder central, como veremos.

A administração Campos Sales foi considerada por W. Sodré como sendo uma resposta reacionária dos latifundiários que haviam retomado seu poder no governo de Prudente de Moraes e agora procuravam, de forma violenta, dar cabo dos traços nacional-democráticos fincados por Floriano Peixoto. Ainda segundo o general, a acentuada crise econômica herdada levou o presidente a buscar o equilíbrio das contas externas no afluxo de capital alienígena para o Brasil, resultando no aprofundamento da associação subordinada das camadas dominantes brasileiras ao imperialismo (Sodré 1979:183). Apesar da crise econômica, Campos Sales abriu créditos para a pesquisa do xisto betuminoso de Marauá na província da Bahia (Victor 1993:32). Pelo que nos consta começa aqui a interferência econômica direta do governo federal na pesquisa do petróleo brasileiro.

Em 1902 Rodrigues Alves assume o governo demonstrando preocupação com o problema da mineração no Brasil. Em sua primeira mensagem ao Congresso Rodrigues Alves fala da necessidade de elaborar uma “lei de mineração”, remover os entraves jurídicos que envolviam a posse da terra e assim facilitar as transações com empresas particulares. No tocante a criação de uma lei regulamentando a pesquisa do petróleo no país, o presidente contava com o apoio do político (Ministro da Agricultura) e financista Pandiá Calógeras. No decorrer de sua gestão Rodrigues Alves contratou o técnico em carvão e petróleo Israel Charles White e o paleontólogo David White, ambos de nacionalidade norte-americana cuja atividade pesquisadora em território brasileiro seria visto, posteriormente, com grande desconfiança e se tornaria objeto de críticas de parte dos nacionalistas.



A proposta de uma legislação específica para o setor de mineração devia-se ao fato de o Estado não poder esperar que os proprietários das terras e das potenciais reservas naturais se lançassem na pesquisa e exploração quando bem entendessem. Dispondo de leis que abstraía a posse do solo da do subsolo, como fizera o imperador em 1871, o governo teria a liberdade de agir onde e quando julgasse necessário, abrindo concessões a empresas privadas, investindo capitais próprios e fiscalizando o desenvolvimento do setor.

No decorrer da gestão de Rodrigues Alves que realinhou a dependência do modelo econômico nacional aos capitais imperialistas e afirmou a ditadura econômica da oligarquia cafeeira plasmada no Partido Republicano Paulista (PRP), uma pequena fração da burguesia dissidente tentou articular a candidatura de João Pinheiro da Silva, defensor confesso do apoio à indústria e ao comércio de base nacional. O candidato não obteve adesão suficiente e rapidamente as forças conservadoras, em defesa de seus interesses, apresentaram e elegeram Afonso Pena (Sodré 1989:185).

Em 1906 Afonso Pena, dando início a política de valorização do café, restabeleceu o Ministério da Agricultura – criado em 1860 e extinto pela Constituição de 1891 – a cujo órgão confiou os encargos referentes à mineração (Victor 1993:32). Naquele ano o governo da Província de São Paulo – reduto da aristocracia cafeeira – perfurou um poço que atingiu 139 metros, do qual resultou uma pequena quantidade de petróleo. Essa profundidade que mais parecia um “buraco de tatu”, segundo a crítica de Lobato, não era suficiente para fazer jorrar do centro da terra o tão procurado fóssil, dada às específicas condições adversas de nossa geologia. Ao colocar a mineração sob o controle do restabelecido Ministério da Agricultura, Afonso Pena dava o primeiro passo em sentido ao controle burocrático estatal sobre o setor.

Dando continuidade a tessitura burocrática de controle estatal sobre as riquezas minerais, em 1907 Afonso Pena criou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) tendo como “primeiro diretor Dr. Orville Derby” que desgostoso com os entraves burocráticos do Ministério da Agricultura, que negava financiamento e tolhia sua ação na pesquisa de petróleo, suicidou-se.³

³ Comentando sobre as iniciativas privadas no ramo da pesquisa de petróleo a partir da segunda metade do século XIX até 1906, Coutinho & Silveira (1957:279) afirmam: “Até então, não havia sido criado ainda o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, o que só feito em 1907, no governo de Afonso pena, sendo seu primeiro diretor o Dr. Orville A. Derby ‘um cientista de renome mundial, tão bom brasileiro e servidor dessa



A criação do SGMB é visto por Coutinho e Silveira como uma atitude nacionalista necessária à defesa e desenvolvimento das pesquisas de nosso combustível. Ambos os jornalistas, discorrendo sobre a ação de empresas privadas nacionais e estrangeiras na pesquisa de petróleo nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX, com o aval das camadas dominantes nacionais, afirmam que tal atitude traidora se devia generosidade do povo e sentimento de inferioridade, quando ao nosso ver tratava-se, isso sim, de deficiência técnico-financeira e cultura subordinada ao imperialismo. Os jornalistas saúdam o processo de controle estatal representado pelo SGBM. Para eles tal criação nada mais era do que uma atitude patriótica do presidente Afonso Pena.

Ao fim do governo de Afonso Pena (1909) e a episódica administração Nilo Peçanha (1909/1910), acirra-se o debate e os conflitos político-ideológico, e a opinião pública é convocada a optar entre a candidatura de Rui Barbosa, representando o poder civil (*civilismo*) e o marechal Hermes da Fonseca, representando o militarismo, que sagrou-se vencedor do pleito eleitoral. Entre 1910/1914 (gestão de Hermes da Fonseca) agravaram-se as tensões sociais, segundo Costa (1999:402): “A política de ‘salvação nacional’ levada a efeito por ele, o expurgo de governadores, a intervenção das forças armadas no cenário político e na administração fizeram recrudescer os antagonismos entre civis e militares.” Nesse período a inteligência geológica brasileira iniciou uma sistemática pesquisa na bacia do Amazonas que vai até 1929 (Coutinho & Silveira 1957:280).

No decorrer do governo de Venceslau Brás (1914/1918) mantém-se as pesquisas no Vale do Amazonas. Em 1917, “Otávio Brandão [...] veio a público afirmar que tinha provas bastantes da existência do petróleo no Riacho Doce, em Alagoas. Mas Otávio Brandão foi considerado um louco, sofrendo daí em diante as maiores perseguições.” No mesmo ano o alemão José Bach, funcionário da empresa alagoana, Andrade Auto & Cia – especializada em destilação de folhelhos bituminosos do Riacho Doce –, “apareceu misteriosamente afogado no Canal do Calunga, junto à Lagoa de Mandaú, em Alagoas.” Assim como Otávio Brandão Bach também acreditava na existência de petróleo naquele Estado (Victor, 1993:70).

terra como os melhores filhos dela, levado ao suicídio pelos desgostos e injustiças que sofreu no Ministério da Agricultura e no próprio instituto científico de estudo do solo, por ele criado’ – conforme um depoimento de Pandiá Calógeras.”



Diante da revelação da existência de petróleo em Alagoas o Serviço Geológico organizou pesquisas no local porém, os instrumentos utilizados eram de baixa tecnologia o que resultava em conclusões imprecisas de parte dos engenheiros responsáveis pelos levantamentos geológicos.⁴ A insuficiência tecnológica e as incertezas recorrentes levavam o SGMB e seus especialistas a um sistema de trabalho itinerante, antes mesmo de se esgotar todas as possibilidades em um dado espaço, as pesquisas eram suspensas, buscava-se novos locais e depois se retornava aos anteriormente pesquisados que também não se concluíam, tudo isso acarretava perda de tempo e numerário.⁵

O problema da insuficiência técnico-financeiro não era privilégio dos órgãos estatais mas de todos os que se aventuravam na luta por descobrir petróleo no Brasil. Um exemplo concreto de tal incapacidade de proprietários privados brasileiros é expresso pela “Empresa Paulista de Petróleo, fundada em 1917 e já em 1918 recorria à ajuda do Ministério da Agricultura, que não só lhe emprestou uma sonda para trabalhos exploratórios no Estado de São Paulo, como também lhe enviou técnicos para supervisionar a pesquisa” (Carvalho 1989:19). Vale lembrar que a empresa supracitada era de propriedade de Monteiro Lobato.

Lobato de cujas iniciativas nas pesquisas de petróleo nossa análise muito se ocupa, viveu vários anos nos Estados Unidos da América vendo e aprendendo. Essa vivência segundo Lima (1975:64) o tornou um entusiasta “do pioneirismo e da livre iniciativa.” Antes mesmo de sua estadia na América do Norte Monteiro Lobato fora funcionário administrativo do Departamento da Produção Mineral (DPM), certamente sua experiência na burocracia o tenha encorajado a tentar por todos os meios, como veremos, tornar-se uma espécie de “Mr. Drake” do petróleo brasileiro claro, sem condições técnico-fiannceira, o que explica, em grande medida, seus fracassos.

⁴ Essa era a conclusão do engenheiro Euzébio de Oliveira que após examinar o solo de Riacho Doce, 1918, publicou um documento (*Boletim n° 1*) onde praticamente concordava com o técnico alemão José Bach ao afirmar: “A opinião corrente é de que uma sondagem profunda (que não tinha condição de ser feita por falta de equipamentos adequados) encontrará lençóis de petróleo. Petróleo existiu e talvez ainda exista na ‘Série Alagoas’, como prova a presença de asfalto em certas camadas do distrito de Riacho Doce. O ponto principal a elucidar é se o asfalto provém de petróleo ou das rochas betuminosas” (apud; Victor, 1993:70).

⁵ Era exatamente isso que acontecia em Alagoas, após pareceres duvidosos de Euzébio de Oliveira sobre Riacho Doce. Em 1920 o Ministro da agricultura Simões Lopes que acreditava em Otávio Brandão enviou para Alagoas o engenheiro Aurélio Bulhões para realizar trabalhos de perfuração em Garça Torta (ibid.p.70). Também esta empreitada não frutificou.



A I Guerra Mundial, como dito anteriormente, chacoalhou nosso modelo produtivo fazendo ver quão indefeso é um país cujo fulcro econômico ancora-se na associação subordinado a economias imperialistas. Apesar do baixo padrão industrial brasileiro e a maior parte da população residir no campo, o primeiro enfrentamento bélico intracapital afetou o mercado e o consumo de combustível. Como observou Lima (1975:57) ao comentar a pouca importância do petróleo para a economia nacional naquele período: “A verdade é que o petróleo não pesava na balança comercial brasileira. A necessidade mais sentida, principalmente pela população do interior, era de querosene. A crise de suprimento de petróleo na Primeira Grande Guerra, que ficou na cabeça de todos os brasileiros era uma crise de querosene.” Vale ressaltar que por essa época a transnacional Standard Oil já operava no Brasil, esta havia se instalado aqui em 1912.

Não obstante a nossa industrialização incipiente, a Guerra chamou à consciência as camadas dominantes brasileiras para a importância do petróleo, e mesmo diante de resultados pouco significativos no que tange à pesquisa até então desenvolvida, seja de parte da iniciativa privada seja do Estado, os governos local e federal, responsáveis pelas autarquias reguladoras (Ministério da Agricultura e Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro), vão assumindo o comando da pesquisa no setor em várias partes do país.⁶ Concomitante a iniciativa do poder público, líderes políticos nacionalistas procuravam aperfeiçoar as regras atinentes à mineração do combustível, é o caso, por exemplo, da “Lei Simões Lopes” de 1921 que afirmava ser indispensável uma “legislação especial que, por certo, será estabelecida no dia feliz em que encontrarmos o primeiro poço de petróleo” (apud Victor, 1993:35).

Ministro da Agricultura no governo de Epitácio Pessoa (1919/1922) e mais tarde Deputado Federal, Ildefonso Simões Lopes, em se tratando de mineração, principalmente petróleo, inclinava-se para o controle estatal, propondo investimentos e rigor governamental na fiscalização de empresas envolvidas ou interessadas em atuar na

⁶ “No governo provisório de Delfim Moreira (1918), o Serviço Geológico e Mineralógico, sob a chefia de Gonzaga de Campos, deu início a uma série de estudos sobre as possibilidades de existência de petróleo em Alagoas, Bahia, Paraná e São Paulo. Estes estudos eram realizados pelos geólogos Euzébio de Oliveira, Eugênio Buordot Dutra, Gerson de Farias Alvim e Júlio da Silva Porto (...) Em agosto de 1919, já no governo de Epitácio Pessoa, acontecia um fato significativo dentro do programa estabelecido pelo Serviço Geológico e Mineralógico: a perfuração do poço de Marechal Mallet, no Paraná. Era a primeira unidade da federação a ser pesquisada por aquele órgão” (Victor, 1993:34)



pesquisa do combustível em território nacional, fossem elas brasileiras ou estrangeiras.⁷ Ou seja, aos poucos frações de classe dominante vão fechando o cerco institucional às reservas naturais do petróleo nacional, isso porque era do conhecimento das autoridades envolvidas com a questão, a lapidar frase do marechal inglês Foch, repetida por Georges Clemenceau – em apelo para que o presidente estadunidense Woodrow Wilson colaborasse no combate as tropas alemãs – de que “uma gôta de petróleo vale uma gôta de sangue” (Victor; 1993:136).

Os argumentos e proposições de Simões Lopes refletiam a situação político-econômica interna e externa em processo de redefinição. No plano internacional gestava-se a ordem pós-Primeira Guerra Mundial da qual o Brasil participara. Naquele conflito “o problema do petróleo tornara-se fator de importância no contexto da política internacional dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França”, esse último, por sua vez, juntamente com a Inglaterra urdiu o acordo de San Remo (1920) pelo qual os respectivos governos “se comprometiam a dar todo apoio aos seus nacionais nos entendimentos para obter concessões de jazidas de petróleo no exterior” (Victor 1993:52).

Tudo leva a crer que Simões Lopes acompanhava de perto as orientações dos governos supracitados e sabendo da presença de seus interesses em nosso país tratou de antecipar-se. Ao iniciar sua gestão – pós-I Guerra Mundial – Epitácio Pessoa foi informado de que o governador do Amazonas, Rego monteiro, havia firmado um contrato com um sindicato de empresas petrolíferas norte-americanas cedendo terras no Estado para a construção de uma estrada de ferro que ia de Boa Vista a Rio Branco. Pelo contrato – com duração de 60 anos –, os construtores teriam direito à exploração dos minérios existentes num raio de dez quilômetros das margens da ferrovia a ser construída. O presidente não permitiu a transação.

⁷ Criticando a entrega das jazidas de ouro, diamante, ferro e manganês ao capital estrangeiro Simões Lopes concluía: “Se não olharmos com clareza o dia de amanhã, passará igualmente para eles o domínio do petróleo, em torno do qual se operam, nesse momento, as mais intensas campanhas econômicas, intensificadas desde o dia em que os estadistas e os maiores cabos-de-guerra do mundo demonstraram que ele é a chave da hegemonia industrial e política dos povos. O deputado apresentava ao governo propostas concretas para o desenvolvimento da pesquisa e lavra do petróleo brasileiro, entre elas constavam ‘Criação de uma lei especial sobre petróleo. Envio ao estrangeiro de técnicos a fim de se especializarem no serviço de sondagem; Exame de contratos assinados por Estados com companhias estrangeiras e particulares e eventual rescisão daqueles que fossem contrários à segurança e a defesa nacionais; Criação de estabelecimentos federais de ensino, de uma cadeira para estudo e exploração do petróleo e seus derivados; Aumento da verba do Serviço Geológico e Mineralógico, sendo 2 mil contos para material de sondagens e 8 para serviços de pesquisa de petróleo’” (ibid.p.37).



No mesmo ano, na Conferência de Paz em Paris na qual, segundo Coutinho e Silveira (1957:290), os representantes inglês, francês e norte-americano eram ligados aos trustes “Deterding, British Controlled Oilfields e Shell” Epiácio Pessoa ouviu de Woodrow Wilson a proposta de internacionalização do Rio Amazonas, o que o presidente brasileiro vivamente rechaçou.

A proposta de Wilson não saía do nada, pelo contrário, a região amazônica há tempos era objeto de desejo dos norte-americanos. De acordo com Coutinho & Silveira (1957:286) “Já nos idos do século XIX quando o carvão ainda era majestade e o petróleo apenas acabava de aparecer, não foram poucas as expedições que lá aportaram para estudar as possibilidades da bacia carbonífera amazônica, surgindo logo companhias estrangeiras, como, por exemplo, a ‘Amazon Steam Navigation Company Limited.’” Os estudos das características regionais levaram o norte-americano Hamilton Rice e equipe a fazer uma devassa naquela área pesquisando o seu potencial mineral.

Apesar de do relatório de Rice não constar à questão econômica da área pesquisada “Sabe-se, porém, que o carvão e o petróleo eram os dois elementos que colocara como base de uma proposta feita ao govêrno do Estado – a encampação de sua dívida externa na troca da exploração das riquezas do solo e do subsolo entre Manaus e Boa Vista, numa faixa de quase 1.000 quilômetros de comprido, e que seria cortada por uma estrada de ferro, cujos trilhos deveriam estender-se mais tarde até o Panamá, de um lado, e Georgetown, de outro” (id. p.287). Ou seja, os trustes da mineração norte-americanos estavam à espreita prontos para aliciar autoridades e ocupar o território brasileiro.

Internamente o governo de Epiácio Pessoa enfrentava sérios problemas. A política de valorização da monocultura cafeeira, mantida às custas do sacrifício de toda sociedade, dava sinal de arrefecimento. A resposta a tal política surgia de vários flancos sociais: primeiro levante *Tenentista*, organização, por fração da intelectualidade médio-burguesa, da Semana de Arte Moderna, fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), 1922 trazendo à baila novas idéias gestadas no cerne do modelo agro-exportador, questionando a forma de associação subordinada ao imperialismo e abrindo caminho para uma nova identidade nacional calcada na incipiente industrialização. É nesse contexto de mudanças



que a pesquisa de petróleo no Brasil torna-se uma questão de segurança nacional, como expresso nas propostas de Simões Lopes.

Apesar da política de valorização do café – principal produto de exportação e garantia de equilíbrio no balanço de pagamento – ter sido predominante nas três décadas do século passado, a modalidade produtiva brasileira antes durante e pós I Guerra Mundial passara por um surto industrializante considerável com a importação e uso de novas máquinas que requeriam outras fontes de energia.⁸ Para além disso, o largo uso de derivados de petróleo fora determinante, como afirmado anteriormente, no movimentar da máquina de guerra dos países industrializados beligerantes, acirrando ainda mais as pretensões e as disputas entre os grandes trustes por áreas propícias à exploração do combustível em todo mundo (Leite 1997:53).

As demandas econômicas internas na década de 1920 reacendiam a movimentação política de todas as camadas sociais em processo de redefinição. Por ocasião do centenário da Independência política do país – entre outubro e novembro de 1922 – realizou-se no Rio de Janeiro, sob a direção de Simões Lopes e José Pires do Rio, Ministro da Aviação e interino da agricultura, o “Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão e Outros Combustíveis Nacionais” do qual participaram todas as autoridades em assuntos energéticos nos anos subseqüentes. No Congresso retro citado a preocupação com a pesquisa de petróleo foi predominante, assim como a solicitação para que o governo e os empresários avaliassem as possibilidades econômicas do novo ramo industrial.⁹

Por essa época os conflitos entre e intraclasses recrudesçam no país, movendo o arrimo econômico-político do jovem regime republicano brasileiro. A crise eminente e a política de contenção de gastos na gestão de Artur Bernardes (1922-1926) – mais tarde irredutível defensor do monopólio estatal do petróleo – não permitiu que o velho nacionalista ampliasse os investimentos na pesquisa. Para além, o clima de radicalização

⁸ Comentando sobre o desenvolvimento industrial nos anos antecedentes à I Guerra Mundial Dias Leite (1997:52) assevera: “Essa história começa com a intensa importação de equipamentos industriais ocorridos até 1914. Com ela vieram novas tecnologias que requeriam, quase sempre e de forma crescente, novas formas de energia.”

⁹ Do congresso em questão resultou um documento que, entre outras deliberações, as autoridades presentes reivindicavam: “VII – Que o governo mande proceder a sondagem na região de Campos, Rio de Janeiro, para averiguar da existência de petróleo; X – Que se chame a atenção dos Poderes Públicos e dos industriais e dos industriaes para a vastíssima extensão em que ocorre o folhelho bituminoso do Iraty, que será uma fonte produtora de petróleo da mais alta importância, desde que as condições economicas de seus produtos o permitam” (apud; Leite, 1997:55).



política, de tintura revolucionária, encetado pela revolta no Rio Grande do Sul contra o governo de Borges de Medeiros e o levante *Tenentista* de 1924 em São Paulo, preocupavam as frações de classes dominantes de posse do Estado, forçando Artur Bernardes a governar sob constante estado de sítio, demonstração clara de que o modelo econômico e o domínio político oligárquico *café-com-leite* apresentavam fraturas e dissidências incontornáveis.

Ao fim da administração de Bernardes o Serviço Geológico praticamente controlava as atividades referentes à pesquisa de petróleo, nesse momento concentrada nos Estados de São Paulo, Paraná, Pará sob a direção de Euzébio de Oliveira que cuidou de adquirir – das multinacionais Keystone Drill Company e National Supply Company – sondas, necessárias às perfurações nos respectivos Estados. Para arcar com o pagamento dos equipamentos, Oliveira solicitou, e o Congresso Nacional aprovou, o pedido de verba de “2 mil contos de réis, reforçada posteriormente para 2 mil e quinhentos pelo Senador Pedro Lago” (Victor 1993:32).

Diante da inexpressiva atuação privada na pesquisa de petróleo, dos interesses externos à espreita, o Estado – com apoio de frações de classe dominante – ia estabelecendo o controle e assumindo a tarefa referente à pesquisa do cobiçado combustível, até porque os poderes públicos dispunham de maior capacidade para angariar fundos, contratar especialistas e adquirir equipamentos no mercado externo. Apesar disso, os trâmites burocráticos e os limites financeiros desses poderes emperravam o processo, causando antagonismos entre o Serviço Geológico e Mineralógico, órgãos e governos estaduais, que não raro procuravam sanar as dificuldades debatendo nos parlamentos e aprovando investimentos próprios para desenvolver as pesquisas em seus Estados.¹⁰

A partir de iniciativa própria do governo de São Paulo (Júlio Prestes), em 1927 o Serviço Geográfico e Geológico do Estado contratou o “geólogo norte-americano Chester Washburne” exatamente quando da chegada das sondas adquiridas pelo governo federal. Parte dessas sondas seriam usadas nos trabalhos de perfuração no município de Guareí em São Paulo (Victor 1993:35). Paralelo aos pequenos investimentos dos governos local e

¹⁰ Comentando a falta de verbas e os entraves causados pelas discordâncias entre órgãos federais no tocante aos investimentos em pesquisa de petróleo Victor (1993:35) afirma que em 1926, políticos paulistanos descrentes da capacidade de o Serviço Geológico Federal levar a cabo a pesquisa do combustível no Estado



federal na pesquisa, as movimentações políticas contestatórias e os ideais nacional e nacionalista se afirmavam de cima a baixo na pirâmide social.

Foi no interior da crise econômica, levante revolucionários e dissidências na composição do poder oligárquico *café-com-leite* que marcaram o início do governo de Washington Luiz (1926/1930) que o Parlamento Federal acrescentou à Carta uma emenda claramente nacionalista no que tange as riquezas do subsolo. “as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e à defesa nacionais e as terras onde existem não podem ser transferidas a estrangeiros” (Leite 1997:54/55). É lícito atentar para o ano de adoção de tal medida (1926), por essa época a fortaleza política oligárquica, o modelo produtivo agro-exportador, a associação subordinada ao imperialismo urgia reformas inadiáveis até porque o panorama político mundial marcado pelo “nacionalismo xenófobo expansionista” em países desenvolvidos, punha em estado de fibrilação as relações diplomáticas e mercadológicas mundiais.

Mas, contratar técnicos estrangeiros, destinar recursos públicos e institucionalizar o controle sobre as reservas não bastava para erguer a indústria petrolífera brasileira. Era necessário pesquisas técnico-científico *a priori*, o que praticamente inexistia no Brasil. A importação de equipamentos sem o conhecimento das condições geológicas das áreas a serem perfuradas redundava em desperdício de tempo e numerário, é caso, por exemplo, das sondas enviadas para o Paraná – em 1927 – que logo se revelaram impróprias para os trabalhos de perfuração que tiveram de ser suspensas. O mesmo ocorreu em Piedade, Santa Catarina, cuja perfuração não rendeu a quantidade de petróleo esperado.¹¹

A baixa tecnologia, os escassos recursos financeiros – seja de empresas privadas seja do poder público – utilizados na pesquisa de petróleo no Brasil no decorrer da segunda metade do século XIX até a década de 1930, e os irrisórios resultados atingidos redundavam em infundáveis controvérsias – entre os agentes sociais interessados – e

“em agosto daquele ano, o Departamento Geológico de São Paulo era autorizado a contratar especialistas para estudos do subsolo do Estado em busca de jazidas de petróleo, como também ampliar os seus trabalhos.”

¹¹ Logo após a contratação – pelo governo de São – do geólogo Washburne o técnico do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro, Euzébio Oliveira, assim opinava sobre as pesquisas em São Paulo: “No estado atual das pesquisas de petróleo no território paulista, o valor dos indícios é nulo. No estado de desenvolvimento das pesquisas, tôdas as sondagens deverão ser feitas onde houver estrutura adequada e não indícios superficiais. Sem a construção de mapas geológicos estruturais não é possível marcar com certeza os pontos para as sondagens” (apud; Victor, 1993:36).



desconfianças de técnicos sobre a extensão das áreas do nosso território propícias a ocorrência ou não de petróleo explorável comercialmente.¹²

Apesar dos entraves de ordem técnico-financeira, dos embates políticos entre empresários privados e órgãos federais controladores – Ministério da Agricultura e Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro – da incerteza quanto à existência do combustível em nosso subsolo, as autoridades responsáveis pelos setores de mineração e energia não desistiam da batalha, é o que demonstra as declarações de Lyra Castro, titular da pasta da agricultura do governo de Washington Luiz: “Se os resultados das pesquisas forem negativos, não devemos desanimar, mas sim continuá-las em outros lugares, consolando-nos com a lembrança de que insucessos iguais se têm registrado em países mais bem aparelhados do que nós somos. Ocupando mais da quinta parte do Continente, onde o petróleo é mais abundante, não é crível que o não possuamos também” (apud; Victor, 1993:39).

Quanto mais se aproximava do final da década de 1920 mais os antagonismos sociais se acirravam comprometendo o desenvolvimento da pesquisa de petróleo, até porque os instrumentos e a técnica aplicada se revelavam inadequados. É o que nos assegura Victor (1993:38): “No ano de 1928, o trabalho de pesquisa foi dos mais improficuos. No Paraná, foram interrompidos as sondagens de Rio Claro com 510 metros, em virtude de não haver sonda para maior profundidade. Em Santa Catarina, a sondagem de Piedade, que havia alcançado 413 metros, foi suspensa diante de resultados negativos.”

Em abstrato. Na aurora da Revolução de 1930 uma parte significativa do território brasileiro havia sido perfurada pelos governos e empresas privadas em busca de petróleo entretanto, a pouca experiência dos técnicos munidos de equipamentos de tecnologia inadequada, os minguados recursos privados, estatais e os desestimulantes resultados auferidos, acirravam as divergências entre frações de classe política e empresarial acerca dos esforços realizados. Representantes do Estado atribuíam as irrisórias conquistas auferidas à ausência de recursos, por seu turno os empresários privados acusavam os

¹² A respeito dizia Euzébio de Oliveira: “Os resultados dessas sondagens no sul do Brasil foram negativas em relação a descoberta de petróleo comercial, e como a geologia e a tectônica desses Estados diferem pouco em grande extensão territorial, é lícito concluir que as áreas em que o petróleo pode ocorrer em quantidade comercial devem ser limitadas” (id.p.38).



órgãos públicos de excessivo controle burocrático o que, segundo eles, desestimulava os investimentos particulares inibindo, assim, o avanço nas pesquisas.¹³

Uma coisa não pode ser negada. Do ponto de vista nacional e nacionalista a institucionalização do controle estatal foi uma atitude protetora do território e das reservas petrolíferas brasileiras contra a ocupação dos grandes trustes, até porque na década de 1930 estes se encontravam em processo de plena expansão e domínio por quase todo o mundo, e no Brasil – dado à estrutura econômica, política e técnico-científica arcaica e débeis, se comparado ao mundo industrializado pioneiros na exploração de petróleo – ainda não se tinha dado se quer um passo decisivo em sentido a real exploração daquele que já era o principal combustível no planeta.

As primeiras atitudes de frações de classe dominante com vista a estabelecer o controle estatal sobre a pesquisa de petróleo no início do século XX, para além da questão ideológica, tratava-se de posturas de grande coerência com o processo industrial que lentamente se gestava no âmago do modelo agro-exportador brasileiro. Desde a descoberta das inúmeras utilidades daquela formidável fonte de energia, o desenvolvimento técnico-científico de um país estava praticamente condicionado à indústria de petróleo, fato que nem mesmo o norte-americano Edwin L. Drake – organizador, em 1858, da “Seneca Oil Co. e descobridor do fóssil” – poderia *a priori* imaginar.¹⁴ Isso a retardatária burguesia industrial brasileira tinha claro, sabia que para se manter no cenário econômico mundial era preciso renovar o desenvolvimento econômico interno e produzir petróleo era uma necessidade imperante.

Enquanto país de *via colonial* de efetivação capitalista, o constante movimento no enalço da modernização ocorrida nas metrópoles, torna-se condição *sine qua non* a manutenção do padrão associativo subordinado. A participação na I Guerra Mundial e nos foros de debate sobre a paz, proporcionou a uma fração das camadas dominantes internas a consciência da importância do petróleo para a transformação industrial do país, a inserção

¹³ “Em 31 de dezembro de 1929, os esforços desenvolvidos no País, em busca de petróleo, se dividiam, na realidade, em duas correntes. De um lado, o Estado, que alegava falta de recursos para realizar um trabalho autêntico e promissor. Do outro os particulares, que condenavam a ação improficua do Estado e a série de dificuldades que se lhes apresentavam, em face das normas estipuladas pelo Serviço Geológico e Mineralógico” (ibid. p.39).

¹⁴ “Drake vislumbrou que a indústria do petróleo forneceria energia barata exigida pelos programas de reconstrução industrial dos pós-guerras” mas jamais imaginou que “A expansão, sem confronto na história



no mercado mundializado, para a segurança do território e o domínio da burguesia, daí o controle sobre as reservas do nosso combustível – como veremos mais à frente quando discorreremos sobre o “relatório de Horta Barbosa” –, tornar-se uma questão de segurança nacional.

Institucionalizar o controle estatal sobre as reservas naturais brasileiras afastando, assim, os interesses externos, tinha razão de ser, pois na primeira fase de expansão das grandes empresas petrolíferas americanas, o grupo Rockefeller praticamente passou a controlar toda a atividade de refino, transporte e distribuição do combustível, ganhando uma força político-econômica jamais vista. Entre 1859 e 1911, das vinte e seis refinarias existentes em Cleveland, Rockefeller controlava vinte e uma, além de expandir suas empresas pela América Latina. Esse era o resultado da livre iniciativa na pesquisa e exploração do petróleo em território norte-americano. O controle de Rockefeller tornou-se tão abrangente que o Parlamento daquele país teve de elaborar leis para conter a voracidade do empresário (Marinho Jr.1989:18/19).

Entre 1911 e 1938 foi a vez do nascimento e expansão internacional da Royal Dutch-Shell, da criação de empresas públicas de petróleo como a Anglo-Persian, Compagnie Français des Pétrole (CFP) e a formação do cartel internacional para explorar o Oriente Médio (id. p.15). Tudo isso servia de espelho para a classe dominante brasileira que, apesar de subordinada ao imperialismo não estava disposta a se deixar invadir por esses trustes, daí o estabelecimento do controle estatal para, no caso de associação entre empresas estrangeiras e brasileiras na pesquisa e exploração de petróleo em território pátrio, o Estado e uma fração de classe burguesa nacional controlasse a lógica do processo.

Em abstrato. Quando do aflorar da Revolução de 1930 as condições político-econômicas internas e externas favoreciam a ampliação do controle estatal sobre a pesquisa de petróleo em solo nacional. Dizemos ampliação porque o arremate final da estatização ainda teria de esperar vinte anos, até que o país alçasse a um patamar mínimo de industrialização e o movimento social, de cariz nacionalista impusesse, contra os desígnios das camadas burguesas entreguistas e dos trustes transnacionais, a estatização da pesquisa, exploração e refino do petróleo nacional, mas essa é a temática do próximo capítulo que se

econômica revelaria que nenhuma indústria seria tão essencial à economia mundial e tão vinculada à política internacional quanto a indústria do petróleo (...))Marinho Jr.1989:15).



iniciará com a tomada do poder por Vargas, a criação da Lei de Minas (1934) e o Conselho Nacional do Petróleo (1938).

CAPÍTULO III

A RECOMPOSIÇÃO POLÍTICA DAS CAMADAS DOMINANTES NO INTERIOR DA CRISE SOCIAL

Como vimos acima, os embates teóricos de viés nacional e nacionalista que se seguiram à Independência política e à quebra do “pacto colonial”, se afirmaram com a Proclamação da República. Ainda que as oligarquias tenham mantido sob rédeas curtas o comando econômico-político do país, a incipiente industrialização que desabrochava na segunda metade do século XIX ganhou alento e com ela a classe média urbana e o proletariado, complexificando a composição societária e as lutas políticas. Adicione-se a isso o processo de substituição de importações antes, durante a I Guerra Mundial, as dificuldades de escoamento da produção cafeeira para o mercado externo dada a crise do capitalismo mundial eminente – cujo ápice foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 – e ter-se-á a equação sócio-econômica interna e externa propícias a movimentação social de oposição as tradicionais oligarquias que marcaram as duas décadas do século XX no Brasil.

Impulsionadas pelas transformações em processo, camadas médio-burguesas, militar, fração da classe trabalhadora industrial e as históricas oligarquias nacionais se reorganizaram, teceram novas alianças, acordos econômicos, conchavos políticos, visando a acelerar e absorver o caudal oposicionista em andamento. O resultado dessa dinâmica societária foi a fundação de novos partidos que apesar de não apresentarem projetos de desenvolvimento sócio-econômicos contrapostos ao existente nem por isso se furtavam de lutar por construir – a seu modo e de acordo com a ideologia que propagavam – uma alternativa de poder, nas fendas deixadas pela decomposição política da aliança autocrático-oligarca que engessava a sociedade.



Nesse processo de organização político-partidário a esquerda se antecipa. Atuando no epicentro dos embates nacionais calcados nas demandas das camadas subalternas, intelectuais e trabalhadores veteranos das primeiras movimentações grevistas da história do país fundaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir de então via natural de acesso aos revolucionários socialistas que ansiavam pela superação do modelo de desenvolvimento econômico e correlato Estado autocrático. Por nascer e crescer no limbo da industrialização retardatária, de uma burguesia débil incapaz de levar a cabo as tarefas democráticas superadoras e sem uma análise da particularidade brasileira, como já ressaltamos, já na sua origem o PCB elegeu a democracia como estratégia de luta.¹

Mas não era somente nas fileiras do neófito PCB que se encontrava socialistas. No levante *Tenentista* de 1922 – apesar de minoria – também se verificara a presença de militares premidos por aqueles ideais,² parte desse segmento militar comporia a Coluna Prestes-Miguel Costa formada por revolucionários paulistas e gaúchos que em pouco tempo se aproximaram do Partido Comunista Brasileiro.³ A ação revolucionária da Coluna foi episódica. Perseguida pela reação, em 1926 as tropas de Prestes entraram em território boliviano onde praticamente encerraram sua marcha e organização em 1927.

Se a ação revolucionária de fração do *Tenentismo* na primeira fase, objetivamente não ia além da crítica às instituições jurídico-política das oligarquias, eivada de um vago ideário nacionalista, o grupo comandado por Prestes, ao se aproximar do PCB, ensaia uma postura negadora da estrutura sócio-econômica, resultando na ruptura com os grupos e efetivos majoritários do mesmo. Indubitavelmente a adesão de Carlos Prestes e parcela de

¹ Discorrendo sobre a origem e a base do PCB Antonio Carlos Mazzeo afirma que o Partido “nasce com uma raiz profundamente nacional, não como transposição artificial efetuada por grupos ‘vanguardistas’ empenhados em reproduzir o processo social ocorrido na longínqua Rússia. *Ele já é produto desse novo Ocidente, que nasce da objetivação capitalista industrial e que chega ao Brasil no fim dos anos oitocentos* (...) No contexto de um *Ocidente incompleto*, em que a objetivação hipertardia do capitalismo e a inexistência de uma burguesia de caráter nacional impedem a realização de uma revolução democrático-burguesa em moldes clássicos o PCB assume essa tarefa.” (Mazzeo 1999: ii/iii) A respeito da debilidade teórica do neófito PCB ver Michel Zaidan: “Construindo o PCB 1922/1924” (Temas de Ciências Humanas nº 7 1980: 115/131)

² Comentando sobre a movimentação do governo para punir os revoltosos do Forte de Copacabana Sodré (1979:214) extrai de Francisco de Assis Barbosa a seguinte informação: “o chefe do segundo 5 de julho, de sentido bem mais sério que o primeiro, era o capitão Joaquim Távora, socialista ardoroso e que se tornara a bandeira, cérebro e alma do movimento.”

³ “Do encontro dos revolucionários paulistas e gaúchos, nasceu, em abril de 1925, a coluna Prestes-Miguel Costa sem dúvida a façanha mais arrojada, que colocou o movimento em contato com um mundo ‘submerso’ na História brasileira, cujas erupções explosivas apareciam, aqui e ali, em episódios como os de Canudos e do Contestado” (Fausto 1995:60).



seus correligionários, ao marxismo estabeleceu a linha divisória entre eles e as demais frações do *Tenentismo* também em movimento (Fausto; 1995:63).

Prestes vivera toda movimentação política desencadeadora da revolta civil para barrar um possível quinto mandato de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Apesar de o Partido Republicano Gaúcho ter garantido Medeiros no governo, sem o direito de disputar um novo mandato, a refrega resultou na criação, por frações oligarcas dissidentes, do Partido Libertador que estabeleceu relações mais estreitas com os *tenentes* revoltosos de 1923 daquela região do país (Fausto 1995:62).

Enquanto organismo da oligarquia dissidente, o Partido Libertador tinha um projeto de governo totalmente voltado para os restritos interesses da fração de classe médio-burguesa, não demonstrando qualquer preocupação para com as demandas das camadas trabalhadoras, restringindo-se a combater as “oligarquias estaduais, a incompetência, a corrupção, a irresponsabilidade, de maneira a assegurar a autonomia dos membros da Federação e o restabelecimento do mérito e da lei da honestidade e da responsabilidade na administração pública.” Para além o partido defendia a supressão dos impostos sobre exportações, acréscimo das rendas, aumento da produção da riqueza e maiores investimentos na formação e educação profissional, principalmente no que tange a agricultura e a indústria (Sodré. 1989:219). Em geral era isso que Getúlio Vargas tinha à frente quando assumiu o Governo gaúcho em 1928.

No encalço da oligarquia sulista dissidente e também respondendo a mobilização social encabeçada pelo movimento *Tenentista* e suas divisões, uma fração da oligarquia paulista funda, em 1926, o Partido Democrático (PD) que se tornou legenda nacional no ano seguinte. A nova agremiação política procurou se aproximar dos *tenentes* paulistanos e organizar setores atrasados da classe média e proprietários rurais à margem do Partido Republicano Paulista (PRP), representante do grande latifúndio, da associação subordinada ao imperialismo, da grande indústria nacional e transnacional, controladas por estrangeiros e descendentes, estes encarados por líderes do PD como exploradores do povo brasileiro (Fausto 1995:38).

Apesar de composto por figuras do estrato social dominante o Partido Democrático de corpo e alma elitista, procurava incorporar e aproximar-se dos elementos populares,



demonstrava simpatia pela luta da juventude revolucionária e pela Coluna Prestes.⁴ As propostas contidas no programa do PD, a exemplo do PL gaúcho, eram todas voltadas para os interesses e necessidades das camadas médias proprietárias, sem qualquer referência concreta ou defesa dos interesses das camadas subalternas.⁵

Essencialmente, as organizações políticas de classe médio-burguesa que se vão formando no âmago da crise social da década de 1920, mantinham no plano dominante as tradicionais oligarquias e seus interesses corporativos, procurando acrescentar ao domínio destas um novo segmento, a incipiente burguesia industrial, e assim minimizar seu vigor revolucionário que se aproximava dos interesses do débil proletariado, numericamente considerável mas restrito aos principais centros urbanos. Os projetos socioeconômicos e a conduta dessa fração burguesa dissidente, eram coerentes com o desenvolvimento histórico-social brasileiro, no que tange a capacidade da classe dirigente colonial projetar-se atando o novo ao velho, castrando rupturas superadoras que emergem no desfraldar da processualidade,⁶ resultando na continuidade de aspectos aparentemente anacrônico e impeditivo das necessárias mudanças.

Foi a partir do enfeixamento de reivindicações dos projetos socioeconômico do PD de São Paulo e do PL do Rio Grande do Sul, com exigências pontuais de segmento do trabalho, classe média urbana e frações militares oposicionista, que veio à luz a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas, cuja proposta de governo contemplava velhos interesses e legitimava os novos, feito que possibilitou a incorporação de frações oligarcas locais politicamente marginalizadas e rasgou decisivamente a composição *café-com-leite*

⁴ "A gloriosa organização democrática teria de surgir lastreada de valores da alta sociedade paulista, da burguesia independente, das profissões liberais, da classe estudantil e de alguns populares agremiados em torno de Marrey Junior (...) Na esfera política, o Conselheiro não escondia sua admiração e o seu entusiasmo pela mocidade revolucionária dos dois '5 de julho' máxime pela que persistia em sua luta heróica, na Coluna Preste" (Nogueira Filho: apud; Sodré, 1979:217).

⁵ O programa do Partido Democrático de São Paulo continha seis pontos que estabeleciam: "1º. – defender os princípios liberais consagrados na Constituição; 2º. – pugnar pela reforma eleitoral (voto secreto e garantia de apuração e reconhecimento); 3º. – reivindicar para a lavoura, indústria e comércio influência nos negócios públicos; 4º. – suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social; 5º. – pugnar pela independência econômica da magistratura; 6º. – pugnar pela independência econômica do magistério" (id.p.218)

⁶ Analisando as transformações socioeconômicas que se vão gestando antes, durante e pós-revolução de 1930, Fernandes (1976:205) comenta: "Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto autocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde fosse possível, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse inevitável." Com relação a ação política mantenedora das amarras do poder contra os processos revolucionários ameaçadoras das oligarquias, assevera o autor: "sua ansiedade política ia mais na direção de



que perdurara por toda a Velha República e procurava se manter político e ideologicamente via candidatura do paulista Júlio Prestes.⁷

Usando de todo expediente corruptor, viciado e manipulatório que caracterizara o sistema eleitoral da I República, Júlio Prestes obtém das urnas a vitória. Não obstante, o clima de agitação oposicionista se acirra e as forças políticas plasmadas na Aliança Liberal, sob o comando de Getúlio Vargas, aplicam o golpe de misericórdia na combalida “Velha República” desencadeando o processo de flexionamento dos tentáculos do Estado em sentido a absorção dos movimentos oposicionistas ordeiros e a marginalização do PCB que através de sua face legal, o Bloco Operário e Camponês (BOC), lançara candidato próprio denunciando o viés conservador da Aliança Liberal e a articulação para depor Washington Luiz (Fausto 1995:15).

Por esses anos já era corrente nas linhas do PCB a tese de “revolução por etapas de caráter democrático pequeno-burguesa” que, segundo Mazzeo (1999:54), trazia a influência de postulados teóricos do *Komintern* do qual o PCB era membro desde 1924. Esse ideário embasava-se no estudo de Octávio Brandão “*Agrarismo e Industrialismo* – no qual era desenvolvida a tese da disputa interimperialista no Brasil – entre Inglaterra e Estados Unidos – que passava pelas várias frações da burguesia brasileira, contexto em que a burguesia industrial estaria cooptada pelo projeto do imperialismo norte-americano.”

No que respeita as ingerências do capital imperialista incrustado no modelo de desenvolvimento brasileiro, essa problemática perpassara e tornara-se objeto de debate e contestação nos meandros oposicionistas civis e militares durante toda a década de 1920,⁸

amortecer a mudança social espontânea, que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos retrogradadas e estáveis.”

⁷ Procurando estabelecer as diferenças reais entre o projeto econômico-social da Aliança Liberal capitaneada por Vargas e os restos oligarcas tradicionais representados pela candidatura de Júlio Prestes, Fausto (1995:44) assevera que nos manifestos da Aliança “não se encontravam quaisquer traços de programa industrialista (...) Alguma coisa de novo se filtra, tanto em algumas promessas dirigidas à classe operária, aludindo à aplicação da lei de férias, ao advento do salário mínimo, como nas afirmações acerca da necessidade de se resolver o problema siderúrgico, associadas menos ao desenvolvimento industrial do que a segurança nacional.” Já no programa de Júlio Prestes há clara referência ao grande fazendeiro como “tipo mais representativo da nacionalidade” e a fazenda como “lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa à doçura da vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade” (id.p.44)

⁸ Ao analisar o nacionalismo dos tenentes Fausto afirma: “O nacionalismo não se estrutura em qualquer programa definido e constitui um ponto secundário das formulações deste período.” O autor descreve os ataques do tenente-coronel Frutuoso Mendes a Eptácio Pessoa o qual, no entender do militar, era o responsável pelo levante de 1922 dada sua política de entrega do país “aos ianques, guardando-se por eles e a eles nos vendendo.” Na mesma direção e se opondo a interferência inglesa no Brasil, Juarez Távora dirige um comunicado crítico dos tenentes paulistas, 1924, a Artur Bernardes, o qual, diz Távora, não poupou “o



o problema reside no caráter e nas premissas ideológicas subjacentes às críticas em pauta. Quando vindo dos comunistas o combate ao imperialismo era travado em defesa do desenvolvimento autônomo voltado para as necessidades nacionais, das camadas subalternas, calcado na liberdade de participação política do povo. Ao contrário, quando saída das hostes *Tenentistas* médio-burguesas e conservadoras, a oposição visava o estabelecimento de uma nova forma de controle político, onde aos estratos sociais despossuídos seria negado o direito à participação nas diretrizes econômico-políticas do país.

Vale insistir para melhor explicitar o antagonismo. Se aos olhos de frações dos *tenentes* progressistas e comunistas, o caminho para a supressão dos limites e distorções eleitorais do liberalismo predominante por toda a “Velha República” era a transformação das bases materiais-ideológicas sob o comando da maioria, para a oposição *Tenentista* conservadora tratava-se de excluir, das decisões político-econômicas, a classe trabalhadora supostamente atrasada, pondo nas mãos da elite o comando da nação. Como claramente defendia Juarez Távora: “Se as massas são atrasadas se ‘votam mal’, é preciso cortar-lhes estes direitos para que a ordem possa reinar.”

No que concernia ao voto e as instituições fiscalizadoras o *tenente* Távora era enfático: “Se a adoção de um ou outro desses dois alvitre (processo eleitoral nas mãos dos juizes ou de um Tribunal especial) não bastar para restringir, a um limite razoável, as adulterações do nosso regime representativo, melhor será proscrever provisoriamente o sufrágio universal, substituindo-o por uma restrita, mas conscienciosa, elite eleitoral” (apud; Fausto, 1995:66).

A proposta de Távora tinha por fundamento o substancial teórico de Alberto Torres e Oliveira Viana no que tange ao combate ao liberalismo econômico, ao imperialismo, e a defesa da centralização política como meio de indicar os caminhos para a construção da nação onde “O Estado deve ser o promotor da justiça social e portanto aquele que garante a igualdade de oportunidades, sem excluir o comando dos mais aptos, dos mais capazes.” Não por acaso os “mais aptos” e “mais capazes” eram os proprietários e originários das camadas médio-burguesas (Forjaz 1989:58).

país do vexame de uma vistoria estrangeira e por ter dado à publicidade um documento da missão em que até se incluíam ‘graves insinuações sobre a probidade brasileira’ (id.p.67).



Távora, Juracy Magalhães e Júlio Caetano Horta Barbosa, no desenrolar do processo político pós-Revolução de 1930 – que aos poucos ia diluiu as forças políticas conservadoras *Tenentistas* – tentaram organizar, através do Clube 3 de Outubro, uma corrente política de base nacionalista onde se detectava um projeto econômico contemplador dos interesses das camadas médio-burguesas e trabalhadoras, ambas consideradas corporações, integradas e harmônicas em seus interesses, daí o caráter idealista da proposta do Clube.⁹ Vale adiantar que estes três personagens terão papel de destaque no que se refere à institucionalização do controle estatal e à defesa do petróleo brasileiro contra os interesses dos grupos transnacionais.

Em suma. Ao ocupar a presidência da República Vargas tinha à sua frente um conjunto de proposições econômico, política e sociais que lhe permitiam tracejar, de imediato, as primeiras medidas práticas visando acomodar os antagonismos herdados. É assim que no seu programa aparece “uma combinação de nacionalismo e outorga de direitos e garantias às classes populares.” A idéia de planejamento aparece nitidamente dada a economia nacional ser considerada “um dos elementos preponderantes da nacionalidade” que funcionaria através de “planos econômicos de produção, consumo e coordenação dos elementos da riqueza que vigorariam por prazos determinados subordinando-se a ‘legislação que, direta ou indiretamente, venha a influir na esfera da economia” (apud;Fausto, 1995:79).

No que tange as reivindicações dos trabalhadores, bandeira do débil sindicalismo e dos comunistas, o programa de Vargas legitimava “o direito de greve, ‘prerrogativa inalienável do operário’ e cogitava-se de conceder à classe uma série de benefícios, como salário mínimo, salário família, seguro social, participação no lucro das empresas.” Tendo em vista a proposta da institucionalização de corporações de ofícios, feitas por segmentos conservadores, presentes na luta pela tomada do poder de Estado (pré-1930), o projeto de Getúlio estabelecia “promover ‘o acionato do operário e a co-gestão das empresas por elementos operários selecionados, de acordo com o seu mérito profissional, qualidades morais e capacidade de direção’ esclarecendo-se os objetivos programáticos nesta área:

⁹ “Em face da pressão das antigas forças políticas coligadas, (leia-se a Aliança Liberal) vemos o Clube 3 de outubro tender para uma organização partidária. Esse Clube elaborara um programa bastante confusionista de reconstrução política e social do país, em que através de muitas medidas impraticáveis, de um estatismo híbrido, com representação política e profissional, procura dar expressão às aspirações e anseios da pequena burguesia” (Sodré; 1989:242).



‘tornar possível e efetiva a associação do capital-trabalho ao capital-dinheiro’ (apud; Fausto, 1995:78).

Mexido em peneira fina, o programa de Vargas revela o enfeixamento, como já argüimos, de medidas reformadoras e manutenção de direitos da velha aristocracia, ou seja, o substancial das reivindicações das classes e frações de classes sociais em movimento contra a velha estrutura política oligarca-rural, predominante nas três primeiras décadas do regime republicano brasileiro. Pelo fato de tais reformas terem sido encetadas nas fendas do modelo oligárquico, mais uma vez se projetava para frente o, até então, irremovível Estado autocrático burguês que abria o caminho para sua próxima configuração “bonapartista”, mas esse é um assunto a ser tratado no momento oportuno, por enquanto vamos voltar a questão petrolífera no âmago da “revolução pelo alto” e revelar como a recomposição política das classes dominantes trata a questão atinente à pesquisa e exploração do combustível.

CAPÍTULO IV

PETRÓLEO NO GOVERNO PROVISÓRIO DE 1930-34

Sendo Vargas e sua agremiação político-liberal, broto do realinhamento das camadas dominantes geridos no interior dos distúrbios revolucionários da década de 1920, os responsáveis pelo golpe que debelou a “velha República” sem remover os alicerces socioeconômicos da mesma e sem a participação popular direta, cabia também àquele segmento político reformista, imprimir o novo formato no modelo produtivo, nas relações capital trabalho, mercado interno, externo, na associação subordinada ao imperialismo e no aparelho burocrático de Estado que o sustentava, dada à crise do sistema capitalista mundial em expansão e a necessidade de reformas inadiáveis, razão de ser do apoio das casernas, classe média, frações oligarcas dissidentes e empresariais a “transição pelo alto em 1930.”

No que tange a idéia de nação, liberdade para repartições federais, governos estaduais, municipais adquirir financiamentos externos, no que respeitava a acumulação de



lucros de frações oligarcas, o pouco interesse pelo desenvolvimento industrial, ante as transformações e os desequilíbrios da crise de 1929, não era mais possível manter. Impunha-se à necessidade de reformas no interior mesmo da ordem, dos abalos e enfrentamentos políticos, à medida que a histórica oligarquia e tampouco as frações burguesas industriais, dispunham da hegemonia material-ideológica à altura do desafio. É no contexto da ausência de projeto hegemônico que se afirma o ideário nacional-burguês ancorado no Estado, ao qual coube o papel de financiador, controlador e dinamizador do processo transitório eminente.¹

A política de valorização do café – forma adotada para amenizar, por toda década de 1920, a crise de superprodução daquela mercadoria – recebeu maior apoio e interferência estatal direta, o que fortalecia a monocultura, a dependência econômica nacional do mercado importador, aumentando a vulnerabilidade externa, esta agravada pela *débâcle* capitalista de 1929 que impôs modificações nas relações comerciais externas. “A violenta queda nos preços e no volume das exportações reduziu a importância do setor externo da economia que decaiu de 40% no período de 1929 a 1932, permanecendo nesse nível até o final da década de 1930.” Concomitante a redução das exportações a dívida externa explodiu, a recessão se fez sentir nas finanças públicas dado o rebaixamento na arrecadação de impostos (Viana, 1980:14).

À crise do padrão de industrialização recorrente a substituição de importações do período pré-I Guerra Mundial, a produção de café acima dos níveis exigido pelo mercado e ao endividamento externo crescente, Vargas respondeu refazendo de cima a baixo o modelo de desenvolvimento, a intervenção do Estado na economia do país e nas relações com o mercado mundial. No concernente as trocas internacionais o presidente cuidou de regulamentar as “transações externas, restabelecendo o equilíbrio da balança comercial – com o aumento das exportações, extinção do imposto estadual sobre a exportação e redução drástica das importações – além de renegociar a dívida” (id.p.15/18).

Visando reerguer a economia nacional Vargas procurou incentivar o comércio no interior do país, extinguindo impostos interestaduais, expandindo o mercado interno via melhoria dos rendimentos dos trabalhadores – estes garantidos pela nova legislação

¹ De acordo com Viana (1980:13): “As idéias de que o desenvolvimento econômico deveria constituir preocupação do poder público, abandonando a ultrapassada política do *Laisser Faire*, *Laisser passer*, do Estado-polícia, só se estratificaram na consciência dos governantes brasileiros a partir de 1930.”



trabalhista – além de incentivar a fabricação de um conjunto de produtos antes adquiridos no mercado externo. A inflexão nas potencialidades econômicas nacionais desencadeou o segundo processo de substituição de importações resultando em considerável ganho para toda sociedade até porque com relação ao capital financeiro Vargas o manteve sobre rigoroso controle, tornando o câmbio monopólio do poder central, através do Banco do Brasil, desvalorizando a moeda sempre que necessário para manter o lucro dos cafeicultores, grupo político influente no governo (ibid.p.15/18).

A lubrificação da nova máquina estatal que enlaçava o conjunto da economia, racionalizando e impulsionando-a, se efetivava via criação de autarquias controladoras erigidas com o Estado revolucionário. Entre 1930 e 1937 várias destas instituições foram fundadas: “Instituto do Açúcar e do Alcool, do café, do mate, do pinho, do sal de colonização emigração, código de águas, através do qual o governo passou a fixar as tarifas de energia elétrica e exercer controle sobre o setor,” além de criar a “Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Conselho Federal do Comércio Exterior”, entre outras (Viana 1980:18). Todas essas medidas foram acompanhadas de um inestimável apoio as oligarquias cafeeira e financeira na medida em que entre 1930 e 1933 50% de suas dívidas foram perdoadas, cabendo ao governo remunerar os bancos credores dos mesmos com títulos da dívida pública (Corsi, 1999:40).

Um outro problema afligia a economia do governo provisório, tratava-se da dívida pública e externa. “Em 1931, só o serviço (de ambas) correspondia a cerca de 68% do saldo da balança comercial.” Frente as dificuldades Vargas não teve dúvida suspendeu o pagamento, atendendo a solicitação do ministro da Fazenda José Maria Whitaker que alertava Getúlio da impossibilidade de barrar a queda do câmbio através da ação do Banco do Brasil. Isso feito, o novo governo tratou de negociar com os credores, o que não significou o fim da sangria posto que compromissos externos anteriores àquele governo tinham de ser respeitados, é o caso dos “serviços desse *funding loan* e dos anteriores a (1898 e 1914), assim como *coofe loan* de 1930 e dos ‘atrasados franceses decorrentes de Corte de Haia, foram mantidos” e continuaram onerando a economia nacional (id.p.42).

Se ainda que incipiente e em crise existia no Brasil em 1930 um patamar industrial mínimo a partir do qual a “nova” composição política-estatal poderia operar com vista a



reanimá-lo,² o mesmo não pode ser dito com relação às pesquisas e exploração de petróleo. Nesse setor tudo que se tinha era o esboço de um controle burocrático-estatal, incertezas quanta a possibilidade da existência ou não do combustível em nosso subsolo, uma série de tentativas – seja de parte da iniciativa privada ou estatal – frustradas resultado, do baixo nível tecnológico-financeiro aplicados às pesquisas, os irrisórios resultados auferidos e uma postura política de cariz nacionalista que estabelecia rigoroso controle sobre os capitais privados fossem eles nacionais ou estrangeiros interessados no novo ramo industrial.

Assim como na administração pública regional, local e federal a “revolução pelo alto” tratou de refazer o quadro de lideranças, interferindo direto ou indiretamente nos poderes constituídos, do mesmo modo, o governo de Vargas tratou de reorganizar burocraticamente os órgãos federais encarregados pelo controle da mineração e agricultura, criando novos departamentos e substituindo antigos técnicos e burocratas por outros alinhados com as novas diretrizes racionalizadoras das pesquisas e exploração de petróleo em solo pátrio.

Em dezembro de 1930 foi nomeado para o Ministério de Agricultura, Assis Brasil. Até aquela data o Serviço Geológico e Mineralógico (SGM) havia empreendido pesquisas em várias regiões do Brasil, mas no momento da Revolução as atividades se concentravam nos Estados de São Paulo, Pará, Santa Catarina, Paraná e sem grandes perspectivas. O novo ministro além de tornar público os resultados dos estudos até então empreendidos ainda duvidava que não existisse petróleo – como muitos aventavam – em território brasileiro dado a dimensão do mesmo.³

A incerteza do titular da Agricultura devia-se aos irrisórios resultados demonstrados pelas pesquisas e aos poucos recursos materiais à disposição do governo. “ainda em 1930, o Serviço Geológico e Mineralógico, então o órgão encarregado desses estudos, dispunha

² O desenvolvimento industrial porque passou o Brasil na década de 1920 permitiu que quando da Revolução de 1930 o governo Vargas se deparasse com “uma pequena indústria siderúrgica (Belgo Mineira) e de cimento (Cimento Portland), bem como pequenas unidades metalúrgicas. A verdade, porém, é que se tratava de setor incipiente, de baixo nível tecnológico, incapaz de autopropulsão, porque não se havia forjado no País mentalidade (nem condições materiais) favorável ao desenvolvimento industrial a ponto de reivindicar a atenção do poder público a seu favor” (Viana, 1980:17).

³ Assinalava o Ministro: “O Brasil é meia América do Sul em território; toca em todas as colônias e em todos os países do Continente, menos um; a quase totalidade dos seus visinhos já verificou possuir petróleo, alguns em formidável quantidade. Só o Brasil não terá? É uma questão de dignidade nacional verificá-lo” (Victor, 1993:53).



de apenas 25 sondas em todo país e a utilização desses recursos numa exploração mais ou menos aleatória do subsolo” (Cohn 1968:11). No que tange a iniciativa privada esta se encontrava na estaca zero, não dispunha das condições técnico-financeira mínimas.

No mesmo ano, 1930, Chester Washburne (Geólogo norte-americano contratado pelo governador de São Paulo Júlio Prestes em 1927) publicava seu relatório concluindo, com uma certa dose de incerteza, que existia petróleo na região sul, mas, alertava o técnico, “Deduz-se isso de considerações especulativas, como o encontro de petróleo verde leve, em quatro poços, e da presença em todos os flancos da bacia do Rio Paraná dos arenitos devonianos inferiores, que na Bolívia se sotopõem em folhelho oliogênico” (apud: Victor, 1993:53). No mesmo documento Washburne defendia a tese de que para comprovar suas especulações fazia-se necessário estudar a seqüência (estratigrafia) e a estrutura geológica do terreno, especificidade técnica praticamente inexistente no Brasil até então. A conclusão e a orientação do Geólogo corroborava com a dos técnicos brasileiros Euzébio de Oliveira, Avelino de Oliveira e Morais Rego, ambos do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB).

Por tratar-se de um momento político dinâmico e revolucionário, as camadas responsáveis pela transição se empenhavam em recriar e assumir o comando do aparato estatal, ela própria se revezando com muita rapidez nos meandros da nova burocracia. Assim, entre 1930 e 1931 o Ministério da Agricultura passou das mãos de Assis Brasil para as de Mário Barbosa Carneiro, para em seguida, 1932, ser entregue ao major Juarez Távora, destacado tenente revolucionário-conservador, como já vimos.

Aguerrido defensor da autocracia e da economia de base nacional, uma vez no Ministério da Agricultura Távora inovou o formato burocrático da autarquia, abrindo espaço para novos componentes no fito de manter e racionalizar a atividade mineradora, principalmente pesquisa de petróleo.⁴ Assim, em 1932 Fleury da Rocha foi escolhido por Távora para substituir Euzébio de Oliveira no SGMB. O novo burocrata, afinado com os propósitos técnico-científicos racionalizadores de seu chefe, imediatamente a nomeação tratou de estabelecer critérios técnicos mais rigorosos para as pesquisas, válidos tanto para

⁴ Ao assumir o Ministério da Agricultura Juarez Távora através do “Decreto de nº 22.338 de 11/01/1933” instituiu a “Diretoria Geral de Pesquisas Científicas subordinada a SGMB.” Em julho, foi a vez de criar, através do “Decreto de nº 23.016, a Diretoria Geral da produção Mineral, entregando o comando do novo



os investimentos estatais como para empresas privadas interessadas ou já envolvidas no ramo da pesquisa de petróleo. Em linhas gerais as exigências eram de ordem puramente técnicas.⁵

As novas exigências estabelecidas pelo governo federal causaram divisão entre empresários e técnicos envolvidos com a pesquisa do combustível. De um lado situavam-se os empresários privados – entre eles Monteiro Lobato – que insistiam em sair perfurando o subsolo aleatoriamente, e de outro os representantes do SGMB que sem uma base técnico-científica *a priori* temiam por incorrer em desperdícios de capital.⁶ A atitude cautelosa dos representantes do governo tinha razão de ser, haja vista as várias tentativas frustradas ocorridas durante a década de 1920. Para os técnicos e empresários privados era necessário arriscar encontrar petróleo, até porque – como veremos – via de regra, eles solicitavam do Estado os equipamentos necessários.

Os estreitos limites financeiros em que operava o poder público nos primeiros anos da Revolução de 1930, impunha – com relação à pesquisa e início da exploração de petróleo – estudos mais acurados para evitar desperdícios com iniciativas incertas. Foi nessa perspectiva que em 1933 a Diretoria Geral de Produção Mineral (DGPM) contratou o geólogo lituano Victor Oppenheim – que já havia trabalhado para a empresa de Monteiro Lobato em Alagoas – cuja tarefa imediata a ele atribuída respeitava ao reexame das áreas observadas – São Paulo e bacia do Paraná – por Morais Rego, Euzébio de Oliveira, Gonzaga Campos e Charles White para se certificar se as conclusões destes técnicos de que havia petróleo netas regiões, procediam.

Os responsáveis pelo setor de mineração pós-ascensão de Vargas ao poder, além de estabelecer critérios científicos mais rígidos para a pesquisa de petróleo, contratar técnicos para ratificar ou negar a existência do combustível em subsolo nacional, também expandiam a burocracia estatal controladora, é caso da transformação do DGPM em

órgão a Domingos Fleury da Rocha.” Na continuidade o Ministro instalou, também, o “Serviço de Fomento da produção Mineral cuja finalidade seria o estudo e a exploração das riquezas minerais” (Victor, 1993:54).

⁵ Fleury da Rocha sugeria: “1 – Levantamentos magnetométricos e topográficos mencionados por Chester Washburne e Morais Rego; 2 – Estudo das possibilidades oleogênicas do Irati e 3 – Execução de sondagens profundas, a fim de investigar as possibilidades de acumulação de petróleo do Irati” (ibid. p.54).

⁶ Comentando sobre os dois grupos Coutinho & Silveira (1957:337) relatam: “uma, a dos que, acreditando piamente na existência do petróleo brasileiro, lutava para que furássemos o mais possível o nosso subsolo; outra, a do Serviço Geológico Federal, que, alegando ‘riscos de grande e inúteis dispêndios para acertar-se na primeira reserva de petróleo, tão aleatória como uma sorte grande de loteria, era preciso apelar para seguras indicações de ordem científica antes de começar a furar.”



Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em março de 1934. Um mês após a criação do novo órgão, Fleury da Rocha enviava ao ministro da agricultura, Juarez Távora, um relatório dos trabalhos empreendidos por aquele departamento no qual punha em dúvida as especulações de Chester Washburne e da equipe técnica nacional sobre a existência de petróleo na região Sul e Sudeste.

Ao tempo em que o relatório de Oppenheim não aconselhava maior empenho nas perfurações nas regiões supracitadas, relatório de Fleury da Rocha fustigou ainda mais as cisões e disputas no interior da inteligência geológica brasileira e dos empresários cujas farpas resultantes transpunham os biombos da nova burocracia e atingiam os grupos de interesses envolvidos na questão (Victor 1993:53). Ante o relatório de Fleury da Rocha, Távora aprovou a suspensão das pesquisas nas regiões supracitadas. É mister ressaltar que a atitude do responsável pelo DNPM não expressava qualquer tipo de associação espúria e oculta ao capital alienígena, não se tratava de mera arbitrariedade ou manifestação ideológica contrária a alguém – como sugere Monteiro Lobato – mas baseava-se em pareceres técnicos precedentes.⁷

A ordem suspensiva em questão atingiu em cheio a empresa de Lobato que, contrariando as orientações do DNPM, de seu corpo técnico-burocrático e ancorado nas especulações de Washburne, em 1932 fundara a Companhia Petróleos do Brasil visando provar a existência do fóssil em São Paulo, exatamente na área onde a existência do combustível, segundo relato de Washburne, era mera hipótese, como demonstramos acima.

A Companhia Petróleos do Brasil dirigida por Monteiro Lobato em associação com Ernesto Amarante, Ageu Ferreira e com apoio técnico do governo do Estado de São Paulo, iniciou suas operações com um capital de “3 mil contos de réis” e a aquisição de “uma sonda *Wirth*, trouxe pessoal técnico especializado e entregou os trabalhos à direção de um engenheiro, J.B.Romero que já havia trabalhado em Comodoro Rivadavia, na Argentina” (Victor; 1993:62). Apesar de dispor de condições técnico-financeiras, à primeira vista adequadas, a Cia. Petróleos do Brasil não venceu os obstáculos naturais encontrados ao

⁷ Enquanto professor da Escola de Ouro Preto – versado em geologia – ao substituir Euzébio de Oliveira no SGM em 1933, Fleury da Rocha baseados em estudos elaborados na década de 1920, já combatia a déia da existência de petróleo na região sul e sudeste. Diz ele: “É certo que em 1921, Gonzaga de Campos se refere a São Pedro (SP) como uma estrutura favorável para a pesquisa de petróleo. Essa opinião cooperou para a continuação, até nossos dias, das sondagens infrutíferas efetuadas nesse distrito. A verdade é que São Pedro é



iniciar as perfurações e, em 1934, tanto a sonda utilizada como o numerário à disposição dos empresários se revelaram insuficientes para continuidade dos trabalhos de pesquisas.⁸

Apesar de traído pelas condições naturais do subsolo, que não permitiam dinamizar os trabalhos no ritmo, ao valor do metro perfurado e com o numerário pré-estabelecidos, Lobato, juntamente com o corpo diretivo da empresa, procuraram capitalizar o empreendimento vendendo ações a pessoas físicas. A insistência se devia, entre outros motivos e conforme o manifesto dos diretores da Cia. Petróleos do Brasil, publicado no Jornal “*O Estado de São Paulo*”, a hipótese do técnico Chester Washburne, da existência do combustível na área perfurada dado a semelhança geológica do espaço escolhido com áreas produtoras de petróleo na Argentina. A empresa de Lobato oferecia ao público “5 mil ações de 100 mil réis pagáveis em duas prestações iguais, com intervalo de noventa dias” (Victor; 1993:63).

Diante do voluntarismo de Lobato sem conhecimentos técnico-científicos seguros, Fleury da Rocha, diretor do DNPM, publica matérias em jornais onde, de modo velado, contesta o manifesto dos diretores da Cia. Petróleos do Brasil. Entre outras manifestações contestatórias destaca-se a afirmação de Fleury de que não havia qualquer ratificação, de parte daquele departamento, das especulações de Washburne quanto da existência do combustível na área; a fiscalização realizada pelo governo na perfuração em andamento, não endossava a tese positiva com que operava a empresa de Lobato e afirmava que em breve seriam publicados estudos geofísicos definitivos bem como a opinião dos técnicos envolvidos nas pesquisas de petróleo na região sul e sudeste (Ibid.p.63/64). As declarações de Fleury foram suficientes para vetar o andamento da empresa de Lobato.

Mais uma vez o pioneiro na pesquisa de petróleo brasileiro era vítima da sua insuficiência técnico-financeira e, em parte, da burocracia estatal controladora já que – é lícito lembrar – em suas tentativas em Alagoas, onde era sócio de Edson de Carvalho, Lino Moreira etc., a exemplo de outros empresários que operaram anteriormente na área, Lobato

uma depressão estrutural, e fôsse a região reconhecidamente petrolífera, não era de esperar que desse petróleo” (apud; Victor,1993:56).

⁸ Discorrendo sobre as dificuldades não previstas, a baixa tecnologia e a insuficiência de capital monetário aplicado no empreendimento em São Pedro (Lobato, 1936:64) afirma: “No mês de agosto de 1934 havíamos vazado 213 metros, ao preço excelente de 60\$000 por metro (...) Mas sobreveio a diábase. A despeito de trabalharmos no poço (Araquá) 24 horas por dia, a resistência do obstáculo era tamanha que em quatro meses e meio só vazamos 18 metros. O custo por unidade passara de 60\$000 a 6 contos e tanto – mais de cem vezes! E pior consistia em não termos nenhum elemento para avaliar a espessura da diábase.”



não conseguiu furar o bloqueio imposto pelas condições socioeconômicas e políticas do país.⁹ A batalha de Lobato em Alagoas é de grande importância e merece ser analisada na medida que se trata de uma movimentação social que confrontou opinião pública, poder político local, federal e interesses privados.

Após – segundo o próprio Lobato – um breve período de turbulência política desencadeada pela ação do governo revolucionário de 1930 no Estado de Alagoas, a queda do interventor Tasso Tinoco e a nomeação do novo governador Osman Loureiro, Edson Carvalho insistiu no empreendimento de pesquisar petróleo em Riacho Doce, Alagoas, onde havia sido autorizado pelo próprio Vargas em 1931.¹⁰

Sob o governo do interventor Osman Loureiro, Edson de Carvalho procurou capitalizar o empreendimento petrolífero em discussão. Sobre as patas de um asno o empresário percorria o sertão vendendo ações da Cia. Petróleo Nacional, fundada por ele, Lobato e o técnico argentino B. Romero que dirigia os trabalhos e, ao atingir 250 metros de profundidade no poço São João, irrompeu da fenda um jato de gás natural, a primeira vista indicação segura de que ali havia petróleo. Uma vez descoberto o gás, assomam à região autoridades governamentais, geólogos, jornalistas e estudantes de toda parte do país. “Entusiasmado com o que vira em Riacho Doce” Loureiro emite telegrama “ao ministro da agricultura” narrando “o auspiciosíssimo fato e pede amparo técnico” (Lobato; 1936:58).

O entusiasmo popular alçado com o Jorro do gás natural em Riacho Doce – resultado da insistência de Carvalho e Lobato – ganha as manchetes do Brasil. O jornal “O Globo” entrevista o diretor do SGMB, Euzébio de Oliveira, que não mediu palavras: “Não acredito na existência de petróleo na quantidade indicada, na zona referida, nem na eficiência do aparelho do Sr. Romero, nem tampouco na sinceridade dos que procuram organizar sociedade comercial que possa explorar os tais lençóis de petróleo” (apud;Marinho Jr.,1989:229). A negativa do experiente técnico brasileiro remontava as dúvidas por ele levantadas ainda na década de 1920, quando estudos improficuos haviam sido realizados na região, como vimos anteriormente.

⁹ Após a tragédia do alemão José Bach, já mencionada, dois empresários brasileiros, “Eutichio Gama e Pinto Martins retomam a iniciativa. Mas quando Pinto estava, no Rio de Janeiro, para assinar um contrato com os ingleses, ‘foi suicidado’ em um hotel” (Lobato, 1936:56).

¹⁰ Comentando o episódio políticos em que se inseria a pesquisa de petróleo em Alagoas Lobato comenta que após as primeiras perfurações naquele Estado “O Departamento Nacional da produção Mineral abre campanha contra a empresa. Procura desmoralizar os pioneiros. Assaça-lhes as maiores infâmias” (ibid. P.56).



Ao iniciar os trabalhos em Alagoas, Carvalho e Lobato tinham contratado Victor Oppenheim, que após um breve estudo teceu pareceres técnicos contrários a existência do combustível na região, o que lhe valeu a demissão da empresa, este logo contratado pelo SGMIB. Além do mais, a sonda com a qual Lobato e sócios perfuraram um veio de gás natural em Rio Doce era de propriedade do próprio Serviço Geológico. Tudo isso viria a tornar-se problema para eles num futuro próximo quando a descoberta do combustível na região pesquisada se tornasse público e ganhasse apoio popular.

Apesar de ter feito jorrar gás natural em Rio Doce a Cia. Petróleo Nacional ainda não dispunha de bens de produção próprios à altura do empreendimento e tampouco podia afirmar com segurança que a incidência do gás decorria de jazidas do óleo, tudo continuava uma hipótese. Um mês após a descoberta, Lobato e Carvalho solicitaram a Vargas que enviasse técnicos para se certificar de que estavam no caminho certo e se achar petróleo naquele local era apenas uma questão de aprofundar o poço em operação como eles acreditavam.

O órgão governamental responsável pelo controle das áreas em processo de pesquisas prontamente atendeu a solicitação. O assistente-chefe do Serviço de Fomento da Produção Mineral (SFPM), engenheiro Bourdot Dutra, foi destacado para o local incumbido de fiscalizar os trabalhos e levando consigo uma carta do diretor do DNPM, Domingos Fleury da Rocha, autorizando-o a negociar com o governo alagoano, Osman Loureiro, a devolução da sonda cedida por aquela autarquia à Cia. Petróleo Nacional quando da sua abertura e início das pesquisas em 1932. O pedido devia-se a informação errônea de que o aparelho não estava sendo utilizado. A solicitação de Fleury desencadeou atos de protesto nos meios políticos e populares alagoanos causando apreensão nos dirigentes políticos do país (Victor, 1993:74).

Diante dos protestos populares alagoanos o ministro interino da Agricultura, José Solano C. da Cunha, ratificou o pedido de devolução da sonda – caso ela não estivesse sendo usada – mas defendia que os trabalhos de pesquisas não fossem interrompidos. Meses depois o engenheiro Bourdot Dutra enviava seu relatório ao DNPM aventando da possibilidade da existência de petróleo na região em pesquisa.¹¹ Diante da afirmativa de

¹¹ O relatório do engenheiro destacava quatro pontos fundamentais. “1 – a sonda estava em serviço; 2 – presença relativamente abundante, de óleo mineral, sob forma de espuma, sobrenadando na água retirada do poço; 3 – presença de gás combustível; 4 – os estudos em Riacho Doce deveriam ser retomados no pé em que



Bourdout, Fleury da Rocha defendia que fossem aprofundados os estudos geológicos no poço de onde vertia óleo e gás natural, mas, adiantava, “este Departamento não dispõe de recursos financeiros indispensáveis ao seguimento de estudos na ordem aconselhada pela boa técnica” (ibid.p.75).

Ante a disposição do DNPM em continuar as pesquisas em Alagoas, Osman Loureiro tentou estabelecer parceria com órgãos federais, solicitando a Fleury da Rocha que lhe enviasse relatórios com previsão de custo para que ele o providenciasse dos poderes públicos competentes. De pronto o diretor do Departamento enviou um plano de pesquisa elaborado, se comprometeu a ceder mão-de-obra especializada e instrumento de precisão, desde que o Estado de Alagoas arcasse com o numerário para a contratação de força de trabalho auxiliar.

Ocorre, porém, que a essa altura dos acontecimentos, influenciado por Lobato e o corpo diretivo da Cia Petróleo Nacional – ferrenhos críticos da inteligência geológica federal – o governo alagoano já alimentava profunda desconfiança para com os propósitos e a lisura dos técnicos e autarquias federais controladoras das pesquisas do petróleo na região, e no caso de o governo central vir a auxiliá-lo na empreitada, esta deveria se restringir obrigatoriamente à área de Riacho Doce, estando outro espaço totalmente fora de cogitação.¹² Esta era a exigência do governador de Alagoas Osman Loureiro.

Lobato não teve dúvida. Diante das divergências, cisões, impasses entre as autoridades estaduais e federais recorrente à incertezas técnicas, pouca tecnologia, numerário escasso para a aplicação no desenvolvimento das pesquisas de petróleo, este tratou de convencer o governo alagoano a permitir-lhe a se associar a transnacional (Piemeyer, seção ELBOF de Cassel Alemanha) através da “Companhia Aliança Mineração e Petróleo”, por ele fundada. A empresa em questão era especialista em estudos geofísicos e já prestara serviços a gigante do petróleo norte-americano Standard Oil, além de operar em diversos países pelo mundo. A Assembléia Legislativa daquele Estado através do “Decreto nº 1227” autorizou Loureiro e Lobato a firmar contrato com a empresa germânica

ficaram no *Boletim nº 1* do Serviço Geológico e Mineralógico (de 1920), prosseguidos e atualizados. Dêles resultaria o parecer pedido pelo governo de Alagoas” (Victor, 933:74)

¹² Constam da carta de Osman Loureiro enviado a Fleury da Rocha três exigências: “1 – toda e qualquer campanha geofísica do Departamento da Produção Mineral deveria efetuar-se somente em Riacho Doce; 2 – o Departamento da Produção Mineral já não era digno da confiança do Estado, pelo que era recusada a sua



que em 1936 iniciou os trabalhos, complicando ainda mais os antagonismos entre e intraclasses que caracterizava a questão petrolífera em Alagoas.

O Departamento Nacional de Produção Mineral não considerava ser Riacho Doce a área mais adequada para a pesquisa de petróleo e, concomitante aos trabalhos de Lobato iniciou, sob a direção do técnico Mark Malamphy, trabalhos de perfurações na fronteira de Alagoas com Pernambuco. Perante o clima de antagonismos entre o governo alagoano – aliado da Cia. Aliança de Mineração de Petróleo – e o órgão federal, era óbvio que a presença do último em área vizinha só poderia soar como disputa aberta ou desmerecimento da atuação do governo de alagoas associado a Lobato. A presença do DNPM na região desencadeou outra onda de protestos populares condenando o órgão federal e apoiando o governador Loureiro os interesses da empresa de Monteiro Lobato (Cohn, 1968:28).

Abramos aqui um parêntese para – mais uma vez – mostrarmos que a nossa premissa de que a intervenção do Estado na pesquisa de petróleo não foi obra do acaso, mas precisamente decorrência da debilidade técnico-financeira da burguesia industrial brasileira e sua conduta sócio-subordinada, se confirmam. No caso das pesquisas e os antagonismos envolvendo o poder local federal em Alagoas, o que realmente estava em jogo era o interesse de uma empresa privada que não dispo de técnica, numerário e financiamento público adequado, se associa a transnacional para tentar atingir seu objetivo que era comprovar e explorar petróleo em território brasileiro. Mas deixemos que os fatos falem por si.

O trabalho do consórcio brasileiro/alemão concluiu seus estudos afirmando ser possível existir petróleo em Riacho Doce. Tal constatação punha abaixo as conclusões dos técnicos Mark Malamphy e Victor Oppenheim, ambos do SGMB, que em 1936 afirmaram o contrário. Respaldados pelas perspectivas da existência do combustível, os dirigentes da ELBOF e da Cia. Aliança de Mineração de Petróleo – de propriedade de Lobato – dirigiram carta a Getúlio Vargas na qual, além de apelarem para seu patriotismo, classificar de traidores os técnicos do SGM, envolvidos nas pesquisas no espaço limítrofe dos Estados de Alagoas e Pernambuco, exigir que a aparelhagem por eles usada lhes fosse entregue,

cooperação direta no assunto; 3 - o Estado não confiava na idoneidade da maioria dos técnicos do Departamento” (apud, Victor, 1993:75).



ainda pugnavam pela demissão de autoridades responsáveis pelas autarquias controladoras. A solicitação era feita, segundo os remetentes, em nome do povo de Alagoas e dos técnicos responsáveis pela elaboração do inquérito do petróleo.¹³

O Inquérito em pauta que, segundo os dirigentes do consórcio condenava os técnicos do DNPM, fora solicitado pelo ministro da Agricultura Odilon Braga para certificar-se da veracidade das acusações constantes no Livro de Monteiro Lobato, "*O Escândalo do Petróleo*", publicado em 1935 que delatava supostos interesses externos agindo silenciosamente no Brasil – com apoio destes senhores e autoridades representantes das autarquias – no fito de evitar ou sabotar qualquer tentativa de descobrir petróleo em nosso território e assim, no momento adequado, lançar-se sobre nossas reservas e açambarcar do controle nacional o desenvolvimento desse auspicioso setor industrial. A obra de Lobato denunciava, também, supostas aquisições de terras – nunca confirmadas – por empresas transnacionais onde havia evidência da existência de petróleo.

A maioria dos intelectuais que analisaram tanto o *Inquérito* como *O Escândalo do Petróleo* constataram que Lobato estava errado e para despertar a opinião pública e usá-la em seu favor, lançava mão de quizílias com os órgãos oficiais e seus representantes visando a desmoralizá-los diante do país. Voltaremos a esse assunto mais adiante, por enquanto vamos continuar analisando as disputas em Riacho Doce.

O teor do enfrentamento e da disputa acerca da pesquisa de petróleo na região nordeste, transcendeu aos antagonismos técnicos, ganhou conotação política uma vez que envolvia empresas privadas, parlamentos, governo estadual, federal e opinião pública, tornando o clima em político em Alagoas um tanto inseguro e desfavorável aos órgãos técnicos oficiais. Essa insegurança é relatada pelo técnico em geofísica do Serviço de Fomento da Produção Mineral (SFPM) Irnack do Amaral que presenciou um evento batizado de *Semana do Petróleo* "orientada pelos deputados estaduais Joaquim Leão e Rodrigues Melo, e pelo senhor Edson de Carvalho, diretor da Companhia Petróleo Nacional." O evento, segundo Victor (1993:79) não visava outra coisa senão desprestigiar

¹³ Segundo os missivistas responsáveis pelas empresas em questão: "A Comissão de Inquérito do Petróleo condenou os técnicos estrangeiros, funcionários do Departamento da Produção Mineral, como traidores dos interesses do Brasil, e são esses elementos que se acham aqui aguardando ordens do Ministro, a fim de iniciarem trabalho, fatalmente prejudicial aos interesses de Alagoas e do Brasil. O povo alagoano apela para a dignidade e patriotismo de Vossência, a fim de afastar do Ministério elementos perniciosos que estão entravando a marcha do progresso no Brasil" (apud; Victor:1993:76).



o ministério da Agricultura e seus responsáveis, a essa altura encarada como inimigos do petróleo alagoano.

Vargas tenta dar encaminhamento político à questão visando a não suspender as pesquisas e eliminar amigavelmente as controvérsias. É nesse intuito que autoriza Odilon Braga a propor a Osman Loureiro a formação de uma comissão composta por três engenheiros de minas, sendo um ligado e escolhido pelo governo federal entre cinco nomes apresentados por Loureiro, um segundo nomeado pelo próprio governo alagoano e um terceiro escolhido de comum acordo, desde que esse último não tivesse qualquer relação com as autarquias federais. As despesas seriam socializadas, ficando o governo federal com a maior parcela do gasto referente a operacionalidade do projeto que propunha aprofundar as escavações já existentes e encarregar os técnicos de verificar novas áreas propícias a existência do combustível.¹⁴

Loureiro não se manifestou e, diante do silêncio daquele governo Vargas encaminhou carta solicitando definição rápida pois tinha informações da Polícia Federal de que havia elementos comunistas envolvidos, no propósito de desencadear propaganda contra a política do petróleo implementada pelo governo federal. Loureiro rechaçou a proposta alegando que o Estado não dispunha de departamento técnico especializado e numerário. Odilon Braga insistiu, prontificando-se a pagar a força de trabalho especializada e permitindo a Loureiro acorrer aos departamentos de outros Estados e contratar técnicos de sua confiança. O ministro só não se comprometia arcar com todas as despesas nas operações porque o DNPM e o Ministério da Agricultura eram vistos com desconfiança pela população alagoana e não gostaria de arcar sozinho com o ônus se os resultados das pesquisas fossem negativas (Victor, 1993:81).

A situação em Alagoas tendo como epicentro às pesquisas de petróleo e os interesses do consórcio brasileiro/alemão dirigido por Monteiro Lobato e Edson Carvalho, devido às incertezas expressas nos relatórios, as insuficiências técnico-financeiras indispos os poderes público local e federal, além de criar um clima de radicalismo e antipatia popular para com a administração central, fato que inibiu a ação do executivo alagoano que

¹⁴ Odilon Braga propõe dividir as despesas da seguinte maneira: "1 - vencimentos e diárias do técnico seu representante e do técnico escolhido de comum acordo pelos dois governos; 2 - perfuração profunda no Estado, aumentando o número delas mediante créditos a serem concedidos; 3 - fornecimento de material



mesmo diante do financiamento federal da pesquisa naquele Estado, incluindo Riacho Doce, como insistia Loureiro e Lobato não levou à frente a associação para finalmente resolver a contenda sobre a existência ou não do combustível na região.

Em clima de disputas e irresoluções de toda natureza os investimentos de Lobato empatados na Cia. Aliança de Mineração de Petróleo e Cia. Petróleo Nacional, apesar do apoio técnico do governo não sobreviveu, e a afirmação por ele feita em 1932 de que havia “óleo de pedra” em Alagoas e São Paulo não se confirmaram, é o que assegura Victor (1993:82): “Decorridos 5 anos, portanto, a existência de petróleo em Riacho Doce era desmentida pelos próprios fatos: nem o famoso aparelho do Dr. F.B.Romero mostrara-se capaz de revelar o ouro negro nem os incorporadores da Companhia Petróleo Nacional tornaram realidade a promessa constante do seu manifesto de 22 de setembro de 1932, segundo o qual já haviam entrado ‘em contato com o petróleo’, cujas formações não se achavam ‘a mais de 500 metros, se tanto.’”

Lobato foi, a nosso ver, a encarnação do burguês industrial brasileiro envolvido na pesquisa de petróleo que via na associação subordinada ao capital imperialista e na ajuda do Estado, a possibilidade de alçarmos ao patamar de país industrial e economicamente desenvolvido. Abramos-lhe a palavra. “Não sou chauvinista, nem inimigo da técnica e das empresas estrangeiras. Reconheço a nossa absoluta incapacidade de fazer qualquer coisa sem recurso ao estrangeiro, à ciência estrangeira, à técnica estrangeira, à experiência estrangeira, ao capital estrangeiro, ao material estrangeiro. Tenho olhos bastante claros para ver que tudo quanto apresentamos de progresso vem da colaboração estrangeira. E nesse caso do petróleo nada faremos de positivo, se insistirmos em afastar o estrangeiro e ficarmos a mexer na terra com as nossas colheres de paus” (Lobato 1936:124).

O combate travado contra as transnacionais interessadas no combustível brasileiro cuja retórica denunciante é no que consistia o conteúdo de *O Escândalo do Petróleo*, é no mínimo curiosa, original e adequada a ideologia do sócio-menor do imperialismo. Mas novamente deixemos que ele mesmo nos revele. “Desconfio, pois, sistematicamente de todas as entidades estrangeiras que se metem em petróleo no Brasil, já que a intenção confessada não é tira-lo, sim impedir que o tiremos. Não os denuncio e combato por serem

permanente de sondagem, material de consumo, combustível ect. Quanto ao governo do Estado, caberia a despesa com o técnico seu representante” (Victor, 1993:80)



estrangeiros, mas apenas por estarem seguindo uma política contrária aos nossos interesses” (ibid. p.122/125).

Recusando-se a admitir que problemas de ordem técnico-financeira foram o que levou suas empresas a bancarrota, Lobato assevera transferindo a culpa: “Há quatro anos mergulhado nesse problema do subsolo, tenho elementos para afirmar que não foram os obstáculos criados pela natureza os que mais nos consumiram energia, a mim e aos meus companheiros – sim os obstáculos artificiais, filhos da burocracia, não só os que sistematicamente antepõe à execução dos dispositivos monstruosos dessa lei” (ibid.p.132). A lei a que se refere Lobato é a Lei de Minas de 1934 que analisaremos mais adiante.

Tanto quanto o livro de Lobato, a receita que ele apresentava para resolver o problema da pesquisa de petróleo no Brasil revela a dupla âncora em que se apóia a burguesia nacional. Isto é, com o mesmo vigor que defende a iniciativa privada, a associação com os capitais externos, também defende o financiamento estatal à empresa particular: “uma lei subvencionando as companhias particulares por metro de poço perfurado e uma lei sobre estudos geofísicos, consistindo em o Governo realizar esses estudos para as ditas companhias.” Exatamente segundo Coutinho & Silveira (1957:365) a “receita admirável para as empresas do Sr. Lobato, pois tudo se resumiria em dar-lhes o que lhes falta: técnicos e dinheiro, e isso justamente pelo governo”, isso porque Lobato afirmava não possuir recursos.

O acima exposto clarifica o que afirmamos na introdução de nossa pesquisa: que a pesquisa e a exploração do petróleo em território nacional revela de maneira clara a luta da burguesia nacional por afirmar-se e se desenvolver ancorada financeiramente no Estado e na associação subordinada ao capital imperialista. A análise de Coutinho & Silveira (1957:372) sobre a conduta de Lobato como pioneiro privado na pesquisa do petróleo brasileiro os levou a concluir que, apesar da retórica nacionalista, o autor de *Jeca Tatu* fazia ingenuamente o jogo das transnacionais de olho no nosso “óleo de pedra”, é perfeitamente correta pois neste jogo o elo mais débil é fácil e rapidamente engolido. Se Lobato tivesse logrado sucesso em Riacho Doce com o apoio da empresa alemã em pouco tempo ele teria sido superado.

Comentando sobre a vivência de Lobato no (DPM), como funcionário, e sua estadia nos Estados Unidos, onde adquirira simpatia pelo pioneirismo e pela iniciativa privada no



setor petrolífero, Lima (1975:64/65) afirma: “não podemos deixar de reconhecer que nessa questão toda do petróleo não foi apenas a paixão que o prejudicou mas, igualmente, certo tom leviano que se observa em seu comportamento. Em outubro de 1933, por exemplo, chegou a anunciar para dentro de 60 dias como resultado das perfurações realizadas em São Pedro, no estado de São Paulo. Mas no mês seguinte já admitia ser impossível qualquer prognóstico a respeito. Isso se explica pelo fato de suas declarações serem destituídas de caráter técnico ou científico.”

4.1 O petróleo baiano: um segundo fronte

Como vimos, Monteiro Lobato com auxílio do Estado e em sociedade com brasileiros e a empresa alemã ELBOF, devido às insuficiências técnico-financeiras e as inúmeras quizílias arranjadas com autoridades federais, não conseguiu provar, muito menos explorar petróleo em São Paulo e Alagoas, todas as suas investidas fracassaram. Mas não era somente Lobato que se aventurava na difícil tarefa de encontrar o combustível, cujos sinais da existência se encontravam espalhadas por todo o território nacional. Também na Bahia o técnico Manuel Inácio Bastos e Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias daquele Estado, se batiam em busca de petróleo com escassa tecnologia, numerário insuficiente e contra os relatórios técnicos oficiais que davam por inexistente, naquele subsolo, reservas do cobiçado mineral.

Os primitivos habitantes da região de Lobato, na Bahia, passaram décadas usando em suas lamparinas aquele mal-cheiroso e espesso material brotante do subsolo, até que, quando do assentamento da ferrovia Leste Brasileiro, técnicos ingleses recolheram o material, enviaram-no aos laboratórios daquele país e concluíram que se tratava de petróleo. Por aquelas décadas, tanto as bases produtivas industriais como os cientistas, segundo Coutinho & Silveira (1957:IX), ainda não tinham descoberto as inúmeras utilidades do petróleo como fonte de energia.

Já na segunda metade do século XIX, 1852 “José Francisco Tomás do Nascimento descobriu xistos betuminosos em Maraú, fato consignado por Francisco Inácio Ferreira, em seu *Dicionário das Minas* publicado em 1865. Com essa descoberta, teve início à corrida em busca de nafta, asfalto e petróleo na província” (Victor 1993:84). Como demonstrado no primeiro capítulo sobre petróleo, D. Pedro II concedera licença a empresários britânicos para pesquisar naquela região, provocando protestos de proprietários. As primeiras



pesquisas não avançaram mas, durante a década de 1920 o Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB) voltou-se para a região reiniciando uma série de estudos, perfurando poços de exíguas profundidades não suficientes para atingir os depósitos olienígeno subsolares.

Como o inicialmente afirmado, o atraso na pesquisa e indústria do petróleo era corolário do retardamento da industrialização, da debilidade técnico-financeira da burguesia nacional, de um desenvolvimento econômico cuja dinâmica interna ajustada aos movimentos do mercado e da política mundial padecia com os desequilíbrios de natureza interna e externa. Assim, quando na década de 1920, as autoridades responsáveis pelo setor de mineração e energia reiniciaram as pesquisas na Bahia – área até então supostamente rica em petróleo – tal atitude refletia os sismos econômicos causados pela I Guerra Mundial e a consciência de uma fração da classe dominante brasileira da importância do combustível para a indústria e a segurança nacional.

Até as duas primeiras décadas do século XX, a inserção do Brasil na economia mundial calcada na exportação de bens primários a demanda por importação de derivados do combustível, como já demonstrado, pouco preocupava. Graças à curiosidade do agrônomo Manuel Inácio Bastos com apoio de Oscar Cordeiro os debates sobre a existência de petróleo em Lobato vieram à baila concomitante a Revolução de 1930, forçando as autoridades políticas locais a se envolver com o problema.

Segundo Victor (1993:85) “Em meados de 1931, o interventor na Bahia, Artur Neiva, solicitou ao Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB) o envio de um de seus técnicos à Bahia, para verificar da provável existência de petróleo em Lobato. Atendendo a solicitação o SGMB enviou o engenheiro Luciano Jacques de Moraes, cujas conclusões sobre o poço do Lobato foram as mais pessimistas.” A partir de então o governo local e o Federal praticamente abandonaram os trabalhos.

Cordeiro e Inácio não se deram por vencidos. Ainda que as evidências fossem frágeis, em 1933 Cordeiro foi informado da passagem do empresário Edson de Carvalho e do técnico Victor Oppenheim – que ainda não era funcionário do SGMB – pela capital baiana rumo a Alagoas. Cordeiro julgou que, por se tratar de pessoas não enfronhadas com os órgãos oficiais e envolvidas com projeto semelhante em Alagoas, seus pareceres seriam ideologicamente neutros e de grande importância para o prosseguimento de seus trabalhos



na região de Lobato. Cordeiro tomou a iniciativa de os convidar para uma visita e uma breve inspeção do local. A visita de Oppenheim e Carvalho deu-se sobre grande cobertura jornalística daquele Estado. Para surpresa de Cordeiro, Oppenheim emitiu – e os jornais publicaram – opiniões contrárias à existência do combustível na região onde o empresário baiano insistia em pesquisar.¹

Cordeiro – apesar de desapontado – não deu crédito as opiniões de Oppenheim e tratou de entrar em contato com o “Instituto Histórico e Geográfico de Salvador” recebendo ajuda de um renomado técnico daquela instituição, Teodoro Sampaio, que ante as evidências constatadas e com uma certa dose de incerteza sugeriu a existência do combustível,² atizando os ânimos de Cordeiro que imediatamente tratou de colher amostras e enviar ao presidente Getúlio Vargas, cuja análise empreendida pelo SGMB revelou conter apenas 5% de gasolina, querosene e óleos leves o que do ponto de vista de uma exploração comercial era desanimador.

Cordeiro, que devido sua insistência de que havia petróleo na área por ele pesquisada, passou a ser chamado nos círculos oficiais de “o louco de Lobato”, solicitou, em 1933, do ministro da Agricultura Juarez Távora, a cedência de um técnico em petróleo para acompanhar os trabalhos por ele desenvolvido, no que o ministro prontamente lhe negou alegando que “faltavam técnicos e verbas na Diretoria de Minas” (Cohn, 1968:26). Assim como Monteiro Lobato, Cordeiro solicitava apoio ao Estado porque a legislação vigente além de responsável por delegar direito a exploração por parte de empresas privadas ainda determinava que o órgão estatal responsável pela pesquisa de petróleo fornecesse aos concessionários 50% dos equipamentos que possuísse para que esses encaminhassem os trabalhos (Lima, 1975:40).

¹ Os trabalhos de Cordeiro não despertaram qualquer interesse de Oppenheim por motivos óbvios. “Primeiro, porque ele não acreditava na revelação de petróleo num poço a tão poucos metros de profundidade (4,75m). Segundo, porque tal fato não poderia passar despercebido do Serviço Geológico e Mineralógico quando por lá pesquisou” (Victor 1993:86).

² Após breve observação da área conclui Sampaio: “Êsse óleo mineral, de cheiro inequívoco, tirado do fundo do poço, onde sobrenada em quantidade apreciável, sendo lançado sobre palhas ou algodão, queima facilmente com uma luz vermelha fumarenta, e queima demoradamente, por pequena que seja a quantidade levada à prova. *Trata-se, evidentemente de petróleo impuro* misto de substâncias outras que de ordinário com êle se associam. Se com as amostras colhidas no poço do Lobato não podemos dizer que estamos na iminência de alcançar um lençol petrolífero prometedor, estamos, todavia, na posse de indícios tão veementes como nenhum outro ainda se deparara no País nas mesmas condições” (apud. Victor, 1993:87).



As pretensões de Cordeiro esbarravam em dois tipos de empecilho: o primeiro respeitava a falta de equipamentos próprios e adequados, dificuldade que ele procurava sanar recorrendo ao SGMB, proprietário das sondas em operação no país. A segunda era de ordem jurídico-legal posto que para desenvolver perfurações em qualquer região brasileira era necessário dispor de autorização do governo federal conforme os dispositivos constantes no “Decreto nº 20.799, de 16 de dezembro de 1931” que tornou de propriedade da nação as riquezas do subsolo e, somente o governo federal ou empresas privadas, podiam explorá-las desde que pré-autorizadas pelo poder central.

Cordeiro estava seguro de que havia petróleo em Lobato e consciente das dificuldades de ordem técnico-jurídica existentes, fato que o levou a solicitar autorização do governo para iniciar perfurações por conta própria, o que lhe foi negado, não por não ser de interesse do governo empreender pesquisas na região, mas porque os pareceres de Oppenheim e dos técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) eram negativos quanto à possibilidade da existência do fóssil, especificamente naquele espaço (Marinho Jr, 1989:237). A negativa tanto de Vargas como de Távora em ouvir e auxiliar Cordeiro se deu ao tempo em que o problema do petróleo baiano ganhava conotação pública, sendo constantemente abordado pela imprensa local.

O exaustivo e controverso debate envolvendo autoridades técnico-administrativas do governo, imprensa e intelectuais, fortaleceu a luta de Cordeiro que em 1935 recebeu apoio do banqueiro carioca Guilherme Guinle que levou o geólogo Sílvio Fróes de Abreu a verificar de perto as atividades desenvolvidas em Lobato. Fróes reconheceu que era possível existir petróleo na região porém, alertava, era necessária melhoria na forma de pesquisar, isto porque “o exame atento das condições locais nos fez fixar, como princípio, uma ocorrência natural, afastando a hipótese de mistificação.” Fróes reitera que as evidências eram suficientes “O bastante para justificar a intensificação das pesquisas iniciadas, sobretudo sob uma orientação mais de acordo com os métodos modernos de pesquisas de petróleo” (apud Marinho Jr., 1989:237).

Os pareceres de Fróes de Abreu foram suficientes para que o banqueiro carioca solicitasse do DNPM novas vistorias no local, cujos estudos desenvolvidos pelos técnicos Glycon de Paiva, Irnack do Amaral e pelo próprio Fróes (*Contribuições para a geologia do petróleo no Recôncavo*) por ele financiado concluíram que as pesquisas deveriam ser



aprofundadas mas “desde já se pode afirmar que toda ocorrência é natural [...] e por si só justifica plenamente o atual surto de estudos, visando esclarecer a possibilidade industrial de petróleo no Recôncavo” (id.p.239). Após várias tentativas o poço de nº 163 jorrou petróleo em 1939 quando o empreendimento já se encontrava – como veremos mais à frente – unicamente sob comando do governo federal. Foram necessárias mais de 100 perfurações para finalmente se encontrar petróleo em Lobato.

A luta de Cordeiro em 1931 – quando da suspeita da existência de petróleo no Recôncavo – até 1936, quando o empresário já se encontrava em dificuldades técnico-financeiras, foi tratada pelas autoridades do ministério da Agricultura “com intolerância [...] cujos técnicos se recusavam a aceitar como verdadeiras as amostras de óleo obtidas em Lobato.” Apesar disso Cordeiro figura como responsável por desencadear a campanha que levaria o DNPM a desenvolver as pesquisas no Estado da Bahia (Lima 1975:41).

4.2 Do Estado autocrático-burgês ao bonapartista

Se observado com acuidade o período – 1931/1937 – em que Monteiro Lobato e Oscar Cordeiro se debatiam contra toda sorte de dificuldade na pesquisa de petróleo nos Estados de Alagoas e Bahia, verificar-se-á que se trata exatamente do espaço de tempo em que o modelo de Estado erigido da revolução de 1930 encontrava-se em processo dinâmico de expansão e afirmação no interior dos embates político-econômicos internos, cujas cisões entre e intraclases herdadas da “República Velha”, forçava Vargas a agir nem sempre com diplomacia no fito de garantir o histórico domínio político autocrático, evitar retrocessos e manter sobre rédea os avanços postulados pelo “reformismo pelo alto” em processo de implantação.

Na ausência de um projeto socioeconômico pré-elaborado a necessária conciliação entre as diversas frações de classe em luta por defender seus interesse e influenciar o aparelho de Estado ganhava estatuto de conflito aberto, impossível de ser resolvido no estrito campo das negociações políticas. Foi nesse clima que em 1932 Vargas teve de usar da força militar para reprimir a “Revolta Constitucionalista” desencadeada em São Paulo objetivando reconquistar a força política da oligarquia cafeeira paulistana que ora tornava-se secundária no novo jogo do poder.¹ A repressão ao movimento fortificou o aparelho de

¹ Discorrendo sobre a “transição pelo alto” em 1930 e os embates entre as diversas frações de classes envolvidas Antunes (1988:69) afirma: “Parece que é dentro desse contexto que se deve entender o levante de



Estado varguista que apontava claramente para um ideário burguês industrial cujo processo transitório reduzia a participação direta à aristocracia rural e camadas subalternas.

Há apenas um ano pós a supressão da reacionária revolta Constitucionalista o governo provisório de Vargas instalou e praticamente dirigiu a Assembléia Constituinte de 1934, na qual destacam-se medidas econômicas de viés nacionalista ao preconizar-se a “estatização de empresas estrangeiras e nacionais, quando fosse de interesse geral da nação. As companhias de seguro estrangeiras foram nacionalizadas; estabeleceu-se o princípio da propriedade nacional do subsolo, explorável privadamente mediante explícita concessão estatal” (Corsi, 1999:73).

No tocante as riquezas subsolares, segundo Lima (1975:9) “O Código de Minas, elaborado em 1934, representava contudo um avanço sensível com relação à legislação anterior, inspirada no liberalismo da Constituição de 1891. O dono do solo já não era o detentor da riqueza do subsolo, que passava a pertencer à nação, só sendo explorável mediante concessão.” O estabelecimento desse código, em si intervenção e controle direto do Estado sobre a propriedade do subsolo, foi mais um passo rumo ao controle absoluto que só viria efetivar-se com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938, como veremos mais adiante.

No diapasão do domínio autocrático burguês de *via colonial*, vale insistir, todo passo econômico-político à frente reitera, necessariamente, o combate às tendências progressistas engendradas na processualidade, forma de manter sob nova roupagem, as velhas estruturas políticas de controle das camadas dominantes sobre as subalternas. Desse modo, a tessitura da Carta de 1934, ante a debilidade da burguesia industrial emergente, a ausência de um projeto socioeconômico nacional claro, as classes dominantes cuidaram de por nas mãos do Congresso Nacional o prolongamento da administração de Vargas, este, por sua vez, prontamente cumpriu seu papel. Sem consultar as massas autocraticamente o Parlamento Federal manteve Getúlio no poder até 1937, quando supostamente realizar-se-iam eleições livres para a presidência da República.

1932, que exprimiu o descontentamento da burguesia cafeeira frente a sua participação limitada na direção do Estado varguistas.” Antunes ver no combate uma ação estatal que foi para além de mero árbitro, fortificando o aparelho de Estado que tinha, segundo ele, um caráter nitidamente burguês industrial.



Decerto a manutenção de Vargas no governo pós-Constituição de 1934 em parte devia-se à constatação das camadas dominantes de que a economia, principalmente nos setores industriais, mostrava sinal de aquecimento que, segundo Corsi (1999:57) “a partir de 1933, inicia-se o processo de industrialização, com o setor de bens de produção assumindo a liderança do crescimento econômico.” Esse crescimento, segundo ele, atingiu entre 1933 e 1939 a média de 11,2%, “índices superiores aos alcançados pelas indústrias de bens de consumo não-duráveis. Enquanto isso a agricultura crescia a uma taxa média de 2% naqueles mesmos anos.”

Ainda com relação ao desencadear de uma tímida retomada do crescimento econômico brasileiro nos primeiros anos de gestão de Vargas, ao analisar o programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL) assevera Caio Prado (1998:89): “a indústria parece denotar a possibilidade de um ressurgimento nacional independente de reforma da nossa estrutura econômica e política. Além disso, a importância do assunto está em que, para muita gente, a indústria brasileira, e particularmente a paulista, tão vangloriada, parece oferecer margem para um progresso efetivo e ilimitado da economia e da riqueza nacional.” Isso, segundo o autor, era factível mesmo sem que a estrutura do modelo produtivo vigente fosse reformada.

Se o acima constatado por Prado e Corsi é verdadeiro e acreditamos que seja, ao analisar a revolta da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935 – classificada como aventura – Brandão (1997:131) se engana, ao dizer que aqueles revolucionários jamais poderiam imaginar que “a retomada do crescimento econômico brasileiro pudesse ocorrer num quadro mundial de depressão econômica, que ocorrendo o desenvolvimento, ele esvaziasse a crise agrária e que a substituição de importações, ao oferecer condições para um enorme esforço de formação de capital relativamente independente da expansão do consumo global e do preço da mão-de-obra, compatibilizaria a industrialização com a manutenção da estrutura agrária.” O mais apropriado, pensamos, seria considerar a tentativa de insurreição um erro de análise quanto as condições objetivas propícias a sua realização, porque do ponto de vista da economia a retomada do crescimento calcada no velho modelo econômico, já era fato.

Comentários à parte, o que nos interessa nesse momento é aferir que além de estabelecer o controle estatal sobre as riquezas minerais – quando Cordeiro e Lobato se



encontravam em plena atividade de pesquisa de petróleo – a “transição pelo alto” não só dava resposta prática à crise econômica herdada, como também construía, lentamente, um dique político, com vistas a represar o caudal democrático presente na esteira das transformações, ameaçando o Estado e a nova modalidade autocrática burguesa que, qual polvo gigante, estendia seus tentáculos, engolfando e retendo, com persuasão ou coerção, indivíduos, tendências, partidos e classes sociais opositoras.

Gestada no âmago de uma liberdade de escolha restrita e deformada, *política café-com-leite*, sem tradição ou preferência pelo regime democrático, as frações de classes médio-industrial que ascenderam ao poder em 1930, viam com desconfiança a movimentação social em processo nos embates que antecederam a promulgação da Carta de 1934. Como bem observou Sodré (1989:255) “O ano de 1934, em que se reuniu a Constituinte, e em que Getúlio Vargas, por escolha indireta, foi investido da condição de presidente da República, marcou a ascensão do movimento popular e democrático, definindo-se em grandes greves. Em 1935, portanto, surgiria a Aliança Nacional Libertadora, forma encontrada, aqui e então, para reunir as forças que se antepunham à marcha para a ditadura fascista.”

Ao contrário das frações de classes responsáveis pela urdidura da “transição pelo alto” a ANL tinha um projeto claro que defendia, entre outras propostas socioeconômicas, o “cancelamento das dívidas imperialistas, a liberdade individual assegurada, a entrega dos latifúndios aos trabalhadores no campo, a liquidação das relações feudais e semifeudais.” Em palavras. Tratava-se de um projeto revolucionário impossível de ser incorporado pelas “novas” camadas políticas no comando do Estado. Certamente a adesão popular auferida, inclusive no interior da caserna, figure entre as causas da grande repressão desencadeada pelo governo Vargas contra a organização, logo posta na ilegalidade. A partir de então a campanha ideológica anticomunista e o terror de Estado, sempre presente, prepararam as bases para o golpe de 1937.

4.3 A Carta de 1934 e o petróleo

Como já afirmamos, o código de minas nos artigos 118 e 119 que estabelecia ser a pesquisa de petróleo em território nacional de controle do Estado, era parte da Constituição de 1934 e legado da luta de Juarez Távora por proteger a tão cobiçada fonte de energia. Isso não significou, de modo algum, que a iniciativa privada ficasse proibida de atuar, pelo



contrário, a organização de empresas interessadas em pesquisar e explorar petróleo em território nacional era permitido desde que os responsáveis fossem brasileiros dispusessem de condições técnico-financeiras aprovada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

A flexibilidade da Lei de Minas permitindo a atuação de empresas privadas era encarada pelos nacionalistas como uma falha. É o que nos afirma Victor (1993:90) “É verdade que a carta de 1934, no que se refere à mineração tinha suas falhas, como as autorizações ou concessões a empresas organizadas no Brasil. Todavia, Juarez Távora abria as perspectivas para uma legislação mais nacionalista, que seria consagrada na Carta de 1937.” Foi exatamente sobre essa brecha na legislação que tanto Lobato tentou estabelecer suas empresas e Cordeiro explorar petróleo antes, durante e depois da movimentação política que marcaram o processo de elaboração e promulgação da Constituição de 1934.

Monteiro Lobato tinha opinião diferente da de Victor, segundo ele a Lei de Minas era fruto da manobra, dos interesses das multinacionais ingenuamente adotado pelo nacionalismo. “O truste gerou a Lei de Minas; o nacionalismo patriótico o pariu (...) Mas se acaso êsses homens [...] com seu natural bom senso refletissem sôbre o texto, haveriam de ficar com os cabelos arrepiados. Porque a Lei de Minas tranca de maneira mais absoluta qualquer investigação do subsolo” (apud, Cohn 1968:20). Lobato entendia que não era de interesse das transnacionais que o Brasil descobrisse e explorasse petróleo e assim continuar sob dependência de sua produção daí, no seu entender, o nacionalismo fazer o jogo dos trustes transnacionais do petróleo.

Victor (1993:90) tira conclusões diferentes, segundo ele “a descoberta de petróleo em Lobato, ou qualquer parte do País, era do maior interesse para a Standard Oil, Royal Dutch-Shell e demais empresas estrangeiras. E isso porque o Código de Minas e a Carta de 1934 outorgavam a essas companhias todos os direitos para atuarem na indústria do petróleo, como ‘empresas organizadas no Brasil.’” De qualquer forma a Lei de Minas era o segundo passo da burguesia nacional em sentido ao controle estatal sobre o setor petrolífero, o primeiro, como já vimos, tinha sido dado por Simões Lopes, 1926, ao institucionalizar a proibição da transferência de áreas propícias a produção de petróleo a empresas transnacionais.



Ao período seguinte à promulgação da Carta de 1934 segue-se o governo constitucional de Vargas. A retomada do crescimento econômico, a mobilização da burocracia estatal continua a todo vapor, a centralização do poder nas mãos do presidente criava as condições para que ele sufocasse os anseios democráticos antiimperialistas plasmados na Aliança Nacional Libertadora (ANL) e mantivesse o controle sobre as pesquisas de petróleo. Nesse contexto Odilon Braga assume, em 1934, o lugar de Juarez Távora no Ministério da Agricultura e juntamente com Domingos Fleury da Rocha do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) cuidam de investigar as denúncias contidas em uma carta de Lobato – enviada a Braga – afirmando existir, incrustados nos órgãos responsáveis pelas pesquisas do petróleo nacional, indivíduos ligados a grupos estrangeiros atuando com vistas a não deixar que se pesquisasse e encontrasse o combustível no país.²

Ante a gravidade da acusação, repercussão na imprensa brasileira e a pressão de parlamentares sobre Odilon Braga e Fleury da Rocha – que corriam o risco de serem publicamente desmoralizados –, Vargas delegou a uma Comissão de Inquérito, constituída por autoridades técnicas oficiais e dirigida por José Pires do Rio, poderes para que o caso fosse esclarecido. As investigações assentaram sobre laudos técnicos do próprio ministro da agricultura, intitulado “As Bases do Inquérito do Petróleo” publicado em 1936, cujo teor, coerente com o ideário sócio-subordinado da burguesia nacional, não refutava associação do capital nacional com empresas estrangeiras, isso porque, segundo Braga, pesquisa e exploração de petróleo era empreendimento de grande vulto e tinha de obedecer aos valores determinados pelo mercado mundial.³

Agarrado a racionalidade técnica, demandas administrativas financeiras práticas imediatas, o ministro chegava mesmo a relativizar à importância da indústria do petróleo no mundo. “Nesse momento, o fenômeno que mais inquieta os círculos financeiros do petróleo é o da superprodução. Os preços de vendas das essências e óleos são realmente

² As denúncias constam de uma carta dirigida a Odilon Braga em 1936 onde Lobato que Victor Oppenheim e Mark Malamphy, ambos funcionários do DNMP, estavam vendendo “segredos do nosso subsolo a empresas estrangeiras” (apud; Victor, 1993:65).

³ “Ora, (argumenta Braga) levando-se em conta que, dos poços perfurados, poucos são os que produzem petróleo jorrante, exigindo a maior parte que o óleo seja extraído; atendendo a que nos poços produtivos somente são aproveitados, no geral, cerca de 25% da reserva petrolífera; considerando-se, por fim, que, no próprio processo, só as empresas dotadas de poderoso aparelhamento de ‘craking’ logram manter os preços resultantes da extrema competição internacional, não há fugir ao reconhecimento de que o petróleo não é esse



ínfimos, computados os capitais investidos em sua exploração e a intensidade sempre crescente do seu consumo” (Apud Coutinho & Silveira cf.p.324). Os nacionalistas viam nessa assertiva a intenção do ministro de “esfriar o entusiasmo da corrente nacionalista popular e da corrente nacionalista oficial que se formava já dentro do próprio governo de que êle fazia parte.”

Nesse momento Braga não se afinava com a propositura do controle estatal absoluto sobre as pesquisas e a exploração de petróleo no Brasil, porque segundo ele: “O declínio da produção petrolífera no México, por exemplo, que baixou do segundo lugar, na escala gradativa de maior produção, para o quinto, é explicado, não pelo início de exaustão das suas jazidas, e sim como consequência da sua legislação de extremado nacionalismo que aquele país foi levado a adotar.”

Além de expressa oposição à corrente nacionalista o documento do ministro também não fazia qualquer referência aos acertos de Oscar Cordeiro que revelou a existência petróleo na Bahia. Parece que o objetivo do ministro era mesmo rebater somente as acusações contidas na missiva de Monteiro Lobato, até porque Cordeiro, ao contrário do autor de *Urupês*, “sequer pensara em constituir empresa comercial para os negócios do petróleo” (Victor, 1993:102), o que o caracterizava como um verdadeiro nacionalista interessado apenas em pesquisar o petróleo brasileiro.

O responsável pelo *Inquérito do Petróleo*, José Pires do Rio, fez um extenso relatório demonstrando como desde que os geólogos do Ministério da Agricultura – através das poucas perfurações de exígua profundidade – detectaram indícios de petróleo no Estado da Bahia e Alagoas “emprestando às informações o prestígio oficial [...] formaram-se diversas companhias, sociedades anônimas, em São Paulo, onde os capitais particulares, com certa facilidade’ já procuravam ‘colocação na bolsa de títulos industriais.” Apesar de pouca significação dos pareceres dos técnicos oficiais, algumas empresas procuraram capitais para aprofundar as escavações e, no papel de responsável, coube ao Ministério da Agricultura alertar aos acionistas de tais empresas ou pretendentes, dos riscos do empreendimento, daí a reação contrária dos interessados no negócio (Victor, 1993:67).

produto miraculoso que, uma vez descoberto, opera as maravilhas. Como toda riqueza, exige capital e trabalho para mobilizar-se na livre esfera do comércio internacional” (apud; Coutinho & Silveira, 1957:324).



Ante os interesses privados em atuar no setor petrolífero, Pires do Rio advertia ao governo de que “seria desejável que não se alterassem os fundamentos do Código de Minas, mormente no sentido de acautelar-se a riqueza mineral do País contra o açambarcamento esterilizador” (ibid. p.67). As denúncias de Lobato eram desautorizadas por Pires do Rio um pioneiro nacionalista que instava o governo Vargas a manter-se firme na manutenção do controle estatal sobre os potenciais reservatórios naturais do cobiçado mineral.

A polêmica envolvendo autoridades federais, empresários, correntes políticas e parlamentares nacionalistas pós-instituição da Lei de Minas, era apenas uma face dos embates em processo, exatamente porque os responsáveis por rematar a “transição pelo alto” não estavam dispostos a suplantar a histórica modalidade política autocrática e viam ameaças comunistas por toda parte, inclusive no que tange as quizílias inerentes à política de pesquisa do petróleo em Alagoas.⁴

Como bem observou Smith (1978:43): “Os *tenentes* – a ala jovem do exército, de mentalidade reformista e corporativa lutavam pelo desenvolvimento dentro de limites rígidos, (principalmente da participação políticas das massas) pela ligação dos setores produtivos e das fontes de energia ao governo central, a fim de provocar uma distribuição mais eqüitativa da riqueza o que, conforme afirmava Juarez Távora, só poderia acontecer sobre controle centralizado.”

Esse era um aspecto ideológico importante que somado a cultura autocrática das camadas médio-dominantes que assomaram ao poder em 1930, a retomada do crescimento econômico, o apaziguamento político da burguesia industrial emergente, o incessante fustigar da oposição de esquerda e de extrema direita (Comunistas e integralistas) a ordem estabelecida e o aporte de frações da caserna, tornaram possível o Golpe de 1937, pelo qual as eleições gerais eram suspensas, prolongava-se o mandato de Vargas e instalava-se a ditadura pretoriana do “Estado Novo” isso porque, segundo Fausto (1995:52), a pretensão

⁴ Não podemos esquecer que meses antes do Golpe de 1937, na tentativa de solucionar o problema das pesquisas de petróleo junto ao governo de Alagoas, Vargas afirmava em carta ao governo daquele Estado: “Estando o Governo Federal interessado em encaminhar satisfatoriamente o programa de sondagens e pesquisas de petróleo nesse Estado, encareço a necessidade de sua resposta o mais prontamente possível à proposta feita por carta de 20 de fevereiro do Sr. Ministro da Agricultura. Polícia Federal informa a existência de documentos que comprovam haver exploração de elementos comunistas, no propósito da campanha movida a respeito do petróleo contra o Governo Federal. Daí interêsse em que tenha solução o mais breve possível” (apud; Victor, 1993:80).



das classes médias revolucionárias da década de 1920 de apenas reformas “tópicas das instituições” possibilitou a aliança “entre seu estrato mais qualificado, os industriais e os antigos círculos dominantes, cuja expressão é o golpe de 1937.”

4.4 Os militares entram em cena

Antes mesmo da instauração do “Estado Novo” a movimentação política e os antagonismos intracapital já apontavam para o segundo conflito mundial com que, certamente, as potências militar-industrializadas evidentemente operariam uma redivisão internacional do trabalho em seu favor, fato não ignorado por autoridades e frações do empresariado brasileiro.¹ Por essa época o debate acerca das pesquisas de petróleo no Brasil “tomara conta da imprensa, tornando-se um assunto discutido por vários setores da opinião pública. Ele invadia os lares, o Parlamento, as associações de classe e também os quartéis” (Victor, 1993:97).

Em 1936 o General Júlio C. Horta Barbosa advertia: “Sem petróleo, nosso potencial militar é baixo; sem petróleo assistimos, tristemente, à penetração constante, ininterrupta da Standard Oil, Royal Dutch-Sell, Mexican Eagle pelos menores recantos de nossa pátria. Urge, pois, substituir todos esses nomes por nomes brasileiros. Nutrimos funda esperanças de que tal substituição ocorrerá tanto mais cedo quanto maior fôr a eficácia da cooperação do Exército nas pesquisas para localização das fontes daquele combustível” (apud, Victor 1993:98). À admoestação do militar antecedia a solicitação ao governo federal de um técnico em geologia para acompanhar os trabalhos do 4º Batalhão de Sapadores no Estado do Mato Grosso, posto que, segundo o General, as pesquisas até então empreendidas, fossem elas privadas ou estatais, eram insuficientes e os resultados pífios.

Para além da questão econômico-militar, o tríplice amálgama da beligerância internacional, qual seja: o antagonismo entre a modalidade capitalista liberal-democrática, nazi-fascista e destas com a apropriação coletiva não-social do hipertrófico Estado soviético perpassando o jogo do poder mundial, também influenciava na tomada de

¹ Segundo Hilton, Osvaldo Aranha escrevera a Vargas em 1934 advertindo-o: “A Europa está, meu caro, em estado potencial de guerra ... O comércio está em uma luta às cegas ... Prepara-te e ao Brasil para enfrentar esta reviravolta universal.” Valentim Bouças, importante assessor do governo brasileiro também declarou: “Os povos que não cuidarem de sua indústria ... Somente desempenharão papel de colônias ... É o espetáculo que hoje vemos na África” (apud; Corsi, 1999:54).



posição dos militares brasileiros com relação ao problema do petróleo. É o que expressava o Relatório Horta Barbosa de 1936.

Dizia o relatório de H. Barbosa “Companhias formidáveis se organizam, capitais fabulosos se investem, *trusts* poderosíssimo açambarcam o negócio e os diferentes grandes Estados, algumas vezes sem o perceberem, saem a campo, protegendo com sua autoridade a avançada dos magnatas do petróleo sobre os pequenos Estados, fracos, indefesos, sem grande projeção internacional. E a humanidade assiste, estupefacta, à luta gigantesca motivada pelo predomínio dos campos petrolíferos. Debalde, vozes sensatas denunciam o perigo a que a espécie humana está sujeita com a eclosão de novas e sangrentas lutas, tendo por escopo único a volúpia de se acumularem mais alguns milhões às colossais fortunas dos Rockefeller, Deterding, ou dos *soviets* de Baku” (apud, Leite;1997:77).

Era o prelúdio da interferência direta de uma fração militar nacionalista na questão petrolífera brasileira, exatamente a poucos meses do golpe de 1937 quando a “nova” conformação burguesa instalada no aparelho de Estado reafirmava sua postura autocrática historicamente avessa à democracia. É lícito ressaltar que além do apoio de frações de classe burguesa a tese de Horta Barbosa, o mercado brasileiro de petróleo naquele momento era suprido pelas empresas: Companhia Geral de Petróleo Pan-Brasil e a Companhia Brasileira de Petróleo, ambas fundadas no início da década de 1930 e associadas a Standard Oil de New Jersey e Royal Dutch-Shell, portanto, a presença de capital transnacional no mercado interno de combustível era uma realidade, tratava-se de mantê-lo sobre rigoroso controle e vigilância para evitar que esses tomassem conta do incipiente setor de pesquisa e exploração.

Uma vez instalado o regime discricionário (1937), Horta Barbosa, ante a sua solicitação e advertências foi – a pedido do General Góis Monteiro a Vargas – promovido a subchefe do Estado Maior do Exército em 1938. Além de apoiar a promoção de Horta Barbosa Góis afirmava ser preciso “uma lei que disciplinasse o problema do petróleo, dando ao Estado os poderes necessários para seu controle, ainda não preenchidos pelos dispositivos do Código de Minas de 1934 nem pela Constituição de 1937. Desse trabalho ficou encarregado o próprio Horta Barbosa.” Em seguida a determinação de Góis Monteiro, o Conselho de Segurança Nacional sugeriu ao Conselho Federal de Comércio



Exterior “a nacionalização da indústria do óleo cru ou o seu monopólio pelo Estado” (Victor, 1993: 98).

A proposta visava o controle estatal sobre a incipiente indústria privada de refino de óleo que, antes mesmo de “implantada a nova Constituição (1937), o governo Vargas tomara as primeiras providências para a criação da indústria petrolífera nacional; alterara a estrutura tarifária a fim de incentivar a aquisição de óleo cru e óleo combustível – invés de produtos refinados, como gasolina e óleos lubrificantes – no fito de estimular seu processamento no Brasil.” Essa medida resultou que “entre 1935 e 1937 surgiram vinte e cinco usinas destiladoras de óleo diesel, e pelo menos quatro delas também processavam óleo cru e podiam assim ser chamadas de refinarias” (Smith, 1978:49). Como se vê, o governo e frações militares nacionalistas eram firmes no propósito de colocar o Estado à frente da pesquisa e do beneficiamento industrial de derivados de petróleo.

A atitude dos militares e do governo de Vargas era coerente com sua postura ideológica conservadora cultivada no decorrer das jornadas revolucionárias que os conduziu ao poder em 1930, na medida em que tinham eles noção “da importância do petróleo, e sabiam que se tratava de uma riqueza a ser preservada no país. A diretriz nacionalista estava presente no espírito do tenentismo em matéria de petróleo, como em matéria de energia elétrica” (Lima, 1975:58).

Some-se a isso os sobressaltos causados pela eminência da II Guerra Mundial, a ameaça de escassez de combustível para o consumo interno, a atitude de Lázaro Cárdenas, presidente mexicano que nacionalizou a indústria petrolífera daquele país contra os interesses dos trustes norte-americanos e ingleses sem maiores prejuízos para aquela economia, e ter-se-á o cenário interno e externo ideal, propício ao estabelecimento do controle estatal sobre a cobiçada fonte de energia e matéria-prima para a indústria nacional.

Porém, o Golpe de Estado de 1937 não agradara a todos os membros do Estado varguista. Era o caso de Odilon Braga que, por não se afinar com a guinada ditatorial e a nacionalização dos potenciais reservatórios naturais de petróleo, demitiu-se do Ministério da Agricultura. Logo após a demissão de Braga, em abril de 1938, Vargas recebeu os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) em parceria com o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), sobre as condições do desenvolvimento das pesquisas de petróleo e das refinarias privadas instaladas no Brasil



até aquela data. Sem titubeio Getúlio assinou vários decretos regulamentando as novas bases institucionais para a política daquele setor econômico nacional.

Os decretos elaborados pela equipe civil-militar (CSN, CFCE) e assinados por Vargas, punha sob o controle estatal não apenas o que já existia em matéria de pesquisa, refino e distribuição de derivados do combustível, mas também o que ainda viria a ser desenvolvido. É o caso, por exemplo, do Decreto-Lei nº 366 declarando que “todos os campos petrolíferos ainda a serem descobertos no território nacional era de propriedade do Governo Federal. O Decreto-Lei 395 declarou o suprimento nacional de petróleo de utilidade pública, nacionalizou a indústria de refinação e criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), para controlar a indústria” (Smith 1978:50/51).

Urge descrever em linhas gerais o conteúdo do Decreto-Lei de nº 395 nos artigos 2º, 3º e seus quatro principais itens, para explicitar quão centralizadores e nacionalistas eram no trato da política do petróleo dali para frente. Estabelecia o Artigo 2º - “compete exclusivamente ao Governo Federal: I – autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição, e o comércio de petróleo e seus derivados, no território nacional. II – autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, natureza e qualidade dos produtos refinados.”

Artigo “3º - *Fica nacionalizada a indústria da refinação do petróleo importado ou de produção nacional, mediante a organização das respectivas bases: I – Capital social constituído exclusivamente por brasileiros natos, em ações ordinárias nominativas. II – Direção e gerência confiadas exclusivamente a brasileiros natos, com participação obrigatória de empregados brasileiros, na proporção estabelecida pela legislação do País*” (Victor 1993:99).

Em suma, o artigo 395 era o aperfeiçoamento decisivo do controle estatal que vinha sendo institucionalmente tecido pelas camadas dominantes nacionais ao longo da década de 1920 acerca da política do petróleo brasileiro. Pelo artigo retro citado, além da criação do CNP, Decreto nº 538 – quinta-essência burocrática do nacionalismo – uma nova batalha envolvendo “o Governo, os trustes internacionais, a que aludira Horta Barbosa, e os concessionários de minas e jazidas, entre eles Monteiro Lobato, Edson de Carvalho, Oscar Cordeiro e outros” era declarada, tendo a testa a presença e o comando militar. Daí para



frente, toda e qualquer atividade de pesquisa, exploração, refino, distribuição de derivados de petróleo nacional ou importado passava antes pelo aval do CNP.² Pela luta e dedicação a causa, coube a Gen. Horta Barbosa a presidência do CNP.

O CNP assentava sobre bases legais, claras quanto à origem do capital fixo, circulante, forma de organização, gestão empresarial e envolvia membros dos principais segmentos dominantes nacionais no arremate orgânico elaborado, coerente com o ideário socioeconômico de esteio autocrático “bonapartista” em afirmação naquele início de implantação da ditadura varguista. É lícito lembrar que como autarquia controladora e dirigente, o CNP contava com membros do Estado, da corporação militar e civil “designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, Aeronáutica, Agricultura, Viação e Obras Públicas, assim como as organizações de classe da indústria e do comércio” (apud, Victor; 1993:99). Ou seja, o supra-sumo da oligarquia política econômica nacional tomava legalmente em suas mãos o controle sobre a indústria de uma das principais fontes de energia.

Para racionalizar recursos, controlar as atividades e dinamizar os trabalhos, o Conselho se dividia hierarquicamente em três partes, a saber: “a Divisão Técnica, encarregada dos trabalhos de pesquisa e lavra; a Divisão Econômica, à qual ficava afeto o problema do abastecimento, sua fiscalização e fixação de preços; finalmente a Divisão Administrativa, encarregada da gerência das atividades correntes de organização” (Cohn, 1968:58).

O CNP, sob o comando coeso da burguesia nacionalista idealizadora e representante do Estado Novo, tomou para si a organização de um setor da maior importância econômica para o desenvolvimentismo nascente. E, como bem afirmou Osvaldo Aranha, “contra os interesses do país, ou contra a revolução, não havia direitos adquiridos, por isso a revolução podia fazer o que quisesse” (D’Araújo e Castro; 1997:164). Foi exatamente isso que aconteceu com a incipiente indústria privada do

² O Decreto que criou o CNP em julho de 1938, estabelecia em seu Artigo 10, letra d, “Incumbe ao Conselho Nacional do Petróleo: *opinar sobre a conveniência da outorga de autorização de pesquisa e concessão de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas requeridas ao Governo Federal.* J – sugerir ao governo as medidas que julgar necessárias à intensificação das pesquisas de petróleo no País e ao barateamento dos hidrocarbonetos fluidos em geral, quer de produção nacional, quer de importados. Art. 13 – O Conselho Nacional do Petróleo realizará, por intermédio do órgão técnico que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas de petróleo e gases naturais, bem como, quando julgar conveniente, procederá a lavra dos respectivos produtos” (apud Victor, 1993:100).



petróleo a partir da instauração do Conselho Nacional do Petróleo. Enquanto órgão independente e ligado diretamente ao presidente, o Conselho dispunha de poderes especiais para alocar, fazer uso de recursos, força de trabalho, intervir quando e onde julgasse necessário (Carvalho, 1977:25), independente da posição e interesses da sociedade civil.

Antes mesmo da promulgação do Artigo 366 que tornava estatal as possíveis reservas naturais de petróleo, os banqueiros Guilherme Guinle e Murray-Simonsen haviam organizado uma empresa no recôncavo baiano onde Sílvio Fróes de Abreu, Irnack Carvalho do Amaral, Glycon de Paiva constataram a presença do combustível nos primeiros anos da década de 1930. Os banqueiros contrataram um técnico da empresa americana “Drilling and Exploration Company”, mas os decretos estatizantes já descritos forçaram a liquidação do empreendimento (Smith, 1978:51). O mesmo aconteceu com a área de Lobato onde Oscar Cordeiro investira seu capital e o recém-criado CNP encampou transformando-o em propriedade do Estado.³ Todas essas ações eram facilitadas pelo fato de tratar-se de um regime político ditatorial onde a opinião pública e a imprensa encontravam-se sob severa vigilância e prévia censura.

Enquanto braço e tentáculo da modalidade de Estado “bonapartista-colonial” o CNP veio à luz – como já afirmamos – com grandes poderes no concernente ao controle das pesquisas, lavra, refino e distribuição de derivados de petróleo no Brasil e pouco inclinado a considerar o trabalho, a propriedade de qualquer empresário envolvido com a questão petrolífera. É o que demonstra as declarações de Oscar Cordeiro escritas a Monteiro Lobato: “O prêmio que tive pela imensa trabalhadeira de anos de luta para a abertura do primeiro poço de petróleo do Brasil foi o Decreto do Sr. Getúlio Vargas nacionalizando as minas de Lobato, sem a menor indenização, nem se quer das despesas que fiz durante tanto tempo para que o Brasil tivesse petróleo. E fui corrido do Lobato! Fui expulso do meu campo! E como não encontrassem fundamento para me submeter ao Tribunal de Segurança, o Governo demitiu-me da presidência da Bolsa de Mercadorias, instituição por mim fundada e da qual fui organizador e o presidente durante doze anos” (apud, Victor, 1993:102).

³ Em fevereiro de 1939 atendendo a solicitação de órgãos de “Segurança Nacional” Vargas assinou o “Decreto nº 3.701”, que no Art. 1º resava: “Passa a constituir reserva petrolífera, até nova resolução, a área da região do Recôncavo, no Estado da Bahia, tendo centro no poço 163, situado em Lobato, nos arredores da cidade de Salvador, dentro da qual não se outorgarão autorizações de pesquisa, nem concessões de lavra de jazidas de petróleo e gases naturais” (apud; Victor, 1993:101).



Com relação a Monteiro Lobato e sua carta dirigida a Vargas na qual traçava crítica não apenas a Lei de Minas de 1934 mas também a Lei do Petróleo de 1940,⁴ o governo foi mais duro, determinando sua prisão por um breve período. O escritor paulista se negava a aceitar o controle e a fiscalização do governo sobre as atividades privadas em andamento. Tal interferência era legalmente permitida na medida em que a Lei de Minas de 1934 no Artigo 14 determinava que a licença para a pesquisa privada de petróleo só poderia ser concedida se o requerente provasse dispor de capacidade financeira, além de que era de incumbência do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) fiscalizar todos os trabalhos. Como já dissemos, segundo Lobato, essas regras eram inspiradas pelas “multinacionais e paridas pelo nacionalismo inconseqüente.”

Na carta de Lobato ao presidente, além de ironias e desabonos a autoridade do General Horta Barbosa, ele ainda acusava o CNP de: “1 – Promover a perseguição sistemática às empresas nacionais; 2 – Criar embaraços á exploração do subsolo; 3 – Manter a idéia secreta do monopólio estatal” o que, segundo o missivista, “impedira o funcionamento da Companhia Cruzeiro do Sul, Companhia petróleos do Brasil, Companhia petróleo Nacional e Companhia Mato-grossense de petróleo que, embora constituída em 1938, até aquele ano (1940), estava impedida de trabalhar porque o Conselho não havia reconhecido sua constituição.” Em todas estas empresas Lobato tinha participação – nas três primeiras era ele majoritário – e como já demonstrado, as condições técnicas, financeiras e administrativas de Lobato eram incompatíveis com as regras estabelecidas pelo CNP. A Companhia Mato-grossense se quer era legalmente constituída.

Lobato jogava sujo para tentar colocar o Estado a serviço de suas empresas. “Dotado de grande talento verbal, Lobato conseguiu influenciar a opinião pública. A seu favor chegou inclusive a mobilizar a mocidade estudantil, que nele passou a ver uma vítima da incúria e da incapacidade administrativa brasileira aliada a perseguição dos *trusts* internacionais do petróleo (...) Lobato queria que a exploração do petróleo fosse feita

⁴ Visando aperfeiçoar o controle sobre a pesquisa, a lavra de petróleo no Brasil, em janeiro de 1940 o presidente Getúlio assinou o novo “Código de Minas que continha dez capítulos e 82 Artigos que agrupava as jazidas minerais em onze categorias e tinha os seguintes aspectos básicos: Art. 4º - A jazida é bem imóvel distinto e não integrante do solo. A propriedade da superfície abrangerá a do subsolo, na forma do direito comum, não incluída, porém, nesta a das substâncias minerais ou fósseis. Art. 5º - O direito de pesquisar substâncias minerais, em terras de domínio público ou particular, constitui-se por autorização do Gôverno da União, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo. Art. 6º - *O direito de pesquisar ou lavrar só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, constituídas estas de sócios ou acionistas brasileiros*” (apud; Victor, 1993:103/104). O itálico é do autor.



exclusivamente por brasileiros, sem participação de capitais estrangeiros. Mas preconizava essa orientação baseado em subvenções dadas pelo poder público por área pesquisada e por metro quadrado linear perfurado. O mais curioso é que o equipamento, as sondas, seriam fornecidas também pelo próprio governo” (Lima, 1975:65). Era isso que o CNP rechaçava, até porque não dispunha de equipamentos suficientes.

Em abstrato. Com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938, no calor dos conflitos que marcaram a instauração do Estado Novo e no plano externo a eminência da II Guerra Mundial, as camadas dominantes nacionais implementaram o remate decisivo do controle institucional das potenciais jazidas naturais do petróleo brasileiro bem como o comando estatal sobre os empreendimentos empresariais privados empenhados na pesquisa, lavra, refino e distribuição de derivados, inaugurando, assim, uma nova fase daquele que ainda viria a ser o principal setor produtivo genuinamente brasileiro.

4.5 A irremovível dependência econômica

Antes na analisarmos os investimentos estatais – administrados pelo CNP – nas pesquisas, lavra e refino do petróleo a partir de 1938, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que não consta do ideário nacional e nacionalista – invólucro da questão petrolífera – qualquer propositura teórico-prática de caráter isolacionista, combate ao capitalismo ou afirmação clara da incapacidade nacional de implementar a indústria brasileira do petróleo, como postulavam alguns políticos e intelectuais na década de 1950.¹ Pelo contrário, as duas tendências consideravam de vital importância a participação do Brasil no jogo mercadológico mundial, defendiam incontestemente a propriedade privada dos meios e bens de produção e apostavam nas condições materiais internas desde que o

¹ A respeito ver Fausto Cupertino (1976:63), que ao discorrer sobre os embates sócio-econômicos e políticos que redundaram na criação da Petrobrás em 1954, mostra como o Senador por São Paulo - anticomunista e antiestatista – Assis Chateaubriand, classificava de comunista os Generais: Horta Barbosa, Leitão de Carvalho e Eurico Gaspar Dutra devido sua luta ao lado dos nacionalistas para institucionalizar o monopólio estatal do petróleo. Segundo o Senador, homem forte das comunicações no Brasil, os militares supracitados eram “jacobinos retardatários” que sucumbira ao ideário e aos propósitos “da manhosa campanha inspirada pelos comunistas para ajudar a Rússia a galvanizar os seus simpatizantes em todo país.” Entre os intelectuais de inspiração liberal que não acreditava na capacidade dos brasileiros em implantar e desenvolver a indústria do petróleo sem associar-se subordinadamente ao capital imperialista destacava-se Eugênio Gudín que afirmava: “tanto era verdade que os brasileiros não tinham condições de explorar nosso petróleo que um litro de água mineral ... custava mais caro que um litro de gasolina importada.”



Estado fosse o agente financiador e aporte organizativo necessário à luta por alçar-se o patamar de país industrialmente desenvolvido em matéria de petróleo.

Nesse aspecto o ideário nacional e nacionalista brasileiro levado a cabo a partir da revolução de 1930 é paradigmático, sendo que entre ambas as proposituras, principalmente no que tange ao desenvolvimento da pesquisa e lavra de petróleo, as condutas prático-ideológicas convergiam e conflitavam na medida em que os nacionalistas eram irredutíveis na defesa do controle estatal absoluto, cabendo o poder central se encarregar de lograr as condições técnico-financeira-administrativas necessárias ao setor, cuidando para que os resultados auferidos fossem “socializados”, posto tratar-se de um bem natural pertencente à nação.

Não havia na proposição nacionalista, defendida por indivíduos, fração de classe civil e militar, qualquer vestígio anticapitalista, antes postulava um desenvolvimento autônomo, internamente sustentado e contra os interesses imperialistas presentes, daí a livre iniciativa, ainda que autóctone, não suscitar segurança nesse segmento social, dado o baixo nível técnico-financeiro desta, a atrofia e a associação subordinada da burguesia brasileira aos capitais transnacionais ser um fato histórico inquestionável, e uma vez aberta à possibilidade de esta acessar as riquezas petrolíferas certamente acorreria à ajuda externa como forma de suprir suas deficiências materiais, cedendo, assim, espaço para que a indústria oliogênica nascente caísse nas garras dos “abutres” transnacionais do petróleo.

Em contraposição e afinado com a nossa inserção subordinada no capitalismo mundial, as propostas e práticas de base nacional lutavam por encontrar um *modus vivendi* que conjugasse a participação do capital privado brasileiro, associado ou não ao capital externo, cabendo ao Estado atuar como mero fiscal e defensor dos preceitos institucionais constantes na Lei de Minas de 1934 que regulavam a atuação particular no setor. Esse seguimento social acreditava ser possível conjugar demandas abrangentes da economia brasileira com interesses particulares privados nacional e transnacional, além de conceberem a livre iniciativa associada, uma forma de obtermos tecnologia de ponta necessário ao desenvolvimento da indústria petrolífera nacional.

A maioria dos autores que se debruçaram sobre o conflituoso, contraditório emergir e desenvolvimento da nossa indústria petrolífera – por não partir das premissas aqui adotadas: *via colonial* de efetivação capitalista, burguesia atrofica sócio-subordinada ao



capital externo e dependente do financiamento estatal – não se deram conta dessa sutil, porém determinante cisão entre o ideário nacional e nacionalista, por isso acabaram verificando uma suposta convergência prático-ideológica entre os dois segmentos de classes no combate ao capital externo. Ainda que se aproximando da caracterização supracitada as cuidadosas análises de Mário Victor e dos nacionalistas Coutinho & Silveira, não a exploraram a contento esta diferença.²

O embate político e a interferência militar que engendraram a criação do CNP e os dispositivos legais controlador-nacionalizantes da pesquisa, lavra, refino e distribuição de derivados de petróleo pelo território brasileiro, foi a vitória temporária, como veremos mais adiante, do segmento social nacionalista contra as frações de classe nacional defensoras da associação ao capital externo na indústria petrolífera brasileira. Ou seja, a fração de classe nacionalista tinha claro a tese – válida até hoje – de que em se tratando de pesquisa e lavra de petróleo, investimento industrial de risco e possibilidade de lucros em longo prazo, a burguesia nacional não estava disposta a abraçar o desafio e se o fizesse seria, certamente, apoiada nos trustes externos ou ancorada no erário público dada a sua gênese dependente, técnico e financeiramente débil.³

Uma vez no comando do CNP Horta Barbosa empreendeu grande esforço para desenvolver a pesquisas e a lavra de petróleo na região de Lobato como postulara e não fora ouvido Oscar Cordeiro, dado o DNPM considerar a descoberta do petróleo baiano em

² É o que acontece com Gabriel Cohn (1968:58/68) ao analisar a batalha prático-ideológica arrimo do Anteprojeto de Estatuto do Petróleo de 1947. O mesmo pode ser constatado em Peter S. Smith (1978:44) quando afirma “O conflito entre dois tipos de nacionalismo tornou-se cada vez mais áspero. Ambos os lados – governo e indústria privada – queriam excluir os estrangeiros da pesquisa do petróleo, mas a indústria dispunha-se a arriscar seu dinheiro e que outros partilhassem do risco, enquanto o governo procurava proteger os cidadãos para que não fossem vitimados por companhias particulares superentusiastas.” Por via analítica dissimilar Mário Victor (1993:109/195) ao comentar os projetos apresentados pela bancada comunista em 1947, verifica o descompasso com os ideais nacionalistas. Enquanto nacionalistas radicais Coutinho & Silveira (1957:372) afirmam com todas as letras que Monteiro Lobato era um ingênuo e fazia o jogo do capital externo. “Chegamos a pensar na hipótese, que não é gratuita, de que tenha sido ele um loguete nas mãos dos trustes, como o foi, quer queira, quer não, o ilustre General Juarez Távora quando na pasta da Agricultura.”

³ Discorrendo sobre o papel do Estado “bonapartista” na implementação da indústria de base do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) 1974, D’Araújo e Castro (1995:290) afirmam “Existem ricos, mas estão pouco dispostos a enfrentar esses problemas, e assim há relativamente pouco dinheiro para promover o desenvolvimento. Cabe então ao próprio governo, com os meios que pode dispor, inclusive o crédito externo, assumir a tarefa. Passamos então a ser acusados, pelos teóricos que nada produzem, de estatizantes!”. Ainda sobre a caça ao lucro fácil de parte da burguesia brasileira o General detecta. “Nosso capital privado ainda é muito especulativo, só se engaja em empreendimentos que proporcionam lucro fácil.” E também se houver condições, algum financiamento estatal como reivindicava Lobato em sua carta a Vargas: “uma lei como a da Alemanha, subvencionando as companhias particulares por metro de poço furado” (Apud, Victor; 1993:105) Essa é a característica da nossa burguesia atrofada e dependente, seja do Estado ou do capital externo.



1933 um embuste armado pelo presidente da Bolsa de Mercadorias daquele Estado. A atitude de Horta Barbosa visava implementar o ramo produtivo à medida mesma que o projeto nacional-desenvolvimentista industrial encontrava-se em pleno andamento e a eminência da II Guerra Mundial continha a ameaça do desabastecimento do combustível como ocorrera, em escala menos abrangente e danosa, durante o primeiro conflito 1914-1918. Para tanto o General atuava, não raro, desrespeitando outras autarquias até então responsáveis pelo controle e racionalização do setor.⁴

Mas a organização burocrática do CNP não removia o atraso de nossa base industrial ainda em formação. Nem o Estado e tampouco a iniciativa privada brasileira dispunha de desenvolvimento tecnológico capaz de suprir as necessidades das novas diretrizes produtivas estabelecidas para o setor petrolífero. Assim, em junho de 1939, ao jorrar petróleo em Lobato, Horta Barbosa tratou de dar continuidade aos trabalhos sob supervisão do Conselho e responsabilidade da empresa norte-americana, "Drilling and Exploration Co." O controle e o desenvolvimento calcado no uso de tecnologia de empresa transnacional especializada foi classificado por Marinho Jr. (1989:242) de ordenamento jurídico sem monopólio estatal, forma de não dispensar a cooperação do capital externo mas neutralizar sua atuação em território brasileiro.

Desde o início das pesquisas de petróleo no Brasil a aquisição de mão-de-obra especializada estrangeira e o uso de numerário público tornaram-se uma constante, isso se devia, pela enésima vez, a escassez de numerário, atraso técnico privado, por isso, no comando do CNP, Horta Barbosa fez "encomendas aos Estados Unidos, no montante de dez mil contos de réis de 'um conjunto completo de maquinaria' para sondar e perfurar na Bahia. Especialistas americanos treinariam os brasileiros no funcionamento das máquinas, que trabalhariam vinte e quatro horas por dia" (Smith 1978:54).

Côncio da importância da indústria de beneficiamento de petróleo Horta Barbosa tratou de iniciar a instalação de uma refinaria no Estado do Rio de Janeiro "Infelizmente, a Segunda Guerra Mundial impediu a concretização dessa importante iniciativa" (Miranda,

⁴ Segundo Victor (1993:100) "Logo após a publicação do Decreto nº 938, o Departamento Nacional da Produção Mineral, destituído de atribuições que lhe haviam outorgado o Código de Minas, dirigiu ofício ao Gen. Horta Barbosa sugerindo a paralisação das perfurações do Lobato. Entretanto, o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo não atendeu ao pedido, fortalecendo a posição de Oscar Cordeiro." O próprio General confirmou a existência de um "ofício, em que se sugeria a paralisação da perfuração e o Conselho respondeu



1983:29). Não obstante o CNP continuou na batalha para remover os históricos entraves na medida em que o General estava seguro de que tínhamos condições, sim, de tocar em frente a onerosa tarefa de pesquisar, lavrar e refinar petróleo nacional sob a batuta do controle estatal.

A fé e a certeza do General não era fortuita. Antes de tornar-se presidente do CNP Horta Barbosa “visitou as indústrias petrolíferas do Uruguai e Argentina. Impressionou-se com a ANCAP (Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Cimento), o monopólio estatal uruguaio que refinava óleo cru, e o YPF na Argentina” (Smith, 1978:53). Essas visitas foram decisivas para o fortalecimento da posição nacionalista do militar ao mesmo tempo abriu-lhe a possibilidade de enviar o maior número possível de técnicos brasileiros aos países do Prata para aperfeiçoarem seus conhecimentos. Entre os técnicos enviados a Argentina e ao Uruguai “figurou o Engenheiro Fernando Luís Lobo Carneiro, que mais tarde presidiu, desde sua fundação, a Comissão de Estudos do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo” (Miranda, 1983:29).

O controle nacional-burocrático institucionalizado pela criação do CNP, a formação de mão-de-obra técnica e a batalha por adquirir, no mercado externo, maquinaria apropriada, de modo algum afastou as pretensões das transnacionais, que em conjunto com seus sócios brasileiros e ante as dificuldades técnico-financeiras manifestas – agravadas pelo problema da II Guerra – continuaram sua batalha por furar o bloqueio erguido pela legislação e assim remover, pela base, os preceitos nacionalistas em voga.⁵

Mesmo contando com o apoio, colaboração de empresários e figuras do poder judiciário incrustados da administração pública dispostos a associar-se ou aberto à aliciação, as transnacionais não tinham como burlar a legislação e muito menos dobrar a convicção nacionalista de Horta Barbosa que, além do acesso direto ao presidente da República, agia com autoridade somada a de Góis Monteiro, nacionalista irredutível e

que a perfuração devia continuar. Pouco tempo depois, nesse poço surgiram vestígios veementes de petróleo, ficando provado que não ‘era caso de polícia’” (apud Victor 1993:101).

⁵ A respeito relata Victor (1993:127) “Em 1939, o Gen. Horta Barbosa era despertado para outro projeto de montagem de uma refinaria em Niterói, com capacidade para 30 mil barris. Esta refinaria seria construída por um consórcio anglo-brasileiro, Murray & Simonsen, em que a maior parte do capital era britânico. Este projeto representava uma nova tentativa de burlar o Decreto nº 395, através de ‘testas-de-ferro’ nacionais.”



chefe do Estado-Maior da Forças Armadas, daí a proposta da Standard Oil ser prontamente rechaçada e duramente criticada.⁶

Ainda no ano de 1939, Horta Barbosa teve de resolver mais uma contenda envolvendo a Standard Oil Co. of Brazil que funcionava no país desde 1912 e, segundo (Marinho Jr. 1989:243 Victor 1993:127) visando driblar a legislação nacionalista tentou construir as pressas, em Pinheiros, Estado de São Paulo, uma refinaria, com material “na quase totalidade de segunda mão, podendo mesmo grande parte ser avaliada como ferro-velho.” O bloqueio ao funcionamento dessa refinaria foi deliberado pelo CNP após o relatório elaborado por uma comissão técnico-militar – formada a partir de solicitação de Horta Barbosa – demonstrar que se tratava de um projeto no mínimo questionável.

Como sempre agiram e agem as transacionais em países dependentes – arrancando tudo que pode das riquezas nacionais – o fechamento do esqueleto de refinaria da Standard Oil não se deu sem que antes aquela empresa tentasse açambarcar do Estado uma indenização muito superior ao valor do capital já gasto com maquinário e área adquirida.⁷ Antes de indenizá-la Horta Barbosa designou uma comissão técnica para avaliar as condições do empreendimento. Os cálculos da comissão – presidida pelo engenheiro do CNP, Irnack do Amaral – demonstraram que além de ter de gastar o sêxtuplo do valor já investido para fazer funcionar a refinaria que a multinacional propunha transferir ao governo, a empresa ainda cobrava uma quantia de “Cr\$ 5.095.650,00, pagável em dólares, quando as instalações e o terreno estavam avaliados em somente Cr\$ 1.800.000,00!” (Victor, 1993:127).

Horta Barbosa lutava para desenvolver as pesquisas e a lavra de petróleo defendendo-se como podia das investidas das transacionais – principalmente a Standard Oil – em situação de grande pressão de ordem política e econômica interna e externa na medida em que a partir de 1939, com a descoberta e o início da exploração do petróleo em

⁶ Ao tomar conhecimento da proposta do consórcio anglo-brasileiro “o Chefe do Estado-Maior censurava os grupos estrangeiros pelo ‘propósito sistemático de fraudar a legislação sobre um problema de vital alcance para a economia e a defesa nacional’, ao mesmo tempo que condenava a ‘ignorância da advocacia administrativa que, a despeito da profunda transformação política’ porque vinha passando o País, continuava ‘agindo com o desembaraço e a maléfica eficiência de outros tempos’” (id.p.127).

⁷ Do relatório do Coronel Antônio Alves Bastos constava o seguinte: “1 – A refinaria da Standard, além de velha, é incompleta e tem sua situação agravada por inúmeros enganos em sua montagem. 2 – Seu funcionamento fica na imediata dependência da Standard Oil Company of Brazil (o que era irregular segundo as regras do CNP). 3 – Sua operação dificulta muito a ação diretora e controladora do Conselho Nacional do Petróleo.” (Victor, 1993:126).



Lobato e o terror da Guerra interferindo nas relações entre os países envolvidos, a questão petrolífera mundial, como sempre, transformava-se em preocupação central dos governos e ocupava o centro do conflito.

Aproveitando a situação de incertezas socioeconômicas provocadas pelo estado de beligerância mundial e as dificuldades do CNP em desenvolver a indústria petrolífera a altura das necessidades internas, em 1940 a Standard Oil apresentou a Vargas um relatório confidencial contendo projeto detalhado e reivindicando sua participação técnico-financeira no desenvolvimento do setor.⁸ O projeto, além de incompatível com a legislação vigente, ainda lhe era totalmente favorável ao truste na medida em que dispunha de parte da produção, a transnacional tinha a liberdade de comercializar onde, como e com quem quisesse, isso sem falar da necessária ocupação do território brasileiro e da introdução de numerário e força-de-trabalho especializada importados dos Estados Unidos.

Atuando com tantas vantagens e apoios de aliados internos em um país subdesenvolvido, como o Brasil, em pouco tempo o “abutre” norte-americano do petróleo tomaria conta do que havia de mais necessário e importante para a indústria nacional. Venezuela, Peru e, até 1938, México eram exemplos do controle dos trustes sobre o petróleo.

Como a partir da criação do CNP toda e qualquer proposta ou solicitação, extra-institucional, tinha de circular e receber parecer do triunvirato – presidente Vargas, Horta Barbosa e Góis Monteiro – ao tomar conhecimento das pretensões da Standard Oil e verificar sua incompatibilidade com os preceitos constitucionais nacionalistas, o presidente do Conselho do Petróleo anexou sua opinião ao projeto e o enviou ao chefe do Estado-Maior, atentando para o fato de “[...] enquanto a tendência de todas as nações soberanas é para o controle, cada vez maior, dos combustíveis líquidos pelo Estado, princípio em que se baseia toda a nossa legislação, pretende-se com o referido memorando transferir a

⁸ O relatório da transnacional norte-americana destacava quatro pontos principais aqui resumidos. 1 – Com relação à organização de um consórcio a empresa propunha: a criação de uma companhia mista constituída de capital estrangeiro e nacional, sendo em sua maioria o capital estrangeiro que tomaria para si os encargos de pesquisa, perfuração de poços e a produção comercial de petróleo recebendo em troca uma porção de óleo cru para usá-lo como lhe conviesse. 2 – A empresa disporia da liberdade de transportar, refinar, processar, tratar e dispor de toda a sua percentagem do petróleo obtido em suas operações, bem como do petróleo que por ventura adquirisse do governo. 3 – A empresa pagaria todos os impostos lançados pelos Municípios, Estados e pela União desde que esses encargos obedecessem ao montante da produção bruta na boca do poço. 4 – Se durante a operação o governo Vargas resolvesse rescindir o contrato a Standard seria reembolsada do valor integral do investimento, inclusive da produção auferida ou potencial produtivo ainda a explorar (Victor, 1993:128).



direção desse setor a uma empresa em que predominariam os capitais estrangeiros e, em última análise, seria o próprio truste representado pela Standard Oil e Royal Dutch-Shell” (apud, Marinho Jr. 1989:244).

Uma vez nas mãos do chefe do Estado-Maior Góis Monteiro, o memorando do truste americano foi submetido ao crivo da legislação vigente e, verificado sua incongruência com a mesma foi prontamente recusado, em nome dos interesses da economia e da segurança nacional.⁹ A primeira investida dos empresários norte-americanos visando arrancar do governo brasileiro a licença para livremente atuar na pesquisa, lavra, refino, transporte e distribuição de petróleo em nosso território, atrás de uma máscara nacional, ante as dificuldades recorrentes ao nosso atraso no setor e as causadas pela II Guerra Mundial, foi peremptoriamente refutada.

Ao tempo em que a legislação, a conduta ideológico-nacionalista de frações de classes que compunham organicamente o CNP, mantinha afastada da incipiente indústria nacional do petróleo os consórcios estrangeiros, Horta Barbosa estudava detidamente a melhor maneira de adquirir – de outros grupos transnacionais – tecnologia, para viabilizar a instalação de refinarias estatais (Marinho Jr, 1989:244). A tarefa do General não era nem um pouco fácil exatamente porque ao refletir sobre as ofertas apresentadas cuidava de não ferir, caso entabulasse negociação, as regras institucionais e administrar os poucos recursos disponíveis, “US\$ 250.000 em 1939, e a US\$ 1.500.000 anuais de 1940 a 1943” (Smith, 1978:55).

Em 1942 apesar da solidez das colunas do Estado Novo, os ideais nacionalistas no que tange ao controle estatal da incipiente indústria nacional do petróleo está em pleno vigor e mostrando resultados positivos, circulou no “*Diário Carioca*” o artigo do economista Aluizio de Lima Castro, o qual afirmava só ser possível o “aproveitamento de nossas reservas em escala internacional, se ‘fosse revista a fase de xenofobia de várias leis’, de modo a facilitar a inversão de capitais estrangeiros (...)” Mais uma vez o presidente do CNP dirigiu-se as autoridades federais refutando o teor da matéria e afirmando que era possível, sim, alcançar essa meta “mantendo inalterados os princípios de

⁹ Entre outras refutações de natureza legalista o parecer recusante de Góis Monteiro dizia: “Ora, a solução indicada no memorando leva a colocar na mão de uma organização financeira estrangeira, porque a companhia prevista teria de nacional apenas o rótulo, um dos elementos fundamentais de nossa economia e de nossa segurança” (Apud, Victor, 1993:130). O itálico é do autor.



nacionalização das riquezas naturais e das fontes de energia, que constituem (segundo ele) uma das maiores conquistas da Revolução de 30" (ibid. p.244).

É da gênese – e o Brasil é exemplo concreto – de país de *via colonial* de efetivação capitalista, os trustes transnacionais aliciar e manter aliados seus em todas as esferas das camadas dominantes internas – em especial na grande imprensa – e na burocracia estatal como forma de fazer valer seus interesses em detrimento das necessidades e instituições nacionais. É sobre esse prisma que se deve entender o artigo do economista supra citado e também, como o próprio Horta Barbosa denunciou, as conversações de “funcionários ‘proeminentes da administração pública, que acoroçoaram a Standard Oil a dirigir-se ao Presidente da República’, em busca de apoio as suas pretensões de se instalar no Brasil” em plena vigor da legislação nacionalista e Guerra Mundial (Marinho Jr. 1989:245).

Dispondo de enorme potencial técnico-financeiro fincado nos países imperialistas, apoiado por revelados e anônimos personagens de frações da imprensa, empresariado, funcionários dos altos escalões da administração pública e ciente das dificuldades vividas por Horta Barbosa para acelerar a indústria nacional do petróleo, em meio uma crise sem precedentes no fornecimento de derivados do combustível, em 1941 a Standard Oil apresentou ao presidente Vargas uma nova proposta de participação no setor petrolífero brasileiro.¹⁰ Na nova investida o truste inovou ao pleitear a participação do Estado, de capitalistas brasileiros no projeto e total liberdade para atuar na pesquisa, lavra, transporte, refino e distribuição comercial de toda a produção auferida.

A viabilização da nova proposta só seria possível mediante o desmantelamento das bases jurídicas que regulamentavam o setor o que obviamente não estava, naquele exato momento, nos planos do CNP.¹¹ Para além, ao pleitear a liberdade de atuação em todas as

¹⁰ A proposta da transnacional norte-americana, ao contrário da anterior, continha apenas três itens. “1 – Constituição de uma sociedade anônima com ‘autorização ampla e clara, estatuída em lei geral ou em contrato especial, para pesquisar e extrair, transportar, refinar e dispor do petróleo obtido em suas operações.’ 2 – Esta sociedade teria o ‘direito exclusivo de pesquisar o petróleo em certas grandes áreas e extrai-lo de áreas menores, selecionadas para exploração.’ 3 – O capital da sociedade seria subscrito pela Standard Oil Company of Brazil e por capitalistas brasileiros, obrigando-se a Standard a ‘subscrever todas as ações que não fôssem tomadas por interesses brasileiros’” (Apud, Victor, 1993:133)

¹¹ Ao enviar seu parecer ao presidente Vargas, Horta Barbosa destacava os pontos de estrangulamento institucional implícitos à proposta da Standard Oil: “a) – autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados no território nacional. b) – autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, natureza e qualidade dos produtos



fases do processo a Standard Oil visava, na realidade, ocupar um espaço gigantesco em outros setores da economia nacional dada a complexa indústria do petróleo envolver vários departamentos industriais. E isso, ressalta-se, quando a burguesia industrial brasileira vivia sua melhor fase de expansão, apesar dos percalços e contradições existentes entre seus interesses, pretensões e as ingerências norte-americanas que marcavam as tensas relações mercadológicas entre os dois países, como veremos mais à frente.

Em 1942 a situação nacional – no concernente ao fornecimento de derivado de petróleo – era de grandes dificuldades. A incipiente indústria brasileira estatal do combustível estava muito longe de suprir a demanda e as importações encontravam-se prejudicadas devido à expansão da II Guerra Mundial. Porém, tais dificuldades não eram motivo para se rever a legislação nacionalista, pelo contrário, a resposta tinha de ser encontrada internamente, até porque nos primeiros anos da “Revolução de 1930”, ante o aperto das finanças públicas, Vargas baixara decreto deliberando sobre a adição de álcool anidro à gasolina importada (Fausto, 1995:49, Marinho Jr, 1989:246).

Já em 1941 o governo tratou evitar o colapso no fornecimento de combustível obrigando “os proprietários de frotas de mais de dez caminhões a usarem gasogênio em um entre cada dez veículos.” A produção desse combustível – gasolina destilada de carvão de lenha – vinha sendo aperfeiçoada desde 1938 e ante as dificuldades de importação de derivados de petróleo, Vargas procurou ampliar a produção interna dessa fonte alternativa de energia, dispondo-se “a vender as máquinas produtoras do combustível substituto a preço de custo aos estabelecimentos de serviço público e empresas privadas empenhadas em transporte e agricultura” (Smith, 1978:58). Ou seja, em vez de cair no conto da auto-suficiência prometida pelos trustes, caso entregássemos nossas reservas naturais, as autoridades brasileiras buscavam alternativas a partir de nosso próprio potencial técnico-industrial.

Ainda assim uma série de medidas com vistas a racionalizar o uso de derivados de petróleo fora adotada: cidades do interior passaram a ficar parcialmente apagadas por falta de combustível. “O Rio de Janeiro reduziu o serviço de ônibus, e a gasolina deixou de ser vendida aos domingos e feriados. O racionamento entrou em vigor na Bahia e no Sul do

refinados”. c) – estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda dos refinados” (Apud, Victor, 1993:134).



Brasil” (id.p.58). Essa situação encorajava a Standard Oil e seus sócios no Brasil a pleitear, ante ao poder central, sua participação na indústria nacional do petróleo até então incapaz de atender a demanda interna alargada com o crescimento industrial em processo.

O ano de 1942 foi dramático para toda economia planetária, a guerra se alastrava causando transtorno a navegação e ao trânsito de navios mercantes pelos mares do mundo. O Brasil sedia, em janeiro, a “III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas.” Pós esse encontro, a partir de determinação do Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, o Brasil rompe relações com Alemanha, Itália e Japão.¹² Em setembro o país recebe – com grande reverência de parte de autoridades do governo, da elite comerciante, industrial e grande imprensa – a visita do líder da indústria petrolífera mundial e representante do Estado norte-americano, Nelson Rockefeller.

A visita do representante estadunidense objetivava felicitar a elite brasileira por ter se posicionado – após uma breve oscilação – ao lado daquele país na guerra em andamento e também, é claro, para vender seu potencial técnico-científico a nossa incipiente industrialização.¹³ Mas, apesar de muito bem recebido, seu verdadeiro intento – omitido no discurso proferido ao empresariado nacional –, negociar a flexibilização das leis nacionalistas que controlavam o setor petrolífero, não foi possível concretizar.

O interesse de Rockefeller em convencer o governo e os representantes do CNP a rever a legislação nacionalista ficou evidente quando, após ser homenageado pela panegírica burguesia brasileira, Vargas convocou Horta Barbosa a comparecer a uma reunião de ministros na sede do governo. Como certamente já imaginava o presidente do CNP, “Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, era portador de uma proposta da Standard Oil para a exploração, industrialização e refinação do petróleo brasileiro”, isso porque, segundo Costa, era inadiável “a necessidade de urgência na exploração do petróleo

¹² Da reunião supra citada nasce a Resolução nº 1 que declarava: “As Repúblicas Americanas, obedecendo aos preceitos estabelecidos por suas próprias leis e de acordo com a posição e circunstâncias de cada uma no atual conflito continental, recomendam a ruptura de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os outros dois declarado guerra a um país americano” (Apud, Victor; 1993:139)

¹³ No discurso proferido aos representantes das camadas dominantes brasileiras Rockefeller disse textualmente: “Na batalha da produção, o Brasil e os Estados Unidos são aliados naturais. Os Estados Unidos podem fornecer (e já vinha fornecendo) ao Brasil o que este necessitar para se armar para a luta, com o desenvolvimento de suas indústrias de guerra essenciais. O de que os Estados Unidos necessitem para suprir seus recursos locais, o Brasil pode fornecer. Os Estados Unidos possuem capital, perícia técnica, a maior capacidade do mundo para fabricar ferramentas e máquinas, seja para a paz ou para a guerra” (Apud, Victor; 1993:140).



brasileiro.” Mais uma vez e diante da cúpula do Estado, o General nacionalista refutou a reivindicação, afirmando que a intensificação da pesquisa, lavra e industrialização do combustível só dependia de mais recursos estatais.¹⁴

Naquele momento, marcado pelas dificuldades econômicas e a possibilidade de o Brasil engrossar as tropas dos países aliados no combate ao nazi-fascismo, à opinião do corpo de ministro era agregada a do respeitável Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que ao ouvir os argumentos de Horta Barbosa também se posicionou contra a proposta da Standard Oil, apresentada via o titular da Fazenda Sousa Costa. Dutra levantou três pontos para justificar a defesa da manutenção do monopólio estatal: “1) o petróleo era essencial à defesa militar e à nossa soberania; 2) devia continuar sendo explorado pelo govêrno; 3) os Estados Unidos poderiam auxiliar-nos, mas apenas na base de empréstimos apresentada pelo Gen. Horta Barbosa” (Victor, 1993:141/42).

Na realidade a reunião dos ministros para defender a proposta do truste norte-americano, na presença de Getúlio, devia-se às dúvidas deste quanto a real eficiência econômica do controle estatal sobre o setor petrolífero na medida em que, segundo o próprio presidente, as informações de que dispunha sobre a indústria estatal do petróleo argentino era de que essa apresentava constantes prejuízos. Essa dúvida tinha sido claramente demonstrada pelo presidente quando de sua conversa – a pedido de Horta Barbosa – com engenheiro Fernando Luís Lobo onde o técnico relatou os avanços que verificara na indústria petrolífera estatal do Uruguai para onde tinha ido a serviço do CNP (Victor, 1993:135).

Ainda em 1942 entrava em atividade os poços de Aratu, Itaparica, Lobato e Candeias com uma projeção acima de 32 mil barris/dia. Atendendo a orientação de engenheiros da Drilling and Exploration Co. Inc. contratados pelo CNP e responsáveis pelas perfurações em Lobato, foi iniciado a montagem de uma refinaria experimental no Campo de Aratu com a capacidade de beneficiar 150 barris diário. Aos poucos a indústria petrolífera genuinamente brasileira ia nascendo. Em 1943, segundo Carvalho (1977:28) a produção de petróleo no Brasil alcançaria 300 barris/dia, o equivalente a 1% do consumo

¹⁴ Horta Barbosa acrescentava aos seus argumentos rechaçantes as seguintes observações: “antes da legislação de 1934 e 1937, a Standard Oil e a Royal Dutch-Shell haviam tido tôdas as oportunidades para explorar o petróleo brasileiro, não manifestando, porém, o menor interêsse em fazê-lo. Não era justo.



nacional, segundo Victor (1993:150) em dezembro daquele ano “a produção de petróleo no País atingiu a 48 mil e 153 barris, contra 32 mil e 831, em 1942.”

Apesar de ter organizado e dado passos concretos nas pesquisas, lavra e refino do petróleo nacional, em 1943 o nacionalista radical e primeiro presidente do CNP, General Horta Barbosa, encaminhava ao presidente Getúlio Vargas sua solicitação de afastamento da direção do Conselho, no que foi prontamente atendido, sendo escolhido para ocupar seu lugar outro militar, Coronel João Carlos Barreto.

Sobre os verdadeiros motivos do pedido de demissão de Horta Barbosa pouco se sabe, senão o que ele próprio alegou: desejo de retomar as atividades puramente militares. “Afastado há tanto tempo do Exército, minha única pretensão, neste momento, em que o Brasil está em Guerra, é voltar às fileiras. Iniciei (argumenta o General) minha carreira militar, que já é longa, em operação de guerra, de que guardo em meu corpo os honrosos vestígios. Tenho o propósito de não encerrar minha atividade no exercício de comissão estranha ao meu pôsto, e para isso conto obter a aprovação de Vossa Excelência” (apud, Victor; 1993:143).

O nosso autor, aqui largamente adotado, mostra-se reticente com relação aos argumentos do militar até porque, segundo ele “em junho de 1943 (o que é uma verdade) o conflito mundial já evoluía favoravelmente para as tropas aliadas”, portanto a desculpa de Horta Barbosa de deixar a direção do CNP para dedicar-se aos combates da II Guerra Mundial não eram de todo verdadeira.

O pedido de demissão de Horta Barbosa – como suspeitou Victor – não era motivado somente pela participação do Brasil nos combates da II Guerra mas também pela incompatibilidade da doutrina do General nacionalista com as novas diretrizes econômicas. Sodré (1977:175) ao situar o fato, assevera: “Era a época dos chamados ‘acordos de Washington’, quando nos comprometemos, e cumprimos, a fornecer matérias-primas baratas, fixados os preços até o fim do conflito, ao nosso aliado. As pressões aumentariam, por tudo isso, contra a solução adotada pelo Brasil quanto ao petróleo.”

portanto, que, após o Governo haver descoberto o petróleo, concedesse aos trustes direitos que eram vedados pela própria Constituição, em prejuízo dos interesses nacionais” (Victor, 1993:141).



No plano interno a luta por defender a nacionalização da nossa incipiente indústria petrolífera contra os interesses dos trustes externos causara cisões na equipe de Vargas e no entourage central, principalmente entre o CNP e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que além de considerar o Conselho do Petróleo um instrumento burocrático paramilitar não aceitava a independência com que o órgão operava, o controle sobre questões referente à produção e fornecimento de combustíveis líquidos no país (Lima, 1964:36).

Para além dos pruridos intraburocracia, em 1943 a hegemonia e a coesão com que Vargas e equipe comandaram a economia – sempre buscando saídas de base nacional no interior do conflitante jogo de interesse entre as nações beligerantes – já apresentava sinais de fraturas e alteração de rota. É do que nos ocupamos no próximo tópico onde analisaremos a postura de Getúlio Vargas no processo de realinhamento político-econômico brasileiro ao imperialismo ianque.

4.6 Atuando em duas frentes

O golpe que instalou o Estado Novo em 1937, para além do caráter policialesco-ditatorial, também representou novos delineamentos no projeto econômico ensaiado por Vargas em 1930. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de as determinações materiais internas e externas ter se alterado substancialmente e, em segundo lugar, ao acirramento da crise intracapital apontarem para o segundo conflito mundial, no interior do qual as camadas dominantes brasileiras procurando tecer tradicionais interesses agro-exportadores com desenvolvimento industrial eminente atuavam, buscando auferir vantagens das relações mercadológicas que mantinha com as duas modalidades societais em disputa: nazi-fascista e liberal democrático, ambas representadas pelos Estados Unidos da América, Itália e Alemanha de onde e para onde fluíam o grosso das exportações e importações brasileiras.

Os principais desequilíbrios que preocupavam e exigiam ação de Vargas e equipe nos primeiros sete anos de sua gestão, respeitavam a pressão e as exigências das forças armadas brasileiras por uma política de modernização do braço armado do Estado que se encontrava em posição de inferioridade se comparado ao potencial dos argentinos, principal concorrente do Brasil na América do Sul. As disputas no continente entre Peru e Colômbia (1932-1933) pelo território de Letícia e a guerra do Chaco (1932-1935) entre



Bolívia e Paraguai, eram vistas com apreensão pelas autoridades brasileiras dado tratar-se de enfrentamentos que punha em risco nossas fronteiras e a ação diplomática no continente (Hilton, 1977:62).

Por outro lado, autoridades militares brasileiras mantinham-se atentas com relação à escalada bélica que assolava a Europa. “Todos os países preparam-se ativamente para a nova conflagração, foi a advertência particular que o General Góes Monteiro (ministro da Guerra) fez a Getúlio Vargas no início de 1934”, o General era enfático e realista ao afirmar que “diplomacia alguma por mais brilhante e arguta, pode vencer sem o apoio decisivo das armas” (cf. Hilton p.61/63). Era o clima tenso, a necessidade de modernizar as forças armadas e a expansão pelo mercado externo do modelo econômico de cariz nacionalista brasileiro, arrimo da aproximação do governo brasileiro do reacionário sistema político-econômico do “Terceiro Reich.”

Aproveitando o momento belicoso Vargas tece uma série de acordos comerciais com vistas a aumentar as exportações brasileiras – principalmente para a Alemanha – e adquirir tecnologia para rearmar as forças armadas nacionais sem ferir, inicialmente, as diretrizes básicas de nosso modelo econômico e as relações com os norte-americanos. Todo esforço de Getúlio redundou em três importantes acordos (1934, 1936 e 1937) pelos quais à aquisição de peças de artilharia, carro de combate e outros equipamentos provenientes da Alemanha eram pagos com exportação de algodão, café, cacau, fumo borracha e outros bens primários exportáveis, tudo mediado por uma moeda especial conhecido como marco de compensação (Hilton, 1977:71-4).

Nesse mesmo período o comércio exterior brasileiro apresentava rigoroso controle: imposição de tarifas, quotas de importação, subsídios para exportação, depreciação de moeda e dumping. Tal racionalidade administrativa não obstava, até então, as relações do Brasil com os Estados Unidos, Alemanha e tampouco feriam os interesses desses países no mercado nacional. Apesar das dissimilações de natureza material-ideológica subjacente, Vargas mostrava habilidade na defesa do desenvolvimento interno. É lícito ressaltar que entre 1930 e 1937 as exportações brasileiras para os Estados Unidos atingiram o patamar de 82 milhões enquanto as importações não ultrapassavam a casa dos 30 milhões de dólares, pagas com numerário proveniente das exportações de café. Ou seja, mantínhamos posição de superávit ante uma das economias mais forte do planeta (Gambini, 1977:90).



Não por acaso, ao desferir o golpe em 1937 e ante as apreensões recorrentes Getúlio imediatamente encarregou Osvaldo Aranha de procurar tranquilizar as autoridades norte-americanas com relação ao caráter reacionário da inflexão política interna, atentando para o fato de que essa em nada deveria afetar as relações econômicas e diplomáticas com aquele país, até porque não se tratava de atitude influenciada pela ideologia nazi-fascista em pleno desenvolvimento na Alemanha e Itália (Corsi, 1999:92/93), com quem mantínhamos boas relações comerciais, mas um ajuste doméstico com vistas a combater o suposto esquerdismo vermelho em ação no país.

A preocupação do governo norte-americano tinha fundamento real dado os acordos acima citados romperem com as regras do livre comércio, serem favoráveis aos dois países e colocar em risco os interesses estadunidenses que viam a Alemanha tornar-se o segundo mais importante parceiro comercial brasileiro, desbancando, desse modo, a Inglaterra (Corsi, 1999:59) há muito presente em todos os setores da nossa economia mas que diante da reorganização do modelo de desenvolvimento nacional perdia espaço, exatamente quando os antagonismos político-ideológicos com o Reich se acentuavam.

Foi sobre essa situação de ameaça que o Departamento de Estado Americano (DEA) passou a lutar por influenciar e alargar seu espaço na economia política sul-americana – principalmente no Brasil – na medida em que, antes mesmo da ascensão ao poder de Estado do nazi-fascismo, sua posição no continente enfrentava acirrada concorrência deste. Não era outro o objetivo da série de reuniões proposta e entabulada pelo gigante industrial do norte com autoridades dos países do sul senão atar a dinâmica societária do continente a ampliação do imperialismo estadunidense no sul.

Da primeira Conferência em Havana (1928), passando pela de Montevideu (1933), Buenos Aires (1936), Panamá (1939), novamente Havana (1940) e Rio de Janeiro (1942), representantes do DEA traçaram uma radiografia das condições sociais, econômicas e políticas dos países sul-americanos que lhe permitiu delinear uma proposta concreta de “colaboração” com as camadas dominantes desse continente. Não por acaso, na quinta Conferência em Havana (1940), as autoridades estadunidenses apresentaram um documento por eles elaborado e batizado de *Cartel Roosevelt*, contendo os parâmetros de uma nova modalidade mercadológica a ser estabelecida entre as nações latino-americanas e



as necessidades de ampliação e domínio político-econômico daquele país pelo hemisfério sul.

O conteúdo do documento supracitado discorria e visava opor ao monopólio comprador alemão um monopólio vendedor, através da criação de uma corporação de excedentes com sede em Washington com poderes de decidir questões referentes a quotas, distribuição da produção e preços das exportações latino-americanas dirigidas à Europa. Os produtos seriam comercializados através de pagamento em dólares – *blocked dollars* – válidos apenas para compra de mercadorias norte-americanas. Em troca os países do sul abririam mão da escolha do país importador, dos termos da troca e dos tipos de produtos, em benefício da venda e da comercialização de suas exportações. As regras do acordo objetivavam eliminar os excedentes de mercadorias baratas no mercado latino-americano – especialmente no Brasil – absorvido pela Alemanha. O plano não teve sucesso mas estabeleceu as negociações da futura “política de boa vizinhança” (Gambini, 1978:38).

Desde os primeiros acordos comerciais entre Brasil e Alemanha no decorrer da década de 1930 os Estados Unidos passaram a repensar as relações político-econômicas com nosso país, temendo pela aproximação. É o que nos assevera Gambini (1978:40) ao comentar o conteúdo de uma matéria da revista *Fortune* de 1938: “Se ajudássemos nações amigas, como o Brasil, a estabelecer sistemas bancários e moedas estáveis com pequenos e judiciosos empréstimos de nosso depósito no Forte Knox, poderíamos prendê-las ao dólar (...) Cinquenta milhões de dólares emprestados para estabilizar a moeda brasileira custam menos que um navio de guerra e seria preciso mais de um para impedir uma aliança política entre Brasil e Alemanha.”

Como a proposta do *Cartel Roosevelt* encontrou resistências de parte dos representantes das camadas dominantes sul-americanas, sob a alegação de que a política intervencionista estadunidense em Cuba e na Nicarágua era um prenúncio do que poderia acontecer com o resto do continente caso se aceitasse a proposta apresentada, o DEA tratou de ser mais sutil nas suas pretensões, adotando um controle gradual dos excedentes sob a bandeira do incremento do comércio intercontinental, classificada, mais precisamente, de Pan-americanismo ou política da boa vizinhança (Gambini, 1978:40).

Sob a batuta da política da boa vizinhança e cômico da debilidade econômica brasileira que – como já afirmamos – nas relações mercadológicas com os Estados Unidos



dependia, em grande medida, das exportações de café para aquele país, as autoridades norte-americanas passaram a pressionar o governo brasileiro para que revisse a política protecionista de alta taxaço dos produtos industrializados estadunidenses que entravam no mercado brasileiro, isso porque, segundo eles, ao passo que as nossas exportações eram pesadamente taxada em outros mercados, naquele país nossos produtos entravam livremente (Gambini, 1978:90).

O responsável por urdir o realinhamento das relações econômicas brasileiras com os norte-americanos após a implantação do Estado Novo foi Osvaldo Aranha, empossado na pasta das Relações Exteriores em 1938 ao mesmo tempo em que Vargas adotava medidas restritivas no que concernia a atividade e a propaganda política alemã em território brasileiro. A atitude de Vargas acabou por gerar um incidente diplomático com o “Terceiro Reich” que em represália a proibição de retorno do embaixador daquele país ao Brasil, resolveu não mais aceitar em território alemão a presença do representante brasileiro (Corsi, 1999:94). Iniciava-se, assim, o arrefecimento das relações Brasil Alemanha que tanto preocupava os Estados Unidos.

Tudo leva a crer que perante a mudança de rota da política nacional, a limitação de atividades culturais de grupos de inspiração nazi-fascistas e o aceno de Vargas, autoridades estadunidenses cuidaram de convocar Osvaldo Aranha à mesa de negociações para tratar de assuntos referentes ao programa brasileiro de defesa nacional, cooperação e desenvolvimento dos recursos, comércio, dívida pública externa e participação do capital norte-americano na economia brasileira.

Apesar de se propor a negociar, num primeiro momento o DEA e a Secretaria do Tesouro estadunidense oscilavam entre duas maneiras de entabular a reaproximação. A primeira, coerente com seu tradicional conservadorismo, via o Brasil como um potencial exportador de bens primários e importador de industrializados, e a segunda defendia a tese de que o capital americano deveria auxiliar-nos no processo de industrialização complementar capaz de substituir importações não provenientes dos Estados Unidos. Independente disso o objetivo da negociação com Aranha era diminuir a influência alemã na economia brasileira para que os Estados Unidos ocupassem o espaço (id.p.102-103).

Ante a predisposição de “colaborar”, apresentada pelos ianques, lideranças das camadas dominantes e representantes de autarquias brasileiras – Ministério da Guerra,



Marinha, Agricultura e Fazenda – trataram de elaborar relatórios sobre as deficiências e necessidades de suas autarquias. O primeiro e o segundo reivindicavam o aparelhamento das Forças Armadas, o terceiro reclamava créditos agrícolas e auxílio técnico, posto que a “ressaca” recessiva da crise de 1929 ainda se fazia sentir no sistema produtivo. A elite brasileira atentava também para o problema referente à mineração que, apesar das potencialidades naturais do país, o setor era muito pouco desenvolvido. Por último a pasta da Fazenda que dado sua importância e complexidade dos problemas enfrentados, sobrepunha-se aos demais (id.p.104/105).

Sendo o Ministério da Fazenda órgão central e responsável pelo rígido controle econômico-financeiro desde a Revolução de 1930, a ele cabia decidir, com o aval de Vargas, sobre o fim do monopólio do câmbio, viável, naquele momento, mediante reorganização das finanças públicas e angariação de numerário externo que cobrisse os atrasados comerciais. Era de competência também da Fazenda a criação de um banco central e a decisão sobre participação de capital americano no modelo de desenvolvimento nacional.

Sobre a retomada do pagamento da dívida externa, o relatório do Ministério da Fazenda – apresentado na reunião com autoridades norte-americanas – nada definia, apenas enfatizava a necessidade de dinamizar a infra-estrutura existente e implantar a indústria pesada através de empréstimos externos de longo prazo para o pagamento de importações necessárias, sem onerar, obviamente, a balança comercial e o orçamento da União (id.p.105/106).

No tocante a participação do capital ianque no Brasil – reafirmando sua conduta sócio-subordinada – as reivindicações das autoridades brasileiras, inclusa a de Vargas, ra clara: defendia tratamento igual ao dispensado ao capital nacional desde que esse fosse aplicado produtivamente e de acordo com a legislação vigente. A respeito da relação comercial entre Brasil e Alemanha o relatório do Ministério da Fazenda refutava as queixas norte-americanas de que o comércio compensado estaria deslocando seus produtos do mercado brasileiro, isso porque, segundo o mesmo relatório, a produção alemã não competia diretamente com a dos Estados Unidos além do mais os reclamos baseavam-se em estatísticas oficiais superestimadas (ibid. p.106/107).



Uma vez responsável e no comando das negociações realinhadoras do modelo econômico brasileiro às exigências dos Estados Unidos, Aranha e equipe desembarcaram em Nova Iorque em fevereiro de 1939, reunindo-se imediatamente com o presidente Roosevelt. As discussões entre o ministro brasileiro e o presidente estadunidense versaram sobre política internacional e a guerra, da qual Roosevelt não demonstrava intenção em participar, apesar de preparar-se para tal. Roosevelt alertara Aranha para o perigo da aproximação da política econômica brasileira da do Reich, o que o ministro retrucou afirmando que o Brasil estava disposto a apoiar qualquer ação norte-americana garantidora da paz, para tanto era necessário o uso do nosso dispositivo econômico militar, cuja modernização dependia da ajuda norte-americana (id.p.116).

A batalha de Osvaldo Aranha para – com o auxílio dos Estados Unidos – fundar um banco central, devia-se ao fato de esse importante órgão capitalista não existir no Brasil o que certamente refletia negativamente na capacidade de controle dos investimentos do Estado e no desenvolvimento econômico industrial brasileiro. A criação do aporte financeiro estabeleceria as bases de expansão do crédito interno e externo, estabilização da moeda, emissão de papéis necessários e incentivos ao desenvolvimento de outros serviços bancários de forma a superar as deficiências relativas ao financiamento público e privado cuja escassez comprometia o ideário nacional-desenvolvimentista (Saes, 2001:53 Corsi, 1999:117).

Paralelo às negociações entabuladas por Aranha Vargas pleiteava nos Estados Unidos um empréstimo no valor de 20 milhões de dólares, restituíveis em 18 meses, com o que não concordava o titular da Fazenda Souza Costa, alegando ser o prazo exíguo e oneroso para a economia nacional. O ministro também não concordava com a retomada do pagamento da dívida externa exigida pelos banqueiros americanos e aceita por Aranha. Dessa discordância participava também frações de classe agro-exportadora e industrial, a primeira porque estava amarrada ao mercado alemão e a segunda porque sabia que não era de interesse dos industriais estadunidenses que a industrialização brasileira se desenvolvesse (Corsi, 1999:119/123).

Contra todas as resistências internas, Aranha concluiu as negociações com os Estados Unidos em 1939 sem ter conseguido deles apoio financeiro para a criação do almejado banco central, cedendo as pressões para o restabelecimento do pagamento da



dívida externa e liberação do regime cambial. Em troca, o ministro brasileiro conseguiu “Crédito do Export And Import Bank no valor de 19,2 milhões de dólares a serem pagos em 24 meses com juros de 3,6% ao ano, destinado à liquidação de atrasados comerciais” (id.p.125).

As dificuldades de ordem técnico-financeira em via de comprometer o projeto nacional-desenvolvimentista forçaram Vargas a se posicionar em defesa dos acordos firmados por Aranha com os Estados Unidos, ainda que contrariando interesses de frações de classe industrial e agro-exportadora brasileira. A aproximação da política econômica dos ianques abria novas possibilidades para a economia nacional dado o país não poder manter-se atado às relações comerciais só com a Europa e correr o risco de comprometer a exportação dos nossos produtos com o espocar da II Guerra Mundial naquele continente.

Como acertadamente observou Fiori que o projeto nacional de Vargas naufragou em março de 1939 quando Aranha assinou os Acordos de Washington, que liberavam créditos do Eximbank para cobrir atrasados comerciais, mas nos comprometeram com a abertura da economia aos capitais norte-americanos, com suspensão da moratória e a retomada do pagamento do serviço da nossa dívida externa (apud; Corsi,1999:136). Ainda segundo Corsi (1999:126) a partir dos acordos “Os norte-americanos firmavam, assim, seu predomínio sobre o Brasil.”

Como já esperado, a explosão da II Guerra na Europa limitou as opções político-econômicas de Vargas dado às transações mercadológicas com a Alemanha e Itália praticamente desaparecerem e optar por manter-se, naquele momento, numa pretensa neutralidade em relação ao conflito e na independência nacional no que respeitava ao comércio e os investimentos externos, era o mesmo que construir o próprio isolamento, daí Vargas aceitar o amanhado do acordo econômico com os norte-americanos tecido por Aranha.

Aceita as condições impostas pelos norte-americanos outras negociações foram estabelecidas principalmente com relação à exportação de café, borracha para àquele país, financiamento da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fornecimento de material bélico às forças armadas nacionais e, o que é mais importante, a participação do Brasil na II Guerra dado – segundo declarações de Roosevelt – os alemães estarem preparando um ataque ao nordeste brasileiro o que motivava o presidente americano



solicitar, do governo Vargas, a permissão para o estacionamento de tropas ianques em nosso território o que as forças armadas rechaçaram (Corsi, 1999:166/68).

Cientes das dificuldades econômicas agravadas pela perda do mercado europeu e visando fortificar os tentáculos fincados na América do Sul, em 1940 o governo norte-americano cuidou de fundar o “Office for the Coordination of Commercial And Cultural Relations Between the American Republics”, órgão responsável por “formular e executar um programa para aumentar a solidariedade hemisférica e fortalecer o espírito de cooperação interamericana” dirigido por Nelson Rockefeller (id.p.167). Sim, aquele mesmo, que após reunião com autoridades brasileiras em 1942, essas convocaram Horta Barbosa para apresentar uma proposta de participação da Standard Oil na exploração do petróleo nacional.

As negociações e acordos de “cooperação” econômico-militar firmada entre representantes das camadas dominantes brasileiras e Roosevelt no decorrer das décadas de 1930 e 1940, só demonstram — como assevera Mészáros (2002:804) — o fato irrefutável de que o presidente norte-americano foi “um representante de visão ampla do dinamismo recém-encontrado do capital, em virtude do seu papel pioneiro de elaborar a estratégia global e de habilmente lançar as fundações práticas do neocolonialismo”, no qual o Brasil, pondo de lado o ideário nacionalista – como já afirmamos – dos primeiros anos da Revolução de 1930, se enquadrou, na expectativa de tornar-se líder industrial e principal aliado dos ianques no continente.

Partindo do “New Deal” Roosevelt estabeleceu as bases de uma economia minimamente segura e expansiva “Ao mesmo tempo, a necessidade de assegurar e necessariamente proteger a expansão contínua da base econômica doméstica implicou a remoção cruel de todas as ‘barreiras artificiais’ do colonialismo passado e do capitalismo protecionista subdesenvolvido” (ibid. p.804). Foi exatamente o que fez Vargas e equipe econômica pós-golpe de 1937, refazer a associação subordinada e atrelar o desenvolvimento brasileiro ao expansionismo estadunidense, abrindo mão do viés nacionalistas dos primeiros anos da revolução.

No limbo do imperialismo ianque, frações de classes dominantes brasileiras passaram a alimentar a cruel ilusão de ter fundado as bases e a associação econômica que nos colocaria no rol dos países do primeiro mundo, como nos assevera Corsi (1999:225)



“Não apenas Aranha afirmava que o Brasil deveria transformar-se em uma potência regional ou até mesmo mundial, mas também outros membros da burocracia comungavam dessa idéia.” Foi com essa perspectiva que Vargas pleiteou um “assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e a constituição de um corpo expedicionário para participar diretamente da guerra.”

Quanto ao assento permanente na ONU reivindicado pelo Brasil a “Grã-Bretanha, URSS e alguns países da América Latina, em particular México e Chile” (Corsi p.227) se opuseram. Pelo que nos consta os norte-americanos silenciaram ante as pretensões brasileiras de compor aquele organismo que ao fim, e nos anos que se seguiram à II Guerra, respondeu pela política imperialista cujo ponto de partida e de chegada são os interesses dos Estados Unidos da América.

De forma sucinta foram essas as condições sociais econômicas e políticas da reforma da associação subordinada das camadas dominantes brasileiras com o imperialismo norte-americano a partir da instauração do Estado Novo em 1937, cujos compromissos assumidos e pressões recorrentes levaram Vargas a uma posição vacilante quanto às diretrizes nacionalistas institucionalmente aplicadas à política industrial do petróleo brasileiro implementada ao longo da crise e da instauração da Revolução de 1930, que teve na pessoa de Horta Barbosa e Avelino de Oliveira, técnico responsável pelo CNP, seus maiores defensores contra os interesses dos capitais externos.

4.7 Tentando remover a legislação nacionalista (1º round)

Como podemos constatar, enquanto Vargas e equipe procuravam reorganizar o modelo de desenvolvimento econômico de forma a enquadrá-lo subordinadamente nas exigências e necessidades do imperialismo norte-americano, a questão petrolífera ficou – em que pese às investidas da Standard Oil – praticamente fora dos esquemas e dos acordos firmados com aquele país entre 1930 e 1943. Pelo contrário, à medida que as camadas político-empresariais brasileiras rendiam-se as ingerências e as propostas de “cooperação” econômicas e supostos ganhos decorrentes apresentadas pelos ianques, no tocante a política do petróleo os ideais nacionalistas ganhavam contornos decisivos.

Se por um lado isso foi fundamental para manter sob diretiva institucional o controle interno do território, das reservas naturais descobertas, a descobrir e a fundação da



indústria petrolífera nacional, por outro os poucos resultados alcançados – devido à insuficiência técnico-financeira – além de influenciar na decisão de H. Barbosa de abandonar a direção do CNP ainda reforçava a posição das frações de classe antinacionalistas – silenciada pelo golpe de 1937 e a criação do CNP – que não escondiam suas pretensões de associar-se e expor o território brasileiro às pretensões dos trustes petrolíferos estadunidenses.

Na categoria de antinacionalista se enquadra perfeitamente a figura do sucessor de Horta Barbosa na direção do CNP a partir de 1943. O novo presidente da autarquia, Coronel João Carlos Barreto, não tinha tido qualquer participação na Batalha pela nacionalização das reservas naturais e tampouco na criação do CNP. Segundo Lima (1975:78), Barreto era “homem de outra área, não identificado com o presidente Vargas. Toda a sua tendência (continua Lima) contrariava a política econômica expressa pela Carta Constitucional de 1937 e pelos primeiros atos constitutivos do novo órgão. Contrário à condução da política petrolífera pelo Estado, achava que se devia confiar na iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, particularmente nessa última, pois na sua opinião só ela dispunha de recursos, de experiência e meios para bem conduzir a exploração, o refino e a distribuição do petróleo no Brasil.”

Ser contra o controle estatal sobre a pesquisa, prospecção, exploração, refino e distribuição de derivados de petróleo em nome da associação com o capital privado nacional e transnacional em nada alterava a situação naquele momento. O Coronel Barreto tinha à sua frente uma legislação nacionalista, uma burguesia técnica e financeiramente débil, uma guerra em andamento e um sistema político ditatorial que não se sabia com certeza o que seria num futuro próximo, dado a vitória bélica da modalidade capitalista liberal-democrática – com a qual o Vargas estreitara relações – contra o nazi-fascismo, ser apenas uma questão de tempo. Para além, o ideário nacionalista que envolvera a questão petrolífera estava enraizada na sociedade de modo a dificultar alterações no conjunto de leis que a sustentava.

No que tange a predominância do Estado Novo, esse começou a ruir a partir de 1942, quando dos ataques desferidos por forças militares do Eixo a navios brasileiros na costa nordestina e as grandes manifestações populares ganharem as ruas em defesa da



participação direta das forças armadas nacionais nos combates na Europa.¹ Tais manifestações não tinham como ser contidas pela força; as condições sociais eram outras: o nazi-fascismo sofria grandes reveses nos campos de batalhas e com ele os ideais políticos antidemocrático-centralizadores.

As camadas dominantes brasileiras tinham claro que a derrota do belicoso nazi-fascismo e correlata modalidade econômico-estatal que o sustentou – e não cabe aqui discorrer sobre se o Estado varguista era ou não nele inspirado – abalaria as colunas do Estado Novo prevalecente, que certamente seria fustigado pela onda democratizante inerente às manifestações populares. No entanto, se por um lado o domínio político de Vargas, ante as transformações internas e externas, aos poucos se tornava anacrônico, por outro a estrutura econômica por ele construída ao longo dos quinze anos de administração tinha grande acolhida de segmentos empresariais ideologicamente liberais, isso se devia, é claro, ao fato de serem eles os principais beneficiários do modelo.

A adesão e defesa da continuidade da intervenção estatal na estrutura econômica construída por Vargas e o combate às leis nacionalistas que cercavam a questão petrolífera são afirmados pelo empresariado no I Congresso Brasileiro de Economia, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1943 e pela Conferência das Classes Produtoras do Brasil realizada em Teresópolis em 1945, resultando, desse último a elaboração e a publicação da Carta Econômica de Teresópolis. Nos dois eventos o empresariado nacional reuniu chancelou uma posição clara quanto a atuação do aparelho de Estado no modelo de desenvolvimento econômico nacional condizente com os interesses da burguesia (Cohn, 1968:74).

A Carta de Teresópolis continha dois pontos que expressavam claramente a intenção do empresariado de fazer uso do Estado e da associação subordinada ao imperialismo para garantir seus propósitos. O primeiro ponto, segundo Cohn (1968:75) diz respeito à concepção de que cabia ao “Estado importante papel no fomento à industrialização do país; e em seguida, tratavam de deixar claro as reivindicações da

¹A respeito da participação do Brasil na II Guerra Mundial Sodré (1979:285) afirma que essa era preparada de maneira disfarçada e na clandestinidade para evitar participação popular. Porém, diz ele: “Tal clandestinidade e tal disfarce foram possíveis até agosto de 1942, quando os submarinos do Eixo torpedearam os navios brasileiros, em nossa costa e com a conivência de espões brasileiros. Aí já não foi possível conter o povo que ganhou as ruas e lançou os primeiros protestos de massa depois dos anos de impedimento pela força.”



indústria no sentido de ter maior liberdade de movimentos, em tôdas as áreas – isto é, acentuava-se o papel estritamente complementar que deveria ficar reservado à ação estatal, daí por diante no campo da industrialização.”

A Carta de Teresópolis continha também a preocupação do empresariado para com a questão mineral, essa preconizava “a adoção de uma política de fomento à produção mineral, que vise ampliar e melhorar o aproveitamento de nossos recursos naturais, mantendo-se, para tanto, a estrutura do Código de Minas, aperfeiçoados os seus dispositivos.” Especificamente sobre a pesquisa e a exploração de petróleo o documento afirmava que “as Classes Produtoras encarecem a necessidade de estimular prospecções e perfurações de poços para a descoberta de petróleo, pois que sua exploração intensiva é uma das maiores aspirações nacionais” (apud, Cohn, 1968:75/76).

Duas conclusões se desprendem do postulado da Carta com relação à exploração mineral. A primeira respeita a orientação expressa de que em se tratando de tal atividade as regras constitucionais constantes da Lei, ou Código de Minas de 1934, fossem respeitadas, na medida que – como vimos anteriormente – o Código não vetava a participação de capital privado nacional e transnacional na exploração mineral, desde que as empresas envolvidas fossem formadas no Brasil. Assim, o que o documento de Teresópolis propunha era a revisão dos preceitos nacionalistas vigentes estabelecidos pelo CNP em 1938. A segunda, de caráter reivindicativo diretamente referente à indústria nacional do petróleo, tem como escopo à intenção de atribuir ao Estado a responsabilidade por desenvolver o setor energético de forma a beneficiar as empresas privadas.

Nossa segunda conclusão torna-se clara se considerarmos que na dita Carta, as Classes Produtoras faziam “distinção preliminar entre as indústrias-chave e estratégicas de um lado, e as demais de outro.” Não por acaso na categoria “indústrias-chave e estratégicas” encontrava-se a do petróleo onde o Estado deveria agir, estimulando e orientando “baseado em estudos dos fatores fundamentais – mercado, mão-de-obra, matéria-prima, transporte e energia.” O empresariado era claro nas suas posições ao afirmar que “as indústrias-chave e estratégicas deverão ficar mais diretamente sujeitas à ação estatal – fiscalizadora, auxiliadora, e mesmo criadora onde a iniciativa particular se mostra omissa ou incapaz” (Cohn 1968:75). Como se vê, a Carta praticamente admitia a



impossibilidade de a iniciativa privada brasileira assumir e desenvolver, ela mesma, a complexa e onerosa indústria petrolífera nacional.

Analisada a partir do conteúdo objetivo descrito e submetido ao crivo das relações econômico-políticas firmado com os Estados Unidos da América naquele período, a Carta de Teresópolis era coerente com a “nova” modalidade de associação subordinada da burguesia nacional ao imperialismo ianque, no momento em que a derrota do nazifascismo se avizinhava e com ela o enfraquecimento da hegemonia que instalara e mantivera o Estado Novo no Brasil. O novo presidente do CNP, Coronel João Carlos Barreto, tomava partido ao lado das Classes Produtoras no tocante a política do petróleo a partir de 1943. É o que nos assevera Cohn (1968:76) “Com efeito, o próprio Conselho Nacional do Petróleo orientava-se de forma cada vez mais manifesta no mesmo sentido que o dos empresários privados.”

O mesmo fato é constatado por Lima (1975:78) quando afirma que: “em 1943, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, Roberto Simonsen comandou um movimento favorável à revisão do Código de Minas. E a FIESP, sem ousar contudo a entrega total do petróleo às empresas estrangeiras, levantava a tese da participação em termos de 60% e 40%, com predominância de capitais nacionais. Entre as recomendações constantes da Conferência das Classes Produtoras do Brasil, realizada em Teresópolis, em 1945 (uma gama de empresários) aconselham o amparo à iniciativa particular, bem como se admita a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para a realização desse objetivo.”

A diferença entre a posição de Roberto Simonsen e a da FIESP no tocante à pesquisa, prospecção, refino e distribuição do petróleo, revela a divisão – aqui explorada – existentes no âmago do empresariado brasileiro exatamente porque uma fração – naquele momento majoritária – defendia a associação “soberana”, uma segunda, representante e associada aos trustes norte-americanos, era claramente entreguista, lutava por remover todos os empecilhos legais inibidores da ação dos mesmos em território brasileiro. Uma terceira era nacionalista convicta, cujo expoente e defensor irredutível era o próprio Horta Barbosa que havia se afastado do comando do CNP mas continuava na ativa no Exército brasileiro.



Não era apenas o Líder do CNP que se movimentava em sentido a moldar os parâmetros legais atinentes a indústria nacional do petróleo às reivindicações do empresariado privado. Vargas também se mostrava sensível a tais exigências e pressões, é o que demonstra, segundo Victor (1993:151), sua decisão de assinar em 1944 o “Decreto nº 6.230. Este Decreto representava, na realidade, a mais completa negação dos princípios nacionalistas que haviam formado o Código de Minas. Era um verdadeiro retrocesso na política do petróleo.” Pelo Decreto em pauta o presidente permitia que empresas privadas participassem na exploração do petróleo brasileiro desde que inscritas nas novas regras estabelecidas.

Ao flexibilizar o monopólio estatal, Getúlio abria mão do nacionalismo mas mantinha o caráter nacional do setor dado que as empresas que por ventura pleiteassem participação no setor deveriam ser constituídas “em metade por ações ao portador, desde que a outra metade o seja por ações nominativas, cuja propriedade só poderá caber a pessoas físicas brasileiras.” Pelas novas regras o capital externo poderia, tranqüilamente, dispor de até 50% do numerário necessário a constituição da companhia, porém a Constituição brasileira vigente era clara quanto a isso: “A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros” (id. p.151).

Mas propor mudanças ainda que embasadas em novas leis, orientações e apoios de um seletto grupo de grandes empresários privados nacionais, não era suficiente para que o Coronel João Carlos inflectisse o itinerário nacionalista traçado por Horta Barbosa para a indústria brasileira do petróleo. Para além da legislação a ser alterada, a movimentação social emergente do cerne do crepitante Estado bonapartista, trazia à cena nacional a ação política de massa, cujo caráter democrático imanente certamente estaria atenta para com os rumos propostos pelo militar para aquele setor produtivo. Não era à-toa que a movimentação em si preocupava as camadas dominantes brasileiras historicamente antidemocráticas. Desse modo a batalha por alterar a legislação nacionalista em meio à ascensão oposicionista não era tarefa fácil, reveses de toda natureza eram, no mínimo, presumíveis.

Pouco mais de um ano da presença de Barreto na direção do CNP, 1944, “aproximando-se a guerra de seu termo, anunciavam-se claramente os sintomas de derrocada final do Estado Novo, e as massas saíam às ruas [...] agora para clamar pela



anistia aos presos políticos, que vinham sofrendo prisão desde a fase que se sucedeu à rebelião de 1935, e nela jaziam, portanto, há cerca de dez anos” (Sodré, 1979:286). Vargas era cômico do fato de que a torrente popular-democrática de uma forma ou de outra alteraria os rumos da política nacional implantada nos quinze anos de sua administração, fato que o levou a tentar controlar e tirar proveito da situação.

A maneira mais eficaz de controlar a inevitável transição preservando o teor autocrático-burguês de viés nacional, principalmente no concernente a questão petrolífera, era urdir o manto político de uma Assembléia Constituinte.² Ocorre que o realinhamento do modelo econômico aos Estados Unidos e a participação das Forças Armadas brasileiras nos combates da II Guerra Mundial monitorados pelos ianques, redundara na aproximação de figuras dos altos comandos militares brasileiro do ideário político-econômico norte-americano, esse rigorosamente organizado em cursos ministrados por chefes das casernas daquele país e dirigidos aos nossos oficiais.³ Esses comandantes, mancomunados com o imperialismo, tramaram a deposição de Vargas.

Traído por frações das Forças Armadas que garantiram a instauração e manutenção do Estado Novo, em nada adiantou a movimentação política de Vargas que redundou em anistia a líderes opositores – principalmente Luiz C.Prestes encarcerado desde 1936 – a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em maio de 1945, este vindo a apoiar abertamente a movimentação “queremista” idealizada e orientada pelos trabalhistas, correligionários, de Getúlio com vistas a realizar a futura Constituinte com ele no poder.

Como afirmou D’Araújo e Castro (1997:94/95) comentando sobre os dias e os fatos que antecederam a deposição: “Mas começou a campanha do queremismo, e foi concedida a anistia aos comunistas de 35. Na área militar, principalmente nos escalões mais elevados,

² A respeito da posição de Getúlio ante os anseios democratizantes emergentes assevera Sodré (1979:287) “Vargas soube compreender tais sintomas e pretendeu conduzir os acontecimentos, assegurando as conquistas nacionalistas e burguesas que o Estado Novo trouxera, enquanto perdia as características repressivas que apresentara. A saída normal estava, pois, na instalação de uma Constituinte que, em normas democráticas, forjasse os instrumentos políticos apropriados à nova etapa.”

³ Sobre a participação na II Guerra e a aproximação de chefes militares brasileiros do Exército norte-americano assegura Dreifuss (1981:27) “O resultado dessa participação foi uma aliança estreita entre oficiais brasileiros e americanos, quando uma série de amizades pessoais se formaram e persistiram, até mesmo intensificando-se nas duas décadas seguintes. Vários desses oficiais foram enviados aos Estados Unidos de onde voltaram com novas idéias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país.” Ainda sobre a aproximação em pauta ver D’Araújo e Castro (1997:91/94) quando descrevem a ida de Geisel aos Estados Unidos para participar de cursos nas escolas militares daquele país e aliança militar formada para depor Vargas com a benção dos americanos.



entre gerais e coronéis, a situação repercutia mal, por causa dos reflexos sobre as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes. Getúlio dizia que não queria continuar, mas permitia que seus adeptos fizessem campanha, inclusive com o *slogan* 'Constituinte com Getúlio.' Realizou-se um comício no dia 3 de outubro, e aí Getúlio se tornou mais explícito na pretensão de ficar no poder. Aos poucos foi se formando um consenso de que não se podia tolerar esse movimento."

Antes de ser deposto Vargas recebera do novo presidente do CNP, Coronel Carlos Barreto, Um relatório completo da situação do setor oleífero nacional. Tal documento (Exposição de Motivos nº 2.558, de 5 de maio de 1945) defendia a abertura e à participação do capital privado na indústria petrolífera nacional. O documento tinha, naquele contexto histórico, o mesmo peso que tivera o relatório Horta Barbosa em 1936, ao pleitear o controle estatal sobre aquele setor industrial. Em linhas gerais, o relatório do Coronel Barreto constatava o óbvio no que tange as dificuldades técnico-financeiras da burguesia, da indústria brasileira, quanto à disposição, o interesse das transnacionais em investir no setor e a velha proposta nacional-burguesa de associar-se ao capital alienígena mantendo o controle interno do ramo petrolífero.⁴

Do ponto de vista da ideologia subjacente ao relato do militar, o que esse pretendia, objetivamente, era associar ao imperialismo norte-americano a – até então – independente indústria nacional do petróleo. Para tanto se utilizava – como sempre o fez a burguesia sócio-subordinada – da suposta incapacidade nacional, da necessidade de modernizar o país e dos correspondentes ganhos para toda a população brasileira. Ou seja, a análise da situação e a proposta do Coronel Barreto não inovavam em absolutamente nada, a não ser na defesa pura e simples da flexibilização do monopólio estatal nacionalista.

⁴ De acordo com a transcrição de Gabriel Cohn (1968:76/77) o relatório do Coronel Barreto assim expunha a situação: a) que a pesquisa e a industrialização do petróleo exigem, para um amplo aproveitamento econômico, grandes capitais, custosa aparelhagem, engenheiros especializados e mão-de-obra qualificada; b) que esse conjunto de elementos não pode ainda ser encontrados, de modo suficiente, na órbita estritamente nacional; c) que a industrialização do Brasil, ora em planejamento, não se poderá processar convenientemente sem uma expansão correlata da nossa mineração, em que o petróleo é de acentuada importância; d) que há possibilidades de capitais estrangeiros para a inversões com fins reprodutivos, particularmente em países de grandes riquezas potenciais, como o Brasil; e) que o aproveitamento dessa oportunidade concorrerá para a nossa maior expansão econômica e conseqüente melhoria do padrão de vida das nossas populações; f) que a consecução desses objetivos encontra obstáculos em disposições constitucionais e em leis ordinárias; g) que é de grande interesse para a economia para a economia brasileira a atração de capitais externos para a exploração das nossas riquezas minerais latentes; e h) que deve haver um justo equilíbrio de interesse internos e externos, respeitadas sempre as exigências da segurança nacional."



Barreto não ignorava o caldo cultural nacionalista no qual se encontrava embebida a questão petrolífera e tampouco era ele um entreguista inveterado, a exemplo de muitos personagens do seu *entourage*. Pelo contrário, o militar era membro da estirpe ideologicamente nacional que alimentava a ilusão de, via associação subordinada ao imperialismo estadunidense, alçarmos ao patamar de potência industrial do continente sul-americano, daí o seu relatório primar pelas regras estabelecidas em 1944 que permitia a participação de capital privado nacional e multinacional na produção oliogênica brasileira.⁵

É lícito ressaltar que se Horta Barbosa dirigiu o CNP com um orçamento apertadíssimo e no período mais complexo da II Guerra, como vimos no capítulo anterior, o mesmo não ocorria com o Coronel Barreto, este dispunha de muito mais recurso, sendo as barreiras – por ele enfrentadas – de natureza não orçamentária.

Como afirma Carvalho (1977:29) “O problema maior do Conselho prendia-se às dificuldades de importação de sondas, máquinas e equipamentos necessários à pesquisa e produção. Devido às dificuldades de transportes e aos problemas relacionados com licenças de exportação (criados pelos Estados Unidos), o Conselho só conseguiu importar, em 1944 cento e setenta e quatro mil dólares de bens de capital, quando havia encomendado nos Estados Unidos equipamentos no valor de um milhão de dólares,” ou seja, a metade do numerário de que dispunha o CNP quando dirigido por H. Barbosa.

Pelo visto a flexibilização do monopólio visando facilitar a associação com as empresas petroleiras norte-americanas de imediato não mudou em nada as dificuldades atinentes à aquisição de equipamentos ante a indústria estadunidense. Porém, e isso é um fator significativo, abriu-se um precedente importante, trata-se do envolvimento do CNP na contratação de novos técnicos brasileiros e norte-americanos para acelerar as pesquisas

⁵ Barreto estabeleceu, segundo Cohn (1968:77) seis pontos essenciais para a implementação da nova política. 1.a - Manter, para efeito da pesquisa e lavra, o princípio de que as minas e jazidas minerais do subsolo constituem propriedade distinta da do solo, atribuindo-se à União Federal a propriedade das jazidas. 2.a - Manter o regime de autorização federal para a pesquisa e lavra das jazidas minerais, bem como para a refinação do petróleo e a destilação de rochas betuminosas e pirobetuminosas. 3.a - Impedir qualquer monopólio nas autorizações para a pesquisa e lavra do petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas. 4.a - Admitir a participação de capitais externos na pesquisa e lavra do petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas, bem como no seu beneficiamento e definição. 5.a - Conferir as autorizações exclusivamente a pessoas naturais ou jurídicas brasileiras. 6.a - Haver obrigatoriamente a preferência para capitais brasileiros nas empresas de mineração de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas, bem como na indústria da refinação do petróleo e da destilação das mencionadas rochas na forma que a lei determinar.”



do combustível.⁶ Já no primeiro semestre de 1944 chegava ao Brasil Everette Lee DeGolyer da transnacional DeGolyer & MacNaughton acompanhado de seu assistente, John Murrel. Enviados ao Recôncavo baiano para verificar os trabalhos em andamento, os expertos ianques constataram exatamente o que já havia percebido o ex-presidente do CNP General Horta Barbosa.⁷

Na eminência do fim da II Guerra Mundial, parecia iniciar-se um período auspicioso para a política e a economia do hemisfério sul cujos representantes das camadas dominantes pensavam poder ter acesso, sem discriminação, ao mercado de bens e serviços norte-americanos bem como dispor de sua ajuda material, na exata medida em que a derrota do nazi-fascismo representava, em si, a “derrocada” da fase imperialista do capital, e a convergência de interesses entre norte e sul com vistas à elevação do padrão de vida das respectivas comunidades dessa porção do planeta. Era corrente a ilusão de que a colaboração seria a tônica das relações dali por diante. É o que expressa – com base na Carta do Atlântico assinada por Roosevelt e Churchill em 1941 – a Ata de Chapultepec.⁸

Era exatamente a crença numa suposta nova fase cooperativa e harmônica das relações capitalistas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos que o – agora General – João Carlos Barreto, pautava sua ação na presidência do CNP. Incomodado pelo

⁶ Segundo Victor (1993:151) “Nos princípios daquele ano (1944), o Conselho Nacional do Petróleo se decidira a adotar duas providências básicas: 1) contratação de geólogos estrangeiros; 2) recrutamento de técnicos nacionais.”

⁷ No relatório de DeGolyer apresentado ao CNP esse afirmava que para enfrentar cientificamente o problema da pesquisa e exploração petróleo era necessário um maior conhecimento da geologia e da geofísica o que demandava gastos superiores aos até então utilizados e a formação de um corpo técnico a altura das necessidades. Essas considerações, segundo Victor (1993:151) “confirmavam as opiniões do Gen. Horta Barbosa acerca da necessidade de serem intensificados os trabalhos geológicos e geofísicos, através da indústria da refinação.” Apesar dos aspectos desfavoráveis apresentados pelos campos em exploração na Bahia “DeGolyer acreditava nas potencialidades petrolíferas do Brasil.”

⁸ Segundo Victor (1993:155) o parágrafo VI da Carta do Atlântico dizia: “Depois da destruição da tirania nazista (Roosevelt e Churchill) esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens, em todas as terras, a garantia de existência livres de temor e de privação.” Ainda segundo o nosso autor, o documento sentenciava no parágrafo IV: “Com devido respeito às suas obrigações já existentes, os (E.U.A e a Grã-Bretanha) se empenharão para que todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias-primas do mundo de que precisem para a sua prosperidade econômica.” Com base nesses princípios as autoridades sul-americanas reunidas no México, entre fevereiro e março de 1945 - onde estabeleceram as bases da defesa coletiva – escreveram no documento resultante (Ata de Chapultepec): “a colaboração econômica é essencial à prosperidade comum das nações americanas.” A Ata postulava: “A era do imperialismo terminou. A miséria de qualquer de nossos Estados, seja como pobreza e desnutrição ou insalubridade, afeta cada um de nossos países e, portanto, a todos eles, em sua prosperidade conjunta. Iniciamos a era da cooperação econômica, em que coordenaremos os interesses particulares para criar a economia da abundância, que eliminando o aproveitamento dos recursos



vagaroso desenvolvimento das pesquisas, exploração, refino do combustível e pressionado por grupos de interesses privados antinacionalistas e constantemente assediado pelas propostas da Standard Oil e Royal Dutch-Shell, naquele ano (1945) o militar, em reunião com autoridades do Conselho do Petróleo, sugeriu que fossem reavaliados e flexibilizados os códigos de leis nacionalistas de forma a permitir a participação de empresas transnacionais na indústria petrolífera brasileira.

O Conselho do Petróleo escolheu para relator da revisão o engenheiro e economista Aloísio de Lima Campos, aquele que em 1942 publicara, no *Diário Carioca*, matéria defendendo e se posicionando claramente em favor dos interesses da Standard Oil na exploração do petróleo nacional. Naquela oportunidade coube a Horta Barbosa refutar seus argumentos em defesa das regras vigentes, agora, em condições socioeconômica interna e externa diferentes e favorável aos antinacionalistas, quem se levantava contra a proposta revisionista do grupo de Barreto era o Coronel Antônio Alves Bastos, funcionário daquele órgão desde sua criação.

O coronel Bastos, nacionalista irredutível, tinha razão. Não era intenção dos grupos petrolíferos estrangeiros e tampouco dos Estados Unidos da América, instalar e organizar suas empresas em países subdesenvolvidos de acordo com os interesses destes, principalmente em se tratando de petróleo. Ao tempo em que os novos dirigentes do CNP esmeravam-se para abrir a indústria nacional do petróleo à participação dos trustes estadunidense, em nome do avanço nas pesquisas, lavra, refino e modernização do setor o Senado daquele país, em reunião, decidia pelo controle das reservas do combustível que pudessem ser adquiridas no exterior de conformidade com demandas próprias.

Com relação ao Brasil especificamente, o parlamento ianque analisava que o governo Vargas não era muito simpático a entrega de nossas reservas às suas empresas, porém mantinha ofensiva política – através de seus aliados internos – com vistas a remover os códigos de leis nacionalistas.⁹

naturais e do trabalho humano em benefício exclusivo de grupos de interesses de exploração, nacionais ou estrangeiros, permita elevar as condições de vida de todos os povos americanos."

⁹ Analisando as pretensões da empresas e do senado norte-americanos no controle do petróleo mundial Victor (1993:160) descreve as resoluções adotadas, entre elas lê-se: "Para ajudar as companhias americanas na obtenção de concessões no estrangeiros, o Departamento de Estado nomeou, aproximadamente, 13 a 14 conselheiros distribuídos nos mais importantes pontos do mundo. O Departamento de Estado tem sido bastante vigilante na defesa de seus interesses, pois êstes estão integrados no interesse nacional dos Estados Unidos da América." Sobre a questão petrolífera brasileira aparece no documento: "Para a descoberta de



Não era de todo correto a tese do parlamento norte-americano de que o governo Vargas não estava disposto a aceitar a participação de suas empresas na pesquisa, exploração, refino e distribuição do petróleo brasileiro. O que Vargas e o próprio presidente do CNP Gen. João Carlos Barreto não estavam dispostos era permitir que os trustes estadunidenses dispusessem do território nacional sem qualquer regimento estatal fiscalizador. Essa conduta era coerente com a pretensão de frações da burguesia nacional de associar-se soberanamente ao imperialismo ianque evitando que o essencial de nossa produção energética passasse para o controle exclusivo do capital externo.

Nossa assertiva funda-se na forma como Vargas conduzia a problemática referente à indústria petrolífera nacional naquele momento de cisões entre as camadas dominantes que controlavam o aparelho de Estado. Após flexibilizar o monopólio estatal, o presidente cuidou de limitar sua ação assinando, em julho de 1945 “o Decreto nº 766 (Lei Antitruste) que atingia frontalmente os interesses de grupos estrangeiros no País, notadamente da indústria do petróleo, isto é, as empresas que se dedicavam ao comércio e distribuição de derivados” (Victor 1993:163). A decisão de Vargas atçou os ânimos da oposição já em vias de depô-lo da presidência, na medida em que todos os setores da economia nacional associado ao capital externo, se sentiram ameaçados pela lei.

Ainda com relação à pretensão da burguesia nacional de organizar a pesquisa, a lavra, o refino e a distribuição do petróleo brasileiro de forma associada com os trustes norte-americanos sem perder o controle interno, afirma Smith (1978:63): “o CNP recomendava que se atraísse o capital estrangeiro, mas que a nação retivesse a propriedade da riqueza do subsolo; que a sondagem e a lavra continuassem a ser feitas por meio de autorização federal e apenas por cidadãos brasileiros; que não se permitisse nenhum monopólio da indústria; e que a preferência em todas as fases da indústria coubesse ao capital brasileiro.”

petróleo em grandes quantidades, o Brasil é considerado como um objetivo muito provável. Todavia, o Governo brasileiro não parece favorável à participação de capitais estrangeiros na indústria de petróleo desse país, isto é, participação de estrangeiros na produção e comércio do petróleo. Se forem autorizadas a participar na indústria do petróleo, as companhias americanas poderão ser muito úteis ao Brasil.” No discurso de um dos participantes Edward Johnson o Departamento era muito cooperador no sentido de remover obstáculos que “impediam a participação de companhias americanas na exploração do petróleo brasileiro. Para isso, estavam usando ‘outros meios sem a necessidade de utilização da força.’ O próprio Johnson revela o que são esses meios: “A Standard Oil possui ‘agentes’ no Brasil desenvolvendo esforços junto ao Governo para a revogação dos dispositivos da Carta de 1937 e do Decreto nº 395, de Abril de 1939.”



É nessa perspectiva que em agosto de 1945 davam entrada no CNP os primeiros requerimentos de Aristides de Almeida, Carlos Fagundes de Mello, Francisco Martins Bastos e João Pedro Gouveia, diretores da Ypiranga S.A., Companhia Brasileira de Petróleo e Alberto Soares Sampaio, ambos os empresários enfrontados com empresas norte-americanas pleiteavam, daquele órgão, licença para instalar refinarias em São Paulo e Distrito Federal. Junto ao requerimento supracitado o Gen. Barreto anexou o documento resultante do debate da equipe do CNP acerca da solicitação dos proprietários. No documento titulada Resolução nº 1 aceitava-se os referidos requerimentos explicando os motivos do acolhimento.¹⁰ Abria-se o precedente para que o capital privado nacional associado ao imperialismo se aventurasse na indústria oleífera brasileira, após seis anos de rigoroso controle estatal nacionalista.

Aceitava-se a participação de empresas privadas no refino de petróleo no torvelinho da instabilidade política interna, no interior da qual Vargas, no fito manter-se – até o limite do possível – no comando do processo de transição assinava, em fevereiro de 1945, a Lei Complementar nº 9, “segundo a qual já se haviam criado as condições necessárias para o funcionamento dos órgãos representativos previstos na Constituição de 1937.” Em seguida assinou também a “Lei Eleitoral que instituía os partidos políticos, fixando para o dia 2 de dezembro as eleições para a Presidência da República, governos estaduais, parlamento nacional e assembléias legislativas” (Victor 1993:169).

Mas, apesar de todos os esforços de Vargas para manter-se de posse do leme político da Nação, no dia 29 de outubro de 1945, com a benção e o apoio do Departamento de Estado Americano e dos líderes dos trustes petrolíferos ianques, uma fração militar depôs Getúlio da presidência da República, após quinze anos ininterrupto mandato.

¹⁰ Entre as justificativas o Gen. Barreto reconhecia que a pesquisa de petróleo no Brasil encontrava-se em processo de intensificação porém, ressaltava ele, as jazidas não tinham larga expressão comercial daí ser necessário, para a defesa da economia e da segurança nacional, se desse início a refinação mesmo de petróleo importado. Após um minucioso levantamento sobre os gastos em cada área pesquisada em Lobato o líder do CNP traçava uma projeção de investimentos gigantesco impossível de ser angariados com o sistema vigente daí a necessidade da permissão para que a Standard Oil e a Royal Dutch-Shell entrasse no negócio. O Gen. Justificava sua proposição: “*Basta considerarmos que a Standard Oil of New Jersey, em carta dirigida a V. Exa., em 28 de julho de 1942, se propõe a inverter, no Brasil, na pesquisa de petróleo, a importância de 200 milhões de cruzeiros no prazo de 10 anos, que corresponde, em média, a 20 milhões de cruzeiros por ano*” (apud, Victor; 1993:166).



A década e meia de administração varguista resultou no enfeixamento das bases materiais ideológicas que conformaram os interesses oligárquicos rurais e industriais emergentes, marcando definitivamente o ingresso da economia política brasileira nos parâmetros da dinâmica mercadológica mundial sem remover o esteio conservador de cariz *prussiano colonial* que nos entifica. Podemos mesmo afirmar que a partir de então se estabeleceram as condições sobre as quais o velho e o novo arrimo burguês passaria a se reproduzir dentro da ordem capitalista sócio-subordinado ao imperialismo.

CAPÍTULO V



O PETRÓLEO PÓS-FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS NACIONALISTAS

(2º. ROUND)

Como vimos, mesmo no reboiço das mudanças políticas internas que marcaram o fim da II Guerra Mundial e o enfraquecimento do Estado discricionário, Vargas continuou sendo uma ameaça para o pleito eleitoral que daria cabo do regime bonapartista e instalaria, de forma controlada e ordeira, a *legalidade burguesa*. Para afastar Getúlio do caminho, frações de classe dominante optaram pelo golpe, entregando o poder ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que se manteria no cargo até a posse do novo mandatário. Ou seja, cabia a administração Linhares (29 de outubro de 1945 a 1º fevereiro de 1946) mediar a passagem do Estado bonapartista, calcado na ditadura varguista, para o Estado autocrático burguês a instalar-se, cancelado pelo voto popular.

Quando da queda de Vargas já estava praticamente aberto à iniciativa privada a formação de empresas particulares para atuar no setor petrolífero. Entre os dois candidatos da situação postulantes ao cargo de presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra – ex-ministro da guerra – e o brigadeiro Eduardo Gomes, o último era defensor incontestado da abertura da economia nacional ao capital alienígena. Inimigo da Lei antitruste assinada por Vargas e do pouco controle sobre a fuga dos lucros auferidos pelas transnacionais aqui instaladas, Gomes fazia o jogo dos grupos de interesses internos e externos que depuseram Getúlio. Entre estes grupos estava, obviamente, a Standard Oil do Grupo Morgan, Gulf Oil Corporation e outros, de olho no mercado interno brasileiro.¹

A eleição transcorreu sem percalços – apesar do estado de tensão da direita – sendo derrotado por Eurico Gaspar Dutra, que concorreu pelo Partido Social Democrático (PSD) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os candidatos Yedo Fiúza do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Eduardo Gomes União Democrática Nacional (UDN). Com Dutra também se elegeu a maioria parlamentar no Congresso Nacional. Segundo Victor (1993:176) para a Assembléia Constituinte foram eleitos 320 deputados assim divididos pelas agremiações: PSD 151, UDN 77, PTB 22, PCB 14, Partido Republicano (PR) 12 e

¹ No programa de governo de Eduardo Gomes a defesa de maior abertura do modelo econômico brasileiro ao capital externo era explícita. “*apelar para o capital estrangeiro, necessário para o empreendimento da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento de nossas riquezas inexploráveis, dando-lhe um tratamento eqüitativo e liberdade para a saída dos juros*” (apud Victor: 1993:171).



demais partidos 12. Ou seja, juntos, União Democrática, Partido Social Democrático e Partido Trabalhista, que compunha a maioria parlamentar de Dutra, era a mesma de Getúlio este, por sua vez, defendia e alinhava-se ideologicamente a candidatura de Dutra.

A preferência de Vargas por Dutra naquelas eleições era tão evidente que a crônica popular atribuía ao presidente deposto o seguinte trocadilho: “meu candidato é Eurico, mas se for possível eu troco uma letra: eu fico.” O pleito eleitoral de 1945 foi pressagioso para a direita radical dado o montante de votos angariados pelo PCB ser tão expressivo quanto do PTB o que complicava, sobre maneira, o debate na Assembléia Constituinte.

Ciente do avanço dos comunistas a direita não tinha dúvida quanto o apoio popular aquela agremiação o que impunha à necessidade de controlar sua atividade política fora e dentro do Parlamento uma vez que, pelo menos de imediato, eles não poderiam ser combatidos pela força bruta (Cohn, 1968:79).

Não era tarefa difícil combater os comunistas no plano parlamentar, não apenas por constituírem minoria na casa, mas também pela sua inexperiência no jogo político institucional. Entretanto, a profusa votação por eles auferida anunciava dificuldades quando entrasse em pauta a revisão das diretrizes legais nacionalistas no concernente à pesquisa, exploração, refino e distribuição de petróleo no Brasil, estes certamente atuariam junto às forças defensoras do controle estatal – independente do partido a que pertencessem –, posto que por aquela época o PCB já havia feito opção, ao lado da burguesia industrial, pelo nacional-desenvolvimentismo inclusive admitindo a associação com o capital externo, como veremos mais adiante.

O governo Dutra tinha preferência clara pela iniciativa privada e pela doutrina político-econômica do *laissez-faire*, calcada no aprofundamento da associação subordinada ao imperialismo, daí os principais postos da administração pública serem entregues a grandes proprietários e as “organizações estatais foram desativadas e a tendência para o nacionalismo estatizante sofreu um retrocesso. Tanto o governo do Marechal Eurico Dutra, quanto a UDN em particular, examinavam as possibilidades de travar um relacionamento especial com os Estados Unidos e, conseqüentemente, a economia foi reaberta ao capital estrangeiro em condições muito favoráveis” (Dreifuss, 1981:29).



Ante o aceno ao capital estadunidense, no início de 1946, quando das primeiras reuniões constituintes, desembarcou no Rio de Janeiro vindo de Nova Iorque, um tal senhor Paul Howard Schoppel. A princípio o norte-americano era apenas um milionário que, como tantos outros, aqui aportava para passar férias. Porém, Mr. Schoppel logo se tornaria conhecido nos círculos burgueses brasileiros pela maneira atenciosa, fina, sofisticada, casada a vida faustosa e perdulária que levava qual o “*Grande Gatsby*” de Francis Scott.

Mr. Choppel “Em pouco tempo, era pessoa íntima das mais destacadas figuras do nosso meio social e governamental, entre as quais escolhia a dedo as que mais lhe interessavam para o sucesso de seus propósitos escusos. Grandes banqueiros, comerciantes e industriais, ministro de Estado, deputados, senadores, diretores de jornais, etc., passaram a ser seus comensais, aos quais o anfitrião dolárico prodigalizava os mais capitosos vinhos e os mais saborosos pitéus” (Coutinho & Silveira, 1957:400).

O “turista” sedutor, segundo Coutinho e Silveira, tinha uma missão da mais alta importância no Brasil, tratava-se de interceder – em defesa dos interesses da Standard Oil Company de Nova Jersey – junto às camadas dominantes brasileiras envolvidas nos debates parlamentares para que estas evitassem que a nova Carta em elaboração, estabelecesse o controle estatal sobre a pesquisa, a lavra, o refino e o transporte do petróleo no país.

A indireta atuação política do truste petrolífero norte-americano tinha por objetivo manter a flexibilização do monopólio estatal, àquela altura em debate no Parlamento Federal. Apesar de ter sido publicamente denunciado pelo ex-presidente da República – agora deputado federal ideologicamente nacionalista – Artur Bernardes, a Standard Oil, por meio da figura de Schoppel, conseguiu o que queria: a Carta de 1946 não fechou as portas da indústria nacional do petróleo ao capital externo.

No tocante a exploração das riquezas minerais, principalmente petróleo, a Carta de 1946, no artigo 152 manteve a determinação da Constituição de 1934 e a de 1937 que estabelecia: “As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d’água, constituem propriedades distintas da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento.” Não obstante o artigo 153 estabeleceu-se: “O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.” Ou seja,



o Estado estava autorizado a ceder a terceiros o direito de uso e exploração das riquezas minerais.

No parágrafo 1º do artigo 152, no que se referia a formação de empresas privadas nacionais ou transnacionais interessadas em atuar no setor petrolífero, a regra voltava a ser como na legislação de 1934, abria-se um precedente importante que muito interessava ao truste petrolífero Standard Oil. No artigo lia-se: “As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurado ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas serão regulados de acordo com a natureza delas” (apud; Cohn, 1968:80). Ou seja, as regras nacionalistas constantes no novo Código de minas de 1940 foram suplantadas.

Ao tempo em que legalmente permitia-se a atuação do capital privado nacional e transnacional – desde que aqui instalado – punha-se sobre a tutela do Estado o controle das áreas propícias a produção de petróleo, o que caracteriza uma atitude de defesa nacional do setor. Segundo Smith (1978:76) essa modalidade administrativa posteriormente base para Estatuto do Petróleo de Odilon Braga, era inspirada no sistema britânico posto que naquele país, “A Coroa possuía todo o petróleo e gozava do direito exclusivo de pesquisa e lavra, mas as concessões de ‘pesquisa, perfuração e lavra’ eram dadas a candidatos competentes e o concessionário era proprietário do petróleo extraído segundo essas condições.”

Enquanto país altamente industrializado e imperialista a Inglaterra podia dar-se ao luxo de conceder a terceiros a pesquisa, a lavra e refino de seu petróleo sem correr o risco de com isso ver seus interesses subsumidos a outros de natureza estranha, o que não era o nosso caso. Como país de origem colonial, industrialização débil, burguesia sócio-subordinada ao imperialismo, permitir que o capital privado interno e externo operassem livremente na indústria do petróleo significava comprometer o desenvolvimento econômico e a autonomia sobre o território. Este era o real temor de frações da burguesia nacional e nacionalista.

O artigo 153, no parágrafo nº 1 da lei de nº 164 da Carta de 1946 que regulava a concessão para a pesquisa e lavra do petróleo brasileiro, não foi aprovada no Congresso Nacional sem a crítica ardorosa da bancada comunista e deputados udenistas como;



Bernardes, Café Filho e Souza Leão.¹ Já no desabrochar da Constituição de 1946 e do ideário político liberal-democrático, formava-se na esfera parlamentar uma nova coesão nacionalista que dali em diante não se calaria até que, juntamente a segmentos militares e a sociedade civil organizada, se instaurasse legalmente o monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás em 1953.

Mas as críticas da bancada comunista a lei 164, ao artigo 153 e o parágrafo nº 1 constante da Carta de 1946, era em si uma enorme contradição e só se explicava devido à adesão dos comunistas ao ideário nacional desenvolvimentismo associado ao capital externo. É o que revela sua proposta de emenda de nº 3.259 às regras supracitadas. Em nome do combate ao chauvinismo a emenda aceitava a concessão também a estrangeiros, desde que esses se declarassem nacional.²

Para justificar sua posição o PCB afirmava que as empresas estrangeiras aqui instaladas não constituíam perigo para a nação só por serem estrangeiras mas por serem empresas imperialistas, que travavam o desenvolvimento nacional e sempre que seus interesses eram contrariados estas apelavam para os governos de seus respectivos países. Desse modo, a emenda por eles apresentada possibilitava ao governo brasileiro tomar todas as cautelas em defesa da economia nacional.

Como já vimos, à condução hegemônica do CNP no controle da incipiente indústria petrolífera que caracterizou a administração de Horta Barbosa entre 1938 e 1943 seguiu-se o desencadear de antagonismos entre o Gen. Carlos Barreto, defensor da flexibilização do monopólio estatal, da participação do capital privado nacional e transnacional e os nacionalistas, adeptos do controle estatal absoluto sobre o setor. A Constituição de 1946 – em que pese os protestos já referidos – atendeu aos objetivos dos grupos pró-participação privada na indústria nacional do petróleo e chancelou a pretensão das empresas brasileiras legalmente inscritas para iniciar suas atividades.

¹ A bancada comunista e uma pequena fração udenista encabeçada por Artur Bernardes advertiam: “dar concessão é um dos maiores perigos que uma nação pode criar a si mesma”, principalmente “quando os testas-de-ferro se prestam a servir a interesses estrangeiros. Segundo Bernardes, a concessão significava um ‘privilegio’ razão porque era necessário ‘banir das nossas tendências legislativas tudo que concernir a concessão’ (apud; Victor, 1993:177).

² “As autorizações ou concessões serão conferidas a brasileiros ou a empresas organizadas no País, assegurado ao proprietário a preferência quanto a estradas de ferro e de rodagem, bem como a exploração ou a co-participação nos lucros. *O Estado poderá conceder o mesmo direito a estrangeiros, sempre que declararem considerar-se nacionais e não invocarem a proteção de seu governo no que se refere às mencionadas autorizações ou concessões*” (apud; Victor, 1993:179).



Ainda sobre a gestão provisória de José Linhares, em janeiro de 1946, o Conselho do Petróleo enviara ao presidente, anexo a exposição de motivos nº 522, a Resolução nº 2, tornando público o resultado da concorrência aberta para a instalação de quatro refinarias privadas no Brasil.³

Os quatro empresários classificados para atuar na indústria nacional do petróleo tinham preferência pelo refino, nenhum deles pleiteou concessão para pesquisar ou lavar. Este fato é digno de nota dado ser o refino um investimento seguro, sem risco, lucratividade substantiva e certa, o mesmo não ocorrendo com a pesquisa que além de demorada, incerta é onerosa e cheia de riscos. Como é sabido um dos segredos do poder empresarial do gigante petrolífero Rockfeller devia-se, em grande medida, ao fato de ele atuar quase exclusivamente no refino e distribuição do combustível. Ansiosa por lucros fáceis e rápidos que era, e é, a burguesia industrial brasileira nem pensava em arriscar seu caraminguá na arriscada e onerosa atividade de pesquisar petróleo em território nacional.

Concedido o direito para que os quatro empresários iniciassem seus trabalhos nas áreas por eles pré-estabelecidas, o CNP apresentou as regras a serem cumpridas em noventa dias: "A – Início das instalações, dentro de 30 dias, a contar da aprovação do projeto. B – Depósito de 4 milhões de cruzeiros no Tesouro Nacional. C – Garantia de suprimento de matéria-prima. D – Conclusão dos trabalhos de instalação dentro de 2 anos. E – Inversão de cerca de 50% dos lucros em pesquisas do petróleo" (apud; Victor, 1993:186). Ante as exigências do CNP apenas dois postulantes conseguiram inscrever-se: Alfredo Soares Sampaio e Drault Ernanny de Melo ambos do Distrito Federal. Aristides Almeida e Edgar Raja Gabaglia de São Paulo tiveram seus projetos recusados.

Em 2 de agosto de 1946 a "Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A publicava no *Diário Oficial* da União [...] a Ata da Assembléia-Geral Extraordinária, realizada no dia anterior. Entre os seus acionistas, encontravam-se: José Cândido Almeida dos Reis, Luís Lavínio de Souza e Silva, Alberto Sampaio e Luís Gonzaga Correia e Castro, o último acionista não era outro senão o futuro Ministro da Fazenda, Correia e Castro, da empresa

³ Quatro eram os vencedores da concorrência. 1 – Aristides de Almeida (Ypiranga S/A) – São Paulo, para a instalação de uma refinaria com a capacidade de 8 mil barris diários. 2 – Alberto Soares Sampaio – Distrito Federal, para instalação de uma refinaria com a capacidade de 10 mil barris diários. 3 – Drault Ernanny de Melo – Distrito Federal e adjacências, para instalação de uma refinaria com a capacidade de 10 mil barris diários. 4 – Edgar Raja Gabaglia – São Paulo, para instalação de uma refinaria com a capacidade de 6 mil barris diários (Cf. Marinho Jr., 1989:251)



Correia e Castro S.A. representante no Brasil da Gulf Oil Corporation, um dos trustes petrolíferos multinacionais do grupo Mellon” (cf. Victor, 1993:186).

Paralelo às concessões abertas a empresários privados o governo federal também investia pesado na construção de refinaria pois tinha clareza da viabilidade econômica desse braço da indústria do petróleo. Aliás, é lícito lembrar que Horta Barbosa – quando ainda presidia o CNP – já havia alertado as autoridades para a necessidade da construção de refinarias estatais, o que começou a se realizar no governo Dutra quando este assinou o “Decreto nº 9.881 autorizando a constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A., com a capacidade diária de 2 mil e 500 barris de petróleo cru, no Estado da Bahia” (Marinho Jr., 1989:251).⁴ Como afirma Miranda (1983:126) “a fase altamente lucrativa, que se paga a si mesma em um ano, é do refino [...] há que se começar pelas refinarias. Com seus lucros altíssimos, faremos a pesquisa e a lavra do petróleo, importando, *de começo*, o petróleo bruto que nos falta.”

Aberto a iniciativa privada, em outubro de 1946, foi organizada no Brasil a “Companhia de Gás Esso, de capital misto, cujos acionistas eram apresentados distintos aos comerciantes e industriais desta praça: Standard Oil of New Jersey, com a quase totalidade das ações, isto é, 75% delas; Morvan de Figueiredo, ex-Ministro do Trabalho [...] Daniel de Carvalho, ex-Ministro da Agricultura; Guilherme da Silveira Filho, Justo de Moraes, Hortência Lopes, Olavito Aranha, João Daudt de Oliveira e outros conspícuos cidadãos” (Coutinho & Silveira, 1957:407). O exposto mostra como empresários e autoridades políticas brasileiras se apressavam em associar-se ao capital imperialista para fazer frente a nascente indústria nacional do petróleo.

Em linhas gerais eram estas as condições em que se encontrava a incipiente indústria nacional do petróleo no 2º round da flexibilização do monopólio estatal; início da construção de uma refinaria estatal na Bahia, duas empresas particulares credenciadas a atuar no ramo do refino. Tudo isso quando da promulgação, em 18 de setembro de 1946, da quarta Constituição nacional, que marcaria o início da vida social brasileira nos marcos da democracia liberal.

⁴ O capital da refinaria era assim constituído: o CNP subscrevia ações até a importância de vinte e cinco milhões de cruzeiros, em nome da União Federal. Estas ações poderiam, após dois anos de funcionamento da refinaria, ser vendidas em bolsa, a pessoas naturais brasileiras. Os vinte e cinco milhões de cruzeiros restantes seriam tomados por pessoas naturais brasileiras, por subscrição pública (Cf. Victor, 1993:187).



Com a tranquilidade com que a política de flexibilização do monopólio estatal do petróleo decorreu entre 1944 e a promulgação da Carta de 1946, tudo levava a crer que os ideais nacionalistas e seus postulantes tinham sido suplantados. Da manifestação contrária a exposição de motivos de nº 2.558 do Gen. Carlos Barreto – defendendo a flexibilização – proferida pelo nacionalista Coronel Antonio Alves Bastos, passando pela oposição da bancada comunista que junto ao deputado Artur Bernardes denunciaram a interferência de Mr. Shoppel nos debates constituintes defendendo a livre iniciativa na indústria nacional do petróleo, e a refutação dos princípios cedentes legais, nada mais de relevante tinha acontecido, parecia que dali em diante a associação do capital nacional ao imperialismo para atuar no ramo petrolífero estava garantido e seguro.

5.1 A burguesia nacionalista reage

A burguesia industrial brasileira havia ganhado um poder econômico-político considerável entre 1930 e 1946. A industrialização e o mundo urbano evoluíam em sentido a subsunção do modo de vida agrário, emergindo a necessidade de novas modalidades de controle político de classe dado a sociedade brasileira ir aos poucos embarcando no sistema liberal-democrático sob a associação subordinada ao império capitalista norte-americano. O empresariado nacional tinha consciência do que se operava e sabia dos riscos que essas mudanças representavam para seu histórico domínio autocrático, principalmente quando calcadas na *legalidade burguesa*.

Côncio da problemática e sob o comando de um presidente militar-reacionário democraticamente eleito, a classe empresarial cuidava de enquadrar Dutra com vista a afirmar, ampliar o espaço político e assim influenciar no burburinho ideológico em que se encontrava mergulhada a sociedade brasileira desde as manifestações públicas que marcaram o envio de tropas à guerra e a queda de Vargas em 1945.

Segundo Dreifuss (1981:29) “em junho de 1946 o Marechal Eurico Dutra, em resposta a pressões pessoais de Roberto Simonsen e Morvan Dias de Figueiredo, líderes da FIESP e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), assinou um decreto criando o Serviço Social da Indústria (SESI), com o objetivo, em longo prazo, de combater o reaparecimento de organizações autônomas entre as classes trabalhadoras e de construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político em consonância com uma sociedade industrial capitalistas (...) Porém, o ímpeto da



organização das classes trabalhadoras e a expansão de sua consciência política dificultaram esse tipo de manipulação.”

Se assim o era com relação ao conjunto dos trabalhadores, em se tratando da questão petrolífera e seu invólucro ideológico nacionalista a muito enraizado, a situação era ainda mais difícil de controlar, dada esta se fazer presente e ser exaustivamente debatida em todas as camadas sociais que, como já descrito mais vale repetir, assim se dividia: uma pequena fração burguesa propunha abrir incondicionalmente nosso território para que os trustes transnacionais – principalmente norte-americanos – se apossassem de nossas reservas naturais; uma segunda, prevalecente na Constituição de 1946, lutava por manter o controle estatal e incentivar a associação entre o capital privado nacional e transnacional para tocar a indústria petrolífera, e a terceira nacionalista radical, defendia o monopólio estatal absoluto sobre todas as fases; pesquisa, lavra, refino, transporte e distribuição.

Foi exatamente a difusa força social nacionalista que fez ecoar pelos ares – via *Jornal de Debates* de propriedade de Marcos Pimenta, Mário de Brito e Plínio catanhede – o grito de alerta do engenheiro do CNP, Fernando Luís Lobo Carneiro em outubro de 1946. O engenheiro, autoridade em questão petrolífera, companheiro de Horta Barbosa, com quem fincou em solo brasileiro em 1938 a pedra fundante do monopólio estatal, bradava ao povo que o momento era dos mais preocupantes para a indústria brasileira do petróleo haja vista as bases institucionais permitirem que o capital privado nacional e transnacional se apropriassem de um dos mais importantes departamentos produtivos da economia, comprometendo a independência do território e a segurança nacional.¹

O alerta do engenheiro refletia a abertura que a Constituição de 1946 continha, permitindo que o capital petrolífero externo viesse a atuar no setor em território brasileiro bem como a posição privilegiada em que se encontrava a Standard Oil, pronta para açambarcar nossas riquezas oleíferas. Como afirmou Victor (1993:190) “Ela dispunha, em

¹ Chamando a atenção para a flexibilidade do amanhã legislativo sobre a questão petrolífera brasileira descrito na Constituição de 1946 e a volta do debate público em torno do problema, Lobo faz uso dos seguintes argumentos: “a) abertura de concorrência pública, por iniciativa do Conselho Nacional do Petróleo, para a instalação de refinarias particulares no Distrito Federal e em São Paulo, e criação de uma empresa de refinação na Bahia, tendo o governo como maior acionista; b) a nova Constituição de 1946, que, contrariamente à política anterior, abre as portas ao capital estrangeiro para exploração do nosso petróleo; c) as notícias da perfuração de novos poços na Bahia, com produção inicial elevada; d) o acordo brasileiro em



seu favor, da nova Carta Magna, do apoio dos grupos econômicos e da advocacia administrativa integrante da Companhia Nacional de Gás Esso, bem como de influentes figuras no Parlamento.”

Na mesma matéria publicada no *Jornal de Debates* o técnico Carneiro fazia algumas indagações provocadoras e pertinentes: “1 – Convém aos intrêsses do Brasil a supressão, autorizada em princípio pela Constituição de 1946, da exigência de que a exploração do petróleo nacional possa ser feita por empresas constituídas exclusivamente de cidadãos brasileiros? 2 – Poderá o Brasil resolver o problema da produção e refinação do petróleo nacional sem a participação de capitais estrangeiros? 3 – Deve a indústria brasileira do petróleo ser organizada sob a forma de um monopólio estatal único, abrangendo a produção, o transporte, a refinação e a venda? 4 – Devem, ao contrário, ser mantidos os princípios da livre iniciativa particular e da livre concorrência, ou é preferível uma solução intermediária?” (apud; Victor, 1993:187/188).

Ao trazer à baila tais questionamentos acerca da política nacional do petróleo o engenheiro nacionalista estava, no mínimo, pondo em questão a Carta que acabara de ser promulgada cuja elaboração era fruto do debate e da participação direta do Parlamento eleito pela sociedade. Independentemente da prevalência de determinados interesses em detrimento de outros, o certo é que a atitude do técnico abria um precedente inédito na história política brasileira, qual seja, o de submeter as regras constitucionais aprovadas, à validade, a justeza das mesmas aos interesses nacionais através – aí reside o ineditismo – do debate e da ação político-coletiva extra-parlamentar. Para iniciar o julgamento Carneiro punha-se a disposição do *Jornal de Debates* para discutir as teses por ele levantadas, o que o jornal assumiu incondicionalmente.

Por tratar-se de regime democrático as discussões seriam abertas à participação popular, proferidos por técnicos e representantes político-partidários, do governo, da sociedade civil e militar, daí o jornal providenciar o convite ao Gen. J.C.Horta Barbosa, Sylvio Fróes de Abreu, Domingos Fleury da Rocha, Gen. João Carlos Barreto (presidente do CNP), Luis Carlos Prestes, Líder do PCB, Avelino Inácio de Oliveira, Glycon de Paiva Teixeira e Irnack do Amaral.

Londres, conduzido pelo Ministro João Neves da Fontoura, no qual há uma referência clara à possibilidade de participação de capitais ingleses na exploração do petróleo nacional” (apud; Victor, 1993:187).



A maioria dos convidados era, como vimos ao longo de nossa pesquisa, personalidades atuantes, conhecedoras da questão petrolífera, da política brasileira das quais participaram diretamente nas três décadas pretéritas e novamente eram convocadas a opinar sobre uma legislação petrolífera clara, adequada às diretrizes econômicas do governo Dutra postas em movimento ao final da II Guerra Mundial e na aurora da “Guerra Fria.”

Três razões explicam a provocação do debate pelo técnico Carneiro. A primeira era de motivação e caráter ideológico-nacionalista da qual uma considerável parcela da sociedade, em se tratando de petróleo congregava. A segunda respeitava ao fato de a legislação constante da Carta de 1946 não agradar a nenhuma das três frações de classes em luta por fazer valer suas proposituras para a política nacional do petróleo e a terceira, é óbvio, tinha por objetivo fazer frente à ação dos trustes transnacionais, acoitados pela grande imprensa e a alta política brasileira, visando convencer a opinião pública da necessidade de estabelecer a livre concorrência no tocante à pesquisa, a lavra, o refino e distribuição de petróleo em território nacional.

A partir da provocação de Carneiro ergueram-se, imediatamente, duas barricadas midiáticas. De um lado, aberto aos pronunciamentos nacionalistas, encontrava-se o *Jornal de Debates*, a revista *Panfleto*, o *Diário de Notícias* e a *Tribuna Popular* do outro, representando os interesses dos antinacionalistas, a grande imprensa brasileira, com destaque para o jornal *O Estado do São Paulo* e o jornal carioca *Correio da Manhã* que em 1947 “Em inúmeros artigos [...] entre os quais a famosa série com o título pretensioso de ‘Guia do Petróleo para leitores assíduos’, desenvolveu o Sr. (Carlos) Lacerda a tese ‘entreguista’, a tese da participação de ‘capitais estrangeiros’, isto é, de capitais de grandes corporações monopolistas lideradas pela Standard Oil, na exploração do petróleo brasileiro [...]” (apud, Miranda 1983:217).

O embate era desencadeado no início do governo Dutra este tutelado por uma organização de caserna (consulado militar) encarregada de dar a tonalidade conservadora da embrionária democracia-liberal. Como sabemos os trabalhos legislativos e a promulgação da Carta de 1946 deram-se sobre a égide da censura ao rádio estabelecida pela “Lei de Segurança Nacional” criada em outubro de 1945 quando do golpe que



destituíu Vargas.² O clima político repressivo certamente reverberava sobre a orgânica da fração de classe nacionalista, defensora do monopólio estatal do petróleo que passou a apoiar-se no braço militar da mesma ideologia para combater os interesses das camadas burguesas entreguistas e nacionais, defensoras da associação entre empresas privadas brasileiras e transnacionais imperialistas.

Ao iniciar o ano de 1947, através da “Ordem de Serviço nº 3”, o presidente do CNP Gen. João Carlos Barreto dava início a luta por rever e dar remate a legislação petrolífera brasileira suplantando os resquícios nacionalistas constantes da Constituição de 1946 – por ele denunciados já em 1945 no seu documento titulado “Exposição de Motivos” – que dificultavam a ação do capital privado nacional independente ou associado aos trustes internacionais do petróleo. A forma escolhida pelo líder do Conselho para desencadear o processo passava pela formação da “Comissão de Projeto de Estatuto do Petróleo” que envolvesse autoridades judiciais, políticos e empresários cuja atuação parametrava-se por princípios pré-estabelecidos pelo CNP.³

Proposta a “Comissão de Estatuto do Petróleo” e os referenciais para sua ação, em fevereiro de 1947 o CNP publicou os nomes dos componentes, entre eles encontrava-se: “Odilon Braga (presidente e relator) Ruy de Lima e Silva, Avelino Inácio de Oliveira, Glycon de Paiva Teixeira, Cel. Artur Levy, Alfredo Valdetaro da Fonseca (assistente jurídico do Conselho Nacional do Petróleo). Em 29 de agosto, nova Portaria designava o engenheiro Antônio José Alves de Souza, Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, como novo membro da Comissão” (Victor, 1993:191).

² A respeito do consulado militar da repressão que caracterizou o período da elaboração e promulgação da Carta Magna de 1946, Sodré (1979: 296/298) faz um minucioso relato sobre a ação da polícia e do judiciário na repressão a manifestações oposicionistas, perseguição e condenação de trabalhadores em São Paulo e por todo o Brasil, fato que nem mesmo os protestos e manifestações contrárias entoadas nos parlamentos federal, estaduais e municipais surtiam efeito, a democracia liberal de Dutra evitava por todos os meios que a ação política das massas não ultrapassasse os limites do mero direito de escolher seus representantes parlamentares de preferência nas camadas médio-burguesas, caso contrário seria vetado foi o que aconteceu com a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1948 (Sodré 1979: Cf. p.296/298).

³ A comissão responsável por elaborar o Projeto foi anunciada em 14 de fevereiro de 1947 e estabelecia os seguintes princípios: “1 – Rever as leis atinentes à pesquisa, a lavra e industrialização de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas, assim como, em parte, o Código de Minas, de sorte a ajustá-las à Constituição e às modificações recomendadas pela prática. 2 – Preparar o texto de um Anteprojeto da Legislação do petróleo que abrangesse a mineração de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas, e a respectiva industrialização, bem como a distribuição, o transporte e o comércio de petróleo e derivados” (Victor, 1993:191).



Como podemos perceber muitos dos membros da “Comissão” do CNP eram atuantes de longa data na área técnica, na política petrolífera brasileira e declaradamente contrários ao monopólio estatal do petróleo, porém não entreguista. Era exemplo nessa composição o presidente e relator Odilon Braga que rompera com o governo Vargas em 1937 por não se afinar com o golpe e seu viés nacionalista, principalmente no tocante a política nacional do petróleo desenhada a partir da elaboração do “Relatório Horta Barbosa” de 1936.

Ao presidente Dutra coube designar outra comissão encarregada de acompanhar os trabalhos da “Comissão de Projeto” escolhida pelo CNP. Da comissão presidencial constavam: “Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Comissão – Raul Fernandes; Ministro da Justiça – Adroaldo Mesquita; Ministro da Viação – Clóvis Pestana; Ministro do Trabalho – Morvan Dias de Figueiredo; Chefe do Estado-Maior Geral – Gen. Salvador César Obino.” Para a consultoria Dutra preferiu figuras ligadas aos monopólios petrolíferos norte-americanos, Herbert Hoover Jr. e Artur A. Curtice.⁴ Em abril (1947) o presidente nomeou a “Comissão de Investimentos” composta pelos seguintes nomes: “Ministro da Agricultura e Presidente – Daniel de Carvalho; Gen. Juarez Távora, Sylvio Fróes de Abreu, Oscar Weinschenck, Gumercindo Penteado, Eugênio Gudín, Ari Frederico Tôrres, Alcides Lins, Ernani Mota Rezende, Levi Carneiro e Valentim Bouças” (id. p.191).

Tanto na comissão organizada pelo CNP como na governamental existiam membros enfiados com os trustes petrolíferos transnacionais, defensores da associação subordinada, entreguistas, até mesmo quem pensava o Brasil como um satélite da economia norte-americana, o que transformava o grupo responsável pela elaboração e aprovação – no Parlamento Federal – do “Estatuto do Petróleo” em uma força política não

⁴ Coutinho & Silveira (1957:476/489) comentando sobre as disputas enfrentadas pelo grupo Draut Ernanny de Melo para instalar sua refinaria no Distrito Federal fala da admissão como conselheiro da “Diretoria da Refinaria de manguinhos” o especialista norte-americano em petróleo Herbert Hoover Jr. que chegava ao Brasil em 1946 a convite do embaixador daquele país Adolph Berle Jr. Ambos os jornalistas fazem extenso relato das intrigas entre autoridades brasileiras ligadas aos trustes externos para dificultar a instalação da referida empresa de propriedade de brasileiros. Segundo eles, Hoover Jr. em 1946 “não estava ligado ainda aos trustes do petróleo, estava, contudo, em vésperas disso, treinando para isso [...]” Aquele técnico denunciava que a Standard Oil tudo faria para controlar o mercado petrolífero Brasileiro e após defender que o grupo Draut se mantivesse autônomo, logo em seguida mudou de idéia e propôs a associação com o grupo multinacional Atlantic concorrente da Standard Shell (Cf. p. 476/489). Medeiros Lima afirma ser os dois americanos verdadeiros representantes dos trustes externos e que se esforçavam para transformar a pesquisa, a lavra, o refino o transporte e distribuição do petróleo brasileiro aberto a livre concorrência como ocorria na Venezuela onde os “abutres” ianques do petróleo detinham o controle, sendo Hoover um dos idealizadores do estatuto do petróleo peruano controlado pelas multinacionais (Lima, 1975: cf. p.82).



hegemônica, contraditória, de conduta passível de críticas por parte da difusa força política nacionalista.⁵

Ao tempo em que era submetido à apreciação dos ocupantes das casas parlamentares o “Projeto de Estatuto do Petróleo” tornava-se pauta de discussão em todas as camadas sociais, obrigando seus idealizadores a sair em defesa, prestando esclarecimentos públicos sobre o ideário de uma fração de classe dominante para a indústria nacional do petróleo. Por ser os militares, na estrutura hierárquica da organização pró e contra ao monopólio estatal da indústria petrolífera, a fração mais influente que há muito se mantinha diretamente envolvida com a questão, era o Clube Militar a arena por excelência onde os debates públicos seriam travados.

Como já era do conhecimento geral, a corporação militar – em se tratando de petróleo – encontrava-se cindida: uma ala defendia incondicionalmente o monopólio estatal e a outra pleiteava a participação do capital privado nacional e transnacional na incipiente indústria brasileira do cobiçado combustível.

O primeiro oficial do Exército a ocupar a cátedra do Clube Militar para defender a participação do capital privado nacional e transnacional na indústria brasileira do petróleo (Estatuto do Petróleo), foi o General Juarez Távora. Tenente revolucionário, Ministro da Agricultura entre 1932/1934, quando colaborou na elaboração do Código de Minas, líder dos interventores nos Estados do Norte/Nordeste – cujo comando lhe valeu o irônico título de Rei do Norte –, agora subchefe do Estado-Maior do Exército, o oficial tinha longa vivência na crepitante organização econômico-política nacional, credencial com a qual se sobressaia como líder no *entourage* empresarial, civil e militar no governo de Dutra.

Távora proferiu suas conferências, segundo Conh (1968:87), nos dias “21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro de 1947 no Clube Militar, [onde] expôs seus pontos de

⁵ Analisando a conduta liberal do deputado pela UDN Odilon Braga tanto no decorrer do governo Vargas quanto na Constituinte de 1946 Lima (1975:68) afirma: “Por essa ocasião, além de deputado pela UDN, o Dr. Odilon Braga era acionista da Gás Esso, cuja presidência chegou a exercer. Mas não era o único nessa situação. Acionistas dessa subsidiária da Standard Oil no Brasil eram também o Dr. Morvan de Figueiredo, então Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, o Dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura [e] o Dr. Corrêa Castro, Ministro da Fazenda.” Traçando comentários críticos sobre a fração político-burguesa que incorporava a submissão ao imperialismo ianque Lima cita argumentos do Ministro do Exterior Raul Fernandes que em documento oficial “chegou a declarar que o Brasil estava fadado a ser, por tempo indefinido um satélite da grande nação do norte do Hemisfério. O Dr. Corrêa Castro, Ministro da Fazenda [...] em documento oficial, dirigido ao Secretário do Tesouro de Washington [...] declarou que o Estados Unidos deviam quanto antes dar a mão ao Brasil para não ter que carregá-lo às costas em breve” (cf. p. 77).



vistas.” Na primeira conferência o oficial analisou o Código de Minas propondo sua revisão conforme exigências da Carta de 1946. Na segunda, abordou a questão petrolífera à luz do panorama econômico-político da época – pós II Guerra, desencadear da guerra fria e a necessidade de extensão da indústria brasileira do combustível – e o aprofundamento da subordinação da economia brasileira, via *política da boa vizinhança*, ao imperialismo ianque. Na terceira, teceu um esquema ideal de como deveria funcionar o desenvolvimento petrolífero nacional, associando-se às transnacionais sem perder o controle interno, isto porque dispúnhamos de reservas naturais mas não de capital suficiente a altura de um projeto exploratório extensivo.⁶

Távora não era nem de longe um entreguista como muitos dos participantes das comissões do Projeto de Estatuto do Petróleo. O que o General se esforçava por encontrar era uma espécie de associação simbiote onde os interesses capitalistas nacionais se beneficiassem em paralelo aos lucros auferidos pelos trustes petrolíferos transnacionais que futuramente atuariam na indústria brasileira do petróleo. É o que depreendem de suas três conferências onde se lê – em várias passagens – afirmações como estas: “Devemos admitir, portanto, a participação dos capitais estrangeiros, mediante uma legislação que, assegurando-lhes aquelas garantias, assegure, por igual, os interesses da economia e da defesa nacionais.”

Os interesses brasileiros seriam defendidos, segundo o militar, mediante “a predominância do capital nacional nas ações ordinárias ao menos na parte do beneficiamento e do transporte, elos chaves da cadeia de exploração petrolífera [...] nacionalização progressiva da indústria no seu conjunto pela constituição de campos petrolíferos de reserva e reversão ao patrimônio nacional do acervo das empresas concessionárias [...] obrigatoriedade para as empresas concessionárias de beneficiamento, transporte e distribuição, de empregarem uma quota dos lucros na pesquisa e exploração petrolífera” (Revista do Clube Militar – ano XX nº 82, apud; Miranda, 1983:485/486).

⁶ Cohn (1968:88) resume o conteúdo das três conferências em seis pontos fundamentais cujas idéias basilares são as seguintes: a mobilização de nossa riqueza em petróleo deve atender ao fortalecimento da economia, da segurança nacional e da política da boa vizinhança. Como não dispúnhamos de capital a altura do projeto, devia-se recorrer ao estrangeiro escolhendo aquele que nos concedesse melhores condições ainda que com certas servidões; preço a pagar pelo desenvolvimento de nossa indústria petrolífera, desde que o capital alienígena que por ventura venha aqui se instalar, aceite subordinar-se aos fins da economia nacional ainda que tenhamos que lhes conceder vantagens e segurança. No tocante a concorrência externa, aqui predominante, impunha-se à necessidade de produzir e distribuir derivados de petróleo sem excessos de tributos e adequada administração que desonerasse o setor.

No tocante a transferência de dividendos para o exterior, o General defendia que “o Governo deveria dar plena garantia ao capital estrangeiro para exportar livremente os juros de obrigações, ações preferenciais e os dividendos de ações ordinárias correspondentes à parte ainda não amortizada do respectivo capital” tudo isso chancelado por leis substantivas que regularia: “a) – O regime das empresas concessionárias de serviços públicos; b) – Exploração dos recursos minerais, em conjunto; c) – A exploração das jazidas de petróleo.”

Para regular as cedências territoriais Távora propunha: “a) – Prazo normal de 30 anos para as concessões, suscetível de prorrogação até no máximo de 50 anos, sem prejuízo do patrimônio nacional. b) – Contabilização do capital de investimentos à base do custo histórico. c) – Fixação de remuneração ao capital de investimentos [...] juros de obrigações, debêntures máximo de 4%, juros de ações preferenciais máximo de 6% e dividendos de ações ordinárias máximo de 8%” (Victor, 1993:193/194).

Távora fechava sua conferência apresentando a seguinte proposta – aqui resumida – para a nova legislação petrolífera brasileira a ser instalada: 1 – regulamentação da preferência dado ao proprietário do solo; 2 – controle da indústria petrolífera pela predominância de capital nacional nos elos intermediários da indústria, refinação e transporte; 3 – discriminação do capital das empresas que obtivessem concessões integrais para exploração, industrialização, transporte e distribuição interna e externa de forma a garantir o controle do capital nacional sobre as ações ordinárias; 4 – obrigatoriedade às empresas concessionárias de beneficiamento, transporte e distribuição, de empregar uma parte dos lucros líquidos na pesquisa e exploração petrolífera, pagando uma taxa sobre os lucros brutos ao governo, para aquele mesmo fim; 5 – limitação das áreas de pesquisa, aumentando-as para as regiões mais afastadas dos centros de consumo e pontos de exportação; 6 – limitação das áreas de lavra à metade das áreas de pesquisa, garantindo-se, com a outra metade, a constituição dos campos de reserva nacional e 7 – limitação das exportações de matéria-prima bruta em função do volume do consumo nacional (id. p.194).

O teor da proposta era de um liberalismo tímido e, para rematar suas idéias, Távora apresentava o seguinte esquema para a associação e a viabilidade da simbiose entre os capitais autóctones e alóctones que por ventura viessem a atuar juntos: “capitais estrangeiros 40%, capitais particulares brasileiros 40%, capitais do governo brasileiro,



20%” (apud; Miranda, 1986:485/486). O que salta aos olhos no esquema proposto pelo General é a presença de investimentos estatais numa organização empresarial claramente privada. Esta tem sido uma característica básica da burguesia de *via colonial* brasileira, cujos projetos de desenvolvimento e acumulação tem sempre de advir do entrelaçamento do capital imperialista, privado nacional e estatal.

Por ser as conferências proferidas publicamente – e segundo nos consta o auditório do Clube Militar não comportava a platéia ouvinte – as propostas do General não escaparam às críticas de militares, políticos, estudantes e profissionais liberais presentes, que contestavam, sem rodeios, o esquema e a racionalidade do “Projeto de Estatuto do Petróleo” ali exposto e defendido por Juarez Távora. Além de contraditado o oficial teve a desconcertante oportunidade de ouvir e ver a oposição perfilar, em linhas gerais, o projeto da burguesia nacionalista para a indústria petrolífera brasileira, além de verificar, também, que nenhum dos opositores de sua tese acreditava na possibilidade do controle estatal das reservas naturais de nosso combustível e na prevalência da produção para o consumo interno, caso o capital privado e o Estado brasileiro se associassem aos trustes externos.⁷

Tudo leva a crer que a partir da publicação – nos jornais *Diário de Notícias*, *Tribuna Popular*, *Jornal de Debates* e *Revista Panfleto* – dos artigos de Fernando Lobo, Artur Bernardes e Marcos Pimenta, defendendo a instauração do monopólio estatal sobre a indústria petrolífera nacional, a dispersa ideologia nacionalista desenvolvida e alimentada ao longo das primeiras décadas do século XX, tenha reagrupado a fração burguesa-militar não afinada com o imperialismo norte-americano, expresso nas pretensões dos trustes petrolíferos, seus representantes incrustados na grande imprensa e nos altos escalões da política brasileira.

⁷ De conformidade com Miranda (1983:487), no decorrer dos debates manifestou-se uma corrente contrária à tese de Távora. Nossa autora elenca cinco pontos essenciais da contraproposta nacionalista que aqui vamos resumir. No tocante a extensão da indústria nacional do petróleo a ser implementada a oposição afirmava que ela não deveria ser tão agigantada como propunha o General mas sim modesta, calcada no beneficiamento e aproveitamento do petróleo produzido na Bahia base da expansão de futuras pesquisas. Sobre o financiamento os críticos do militar acreditavam ser possível, partindo de nossas próprias condições, local recursos, e de forma lenta e gradual ir investindo sucessivamente na expansão da pesquisa. Para isso tínhamos de fazer uso dos lucros auferidos com o refino do petróleo cru importado para atender ao consumo interno, o que punha abaixo a tese do militar de que não havia capital suficiente para desenvolver nossa própria indústria petrolífera. E por fim a corrente nacionalista ali a postos afirmava não ser possível sobrepor os interesses nacionais aos interesses do capital privado em caso de associação, na medida mesma em que é da natureza da indústria petrolífera mundial seu caráter monopólico que a tudo e a todos subordina.



O segundo conferencista convidado pelo General César Obino a se pronunciar no sobre o “Projeto de Estatuto do Petróleo” no Clube Militar, em 30 de julho de 1947, foi o General Júlio Caetano Horta Barbosa. Ao contrário de Távora, Barbosa vinha de longa atuação na política petrolífera, responsável direto pelo controle estatal que prevalecera entre 1938 e 1943. Barbosa reunia largo conhecimento no assunto em nível nacional, internacional e por várias vezes, quando presidente do CNP, refutara as pretensões dos trustes norte-americanos no nosso petróleo.

Horta Barbosa começa sua primeira conferência aludindo aos aspectos básicos da indústria mundial do combustível e a situação dos preços no Brasil. “Enquanto é livre o mercado de óleo cru, é essencialmente monopolista a indústria da refinação, exercida pelos trustes ou pelo Estado.” O militar chamou a atenção para o fato de que não possuindo o país “uma indústria de refinação digna desse nome importa o Brasil os refinados de petróleo, ao preço que impõem os grupos, americano e inglês” daí o direito legal (Lei do Petróleo de 1940) de que dispunha o CNP de fixar os preços no mercado brasileiro não passar de mera abstração posto sermos obrigado a arcar com os valores estabelecidos pelos monopólios externos (Miranda, 1983:489).

O Uruguai que não dispõe de uma gota de petróleo mas apenas da indústria do fracionamento do óleo cru – exemplifica o militar – tem total controle sobre a política de preços dos derivados do combustível, o mesmo acontecendo na Argentina. Ao contrário, na Venezuela, país rico em petróleo e grande exportador, mas onde operava livremente o capital imperialista a população paga o preço determinado pelos trustes. O General defendia a tese de que era a refinação – não a pesquisa e a lavra – de petróleo arrimo da independência econômica de uma nação. “Alicerce da Independência da econômica de um Povo, a indústria da refinação deve ser criada, com a descoberta ou não das jazidas de petróleo.” Ou seja, pelo refino do combustível importado auferem-se dividendos para a pesquisa, prospecção e lavra que será absorvida pela indústria de fracionamento já instalada (id. p.490).

Barbosa tinha ciência desse fato desde que se envolvera teórico e praticamente com a questão, antes mesmo de tornar-se presidente do CNP. Ocorre que as condições técnicas da época não lhe permitiram “levar a efeito esse objetivo”, faltava “estudo consciencioso e profundo da matéria, para permitir-se ao Conselho indicar, com segurança, a solução



adequada” o que não era o caso em 1947, quando já se tinha avançado consideravelmente na pesquisa, prospecção lavra e refino do combustível nacional.

Atentando para o fato de o Conselho ter sido organizado um ano antes do estouro da II Guerra Mundial, o que muito dificultou o desenvolvimento das metas traçadas, Barbosa acreditava que o futuro da economia e da nação brasileira dependia, naquele momento, das regras que se estabelecesse para a indústria nacional do petróleo, isso porque “Constitui ideal de economia sã a baixa do preço de venda da energia para, assim, fazer diminuir o custo de todas as utilidades e dos transportes, em benefício do Povo em geral” (ibid. p.490).

Como bem observou Lima (1975:73), que Horta Barbosa não visava lucro “Na sua opinião o CNP devia atuar no sentido de criar uma empresa capaz de operar pelo custo, não se preocupando, portanto, em auferir vantagens financeiras. Os derivados de petróleo seriam vendidos pelo preço mais baixo possível para que a atividade nacional se desenvolvesse.” Trata-se de uma posição totalmente voltada para os interesses econômicos nacionais.

Além de não visar lucro mas apenas o favorecimento da economia nacional H. Barbosa afirmava que o petróleo é a base da “defesa militar de um País.” Refutando a proposta da associação entre o Estado, capital privada nacional e transnacional de Távora, o General era enfático: “Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e os particulares (...) É uma injustiça social (declarava), entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. *O petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo, igualmente, por todos os seus filhos*” (Miranda, 1983:493/494).

Para Horta Barbosa não havia como controlar o capital petroleiro imperialista em qualquer que fosse sua forma de atuação; independente ou associado, na medida que o negócio já nasce controlado e monopólico. “Os trustes oferecem, de início, todas as facilidades de capital, técnicos, experiência, direção, matéria-prima, transporte, equipamentos ect. O negócio nasce em suas mãos e não há como controlar os preços das utilidades vindas de fora, por eles fornecidas.” Nessas condições os dividendos conseguidos ficariam “com as matrizes desse singular sócio.”



E o mais preocupante, segundo o militar, era que “Ninguém poderá garantir que uma parcela do grupo (sócio) brasileiro não seja de testas-de-ferro” (ibid. p.494). Ou seja, o General, acertadamente, não confiava no suposto patriotismo do empresariado nacional interessado em associar nossa indústria oleífera aos trustes estadunidenses.

Refutando a tese sustentada por Távora de que não havia capital para o desenvolvimento extensivo da indústria nacional de petróleo, Horta Barbosa argumentava que não precisaríamos, de imediato, pensar em um nível produtivo que suprisse os 40 mil barris usados diariamente, mas caminhar em sentido a esse objetivo de forma intensiva e auto-sustentada onde o capital necessário aos investimentos, sempre crescentes, adviria do refino e distribuição dos derivados de petróleo nacional e importado enquanto se adquiria o *fuel-oil* que segundo ele era barato no mercado internacional e representava a maior parcela do nosso uso.⁸

Mesmo que a conflituosa evolução política internacional nos obrigasse a ter de adquirir um sistema industrial completo, ainda assim, “a quantia de 40 milhões de dólares não é tal que escape às nossas possibilidades. Nesse ponto, como prova da nossa capacidade financeira, é que cabem os exemplos de Volta Redonda e Vale do Rio Doce, em cada um dos quais inverteu o Governo soma acima da necessária para a instalação das refinarias” (ibid. p.496). O argumento dos antiestatistas e entreguistas de que não havia capital circulante suficiente para bancar a indústria oleífera estatal era posta por terra pelo militar.

Com a mesma clareza e conhecimento de causa Horta Barbosa, ainda na sua primeira conferência no Clube Militar, demolia o “Projeto de Estatuto do Petróleo” e a retórica burguesa entreguista, sócio-subordinada ao imperialismo, que em suas loas afirmavam não ser possível qualquer empreendimento empresarial não ligado direto ou indiretamente aos trustes transnacionais do petróleo, dado a impossibilidade de aquisição,

⁸ Discutindo sobre o montante de capital necessário para o suprimento da demanda nacional Barbosa oferece a seguinte opção: “A parcela maior do consumo, é representada pelo *fuel-oil*, resíduo da destilação de petróleo e, por isso, queimado em caldeira. É combustível de baixo preço unitário e há com abundância, no mercado internacional. De início procuraríamos obter, pelo fracionamento do óleo, importado ou nacional, o máximo de produtos nobres, como as gasolinas, o querosene, o óleo Diesel, os lubrificantes etc., continuando a importar o *fuel-oil* de baixo custo e mínimo frete marítimo. Assim, não necessitaríamos, desde logo, montar um parque industrial com a capacidade correspondente ao abastecimento total. Assim procede, ainda hoje, a Argentina, na sua sábia política de energia” (Miranda, 1983:495).



no mercado externo, de equipamentos, matérias-primas necessárias a sua operacionalidade, isto porque os trustes vetavam o acesso a estes bens de capital inviabilizando o negócio.⁹

No concernente a formação de mão-de-obra técnica brasileira alegadamente ineficaz, Barbosa mostrava como resolver o problema. “Nos contratos que celebram para montar refinarias, obrigam-se as firmas construtoras a fazê-las funcionar com o seu pessoal, pelo tempo que seja necessário ao treinamento dos nacionais. Assim se fez na Argentina, no Uruguai e em toda parte. Além disso, é praxe incluir-se nos contratos a cláusula de que a firma construtora se obrigue a facultar aos nacionais o estágio em organizações semelhantes.” O mesmo era válido para a aquisição de matéria-prima para as refinarias nacionais, havia muitas empresa independentes nos Estados Unidos oferecendo o produto no mercado (Miranda, 1983:499).

Quanto ao transporte necessário a indústria petrolífera o militar afirmava ser perfeitamente compatível com a rentabilidade do negócio o aluguel de navios-tanques de empresas especializadas no ramo. Mais uma vez o conferencista aludia a atividade petrolífera Uruguiaia como exemplo. Horta Barbosa finalizava sua primeira conferência afirmando não simpatizar com a tese do Estado industrial: “Defendo-a, entretanto, ardorosamente, sempre que se trate de energia, e, em particular, de petróleo.”

Quanto à produção para exportação, como propusera Juarez Távora, o velho nacionalista refutava-a, alegando que a produção nacional não atendia, naquele momento, mais que 10% da demanda, apesar de termos condições de produzir mais. Porém, argumentava, nenhum país de industrialização petrolífera vultosa empenha-se em produzir para exportar, o exemplo era o Estados Unidos da América. Somente as nações fracas exportam petróleo (id. p.508).

Na segunda conferência – 6 de agosto de 1947 – Horta Barbosa abordou a questão petrolífera brasileira historicamente, descrevendo suas experiências e enfrentamento com os trustes internacionais. O militar mostrou-se intelectualmente soberbo em matéria de política mundial do petróleo, da importância do combustível como fonte de energia na

⁹ Horta Barbosa revela que quando de sua gestão no CNP, assim como as empresas recém concessionárias foram procuradas por técnicos e representantes de companhias fornecedoras de equipamentos, ele também foi várias vezes contatado por indústrias norte-americanas e européias que se propunham a fornecer os equipamentos necessário a sondagem e a prospecção (Cf. Miranda, 1983:497).



sociedade moderna, de como as nações imperialistas defensoras de sua soberania faziam uso do combustível, das pretensões estadunidenses e inglesas nas reservas estrangeiras.¹⁰

Atento a incondicional aproximação da economia política de Dutra da dos Estados Unidos, Barbosa declarou que, em se tratando de petróleo, a propalada livre concorrência estadunidense não passava de retórica vazia posto que aquele Estado usava de qualquer expediente para apropriar-se de reservas no estrangeiro, mesmo que em posse de outro país, é o caso da inglesa Mexican Eagle que “obteve concessões de petróleo em Costa Rica, Haiti, Venezuela, Colômbia e Equador, os Estados Unidos fizeram com que fossem anuladas, apesar de já terem sido ratificadas, pelos respectivos parlamentos, conforme relatou o General Alonso Baldrich, em conferência no Centro Naval de Buenos Aires” (id.ibid.p.514).

No caso do Brasil – onde o imperialismo norte-americano mantinha seus tentáculos no modelo econômico – não era tarefa fácil estabelecer uma certa racionalidade no sistema de concessão e controle interno sobre a indústria petrolífera como propusera Távora. Segundo Barbosa: “Não teria o menor sentido a fixação do prazo de concessão por ocasião da outorga da permissão para pesquisar. Não me parece razoável esperarmos que companhias de boa-fé aceitem prazos estabelecidos [...] a não ser que sejam muito longos.”

E, acrescenta o General: “Neste ponto, os interesses dos concessionários e da coletividade chocam-se fortemente. Prazos muito longos representariam [...] uma garantia de que, quando as áreas trabalhadas revertissem ao patrimônio nacional, já estariam esgotadas; prazos muito curtos seriam um estímulo à produção sem controle fora dos limites aconselhados pela relação produção gás-petróleo” (id.ibid.p.507).

¹⁰ Discorrendo sobre o livro do Francês André Bihel, Barbosa sublinha o seguinte texto: “Nenhum país pode pretender ocupar lugar digno entre as nações mundiais, se não tem garantida a posse do petróleo, fonte insubstituível de toda atividade militar, industrial e, até agrícola (...) ‘Impera quem tem petróleo. Impera nos mares pelos óleos pesados. Impera nos céus pelas essências leves; nos continentes, pelas gasolinas. Impera no mundo pelo poder financeiro ligado a uma matéria mais preciosa, mais envolvente e mais dominadora do que o próprio ouro.’ Com relação as pretensões americanas diz Barbosa: “Wallace Pratt, em dissertações aos estudantes da Universidade de Kansas, disse que seu Governo havia de novo insistido junto aos industriais de óleo para que adquirissem propriedades de petróleo no exterior [...] México e América do Sul, não apenas como fonte de abastecimento futuro, mas de abastecimento sob controle de nossos cidadãos.” Na mesma direção afirmava Churchill em 1913: “É nossa linha política traçada no sentido de que o Almirantado deveria tornar-se, com plena independência, o proprietário e o explorador de jazidas capazes de atender às suas próprias necessidades de combustíveis líquidos.” (apud; Miranda, 1983:512).



Com relação à defesa continental, outra tese que segundo Távora só seria eficiente se a associação entre o Estado, o capital privado nacional e transnacional assumissem a indústria nacional do petróleo, o General não a concebia sem “a industrialização e a elevação do nível de vida das nações que a compõem (como rezava a “Ata de Chapultepec de 1945”). Não é, logicamente, este o intuito das companhias que nos vendem refinados de petróleo, numa situação de comodidade e privilégio que não têm por que desmontar. Enquanto possuírem disponibilidade na Venezuela e no Oriente Médio, não lhes interessa o petróleo brasileiro, a não ser como reserva. Sob o ponto de vista da defesa do Continente, o modo insuspeito e prático para a exploração do petróleo é o direto, pelo Governo brasileiro, que já provou a sua capacidade para fazê-lo com honestidade, economia e patriotismo” (ibid; p.522).

As mesmas propostas eram defendidas dias depois (16/10/47) no Instituto de Engenharia em São Paulo, para um numeroso público simpatizante da tese da estatização da indústria nacional do petróleo. Vale ressaltar que mesmo – naquele exato momento – não concordando com os nacionalistas o presidente Dutra mantinha uma sistemática política de incentivo ao desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro, é o que demonstra a assinatura, em 22 de outubro daquele ano, da Lei de nº 120 autorizando “O poder Executivo a abrir, pelo Conselho Nacional do Petróleo, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para atender às despesas com a constituição e instalação da Refinaria Nacional de Petróleo S.A., bem assim com a construção no Estado da Bahia, de uma refinaria para tratar o petróleo brasileiro” (apud; Victor, 1993:207).

Poderíamos continuar por várias páginas analisando os detalhes da proposta de Horta Barbosa, porém, o até aqui exposto nos é suficiente para afirmar que, a exemplo de Távora, o General tinha um projeto claro, objetivo e contraposto a flexibilização das leis nacionalistas para a política petrolífera nacional, daí afirmar com toda autoridade que a lei especial que urgia a indústria do combustível brasileiro “há que atender aos imperativos nacionais.”

A carta de 1946 tinha de ser alterada, postula Barbosa, mas “alterá-la, só para implantar, de vez, o monopólio do Estado” (id. p.524). A propositura nacionalista do militar não derribava somente as frações burguesas de ideário nacional associado e entreguista, mas também os comunistas – legítimos representantes da esquerda naquele



momento – na medida em que traçava críticas as propostas de sociedade empresariais mistas, é o que vamos analisar a partir de agora.

5.2 Comunistas e a questão petrolífera nacional: uma sucessão de equívocos

No segundo capítulo de sua obra “A Revolução Brasileira” Caio Prado, analisando a atividade e a conduta política do Partido Comunistas Brasileiro (PCB) nos anos 1950, afirma que estas ainda se pautavam por uma teoria marxista da revolução elaborada na década de 1920.¹ Como vimos, tal teoria postulava uma revolução por etapas, sendo a primeira ruptura conduzida por uma burguesia industrial supostamente “progressista” comprimida entre a anacrônica aristocracia rural feudal e o jogo dos imperialismos inglês e norte-americano aqui incrustados.

Se assim o era em 1950, imagine em 1945 quando da conquista de sua legalidade e o embarque do partido na campanha do “Queremismo” influenciado pelo viés nacionalista de Vargas que apesar de defensor da associação subordinada ao capital imperialista teve a coragem de assinar a “Lei Antitruste” contrariando interesses empresariais brasileiros pouco antes de ser deposto do poder.

A pretensão de organizar o proletariado e levá-lo a cerrar fileira ao lado dessa suposta burguesia “progressista” decorria de uma leitura enviesada que o partido fazia da nossa forma de ser, ir sendo sociedade regida pelo capital e da influência do movimento comunista internacional. É o que observa Mazzeo (1999:71), quando diz que o delinear político a partir de 1945 – que ele classifica de “*terceiro período*” – se adequava as diretrizes da Internacional Comunista (IC) “que mesmo depois do fim do Komintern continuaria a ser a política implementada pelos comunistas de todo mundo (...) De modo que as alianças plenas com a burguesia ‘progressista e ‘nacional’ faziam parte de uma tática geral do MCI e estavam presentes no bojo da política comunista, desde 1935, quando do VII Congresso do Komintern.”

Assim sendo não é estranho que em 1945 Luiz C. Prestes fosse um ardoroso defensor da aproximação das organizações dos trabalhadores da política da burguesia nacional para dar a tônica da expansão capitalista industrial brasileira, derrotar os restos



feudais e, se possível, suplantar político e economicamente os países avançados.² Esta proposta é resumida e levada à militância através do Manifesto do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) que entendia ser a unidade dos trabalhadores agente da “cooperação na construção de um Brasil industrializado, dotado de uma grande agricultura mecanizada, de um amplo e estável mercado interno, baseado na sempre mais alta capacidade aquisitiva do Povo e dos trabalhadores” (apud; Almeida, 1995:139).

O PCB, a exemplo de uma substancial parcela da burguesia, também pleiteava a intervenção estatal na economia brasileira, defendendo o controle das importações, protegendo a indústria nativa da concorrência estrangeira e direcionando as importações para as necessidades da industrialização interna. O partido também criticava a dissipação das divisas nacionais acumuladas durante a guerra que, segundo ele, era gasta com bugigangas (id. p.140).

Mas, onde o ideário pecebista convergia mesmo com o da burguesia nacional era no que se referia a presença do capital externo na estrutura econômica nacional. Segundo Almeida (1995:140) “O próprio Prestes fazia questão de afirmar que os comunistas não eram contra o capital estrangeiro em geral, mas contra sua variante mais reacionária, quase sempre designada como ‘os banqueiros estrangeiros.’ Contra estes, ‘contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país’, Prestes defendia uma legislação adequada.”

Somado a seletividade do capital externo operante no Brasil o partido congregava da mesma ilusão alimentada pelos chanceleres sul-americanos assinantes da “Ata de Chapultepec”, a de que “o imperialismo estava moribundo” fato que levaria o capital multinacional a perder “sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para os povos” (ibid. p.140).

É exatamente acreditando na agonia do imperialismo, em uma legislação adequada, progressista e redentora – arrimo do politicismo do partido –, que o PCB, imediatamente a

¹ Diz Prado Jr. (1968:43) “A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes.”

² Segundo Almeida (1995:139) Prestes afirmava que “o que convinha, naquele momento, ‘a classe operária (era) a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, mais livre e o rápido do capitalismo no país (...) perecer ou alcançar e sobrepassar aos países capitalistas mais avançados, não só pelo regime político, como também economicamente.”



criação das comissões de estudo e elaboração do “Projeto de Estatuto do Petróleo” proposto pelo General João Carlos Barreto presidente do CNP, preparou um esboço de legislação para a política nacional do combustível cujas regras descritas comportavam interesses da economia brasileira e a virtuosidade técnico-produtiva dos trustes petrolíferos externos aqui instalados.

Seguindo a mesma linha de raciocínio teorizado na Emenda nº 3.259 apresentada quando dos debates sobre o Artigo 164 da Carta de 1946, que permitia a participação de empresas privadas nacionais e transnacionais na indústria petrolífera nacional, os deputados comunistas Maurício Gabrois, Gregório Bezerra, Henrique Oest, José Maria Crispim, Jorge Amado, Abílio Fernandes e Diógenes Arruda “subscreviam, na Câmara Federal, o Projeto nº 422, de autoria do seu colega Carlos Marighela. O projeto em questão instituía o “regime legal das jazidas de petróleo, gases naturais de rochas betuminosas e pirobetuminosas” (Victor, 1993:195).

É necessário ressaltar que quando do envio do projeto supracitado o PCB já tinha sido institucionalmente cassado a pedido, segundo D'Araújo e Castro (1997:101), do General Alcio Couto que creditava ao partido a responsabilidade pelo surto grevista em processo no Brasil. Decerto, por encontrar-se na ilegalidade, é pouco provável que o projeto comunista para a indústria oleífera nacional tenha sido submetido à apreciação ampla da militância, mas apenas ao restrito círculo parlamentar da agremiação. Isso não sugere que se tivesse sido o conteúdo da proposta seria diferente dado a proposta expressar a linha teórica já há muito adotada visar e ter por finalidade deixar lacunas legislativas para uma possível participação de empresas petrolíferas soviéticas.³

O Artigo 1º do Projeto 422 do PCB rezava: “As jazidas de petróleo e gases naturais existentes em território nacional pertencem à União, a título de domínio privado imprescritível. Artigo 4º - O direito de pesquisar e lavrar petróleo e gases naturais só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoas natural ou jurídica, constituída estas de sócios ou acionistas brasileiros. Parágrafo 1º - O funcionamento de sociedades de mineração de petróleo e gases naturais depende de autorização federal, obtida mediante requerimento

³ Cohn (1968:123) assevera – sem revelar o responsável – que um ex-líder do partido havia afirmado que “o que o PCB visava era deixar a brecha para que uma eventual participação soviética na exploração do nosso petróleo, através de emprêsas mistas russo-brasileiras, como a Sovrompetrol, que explorava o petróleo romeno, opondo-se dêste modo aos interesses nacionais, em favor dos interesses soviéticos.”



dirigido ao Presidente do Instituto Nacional do Petróleo. Parágrafo 3º - Os sócios das empresas de mineração de petróleo e gases naturais deverão ser brasileiros e, no caso de transmissão *inter vivos* ou *causa mortis*, somente a brasileiros é permitido a sucessão” (apud;Victor, 1993:196).

É no Artigo nº 45 que o projeto comunista converge com a propositura da burguesia nacional sócio-subordinada: “O Instituto Nacional do Petróleo (substituto do CNP) poderá organizar *companhia de economia mista, com capital do Governo e de particulares, para pesquisa, lavra, industrialização, transporte, comércio de petróleo e derivados*” (ibid. p.196). Era exatamente contra essa associação que a burguesia nacionalista se batia e, ao propô-la, o PCB se alinhava à tropa de choque antinacionalista do General João Carlos Barreto contra os defensores do monopólio estatal, Gen. Horta Barbosa, Fernando Lobo Carneiro, Artur Bernardes e uma legião de defensores da tese espalhada por todo território nacional e em processo espontâneo de aglutinação.

Em complemento ao projeto anterior de nº 422 em julho de 1947 a bancada comunista apresentou o projeto nº 382, também de autoria do deputado Carlos Marighela, pelo qual criava-se o Instituto Nacional do Petróleo (INP) “com personalidade jurídica de natureza autárquica, sede e fôro no Distrito Federal” (id. p.198). O projeto complementar oferecia um esquema de controle do Estado sobre as reservas, pesquisas, prospecção, extração, refino e transporte e reafirmava a necessidade da criação de empresas mistas.⁴ Em caso de aprovação todos os bens de terceiros passariam imediatamente para o controle do INP. Os deputados comunistas entendiam que sua proposta era condizente com as necessidades da economia nacional e que pelas regras e o controle do Instituto proposto os trustes externos estariam atados.

O projeto comunista de nº 382 foi entregue a Comissão de Constituição e Justiça em 30 de julho de 1947 mas teve de ser arquivado até que o presidente Dutra elaborasse e enviasse a Câmara dos Deputados a proposta de uma nova legislação para a indústria nacional do petróleo na qual seria anexada a dos comunistas (ibid. p.199).

⁴ Em consonância com a propositura comunista competia a autarquia a ser criada: “a) – pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais no território nacional; b) – lavar jazidas; c) – industrializar petróleo e seus derivados diretos e indiretos; d) – comerciar com petróleo e derivados; e) – autorizar, regular e controlar a produção, a importação, a exportação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados e a construção de oleodutos; f) – *promover a constituição de sociedades de economia mista com pessoas*



A batalha do PCB por cravar sua marca ideológica na futura política oleífera brasileira era tão dúbia que em 1949 o presidente Dutra solicitou do Parlamento licença para deslocar verba para a construção de uma refinaria estatal na Bahia e a lei só não foi unanimemente aprovada porque o deputado comunista Pedro Pomar votou contra, alegando que não confiava no governo (Lima, 1975 cf. p.83).

Apesar de os projetos comunistas deixar brechas que permitiam a participação de capital privado nacional e transnacional na indústria petrolífera brasileira e ser muito semelhante as propostas da burguesia sócio-subordinada ao imperialismo, o segmento político-social burguês, por questão ideológica, prescindia da colaboração do PCB, que por sua vez, em se tratando do ideário político para o combustível, também não tinha a aprovação da fração nacionalista fato que praticamente o isolava.

Uma vez extinto o partido em maio de 1947, em outubro do mesmo ano, sobre protestos parlamentares, foi a vez da cassação do mandato de todos os parlamentares pecebistas. Nessa segunda e decisiva investida reacionária do parlamento de Dutra – a pedido da Standard Oil – houve um ensaio de manifestação no Rio de Janeiro contra a decisão, esta logo dispersada a tiros da polícia militar, resultando em pessoas mortas e outras tantas feridas (Coutinho & Silveira, 1957:442/446).

Enredado em seus próprios equívocos e vítima da reação autocrática burguesa, o PCB continuou atuante no conflituoso debate político acerca da elaboração de uma nova legislação nacional para o petróleo, só que agora a reboque da ação espontânea da massa nacionalista que vai ganhando força organizada por todo o país em torno da tese do controle estatal sobre a pesquisa, prospecção, lavra, refino, transporte e distribuição de derivados de petróleo como postulava, em suas conferências, o General Júlio Caetano Horta Barbosa. É o que vamos abordar a partir de agora.

5.3 Estatuto do petróleo: a tentativa de associação abortada

No transcurso do ano de 1947, enquanto as frações burguesa nacional e nacionalista debatiam exaustivamente – cada qual armada com sua proposta – a nova modalidade operativa para a indústria nacional do petróleo, as comissões do CNP, do

naturais ou jurídicas relacionadas com o abastecimento nacional de petróleo, reservando-se o mínimo de 51% das ações nominativas em que será dividido o capital” (apud; Victor, 1993:198/199).



governo federal concluíam suas análises e apresentavam ao presidente da República a redação final do propalado “Estatuto do Petróleo”, cujas orientações gerais no concernente ao controle das jazidas, pesquisa, lavra, refino, transporte e distribuição de derivados do combustível em território brasileiro, já haviam sido defendidas por Juarez Távora e refutadas por Horta Barbosa nas conferências no Clube Militar.¹

As regras constantes do Estatuto podem ser assim resumidas: I – sobre o controle das jazidas “são mantidas no domínio privado da União, como bens inalienáveis e imprescritíveis” (art. 1º), ficando seu aproveitamento econômico subordinado: “I) ao propósito de garantir à Nação a maior participação possível nas vantagens resultantes da utilização de sua riqueza petrolífera; II) às exigências do consumo interno de petróleo e derivados; III) à necessidade de manutenção de reservas naturais de óleo bruto; IV) à conveniência de prescrever processos não admitidos pela melhor técnica de exploração.”

No parágrafo 2º o Projeto de Estatuto decretava ser de utilidade pública e de exclusiva competência da União, “a pesquisa e a lavra de jazidas; a refinação do petróleo nacional ou importado; e o transporte, por meio de condutos ou navios-tanques, de óleo de qualquer origem.”

No parágrafo 3º encontra-se o essencial do projeto de Estatuto. “A União executará, por administração direta ou contratada ou por via de subordinação e concessões, as operações referidas no parágrafo anterior e regulará o comércio do petróleo e derivados” (apud; Cohn, 1968:108). Pelo exposto pode-se inferir o que quiser, menos que o Estatuto do Petróleo de Odilon Braga era entreguista daí, como afirmamos anteriormente, as regras nele contidas não contemplar os defensores da liberdade total de atuação do capital privado interno e externo nem a dos nacionalistas, mas apenas uma substancial camada burguesa, e porque não dizer da bancada comunista, defensora da associação entre o Estado, o capital privado nacional e transnacional.

Exatamente quando do remate do projeto de Estatuto os entreguistas e a burguesia sócio-subordinada tinham um forte argumento para defender suas teses, tratava-

¹ Segundo Odilon Braga (presidente e redator do Estatuto), o método adotado para chegar a redação final do documento passara pelo estudo geral “sobre a legislação do petróleo de diversos países sul-americanos” incluindo projetos elaborados por diversos órgãos governamentais, “pela *Shell-Mex do Brasil* e pela *Standard Oil Company of Brasil*.” Isso feito submeteram o texto a diversos órgãos governamentais brasileiros, a



se da reunião dos chanceleres a realizar-se em Teresópolis, Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1947. Esse encontro de autoridades de Estado das Américas tinha por objetivo estabelecer as bases práticas da “Resolução VIII da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da paz” ocorrida na “Cidade do México em 1945” (Victor, 1993:205).

Como já demonstrado a “Ata de Chapultepec” resultante da Conferência de 1945, estabelecia compromissos do Brasil e dos demais países signatários, com os Estados Unidos. Partindo disso a reunião de Teresópolis fundou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) que postulava o provimento “o auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado Americano e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer um deles” (id. p.205).

Na realidade a criação do TIAR representou a aceitação, por parte de frações das camadas dominantes sul-americanas, do protetorado norte-americano sobre seus Estados, como bem definiu Coutinho & Silveira (1957:440): “Enfim, pode-se dizer, com propriedade, que a Conferência de Petrópolis, em 1947, foi um poema das ambições imperialistas neste hemisfério.”

Foi em meio a este complexo jogo político que o propalado, defendido e refutado – por frações de classes – Estatuto do Petróleo, não passou de uma postulação nunca levada à prática por três razões específicas. Em primeiro lugar porque a reação contrária da burguesia nacionalista, desde seu anúncio, não deu trégua, em segundo porque muitos dos responsáveis pela sua elaboração, e o próprio presidente Dutra, não acreditavam na viabilidade do Projeto e em terceiro, porque os trustes externos envolvidos com a questão petrolífera brasileira não o aceitavam pelo fato deste não proporcionar a liberdade por eles pleiteada para agir em território brasileiro.²

Ainda que sem o apoio do Governo, recusado pelos Trustes e seus sócios brasileiros, pela burguesia nacionalista, Dutra enviou o projeto de Estatuto ao Congresso

Comissão de Investimentos e por fim submeteram-no à apreciação do Srs. Herbert Hoover e Alan A. Curtice” (apud; Cohn, 1968:107/108).

² Com relação ao Estatuto declarou o ex-presidente brasileiro da Standard Oil: “Com o conhecimento que possuímos dessa lei não acreditamos que a nossa Companhia ou qualquer empresa comercial, possa desenvolver com êxito as atividades de produção, de acordo com que ela estatui.” E ainda, “Depois de aprovado pelo CNP e pelo Conselho de Segurança, o estatuto chegou às mãos do presidente da República. Este estranhamente o encaminhou ao Congresso sem prestar a ele sua aprovação” (apud; Lima, 1975:80).



nos primeiros dias de fevereiro de 1948. Segundo Lima (1975:181) “A mensagem tomou o nº 162. A exposição sobre a matéria, que acompanha a mensagem presidencial, é assinada pelo Dr. Odilon Braga, Coronel Artur Levi, Glycon de Paiva Teixeira, Rui de Lima e Silva, Antonio José Alves Souza e engenheiro Avelino José de Oliveira” estes nomes constituíam a comissão formada pelo CNP presidida pelo General João Carlos Barreto.

É importante ressaltar que o documento em pauta não estava pronto e tampouco tinha passado pelo crivo de todas as autoridades e empresas transnacionais interessadas no assunto. O próprio Odilon Braga, na sua mensagem ao Gen. João C. Barreto, atentara para esse fato.³

Uma das principais falhas do projeto de Estatuto respeita a duração do tempo de concessão – nele postulado – ao capital privado, das áreas propícias à pesquisa e exploração do combustível. Como atentara Lima (1975:76): “No caso do petróleo, uma das grandes divergências com as empresas estrangeiras é que elas praticamente não querem limitações no tempo. Não aceitam facilmente uma concessão por 20 anos. Desejam a concessão pelo menos por 30 anos. Cinco a 10 anos para descoberta, identificação dos recursos existentes na área, e 20 anos para a exploração efetiva. Querem também a possibilidade de prorrogação do regime.”

Ao problema quanto à duração do tempo da concessão um outro de tamanha ou maior importância se somava retendo a ganância dos trustes externos; tratava-se da determinação constante no Artigo 6º, onde se lia: “transporte de hidrocarbonetos fluidos por meio de condutos ou navios-tanques, em linhas de navegação interior e de cabotagem, bem como a refinação de petróleo nacional ou importado, só poderiam ter como titulares pessoas jurídicas de direito público interno, empresas de economia mista, sociedades em nome coletivo ou comandita de que todos os sócios sejam brasileiros, ou sociedades cujas ações com direito a voto, na proporção mínima de 60%, pertençam a brasileiros” (apud; Victor, 1993:212).

³ Odilon Braga advertira ao líder do CNP Gen. Barreto que à Comissão por ele dirigida não cabia decidir “entre o regime de monopólio de Estado e de empresa privada, nacional ou estrangeira” ficando a cargo do Conselho esta decisão. Braga assinalava também as críticas dos técnicos consultores norte-americanos, Artur Curtice e Hoover Jr. as regras limitadoras da ação das multinacionais e sublinhava que o projeto de estatuto ainda tinha de “considerar as recomendações confidenciais dos Estados-Maiors da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, nas quais eram sugeridas várias soluções que poderiam ser dadas ao problema que nos incumbia resolver” (apud; Victor, 1993:210).



Foi exatamente a peia legal constante no “Projeto de Estatuto” que trouxe à baila a fragmentação ideológica existente entre os personagens que compunham as comissões do CNP, da comissão nomeada por Dutra e seus defensores. Logo após a entrega do projeto ao Congresso Nacional, uma legião de entreguistas se aliou as críticas dos consultores-técnicos norte-americanos H. Hoover Jr. e Artur A. Curtice à propositura para a indústria nacional do petróleo dali para frente.

Entre os críticos brasileiros do “Projeto do Petróleo”, aliados e sócios dos trustes estadunidenses encontravam-se Eugênio Gudín, Oscar Weinschenck, Alcides Lins, Raul Fernandes, Morvan Dias de Figueiredo e a grande imprensa que afirmavam categoricamente que se “desejávamos explorar nossa riqueza petrolífera não podíamos formular exigências mais severas ou mais rígidas do que as que vigoram em outros países, onde o capital estrangeiro ora procede a explorações petrolífera” (id. p.213).

Por seu turno Braga se apoiava nos militares defensores do Estatuto. Era o caso do General Álcio Couto, Juarez Távora e obviamente de muitos simpatizantes do projeto. Às críticas dos Srs. Hoover, Curtice e seus aliados brasileiros, Távora rebatia declarando ser “injustificável que, para não criar restrições maiores ao capital estrangeiro, do que as impostas noutros países, chegássemos a abdicar do mínimo de compensação razoável para obter a cooperação daquele capital em nossa indústria petrolífera” (cf. Victor, p.213).

Odilon Braga, Generais Álcio Couto e Juarez Távora representavam a liderança civil-militar-burguesa que pleiteava a inserção soberana da economia Brasileiro no jogo capitalista mundial naquele pós-guerra e desencadear da Guerra Fria. Aqueles atores acreditavam cegamente na veracidade da sentença do parágrafo IV da Carta do Atlântico de Roosevelt e Churchill, onde se lia: “Com o devido respeito às suas obrigações já existentes (os Estados capitalistas desenvolvidos), se empenharão para que todos os Estados, grandes e pequenos, vitoriosos ou vencidos, *tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias-primas do mundo de que precisem para sua prosperidade econômica*” (apud; Victor, 1993:156).

O segmento burguês nacional sócio-subordinado inferia da dita sentença que o Estado norte-americano e inglês estavam realmente empenhados em urdir as bases materiais-ideológicas da cooperação capitalista ocidental sem discriminação, no que



acertadamente não acreditava ou, no mínimo desconfiava, a burguesia nacionalista brasileira.

5.4 A burguesia nacionalista em defesa do petróleo: a construção da hegemonia

Dividida, a burguesia nacional e entreguista não dispunha de força social extraparlamentar capaz de forçar os congressistas a aprovar uma legislação ultraliberal ou estatal de caráter privado, como postulava o Estatuto do Petróleo. Além disso, as duas empresas privadas autorizadas pelo CNP – em 1946 – a atuar no setor do refino de petróleo no Brasil, quando do envio do projeto de Estatuto no início de 1948, não tinha dado se quer o primeiro passo em sentido ao cumprimento do cronograma obrigatório. Ou seja, “Nenhuma das exigências fundamentais estabelecidas pelo Conselho Nacional do Petróleo tinha sido respeitada, e os prazos de validade das concessões já haviam sido ultrapassados além de todos os limites” (Cohn, 1968:103).

Ao tempo que a iniciativa privada – por ineficiência técnico-financeira – não deslanchava, apesar do apoio estatal a ela dispensada a partir das concessões, o consumo de derivados de petróleo no país aumentava consideravelmente. “Em 1947, o Brasil consumia 16,5 milhões de barris de óleo cru. Os poços do Recôncavo produziram em média 47,750 barris cada um durante um ano” (Smith, 1978:83).

Isto demonstrava que apesar de a produção do combustível estar longe de suprir a demanda interna, não se podia negar o avanço alcançado na pesquisa, prospecção, lavra e refino do combustível nos oito anos de atividade do CNP o que fortalecia, sobremaneira, a crítica da burguesia nacionalista a atuação do capital privado e a defesa do monopólio estatal sobre a indústria do petróleo que aos poucos ganhava adeptos nos seguimentos sociais civis, políticos, militares além daqueles já conhecidos publicamente.

Uma semana após o envio do projeto de Estatuto do Petróleo ao Congresso, em carta ao *Jornal de Debates*, o General José Pessoa afirmava ser a questão petrolífera de interesse de toda sociedade civil e militar e, de sua parte era totalmente favorável ao monopólio estatal sobre o setor. Essa era também a posição do General, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro, em entrevista ao jornal supracitado. Em 22 de fevereiro foi a vez de Artur Bernardes usar das páginas do mesmo *Jornal* para convocar a sociedade a se organizar para não permitir que os trustes externos se apropriassem, total ou



parcialmente, das reservas naturais do nosso combustível. Bernardes reafirmava sua posição a favor do monopólio estatal (Victor, cf. p.225/226).

Encaçados nos pronunciamentos midiáticos proferidos por militares, civis e políticos em defesa do monopólio estatal da indústria oleífera brasileira se apresentava o movimento estudantil, que no dia 22 de fevereiro de 1948, fundava na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, sob a presidência do universitário Roberto Gusmão, a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo” (id.p.225).

No Parlamento federal, em 19 de março de 1948, o deputado socialista Hermes Lima abriu a polêmica defendendo claramente a tese Horta Barbosa do monopólio estatal porque, acrescentava o parlamentar: “Os brasileiros não estariam dispostos a colocar sua indústria do petróleo a serviço dos Estados Unidos em caso de guerra, e preveniu àquele país que se ‘os trustes’ participassem do desenvolvimento de uma indústria nacional do petróleo, o Brasil seria varrido por grave onda de antiamericanismo” (Smith, 1978:79). Punha-se em marcha a luta política parlamentar e extraparlamentar contra os trustes externos e em defesa da “tese Horta Barbosa” qual seja, a estatização do ramo petrolífero brasileiro.

Enquanto a fração burguesa entreguista e nacional, pós-elaboração e envio do Projeto de Estatuto do Petróleo ao parlamento, se mantinham no aguardo, na dependência do desfecho das marchas e contramarchas no âmbito institucional – governo, Câmara, Senado federal e CNP – da política nacional do petróleo, o segmento nacionalista se desprendia da cúpula militar, midiática oficial e, em movimento descendente, se espargia pelos interstícios da sociedade civil. É o que demonstra o ato público de 4 de abril de 1948, realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, sob a promoção da “Liga Antifascista da Tijuca.”

Aquele organismo civil, fundado em agosto de 1947, era presidido pelo General e deputado estadual Euclides Figueiredo, que na ocasião estabeleceu o “Centro de Estudo e Defesa do Petróleo” (CEDP) de âmbito nacional (Miranda, 1983:36). Ou seja, o primeiro órgão civil criado para defender a estatização da indústria nacional do petróleo tinha origem nas camadas médio-burguesas e tinha como líder um militar.



Nos pronunciamentos dos oradores Luís Hildebrando Horta Barbosa, Nicanor Nascimento e Artur Carnaúba, presentes à reunião da “Liga Antifascista”, as críticas foram dirigidas à política norte-americana – Pan-americanismo – para o nosso continente, ao modelo econômico de Dutra e, finalmente, a questão petrolífera aparecia como base da segurança nacional.¹ Podemos mesmo dizer que um germe antiimperialista se encontrava incrustado no âmago do ideário nacionalista em defesa da indústria oleífera brasileira, o que certamente preocupava as camadas burguesas aliadas aos Estados Unidos e engajadas em levar a cabo as diretrizes políticas econômicas da guerra fria.

O broto de organização pequeno burguesa-nacionalista erguido no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro, empenhado em defender o petróleo nacional veio à luz – como já dito – sob a liderança de personagens de caserna, das camadas médias e da imprensa alternativa, dado ter sido eleitos por aclamação os seguintes membros: “engenheiro Hildebrando Horta Barbosa, Coronel Artur Carnaúba, Capitão Antonio José Fernandes, jornalistas Gentil Noronha e Marcos Pimenta, Coronel Felicíssimo Cardoso, Trajano de Oliveira, Henrique Miranda, Osório Borba, Bayard Demaria Boiteux, Nuna Bartlett James, Alice Tibiriçá e o estudante Marcos Cornet” (Miranda, 1983:37).

Reacionário que era, Dutra não deu trégua aos organismos nacionalistas. Assim, na primeira manifestação pública – 7 de abril de 1948 – convocada pelo “Centro Democrático Catete-Laranjeiras e Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo” para defender a estatização da indústria petrolífera Brasileira, a polícia do Distrito Federal investiu violentamente contra os manifestantes, espancando e ferindo várias pessoas (ibid. p.37). A repressão ao movimento nacionalista não era fortuita. O combate aos trustes externos do petróleo em vias de açambarcar nossas reservas, trazia implícito o germe da superação da autocracia burguesa brasileira jamais desafiada e colocava no terreno econômico a realização da verdadeira democracia que, no nosso caso, nunca suplantou os limitados, restritos direitos meramente políticos.

¹ Hildebrando Barbosa criticando as deliberações da reunião de Bogotá declarou: “Já não mais se justifica o ‘Pan-Americanismo’ como defesa da América e que o ‘maior perigo no presente é o imperialismo ianque.” Na mesma direção afirma o palestrante Nicanor Nascimento que a “Conferência de Bogotá (1948) foi convocada para entregar o petróleo americano aos ianques e a Standard Oil.” O Coronel Artur Carnaúba afirmou que o “petróleo é elemento básico na defesa nacional.” Por isso, “deve ser explorado por nós e não deve ser entregue aos trustes sem pátria.” Sobre as relações comerciais Brasil Estados Unidos desencadeadas no governo Dutra o Coronel Carnaúba asseverou que este tinha gasto 18 bilhões de cruzeiros de saldo com importação de “suspensórios de Vidro, coca-cola, chicletes e outras bugigangas” quando apenas com 800



Como muito bem observou Coutinho & Silveira (1957:3), “Como todo e qualquer privilégio, o monopólio privado é uma contradição na democracia (...) A democracia só pode existir onde existe uma economia sem privilégios. Fora disso, estaremos diante de uma farsa, comum nas pseudo-democracias dos nossos tempos, particularmente nas dos países subdesenvolvidos.” Ainda que como virtualidade – e por assim ser, sua efetivação dependia da correlação de força social – ir para além da “pseudodemocracia” de Dutra era o que emanava da movimentação social apartidária representada na luta em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Em 14 de abril foi fundado o Centro de Estudo e Defesa do Petróleo Nacional (CNEDP), no seu manifesto de fundação chamava-se a atenção para o fato de que tanto o futuro da nação como da economia brasileira está atado ao tipo de política que fosse adotada para o petróleo, na medida que “O petróleo é, hoje, o fator preponderante da emancipação econômica dos países e da liberdade política dos povos.” O Centro elegeu como presidentes de honra o deputado Artur Bernardes, General Horta Barbosa, General Raimundo Sampaio e Dr. Marcos Pimenta. Na presidência empossou o engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa. Na vice-presidência, Secretariado geral e Conselho Consultivo uma gama de profissionais liberais, políticos, militares e jornalistas compunham a hierarquia do órgão que acabava de nascer (id. p.39/41).

Aquilo que as outras frações de classe não faziam, fosse em defesa da associação ao capital imperialista ou em defesa do entreguismo puro e simples, o segmento nacionalista realizava com afinco e competência. “Vários dos membros dirigentes da entidade fizeram verdadeiras excursões pelo País, pregando, organizando, arregimentando novos adeptos à campanha. De início, a conquista era quase pessoal. Íamos, dia a dia, visitando uma personalidade que arregimentasse outras ou, pela sua posição de destaque, pudesse contribuir, com o prestígio e trabalho, para a ampliação do número de participantes” (Miranda, 1983:53).

Na batalha pelo país afora destacou-se o Coronel Artur Carnaúba que nas excursões pelas regiões Norte/Nordeste proferiu várias conferências incentivando a criação de Centro de Estudo e Defesa do Petróleo (CEDP). Vale ressaltar que os organismos criados por todo

milhões “teríamos 4 refinarias com capacidade de 40.000 barris, que é o atual consumo do Brasil” (apud: Miranda, 1983:37).



o País eram dirigidos e controlados por militares e personagens de destaque das camadas médio-burguesas pertencentes ou não a partidos políticos, como veremos.

Por não contar com a simpatia, tampouco com as páginas da grande imprensa nacional – pelo contrário, constituía esta aliada engajada defensora do Estatuto e das teses entreguistas – o Centro de Estudo e Defesa do Petróleo Nacional (CNEDP) fazia de cada conferência proferida por seus líderes um sistemático trabalho de esclarecimento do que se estava combatendo. Desenvolvia-se, nessas ocasiões, intensa propaganda através de panfletos que destacam o objetivo da campanha.

Os panfletos propagandísticos eram claros ao destacar o objetivo central: “Congregar o Povo brasileiro, sem distinção de sexo, cor, religião, classe social ou filiação partidária, em prol da união mais ampla pela emancipação econômica do Brasil, reunindo todas as forças vivas da Nação em defesa da exploração do petróleo brasileiro pelo monopólio estatal” (apud; Miranda, 1983:56). O objetivo era perseguido organizando-se curso preparatório de monitores responsáveis por divulgar a “tese Horta Barbosa.”

O CNEDP, a propaganda não era lançados ao vento e muito menos se concentravam nesta ou naquela região, cidade ou Estado do país. Pelo contrário, “Incontáveis seriam as propagandas pelos Centros Estaduais, ou municipais, em todo País, na mobilização de cidades do interior, bairro das capitais ou entidades femininas, de trabalhadores, estudantis, culturais e recreativas” (id.p.55). Ou seja, o engajamento social dirigido, visando a defesa da economia nacional a partir da mensagem de “O Petróleo é Nosso” tinha larga penetração na sociedade civil, caráter democrático dado não está submetido a limites partidários, não pregar a resignação e a esperança de que tudo se resolveria no âmbito institucional, mas colocava nas mãos da comunidade organizada a tarefa de defender o petróleo nacional das ingerências ou de um possível controle do imperialismo.

Um outro aspecto revelador da pluralidade, do espontaneísmo e adesão à luta, respeita a angariação de fundos necessários à expansão e manutenção do movimento. “O certo é que, mesmo dificuldades financeiras – e grandes – tínhamos de enfrentar. Mas nunca deixamos de realizar uma iniciativa por falta de recurso. Contribuições de associados, donativos de particulares, desde modestos cidadãos até alguns altos empresários, que compreendiam a necessidade de nossa industrialização independente,

permitiam que fôssemos prosseguindo no movimento. Em cada Ato Público – e eram tantos! – *fazíamos finanças*: Leilões, coletas, venda de fitinha etc. (Miranda 1983:54).

Inicialmente, em relação ao estabelecimento de diretrizes econômico-políticas para a indústria brasileira do petróleo parecia não existir – naquele momento –, entre as frações de classes burguesas entreguista, nacional e nacionalista qualquer ponto de convergência que permitisse uma aliança entre ambas, de modo a excluir a sempre perigosa participação popular direta e um remate institucional que contemplasse a todos, inclusive aos trustes imperialistas do petróleo operando em nosso território. O que ocorria era exatamente contrário, um daqueles segmentos sociais e suas proposituras tinha de triunfar sobre os demais.

Seguros da justeza da luta, da necessidade de explicitar publicamente as controvérsias e incongruências existentes entre as proposituras para a indústria nacional do petróleo, a burguesia nacionalista conclamava a fração nacional e entreguista a abandonar a toca institucional, midiática e se pronunciar em conferências abertas a população o que prontamente era recusada e, quando o faziam, pelos jornais, defendiam liberdade de ação do capital privado nacional e transnacional na indústria brasileira do petróleo. É o que revela a resposta do articulista Lima Junior ao convite do Secretário do CNEDP Henrique Miranda para se pronunciasse publicamente.²

Após agradecer ao convite de Miranda, Lima Júnior considerava extemporâneo o debate, dado o assunto já se encontrar sob os cuidados do Parlamento Federal. E declarava: “Temos que nos socorrer da amizade americana, já demonstrada muitas vezes, e confiar na honestidade de nossos homens públicos. O que se pretende fazer com o petróleo, através dessa campanha do ‘Petróleo é Nosso’ será a mesma coisa que impediu a grande siderúrgica em bases econômicas no Vale do Rio Doce, a que faz com que nossas minas de ouro estejam abandonadas e, assim, todas as demais riquezas minerais que não podemos explorar por falta de dinheiro e por falta de técnicos.”

² Após a publicação – no jornal O Mundo 27/7/48 contrário ao monopólio estatal – dos artigos intitulados “Petróleo até com Stálin de Geraldo Ramos “Cá e Lá...” de Danton Jobim (Diário Carioca de 25/7/48), “Petróleo Brasileiro” de Ascendino Cunha (Jornal do Comércio de 1/8/48) e mais um sem número de artigos atacando a campanha de “O Petróleo é Nosso!” o CNEDP desafiou aqueles articulistas a enfrentar o debate ao lado dos defensores da “tese Horta Barbosa” o que foi prontamente recusado (Miranda, 1983:57).



Continua Lima Junior: “O que prejudica o desenvolvimento do Brasil, é o excesso de parolagem, de conversas fiadas e de exhibições inócuas. Necessitamos de capitais estrangeiros porque não o possuímos” (apud; Miranda, 1983:58). Claro, o jornalista não deixava de, reacionariamente, classificar a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo como um artil armado pelos comunistas.

Funcionando como frente única – ao contrário dos partidos e seus clássicos estatutos regimentais – a diretoria da CNEDP era assessorada por um Conselho Consultivo, suas reuniões eram abertas a quem quisesse participar, fosse sócio, simpatizante ou pessoas a procura de informações sobre o movimento. Os trabalhos práticos ficavam a cargo da Comissão Executiva composta por presidentes das Comissões de Estudos, de Organização, de Propaganda, de Intercâmbio, de Finanças e se reunia uma vez por semana, sobre a Presidência do Secretário-Geral. Isto é, havia uma correia de transmissão entre todas as esferas da organização e o acesso de todos os participantes as atividades de todas as comissões (id.p.63).

Diante do avanço e organização da campanha, Junho de 1948 foi escolhido – proposta dos presidentes de honra do CNEDP, Artur Bernardes, General Horta Barbosa – como o “Primeiro Mês Nacional do Petróleo”, evento aberto com um grande comício no Rio de Janeiro. “As várias comissões de bairro, estudantis, e profissionais, empenharam-se nos preparativos e mobilização para esse ato público.” Entre as providências uma se destaca: trata-se do comparecimento do Coronel Felicíssimo Cardoso ao gabinete do Chefe de Polícia, Medronho Cantuária, para solicitar licença para a realização do ato público, isso porque em manifestações anteriores a tropa de Medronho havia reprimido violentamente os manifestantes. Ainda assim os líderes do Centro do Petróleo tiveram de cuidar da segurança para evitar que provocadores tumultuassem o evento.³

O “Primeiro Mês Nacional do Petróleo” foi repleto de atividades, de viagens de líderes do CNEPD a maioria dos Estados Brasileiros, visitando, apoiando a ampla movimentação estudantil, comícios em bairros de classe média, favelas cariocas, proferindo conferências em clubes e instituições públicas. Aos poucos o movimento ia

³ A tranquilidade da manifestação, segundo Miranda (1983:66), só foi possível mediante a identificação e a expulsão de funcionários da Standard Oil ali presentes no intuito de provocar distúrbios. Entre estes funcionários encontrava-se “Charles Borer [...] irmão do então inspetor da Ordem Política e Social (DOPS).



mostrando firmeza e coerência na defesa do monopólio estatal da indústria brasileira do petróleo ou “tese Horta Barbosa.”⁴

O enraizamento popular da campanha era motivo de sobressaltos de parte do governo sempre a postos para reprimir, daí os líderes do movimento, na aurora da nossa liberal-democracia pós-ditadura varguista terem de solicitar licença para realizar uma manifestação em defesa do petróleo nacional.

Concomitante a adesão popular à luta em defesa da estatização do petróleo as forças armadas iam se incorporando, era o caso da “guarnição militar de Santa Maria; (onde) 136 coronéis, majores e capitães, oficiais da ativa, professores e alunos da Escola Técnica do Exército; 248 oficiais da Guarnição da Capital do Brasil, o Coronel Sampson Nóbrega Sampaio, Chefe do Serviço de Engenharia da 2ª Região Militar, de São Paulo” formalizaram seu apoio ao movimento (ibid.p.86). A adesão militar deixava os comandantes da corporação preocupados, estes advertiam a tropa a não participarem de manifestações públicas para evitar a impressão de se tratar de uma posição política de classes.⁵

Com o mesmo formato predominante no Rio de Janeiro e grande São Paulo, no interior de parte dos Estados da União também se organizaram comissões por cidades e bairros em defesa da “tese Horta Barbosa.” Entre os dias 20 de junho e 17 de julho o CNEDP paulista realizou 31 comícios e 19 conferências, “esclarecendo o Povo bandeirante sobre a campanha.” O destaque dos eventos ficou para o eufórico comício realizado no Vale do Anhangabaú (ibid. p.114). Paralelo a ampliação orgânica do movimento o Clube Militar continuava promovendo conferências de militares e personagens civis prós e contra o monopólio estatal.

Cecil Borer. Identificados (pelo presidente do Centro Henrique Miranda), entraram no rapidamente no carro que os esperava e se retiraram. A calma e a ordem voltaram a reinar no vibrante comício.”

⁴ Só no Distrito Federal (Rio de Janeiro), realizaram-se 19 comícios de bairros e sete conferências públicas, além de uma gigantesca manifestação de massa no encerramento do Primeiro Mês do Petróleo” (cf. Miranda, 1983:73/74).

⁵ Em circular de nº 157 “O Ministro de Guerra, General Canrobert Pereira da Costa” advertiu aos comandantes de Zonas Militares que a participação de membros do Exército em manifestações em defesa do monopólio estatal do petróleo contrariavam o regulamento disciplinar da corporação e esclarecia: “O que faço questão de exigir é que meus companheiros não se envolvam, coletiva e publicamente, dando assim a impressão de manifestação de classe, em particularidades que não são de suas atribuições precípua e que, muito menos, levem consigo para terrenos estranho a credencial da Instituição a que pertencemos, máxime quando o assunto em foco está submetido a estudo e a alta decisão do Poder Legislativo” (apud; Miranda, 1983:87).



No encalço da crescente adesão à campanha “O Petróleo é Nosso” organizou-se a organização da I Convenção Nacional de Defesa do petróleo, que contou com a participação de delegados de todo o país eleitos espontaneamente pelas comissões de bairros, cidades e municípios da maioria dos Estados brasileiros envolvidos na contenda.

A data escolhida para iniciar-se as convenções locais foi 7 de setembro de 1948 e os trabalhos se dariam na seguinte ordem hierárquica: “Após conferências de bairro, estudantis e de empresas (e das conferências municipais em todo País), realizaram-se, nas capitais dos Estados, os Congressos preparatórios da grande Convenção de outubro de 1948.” Por ser o Rio de Janeiro o Distrito Federal, sede do governo, a Convenção naquele Estado foi cercada de muita expectativa, principalmente porque nascera ali a tão ampla campanha, sendo também onde esta era mais organizada, desenvolvida e certamente a repressão governamental seria, também, mais contundente.

Em 23 de setembro – data da instalação do evento – as ruas amanheceram cobertas de faixas com o *slogan* “O Petróleo é Nosso!” e entre elas um sem número de outras do governo com a mensagem; “O Petróleo é Nosso Graças a Dutra.” Com relação à epígrafe do governo, Lima (1975:84) assevera que chegar aquele ponto do debate não se devia a política de Dutra como tentava fazer crer seus correligionários “mas graças a nação inteira que se mobilizou para isso.” Impedido de barrar a campanha pela repressão, Dutra procurava confundir os delegados presentes à Convenção.

O ato de abertura da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo foi presidido pelo “General Estêvão Leitão de Carvalho” e vários outros oficiais de alta patente militar, além de técnicos e líderes civis de classe média engajados na campanha. Antes do encerramento da abertura que transcorria sobre a fiscalização inibidora do Dr. Medronho Cantuária, os participantes do evento decidiram transportar as flores que ornavam o palco ao monumento ao Marechal Floriano Peixoto na Praça do mesmo nome, atitude que resultou na agressão policial com bombas e tiros na multidão.

Ao fim da passeata ao túmulo de Peixoto, primeira grande liderança militar nacionalista, “mais de duas dezenas de manifestantes, principalmente deputados, vereadores e jornalistas, conhecidamente não ‘comunistas’, mas intrépidos defensores da exploração de nosso petróleo por nós próprios e não pelos trustes alienígenas estavam



feridos” (Miranda, 1983:142). Atitude como esta só fortaleceu a campanha de “O Petróleo é Nosso!..”

Enquanto se preparava nos bairros, municípios e cidades brasileiras a I Convenção a Assembléia Legislativa de São Paulo aprovava e o governador Ademar de Barros sancionava o Projeto de Lei que instalava a “Semana do Petróleo” no Estado. Do projeto do deputado Valentim do Amaral constava a organização, publicação e distribuição de panfletos sobre o petróleo brasileiro que seria distribuído “aos estabelecimentos de ensino primário, secundário, profissional, normal e superior”, além de determinar que prefeitos do interior promovessem atividades junto as associações locais, realização de conferências com técnicos competentes em matéria de petróleo, convidar instituições culturais, de classes, sindicatos e entidades estudantis”, solicitar que a Secretaria do Trabalho organizasse programas de cunho patriótico a ser executado em todo o Estado (id. p.149).

Mobilizado todo o país, a I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo realizou-se no Rio de Janeiro entre os dias 18 e 21 de outubro de 1948 onde se debateu os seguintes pontos: “a) elaboração de um substitutivo ao Anteprojeto de Estatuto do Petróleo, em curso na Câmara Federal; b) contra a concessão de duas refinarias a grupos particulares; c) contra a localização da grande Refinaria do Governo, de 45.000 barris (a maior a ser instalada), em Belém do Pará, longe dos grandes centros de consumidores” (ibid.p.151). No tocante às duas refinarias particulares, como já vimos, estas já tinham esgotado todos os prazos e desobedecido todas as exigências feitas pelo CNP quando das concessões. A grande refinaria de 45 mil barris/dia analisaremos no próximo capítulo.

A convenção foi presidida pelo deputado Artur Bernardes, realizaram-se cinco sessões plenárias presididas por delegados estaduais, um presidente-de-honra do CNEDP e encerrou-se estabelecendo cinco princípios fundamentais da campanha, aqui resumidos:

1 – A Convenção Nacional ratificou a orientação rigorosamente apartidária e de união nacional a que vem obedecendo, desde seu início, o movimento em defesa da exploração do petróleo brasileiro, sob a forma de monopólio estatal. 2 – A Convenção Nacional se manifestou unanimemente favorável ao arquivamento do Anteprojeto de Estatuto do Petróleo, e ratificou a posição assumida pelo Centro Nacional, contrária à entrega de refinarias a grupos particulares, e cuja aquisição foi anunciada recentemente. 3 – A Convenção Nacional elaborou as bases de um Projeto de Lei sobre a exploração de



petróleo que está sendo redigido por uma comissão onde participam os Generais; Horta Barbosa, Raimundo Sampaio e Estêvão Leitão de carvalho, que será enviado em breve ao Parlamento. 4 – A Convenção resolveu considerar, por aclamação, pioneira da campanha a União Nacional dos Estudantes e 5 – O texto integral das resoluções adotadas será publicado na edição de 29 de outubro no *Jornal de Debates*, órgão que mereceu da Convenção Nacional entusiástico voto de congratulações (apud; Miranda, 1983:155).

O documento final, apesar de abordar somente a questão petrolífera, praticamente resvalava sobre o terreno do combate ao modelo econômico de Dutra e sua postura subserviente à política norte-americana para o continente sul-americano, que nos queria como semicolônias.⁶ Porém, na primeira das três teses fundamentais onde o CNEDP declara ser contra a participação da capital estrangeiro na indústria petrolífera nacional, aparece: “Isso não significa que os CEDP se oponham a empréstimos externos, desde que daí não resultem quaisquer outras condições, além do simples pagamento dos juros e das amortizações” (ibid. p.157). O CNEDP termina ano de 1948 lançando o combate ao Projeto de Estatuto e apresentando a essência de sua proposta nacionalista para a indústria petrolífera brasileira.

5.5 Plano Salte e petróleo

Como anteriormente afirmado, Dutra não acreditava no Projeto de Estatuto do Petróleo e estava ciente da polêmica que a questão suscitaria. Por isso, antes mesmo da

⁶ Resumidamente os fundamentos teóricos das teses fundamentais são as seguintes: 1 – o petróleo têm, hoje em dia, papel decisivo na economia de paz e na defesa militar das nações. 2 – A exploração de nosso petróleo por empresas estrangeiras nenhum benefício traria à economia nacional, ao contrário, nossas condições de nação semicolonial seriam agravadas. 3 – Os monopólios, se lograssem o domínio de nossa indústria petrolífera, interfeririam ainda mais na nossa política interna, visando suprimir as liberdades democráticas para manterem seus privilégios e impedir nossa emancipação econômica. 4 – A exploração do petróleo deverá ser feita, exclusivamente, pelo Estado, por meio de uma organização empresarial autárquica apoiada e fiscalizada pela opinião pública, isso porque somente o Estado tem qualidade para explorar a indústria do petróleo em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo. 5 – A implantação do Anteprojeto de Estatuto do Petróleo seria um crime monstruoso contra a pátria. 6 – O argumento de que a participação de capital externo na indústria petrolífera é um imperativo da segurança do hemisfério não passa de chantagem, ao contrário, se mantivermos o controle sobre a exploração de nossos minerais sem a interferência dos monopólios externos está garantida a segurança nacional e a manutenção da paz. 7 – A atual direção do CNP, por está imbuída do espírito entreguista, constitui perigo para a manutenção do controle sobre nossas jazidas. 8 – Exigir dos poderes da República o imediato arquivamento do Anteprojeto de Estatuto do Petróleo dos Srs. Odilon Braga e General João Carlos Barreto. 9 – Exigir aos poderes da República que para a nomeação de membros do CNP seja respeitado o Decreto-Lei nº 538/38 que determina que no ato da designação não tenha tido nos últimos cinco anos precedentes interesses diretos em empresas petrolíferas particulares e 10 – A Convenção, seguindo o demonstrado por Horta Barbosa, afirma que os equipamentos necessários à indústria petrolífera não eram fabricados pelos trustes e poderiam ser adquiridos em vários países da Europa além dos Estados Unidos (cf. Miranda, p.159/161).



movimentação social contra o projeto ganhar estatura e dimensão nacional, quando do envio do documento ao Congresso, o presidente cuidou de anexar a seguinte mensagem: “Tratando-se de matéria de larga controvérsia, na qual as soluções mais acertadas nunca provirão de propostas de um indivíduo ou um órgão, senão da cooperação de todos, creio não seria acertado que o Poder Executivo perfilhasse incondicionalmente qualquer anteprojeto” (Apud; Marinho Jr.1989:256). Indiferente para com a aprovação ou não do Estatuto, Dutra enviou nova mensagem propondo emenda, porém, “logo depois ausentou-se não manifestando empenho na sua tramitação” (Lima, 1975:80).

Mantendo-se ao largo do debate parlamentar e sempre que possível reprimindo a movimentação social nacionalista contrária ao Projeto de Estatuto, em maio de 1948 o presidente enviou ao Congresso o Plano SALTE, proposta de investimento na melhoria dos setores de saúde, alimentação, transporte e energia. No afã de atingir a auto-suficiência em matéria de petróleo – naquele ano estimado em 50 mil barris/dia – o Plano SALTE remanejava recursos da ordem de “Cr\$ 1,15 bilhão (US\$ 57,5 milhões) para pesquisa; Cr\$ 650 para construir uma refinaria de 45.000 b.p.d. e duplicar a capacidade da Refinaria de Mataripe (ainda em construção) para 5.000 b.p.d.; e Cr\$ 700 milhões para comprar navios tanques de 15.000 toneladas para transportar todo o óleo necessário ao consumo nacional” (Smith, 1978:84/85).

O montante de numerário destinado pelo Plano SALTE à indústria nacional do petróleo, se comparado aos projetos e investimentos anteriores, era, para dizer o mínimo, generoso, isso se devia, é claro, a nova situação do capitalismo brasileiro que vinha ganhando força no limbo da associação ao capital imperialista norte-americano.

As condições econômicas herdadas por Dutra – principalmente no que tange a reserva de divisas acumuladas com as exportações realizadas durante a guerra – eram favoráveis, mas ele cuidou de dispendê-las erradamente. Segundo D’Araújo e Castro (1997:99) “Tínhamos créditos e grandes saldos na Inglaterra e em alguns outros países. Dutra liquidou essas divisas! Comprou o ferro-velho dos ingleses, a Leopoldina e outras estradas de ferro que não deviam valer mais nada. O resto ele consumiu em importações de toda natureza, sem benefício para o país. Dutra podia ter empregado nossas divisas na compra de coisas de que o país realmente necessitava, mas comprou apenas alguns navios



petroleiros de pequena tonelagem que só serviam para o transporte de petróleo na lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.”

A crítica de D’Araújo e Castro a forma como Dutra usou os créditos externos do Brasil é a mesma feita por Horta Barbosa em sua segunda conferência em defesa do monopólio estatal do petróleo no Clube Militar, quando este afirmava que o governo gastava as reservas do país importando coca-cola, chicletes e outras bugigangas desnecessárias. Porém, do ponto de vista de D’Araújo e Castro, Dutra acordou, tratou de elaborar o Plano SALTE e o que era mais importante “manteve a ordem, a paz e a tranqüilidade dentro do país e assegurou a liberdade da eleição do Getúlio em 50, embora os dois não se entendessem mais” (id. p.100).

Enquanto debatia e aprovava a solicitação de verbas para a indústria petrolífera nacional o Congresso, no que respeita ao Estatuto do Petróleo “manteve-se no terreno da neutralidade teórica ‘não se bandeando para a tese do monopólio do Estado, porém se afastando muito do movimento entreguista, daqueles que só nas concessões aos trustes internacionais vêem possibilidades de solução para o problema do petróleo no Brasil” (Marinho Jr. 1989:254).

Ao direcionar verbas para a expansão da indústria nacional do petróleo, Dutra automaticamente punha por terra a premissa – tantas vezes aludida – da burguesia nacional associada ao imperialismo e entreguista de que o Estado não dispunha de numerário suficiente para tal fim o que afirmava a luta pelo “Petróleo é Nosso.”

Segundo Marinho Jr. “coube ao Presidente Dutra a iniciativa de imprimir novos rumos à política nacional do petróleo, dentro de uma perspectiva nacionalista irreversível, que evidenciaria ser possível reunir no Brasil recursos financeiros substanciais para lançá-los decisivamente na solução do problema do petróleo nacional, ao contrário do estimado em 1945 pelo presidente do CNP, Carlos Barreto, em sua Exposição de Motivos nº 2.558” (id.p.254).

É claro, como já dito, que a política de investimento estatal de Dutra na indústria oleífera brasileira reforçava a tese da burguesia nacionalista de que havia, sim condições, entretanto não era ele, naquele momento, um nacionalista, mas um simpatizante e defensor da associação entre o capital estatal, capital privado nacional e transnacional, basta



verificar a licença por ele concedida – no mesmo período – para que a Ligth usasse noventa milhões de dólares das reservas do país no exterior, o que um nacionalista jamais o faria.¹

Na mesma direção atua Dutra com relação às concessões aos empresários brasileiros para que esses instalassem refinarias de petróleo no Brasil. Apesar de as empresas licenciadas em 1946 estarem totalmente fora das exigências impostas pelo CNP no tocante à instalação e início do fracionamento do combustível, o presidente manteve as cedências e uma delas, grupo Soares Sampaio-Corrêa e Castro (a instalar-se em São Paulo) podendo adquirir equipamentos “com os saldos congelados na Europa (...) A outra, a Drault-Ernanny, (a instalar-se no Rio de Janeiro) para a compra desta nos EUA, concedeu o Governo um empréstimo de 8 a 10 milhões de dólares” (Miranda, 1983:128).

Entre os dois grupos particulares financeiramente apoiados pelo governo Dutra o primeiro era constituído pela nata da burguesia nacional, enfronhada com os altos poderes da República e com um truste petrolífero externo. É o que nos assevera Lima (1975:86): “Dos dois competidores contemplados, Soares Sampaio era, evidentemente, o mais forte. Entre os seus associados figurava, além de Walter Moreira Sales, um banqueiro em ascensão na época, Corrêa e Castro, cujas relações de negócios com a Gulf Oil eram sabidas”, aquele empresário tornou-se o primeiro ministro da Fazenda do Governo Dutra.

Ainda segundo Lima (1975:87), “Um dos grandes fundamentos invocados para essas concessões, que abriam a indústria do petróleo à iniciativa privada, era de que o Estado não dispunha de meios para enfrentar o problema. Mas não foi isso que ficou provado. O que se deu foi exatamente o contrário. O Estado é que acabou assegurando às empresas privadas a cobertura cambial para as importações a conta das divisas que o país havia acumulado no exterior durante a guerra. Na moeda internacional o Brasil era credor dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, seus aliados, pois fornecera durante a guerra bens em quantidade muito maior do que importara. Outra coisa: o governo era proprietário das divisas, uma vez que os exportadores de mercadorias já haviam recebido cruzeiros inflacionados.”

¹ O empréstimo à Ligth não saiu diretamente dos cofres públicos mas dos créditos que o país mantinha no exterior. A licença para que a transnacional se beneficiasse daquelas reservas foi duramente criticada e largamente denunciada pelo CNEDP porque, segundo o órgão nacionalista de classe, noventa milhões de



Mesmo dispondo de todas as facilidades internas o concessionário Drault Ernanny fracassou na sua empreitada, exatamente porque não dispunha, a exemplo do grupo Soares Sampaio, de apoio do capital externo. “Como Soares Sampaio também Drault necessitava de obter garantias do exterior, não só para a importação de petróleo, nos termos do contrato assinado com o CNP, como também para a obtenção de equipamentos e montagem da refinaria. E, em ambos os casos, foi mal sucedido” (id. p.87).

O fato acima destacado revela a histórica fragilidade técnico-financeira e a dependência da burguesia nacional do auxílio do Estado e da associação subordinada ao capital externo em se tratando de pesquisa, exploração, refino e transporte de petróleo em nosso território naquele momento.

Para além do apoio financeiro propiciado pelo Estado, as concessões do CNP às refinarias privadas brasileiras não se reduziam a mera licença para sua instalação “Os grupos Manguinhos e Capuava, nome pelos quais ficaram conhecidas as refinarias do Rio e de São Paulo, tornaram-se donas dos respectivos mercados porque a concessão feita pelo CNP não se limitava a autorizar a construção de ambos empreendimentos. A concessão era expressamente dada com a garantia de mercado para os derivados de petróleo. O CNP controlava o abastecimento nacional e reservava uma parcela desse mercado correspondente à produção das refinarias. Logo o concessionário tinha na realidade a concessão de um mercado, um mercado cativo” (ibid. p.88).

A reserva de mercado aos grupos privados do ramo petrolífero brasileiro era levada tão à risca que quando Dutra remanejou o numerário para a instalação da grande refinaria de 45 mil barris/dia, esta teria de operar em Belém do Pará, para não se transformar em concorrente das empresas privadas a instalar-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, os maiores centros industrializados e consumidores de derivados de petróleo do país. A proposta de Dutra foi duramente criticada na I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo e a pressão social nacionalista forçaram o governo a aceitar transferência da instalação da futura refinaria estatal para São Paulo (Miranda, 1983:189/190).

A pressão social nacionalista sobre o governo federal era de suma importância para a indústria oleífera brasileira naquele momento pois, dispor de cabedal não era suficiente

dólares equivalia “a mais de duas vezes a quantia necessária para início da industrialização e do desenvolvimento da exploração do petróleo nacional” (cf. Miranda, 1983:126/127).



para se estabelecer uma empresa estatal na medida que os trustes norte-americanos e os entreguistas brasileiros apostavam todas as fichas no fracasso da ação do Estado. Não raro aquela força econômico-política lançava mão de sua influência e artimanha para dificultar o processo e assim dispor de uma das grandes fontes de riqueza mineral brasileira. A ação dificultadora dos trustes quase impediu que o Diretor-Geral do Departamento de Administração Pública (DASP), Bittencourt Sampaio, adquirisse na França a refinaria de 45 mil barris/dia. O negócio só foi realizado mediante a ameaça do tecnocrata brasileiro de negociar com um país socialista, que a vista do imperialismo ianque era inadmissível.²

Ao financiar, reservar mercado, manter aberto ao capital privado interno e alienígena o espaço para que estes se desenvolvessem ao mesmo tempo em que despendia numerário estatal para o setor petrolífero nacional, a política econômica de Dutra procurava operar a síntese da moldura capitalista industrial brasileira; grande empresa estatal, privada nacional e transnacional, o que lhe propiciava as condições políticas para garantir o controle das duas grandes forças sociais – burguesia nacional e nacionalista – em disputa por dar remate decisivo à legislação oleífera do país naqueles anos de inauguração da liberal democracia no Brasil.

Como acertadamente ressaltou Carvalho (1976:37) “A fórmula mista adotada por Dutra – permitindo a participação de capitais governamentais e autorizando a de capitais privados nacionais na refinação de petróleo – não encontrou oposição digna de nota no Congresso” fato que permitiu a Dutra “satisfazer, parcialmente, os grupos favoráveis a um maior envolvimento do governo nas atividades relacionadas com petróleo.” A condução do problema dava-se em paralelo ao embate parlamentar em torno do “Projeto de Estatuto” que se arrastava, refletindo a movimentação social que se dividia entre a instauração do monopólio estatal e a manutenção da liberdade para que o capital privado nacional e transnacional operasse no setor petrolífero brasileiro.

² A respeito da tentativa de um monopólio petrolífero norte-americano dificultar a ação do Estado brasileiro na aquisição de equipamentos para a grande refinaria, comenta Miranda (1983:127): “Autorizado pelo Governo, seguiu para a Europa o Dr. Bittencourt Sampaio, para adquirir, na França, uma grande refinaria. Lá chegando, encontrou grande dificuldade. O truste americano dominava em todo o mundo, e pressionava no sentido de impedir a venda da refinarias ao Brasil (...) A Convenção de Defesa do Petróleo resolveu “fazer sentir ao Governo a imperiosa necessidade de rápida conclusão das negociações para a compra da refinaria francesa, para ser explorada pelo Estado.” Ante as resistências dos fornecedores Bittencourt Sampaio “Anunciou que, dentro de 48 horas, se não se resolvesse a venda, rumaria para a Tcheco-Eslováquia onde efetuariam a compra da mesma.” Para evitar que o Brasil entabulasse negócios com um país socialista o truste estadunidense cedeu e o Brasil adquiriu sua refinaria na França.



No Parlamento os representantes da burguesia nacional e nacionalista travavam intenso debate acerca do “Projeto de Estatuto.” De parte dos deputados nacionalistas além de estar claro que o Estado dispunha de condições financeiras para assumir a indústria petrolífera, estes ainda temiam, combatiam e denunciavam publicamente – com base em fatos concretos em países americanos – a influência que os monopólios teriam sobre a política e a soberania do país caso deixássemos que estes tomassem conta dos nossos reservatórios naturais. Por seu turno, os parlamentares entreguistas e de ideologia nacional, deixando de lado a questão da soberania e aferrados a *política da boa vizinhança* insistiam na associação e na liberdade de atuação da empresa privada nacional e transnacional.³

As frações de classe burguesa entreguista e nacional, para sustentar e defender suas teses, partiam da fragilidade do ideário nacionalista calcado na premissa de que se o capital privado – independente de sua origem – tomasse em suas mãos a indústria brasileira do petróleo a defesa e a soberania nacional estariam comprometidas.

É o que revela o discurso de Costa Neto no Parlamento “A Constituição Federal (de 1946) permite que os serviços de telégrafos, radiocomunicações, radiodifusão, telefones interestaduais e internacionais, navegação aérea e vias férreas, que liguem portos marítimos e fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado, sejam explorados por autorização ou concessão. Não podemos compreender como estes serviços, que interessam diretamente à segurança nacional, podem ser explorados por autorização ou concessão, sem afetar a defesa e a segurança do País, e o mesmo não possa acontecer com as nossas jazidas petrolíferas” (apud; Victor, 1993:240).

³ Hermes Lima, deputado socialista (PSB), defensor do monopólio estatal, bradava da tribuna da Câmara baixa em 1948: “Falar do imperialismo dos trustes petrolíferos, afirmar que tais trustes não atendem aos interesses dos países em que têm concessões, mas, ao contrário, constituem, nesses países, verdadeiras soberanias dentro da soberania nacional, verdadeiros estados dentro do Estado, não é usar linguagem demagógica. E exemplificava: “Quando estudamos a estrutura do Estado, verificamos que não é o Presidente Truman nem o Gen. Marshall que mandam nas companhias de petróleo. O contrário é que é verdade” o que não significa, segundo o deputado, que Truman e Marshall estejam a serviço dos trustes, “Desejo acentuar (continua Lima) que é impossível retirar a influência do poder econômico das soluções políticas adotadas.” Em defesa do Estatuto levantava-se Benedito Costa Neto, relator da Constituição de Constituição e Justiça da Câmara que além de aludir os preceitos de ordem constitucional chamava a atenção dos nacionalistas para os compromissos do Brasil para com o Estados Unidos perfilhados na reunião de chanceleres de 1942. Lembra Costa Neto: “a resolução da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, em 1942, para quem ‘a eliminação do nacionalismo exagerado, que só respeita o interesse do Estado que o professa e exclui os interesses da Comunidade Internacional, deverá ser condição essencial para uma paz permanente.’” De acordo com o relator ao remover o exagero nacionalista da Carta de 1937 em relação ao petróleo, a Constituição de 1946 atendia àquela determinação na medida que permitia a participação do capital transnacional na indústria brasileira do petróleo (apud; Victor, 1993:241).



O argumento de Costa Neto é revelador no que tange a generosidade da Carta de 1946 para com o capital externo incrustado no modelo econômico brasileiro no decorrer do governo Dutra e o limite prático-ideológico da burguesia nacionalista que, em forma de frente única atuava em defesa de causa única: a instauração do monopólio estatal do petróleo. Independente da importância do setor para a indústria nacional, ao abstrair a questão petrolífera da totalidade do modelo econômico em voga e defendê-la – inclusive enfrentando a repressão do Estado – dando de ombros para outros departamentos produtivos controlados pelo capital imperialista, o Centro de Estudo e Defesa do Petróleo Nacional (CNEDP) levava à frente uma rica luta política de limitado e irresoluto conteúdo social que mesmo em caso de vitória não libertaria o país da canga imperialista, superando, assim, a condição de neocolônia.

Apesar de exigir somente o estabelecimento do monopólio estatal sobre a indústria do petróleo sem afetar as estruturas do capitalismo brasileiro de *via colonial*, a fração entreguista e nacional associada – através da grande imprensa – não deixava por menos. O segmento nacionalista era constantemente tachado de comunista a serviço dos interesses de Moscou e, apesar das evidências contrárias, aquele segmento político continuava vendo o Estado como incapaz e os parlamentares da Câmara alta e baixa defensores da “tese Horta Barbosa” como corruptos, aliados, incautos, expostos e embebidos nas manobras do PCB.⁴

É claro que os comunistas não tinham abandonado a luta e mesmo na ilegalidade engrossavam as fileiras dos defensores da estatização porém, atribuir a eles a direção do movimento só mesmo a tacanhice de reacionários como Lacerda era capaz de tamanho absurdo.

Entre os anos de 1948 e início de 1949 a “tese Horta Barbosa” ganhou e agrupou adeptos em todas as instituições públicas, camadas médio-burguesas e partidos políticos de todos os matizes ideológicos, base sobre a qual os líderes do CNEDP fundaram um novo

⁴ Entre os porta-vozes da burguesia entreguista e nacional associada destacava-se o jornalista Carlos Lacerda que aos defender o Estatuto contra o nacionalismo do deputado Hermes Lima afirmava: “Mas o que ele não vê, em contrapartida, é o perigo de continuar o Brasil sem petróleo. Por que será que ninguém vê o perigo de entregar a uma máquina administrativa que, em quase tudo, se revela morosa, dispendiosa e incapaz, o monopólio de uma atividade que exige meticulosa aplicação de verbas, mínimo de gastos arriscados e, sobretudo, grande urgência?” Apelando para o conservadorismo da sociedade, Lacerda declarava: “*O Partido Comunista está liderando a campanha contra o projeto de lei do petróleo para ajudar a Rússia e para galvanizar os seus simpatizantes em todo país. Seus ajudantes manobram com os políticos corruptos, os ambiciosos e os simplesmente rústicos para encobrir a origem dessa campanha por meio de slogans nacionalistas*” (apud; Victor, 1993:236). O itálico é do autor. *



instrumento midiático, *Jornal Emancipação* e um organismo político mais abrangente; Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), ambos voltados para a sustentação, propaganda e expansão do ideário nacionalista cujo amálgama “O Petróleo é Nosso!” tornara-se a mensagem plasmadora dos inimigos dos trustes imperialistas na espreita e prontos para açambarcar as reservas petrolíferas brasileiras. Porém, assim como no anterior, os dois novos órgãos não contavam com participação organizada dos trabalhadores. É o que passamos em análise a partir de agora.

5.6 A ausência organizada do proletariado na campanha do petróleo

Em 1948, quando do envio do “Projeto de Estatuto do Petróleo” ao Congresso Nacional e da expansão da luta em defesa da estatização da indústria oleífera brasileira sintetizada na mensagem “O Petróleo é Nosso!”, simultaneamente lançada pela “Liga Antifascista” da Tijuca e pela União Nacional dos Estudantes (UNE) – ambos do Rio de Janeiro –, a organização e direção do movimento esteve praticamente sob a responsabilidade de frações de classe militar, médio-burguesas e estudantes, que se comunicavam diretamente com a população dos bairros e cidades dos rincões do país sem a intermediação de partidos políticos ou sindicatos. Somente no início do ano de 1949 uma parcela ínfima – de que temos notícia – da força de trabalho foi arrastada, dirigida e incorporada ao movimento.¹

Seguindo a mesma dinâmica e tendo como referencial a causa única: “tese Horta Barbosa”, amalgamada na mera consciência contingente, em fevereiro daquele ano um pequeno grupo de coronéis fundou o semanário *Emancipação*, de cuja composição não consta qualquer representação do proletariado institucionalmente organizado ou não em sindicatos e partidos políticos. Pelo contrário, na hierarquia orgânica do novo instrumento

¹ Em fins de 1948 enquanto a campanha “O Petróleo é Nosso!” fundava novos organismos nas Câmaras municipais de todo país entra em cena uma parcela ínfima do proletariado. “Ao mesmo tempo, novos núcleos se constituíam, como a fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo dos Ferroviários da EF Noroeste do Brasil, sob a Presidência-de-Honra do Coronel Lima Figueiredo, Diretor da referida Estrada. No dia 25/1/1949, esta Comissão realizava um ato na Difusora PRI-7, em que falaram: o Dr. Arlindo Sampaio Jorge, Presidente da Comissão de Engenheiro da Estrada; Dr. Humberto Neder, Advogado; Artur Martins de Barros, Vereador Municipal, e Ilton de Oliveira Estudante. Em 27/2/1949 “a Liga Camponesa de Defesa do Petróleo (região sul do Brasil) promoveu Comício, com a presença de 1500 pessoas” (Miranda 1983:193).



mediático nacionalista prevalecia o comando de frações de classe médio-burguesa, militar e estudantes historicamente envolvidos com a problemática do petróleo.²

Na medida que a campanha ganhava força, mais figuras dos altos escalões da política nacional iam assumindo a direção, reforçando o caráter apartidário e a “neutralidade” ideológica do movimento. É o que revela o discurso do Senador Matias Olímpio (UDN), ao tomar posse na Presidência do CNEDP em junho de 1949 quando o Senador proferiu: “Não nos reunimos para a defesa de interesses de classes, de grupos, de partidos. Agremiamo-nos porque sentimos que a Pátria está em perigo, e precisamos defendê-la” (apud; Miranda, 1983:195).

Ao pautar-se pela questão única e pretender-se acima dos interesses de classes, a campanha do petróleo acomodava a tudo e a todos e, se continha alguma ameaça ao modelo econômico vigente e às relações com o imperialismo ianque, esta não ultrapassava as barreiras de mera virtualidade, na exata medida em que ao se pretender acima “dos interesses de classes” os dirigentes vetavam a possibilidade da transição da consciência contingente, que sustentava a organização, à consciência necessária que apontasse para a quebra da histórica *via colonial* de efetivação capitalista.

Na busca por tornar-se mais abrangente, dirigir o movimento em marcha e imprimir um suposto caráter de combate sistemático ao imperialismo e em defesa da soberania econômica brasileira, em agosto do mesmo ano, acatando a proposta do General Raimundo Sampaio, o Centro de Estudo e Defesa do Petróleo Nacional (CNEDP) teve sua sigla modificada para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) que afirmou o mesmo credo: independência com relação a partidos políticos, ideologias de classes e empossando no comando hierárquico de mais esta organização nacionalista, praticamente os mesmos líderes empenhados na campanha desde o início.³

² A direção do *Emancipação* era composta pelos “Coronéis Artur carnaúba, Hildebrando Pelágio Rodrigues Pereira e Felicíssimo Cardoso” sendo Secretário “o Capitão J. L. Pessoa de Andrade e como Redator-Chefe, o Engenheiro Fernando Luís Lobo Carneiro, Presidente da Comissão de Estudos do Centro e grande especialista no problema do petróleo” (Miranda, 1983:166)

³ Da presidência de honra do CEDPEN constava: “Deputado Artur Bernardes; General J. C. Horta Barbosa; General Raimundo Sampaio; General E. Leitão de Carvalho; Dr. Luís Hildebrando Horta Barbosa; Acadêmico José Antonio Rogé Ferreira (Presidente da UNE).” Na presidência da nova organização foi empossado o Senador Matias Olímpio e pela vice-presidência respondiam “Senador Alfredo Nasser; Gen. Artur Carnaúba; D. Alice Tibiriçá; Comte. Alfredo de Moraes Filho; Senador Abel Chermont; Vereador Breno da Silveira; Deputado Euzébio Rocha; Cel. Felicíssimo Cardoso; Eng. Fernando Luís Lobo Carneiro;



Ao contrário do que afirmou Lima (1975:82) quando relata que o governo Dutra “pensara a princípio reprimir campanha utilizando-se da violência contra as manifestações populares, acabou se conformando e aceitando a capitulação”, à medida que a campanha de “O Petróleo é Nosso!” estendia seus tentáculos prático-institucionais pelo conjunto da sociedade, a repressão ao movimento aumentava em todo país, resultando em assassinatos, prisões e condenações indiscriminada de militantes da causa.⁴

A repressão policial não era apenas uma deliberação superior, mas uma questão ideológica de parcela da corporação militar que em São Paulo e no Rio de Janeiro atuava como verdadeira facção em defesa dos interesses dos trustes petrolíferos norte-americanos. É o que revela um documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo onde se lê: “o governo pode, deve e já está realizando, como sabemos, a conquista do petróleo. Mas a verdade é que *sem o auxílio norte-americano não lograremos êxito satisfatório*” porque não dispúnhamos de condições técnico-financeiras e a defesa da instauração do monopólio estatal era armadilha da “União Soviética [que] não quer (...) que os americanos nos ajudem a conseguir o nosso petróleo. Isto porque acreditam que se as empresas dessa potência tal obtiverem, ficarão com mais esta poderosa arma contra ela” (apud; Cohn, 1968:120).

A partir de um suposto documento comunista, o DOPS afirma: “Esse ardil político está consignado, a nu, no Boletim nº 15, de 15 de janeiro de (1949), em que os elementos do Cominform transmitem instruções sobre a campanha pela nacionalização do petróleo em terras brasileiras” (ibid. p.120). Aquele órgão político-repressor finda seu comunicado declarando ser urgente o expurgo, sem piedade, dos elementos comunistas brasileiros responsáveis pela campanha de “O Petróleo é Nosso!”, somente assim conseguir-se-ia a independência econômica do Brasil.

Tendo a seu favor a grande imprensa nacional, figuras das instituições públicas, empresários e frações militares, os trustes petrolíferos – que também não aceitavam o “Estatuto do Petróleo” dado este não lograr-lhes a liberdade que reivindicavam para atuar

Jornalista Gentil Noronha; Deputado Helvécio Coelho Rodrigues; Dr. Hélio Pires Ferreira; Cel. Hildebrando Pelágio Rodrigues Pereira” (id. p. 199).

⁴ Em uma manifestação ocorrida em setembro de 1949, promovida pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional em Santos (SP), ao dispersar a tiros o protesto, a polícia assassinou o operário doqueiro Deoclécio Augusto Santana. Do mesmo modo agia a polícia carioca, prendendo e



na indústria petrolífera brasileira – tentaram aplicar uma manobra para desacreditar publicamente a campanha nacionalista e suas lideranças. Trata-se da proposta da Standard Oil, levado à frente por Carlos Lacerda, de organizar um grupo de jornalistas e técnicos brasileiros para visitarem suas instalações nos Estados Unidos.

As despesas com tal passeio seriam, obviamente, de responsabilidade daquela empresa. Além de refutar o convite o engenheiro Fernando Lobo Carneiro ainda o tornou público, desmascarando o jornalista Carlos Lacerda e a tentativa do grupo norte-americano de aliciar lideranças nacionalistas.⁵ Essa prática tem sido uma forma característica de os grupos capitalistas estrangeiros aliciarem segmentos burgueses associados e entreguistas.

Para além do redimensionamento do modelo econômico, do caráter reacionário materializado no isolamento institucional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na constante repressão à campanha de “O Petróleo é Nosso!” e demais manifestações de trabalhadores, Dutra procurou estabelecer a harmonia entre as forças armadas – principalmente entre a Marinha e o Exército – historicamente contraditórias.

À criação do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) em 1946, seguiu-se o processo de institucionalização e borrifos, pelas camadas burguesas brasileiras, do ideário anticomunista inerente à doutrina de “Segurança Nacional.” Toda esta ação pedagógica conservadora, generosamente cedida por militares norte-americanos, era ministrada pela Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1948 e dirigida por Cordeiro de Farias.⁶

espancando os organizadores de protestos contra a ação criminosa dos órgãos de segurança pública e o Estatuto do Petróleo que continuava em debate no Congresso Nacional (Miranda, Cf. p.204/205).

⁵ Este episódio redundou em extensos artigos jornalísticos de ataque e defesa entre o engenheiro nacionalista Lobo Carneiro e o jornalista aliado dos trustes petrolíferos norte-americanos, Carlos Lacerda, o que certamente serviu como combustível para uma luta que se encontrava no auge do seu desenvolvimento (Miranda, 1983:207/220).

⁶ Comentando sobre a predominância da aristocrática Marinha no decorrer do Regime Imperial e o segundo plano que ocupava o Exército, assevera Geisel (1997:113): “E o Exército, coitado, era menosprezado, não tinha nada, esfarrapado. Na República, o Exército tomou conta, com Deodoro e Floriano. E a Marinha se ressentiu. A Marinha sempre manifestou receio da criação de um Ministério da Defesa, no pressuposto da preponderância do Exército. Procurou-se melhorar essa situação, inclusive, com a criação do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA – 1946), fazendo rodízio na sua chefia. Ora o chefe é um oficial do Exército, ora da Marinha, ora um da Aeronáutica.” Sobre a doutrinação norte-americana de militares e civis brasileiros, via ESG, diz Geisel: “Na organização da Escola e do seu programa de trabalho, tivemos a colaboração e a influência americanas. No início, a Escola contava com alguns oficiais americanos que funcionavam como assistentes. Matriculavam-se militares e civis, todos devidamente selecionados. Os civis eram voluntários, mas aceitos pela qualificação profissional, pelas funções que exerciam na vida nacional, na indústria, no comércio ou próprio governo, inclusive no Itamarati” (id. p: 108).



A gestão de Dutra se encaminhava para o fim em clima de grandes cisões entre e intraclases não apenas com relação ao estabelecimento decisivo de uma política para a indústria petrolífera brasileira, mas também no concernente ao tipo de modelo econômico-industrial que se tinha que adotar, na medida que ao seguir *pari passu a política da boa vizinhança* e as determinações anticomunistas da “Guerra Fria” o General, democraticamente eleito, transformou o país em um satélite do imperialismo ianque ainda que este tenha direcionado todo o apoio técnico-financeiro para reconstruir a Europa pós-guerra (Plano Marshall) em detrimento dos países sul-americanos, fato que descontentava e dividia as camadas dominantes brasileiras (Almeida; 1995:142).

5.7 O CEDPEN e a campanha eleitoral de 1950

A burguesia nacionalista finda o ano de 1949 fortalecida na luta pelo monopólio estatal do petróleo, não apenas por ter expandido sua influência por todas as camadas sociais, estruturar-se organicamente em nível nacional, mais também pelas vitórias alcançadas que, segundo Victor (1993:280) resumiam-se em três pontos principais: “1) construção de uma refinaria de 45 mil barris diários em Santos; 2) aquisição de navios petroleiros; 3) prosseguimento, em ritmo acelerado, da construção da refinaria de Mataripe.” Enquanto os investimentos estatais cresciam e mostravam resultados práticos a iniciativa privada, apesar do apoio do governo Dutra, não mostrava alento, pelo contrário mantinha-se estacionada.

Entre os meses de janeiro e abril de 1950 multiplicaram-se as conferências do CEDPEN pelos bairros do Rio de Janeiro, cidades do Interior de São Paulo, da região Sul, Norte e Nordeste do Brasil. No caso do Rio de Janeiro, a exemplo do CNEDP o Centro de Defesa da Economia Nacional organizou cursos preparatórios de monitores que tinham a missão de divulgar, com base em estudos pré-elaborados, a “tese Horta Barbosa.”

Enquanto procurava educar as camadas populares para defender a economia nacional, o General Estevão Leitão de Carvalho – presidente de honra do CEDPEN – lançava o livro “Petróleo, Salvação ou Desgraça do Brasil?” cuja tiragem, logo esgotada, traçava duras críticas aos defensores da participação do capital privado nacional e transnacional na indústria brasileira do petróleo e defendia ardorosamente a “tese Horta Barbosa.” Ou seja, a estatização das jazidas, pesquisa, lavra, refino e distribuição do cobiçado combustível brasileiro (Miranda, 1983:221/225).



Podemos mesmo afirmar que em 1950, ano da eleição democrática do novo presidente da República, a sociedade brasileira encontrava-se claramente cindida, onde a corrente nacionalista, sobre o lema “O Petróleo é Nosso!”, enraizara-se socialmente e fração da burguesia sócio-subordinada e entreguista defendia cada vez mais a tese da suposta incapacidade de o Estado levar à frente, sozinho, o desenvolvimento industrial de setores produtivos estratégicos e a de que o Brasil não precisava de um presidente e sim de um gerente.¹

Era neste clima que teve início a campanha para a presidência cujos candidatos, pela União Democrática Nacional (UDN) era Eduardo Gomes, Cristiano Machado, pelo Partido Social Democrático (PSD), João Mangabeira, pelo Partido Socialista Brasileira (PSB) e Getúlio Vargas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), este último apoiado pelo Partido Social Progressista (PSP), tinham de se movimentar e conquistar votos.

Apesar de afastado do papel de protagonista da política nacional, em 1945 Getúlio manteve-se em cena com uma força social inquestionável plasmada no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por ele criado, e na cadeira conquistada no Senado nas eleições de 1946. Como político hábil, experiente, gozando de grande simpatia popular, afeito e representante da fração burguesa nacional associada ao imperialismo, era Vargas figura lapidada para dar continuidade a liberal democracia brasileira em meio às cisões entre, intraclases e destas com o imperialismo norte-americano, incrustado nas corporações militares, econômica e política do país.

Côncio das cisões e enquanto candidato, Vargas procurou movimentar-se acomodando todas as correntes de opinião, não refutava a presença do capital imperialista porém acrescentava um teor nacionalista ao afirmar ser o “Estatuto do Petróleo”, em trâmite no Congresso Nacional, a manifestação de uma “nova onda de pessimismo e desalento que penetrara nas mais altas esferas oficiais. O próprio Poder Executivo acreditava que o Brasil não era capaz de desenvolver por conta própria a sua riqueza em petróleo, denunciou Vargas” (apud;Smith, 1978:87).

¹ Discorrendo sobre a conduta e os debates por ele empreendido com representantes da burguesia sócio-subordinada ao capital imperialista, J. Soares Pereira (Lima, 1975:77) afirma que Otávio Mangabeira ao receber o General Eisenhower, futuro presidente dos EUA, no Congresso Brasileiro saldou-o beijando-lhe a mão e que Roberto Campos e Lucas Lopes defendia a tese de que o Estado brasileiro, apesar de todas as provas em contrário, “havia se revelado incapaz” de gerir os setores do petróleo, hidroelétrica, ferro e aço.



Antes mesmo de declarar-se candidato à presidência da República Getúlio bradara da Câmara Alta: “Não devemos permitir a participação do capital estrangeiro na exploração do nosso petróleo. Devemos entregá-lo ao monopólio estatal. O Governo é que deve explorá-lo. Se permitirmos o capital particular, mesmo nacional, nosso petróleo pode cair nas mãos de ‘testas-de-ferro’” (apud; Miranda, 1983:183).

Ocorre que em outro discurso na Bahia Getúlio defendera claramente a participação de capital privado nacional e transnacional na indústria brasileira do petróleo o que, para alguns observadores, tratava-se de uma tática eleitoral para neutralizar o combate dos entreguistas e conservadores à sua candidatura. Para a burguesia nacionalista em se tratando de política petrolífera o candidato Vargas não era confiável pois em ocasiões anteriores tinha se revelado contrário ao monopólio estatal do combustível (Victor, 1993:288).

É obvio que ambigüidades e declarações desse teor atraiu os votos de líderes, representantes e participantes do CEDPEN espalhados por todo o país. O próprio Marcos Pimenta, líder nacionalista e dirigente do *Jornal de Debates*, admitia ter votado em Vargas. Mais não era só isso. Getúlio dirigia-se a incipiente burguesia industrial brasileira, elogiando-a por ter enfrentado com coragem e pertinácia a concorrência externa a que fora submetida pela política econômica de Dutra, que importando mercadorias já produzidas no Brasil, vetara a expansão da indústria de base nacional o que ele acreditava poder incentivar e desenvolvê-la a partir de investimento governamental até que esta atingisse o nível técnico-produtivo à altura da concorrência com os produtos da indústria dos países desenvolvidos aqui comercializados.

Concomitante a campanha para presidente a corporação militar se movimentava para escolher a liderança de seu Clube. Expressando a cisão e a batalha que se operava entre os três segmentos de classe; defensores do monopólio estatal, da participação do capital privado nacional, transnacional e os que postulavam a entrega de nossas reservas petrolíferas aos trustes externos, também entre os militares essa disputa era acirrada e tinha conotação política. Como observou D’Araújo e Castro (1997:105): “É claro que o Exército tinha interesse em resolver o problema do abastecimento nacional de petróleo, mas não era

Radicalizando o entreguismo, Ademar de Barros governador do Estado de São Paulo mais tarde candidato a presidência da República, afirmava: “O Brasil precisa de um gerente” (id. p. 78).



razão para uma campanha radical, ainda mais uma campanha em que havia envolvimento com políticos.”

A votação no Clube Militar – para fortalecimento da burguesia nacionalista – deu a vitória ao General Newton Estilac Leal que, de acordo com Sodré (1979:305) introduzia-se “na situação brasileira, um fator novo que teria considerável pêso daí por diante. Tratava-se, para o imperialismo, de destruir êsse baluarte nacionalista, onde a batalha do petróleo estava sendo travada com ímpeto crescente, sob pena de poder a ação sôbre as Fôrças Armadas, de cuja utilização vinha recebendo os mais amplos benefícios.” Estilac Leal não deixou por menos. Em seu discurso de posse no Clube Militar o General posicionou-se a favor do monopólio estatal do petróleo.²

Sendo Vargas um legítimo representante do segmento burguês nacional isto certamente pesou na decisão popular. Aberto as urnas em outubro de 1950, o candidato trabalhista angariara 48,7% dos votos válidos contra 29,7% de seu oponente, Brigadeiro Eduardo Gomes. O proletariado das duas maiores cidades industrializadas do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, votara maciçamente em Getúlio o que nos permite inferir que o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do CEDPEN e suas ramificações no interior e nas periferias destas cidades, foram decisivos para a esmagadora vitória de Getúlio, que tinha contra sua candidatura a nata da burguesia e frações militares entreguistas enfronhados com o imperialismo ianque.³

Apesar de claramente defensor da associação subordinada do capital nacional ao imperialismo com uma tintura nacionalista a candidatura e a vitória de Vargas foi recebida com apreensão pela mídia, pelos grupos econômico-políticos de Washington e Londres

² Discursando aos militares disse o Gen. Estilac: “Creio meu pensamento bem explícito e claro, em terreno visceralmente nacionalista, na defesa intransigente de todos os nossos superiores e vitais interesses, os únicos que nos devem leal e honestamente interessar. Uma solução patriótica para os problemas nacionais relacionados com a defesa nacional, como os do petróleo, das areias monazíticas, do quartzo, do potencial amazônico. Uma conduta irrepreensível, justa, honesta, disciplinada, que inspire à Nação o respeito e confiança em suas Fôrças Armadas” (apud: Victor, 1993:302)

³ Discorrendo sobre a substituição do General César Obino por Góes Monteiro no comando do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) em 1950, assevera Geisel (1977:105): “Quando o General Obino saiu, entrou o General Góes. Aí Getúlio já tinha sido eleito presidente, e Góes tinha ido a Canossa, para se reconciliar com ele. No Emfa não se discutia política mas, de um modo geral, não queríamos a eleição de Getúlio. Pois ele não tinha sido posto para fora do governo por nós?” Na sociedade civil politicamente organizada o protesto contra a vitória eleitoral de Vargas partia da UDN que tentou encontrar arrimo na Constituição de 1946 para impedir que o novo presidente tomasse posse. Ao apelar para o Superior Tribunal Eleitoral (TSE), este negou a solicitação e com apoio de frações militares Getúlio foi empossado. Mais informações sobre esta contenda ver Evaldo Vieira, *Estado e Miséria no Brasil; de Getúlio a Geisel (1930-1954)* Cortez 1982.



(Victor: cf. p.285). À volta de Vargas ao governo central, via voto popular, devia-se ao as cisões recorrentes ao arrimo econômico, político e social por ele fincado quando dos seus primeiros quinze anos de comando político da nação brasileira.

CAPÍTULO VI

RETORNO AO CATETE SEM HEGEMONIA

Reconduzido ao Palácio do Catete pelo voto popular, Vargas tinha claro que a questão petrolífera urgia resposta, não apenas pela premência na implementação do nacional-desenvolvimentismo por ele proposto, a gama de interesses internos e externos recorrentes e intervenientes na dinâmica política nacional, mas também porque o “Projeto de Estatuto do Petróleo” de Odilon Braga e João Carlos Barreto naufragara no terreno movediço das disputas entre e intraclasses em que aquele foi lançado, principalmente no Parlamento Nacional.

Versado e pioneiro na política de apoio a débil burguesia industrial sócio-subordinada, Getúlio empossou no Ministério da Fazenda Horácio Lafer e no das relações exteriores João Neves da Fontoura, o último em seguida tornou-se presidente da empresa Ultragás S.A. subsidiária da Socony-Vacuum Oil Co. Inc. New York, o que era no mínimo pressagioso para a fração de classe nacionalista. Para dar início a elaboração de uma nova legislação petrolífera nacional, Vargas criou duas comissões; a econômica, chefiada por Jesus Soares Pereira, e a técnica, orientada por João Neiva de Figueiredo, a presidência das duas comissões de trabalho coube a Rômulo de Almeida.



De acordo com Lima (1975:90), os grupos de trabalho achavam “que a legislação vigente assegurava a diretriz nacionalista, caso não fossem feitas concessões a empresas organizadas no Brasil para pesquisa. Mas mesmo no caso disto acontecer a limitação imposta pela legislação quanto a área, ou seja concessões máximas de mil hectares, constituía garantia suficiente de que a pesquisa e exploração do petróleo no Brasil estavam a salvo de investidas. O perigo residia no risco da legislação vir a ser modificada. A vigilância devia, portanto, se concentrar no sentido de manter a legislação em vigor. A legislação não contrariava o princípio constitucional mais limitava a concessão.”

Isso significava dizer que perigos e incertezas encontravam-se no jogo político no Congresso Nacional, onde a proposta de legislação de uma das três frações de classe em luta (entreguista, nacional associada ao imperialismo e nacionalista) teria de prevalecer.

Diante de um parlamento dividido entre os ideários supracitados, os grupos de trabalho – com apoio de Vargas – resolveram tentar driblar os antagonismos e apresentar uma saída alternativa. “Havia uma opção, e esta era de pedir ao Congresso apenas a criação de uma empresa que habilitasse o governo a trabalhar em matéria de petróleo fugindo dos entraves burocráticos da repartição pública comum, como sucedia com o CNP. O governo deixava de lado a discussão em torno da proibição de capital estrangeiro na indústria petrolífera e saía para criar uma empresa em que o capital estrangeiro não estivesse presente ou estivesse de maneira tão diminuta que não causasse perda” (ibid. p.90).

Enquanto trabalhavam na proposta de criação de uma empresa petrolífera estatal, Vargas e sua equipe ratificaram as concessões feitas em 1946 aos grupos privados Draught, Ernanny e Sampaio-Correa e Castro, que ainda não tinham se instalado.¹ Esta atitude tornara-se combustível para a crítica da burguesia nacionalista que por aqueles dias se mantinha em intensa atividade organizadora da II Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, que a exemplo da I, realizada em 1948, era precedida de Convenções estaduais,

¹ Em tom de denúncia assevera Miranda (1983:243): “Por uma Resolução quase clandestina do Conselho Nacional do Petróleo, no início de 1951 foram mais uma vez renovadas as duas concessões já caducas por um prazo de dois anos. Na mesma mensagem que Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional em maio, referiu-se às concessões como fato consumado. E o Sr. João Neves Fontoura, testa de ferro da ‘Secony-Vacuum, quando da realização da Conferência de Chanceleres, em Washington, pleiteou e obteve, do Departamento de Estado, prioridade para o fornecimento de equipamentos necessários.”



com muita movimentação política pelos Estados, cidades do interior e bairros das metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A II Convenção Nacional de Defesa do Petróleo transcorreu no Rio de Janeiro entre os dias 5 e 7 de julho de 1951 sobre a ameaça policial de impedimento. Porém, pelo fato de se tratar de entidade revestida de personalidade jurídica e não havendo qualquer dispositivo legal que proibisse o evento, uma comissão do CEDPEN, formada pelos militantes General Felicíssimo Cardoso, Coronel Hildebrando Pelágio Rodrigues, engenheiro Fernando Lobo Carneiro e Eudoro Lopes, contataram o chefe de polícia do Distrito Federal para interpellá-lo sobre a ameaça e tiveram daquela autoridade e do Diretor da Divisão de Polícia Política, a garantia que nada aconteceria aos congressistas. Apesar disso a promessa não foi cumprida. No primeiro dia da Convenção a polícia invadiu o local atirando nos participantes, ferindo vários deles, ainda assim a reunião foi mantida (Miranda, 1983:245/246).

A II Convenção, dirigida pelos líderes do CEDPEN que em sua maioria era também do CNEDP, arrolou vinte e sete tópicos, dos quais constavam a reafirmação da defesa da “tese Horta Barbosa”, reivindicações, críticas à política petrolífera em andamento, convocação do povo – independente de preceitos religiosos e político-partidários – a lutar contra os interesses dos trustes externos em nossas reservas, denúncia da Cia. Paulista de Investimentos de Max Leitão, subsidiários da Socony Vacuum Company do grupo Roskefeler que solicitaram permissão do CNP para instalar uma refinaria em Niterói. Críticas também foram dirigidas ao projeto de “Estatuto do Petróleo” em debate na Câmara, condenações à violência perpetrada ao CEDPEN e defesa dos princípios democráticos “sem o exercício dos quais se torna impossível a necessária discussão dos grandes e graves problemas nacionais” (tópico VII).

O pedido de concessão da Cia. Paulista de Investimentos para instalar uma refinaria no Rio de Janeiro, ao ser analisado pelo CNP, foi prontamente recusada por aquela autarquia (Victor;Cf.p.292). A invocação dos preceitos democráticos devia-se as constantes agressões que líderes, participantes da campanha de “O Petróleo é Nosso!” e do próprio CEDPEN vinham sofrendo pelo Brasil afora . Em Minas Gerais, Estado governado por Juscelino Kubitschek, o Centro de Defesa da Economia Nacional fora arbitrariamente fechado e ante a pressão popular o mesmo não ocorreu em outros Estados brasileiros



(id.p.232). Os conferencistas acreditavam que por trás dessas agressões estavam os interesses das transnacionais do petróleo que deveriam ser enfrentadas com pertinácia como ocorrera no Irã onde elas foram fragorosamente derrotadas.²

Nas eleições parlamentares de 1950 alguns líderes do CEDPEN e da campanha em defesa da “tese Horta Barbosa” foram eleitos para cargos públicos, é o caso do professor Henrique Miranda, Diretor e Redator-Chefe do semanário *Emancipação*, eleito vereador no Rio de Janeiro, Fernando Luís Lobo Carneiro eleito deputado Federal também por aquele Estado. Em paralelo a posse destas lideranças, mais Estados engrossavam a luta, era o caso do Maranhão que, sob a presidência-de-honra do Coronel Tácito Lívio Reis de Freitas fundava, em agosto de 1951, seu Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional. Na presidência, vice-presidência e secretariado geral, como em todos os outros lugares do Brasil, era predominante a presença de políticos, militares e segmento médio-burguês.

Em novembro de 1951 realizou-se em São Paulo – presidida pelo General Leônidas Cardoso – a solenidade de posse da nova Diretoria do Centro Paulista. O fato é digno de nota devido a presença de personalidades de esquerda no evento, entre elas Caio Prado Jr e o líder sindical Geraldo Rodrigues dos Santos, presidente da União Geral dos Trabalhadores. No discurso proferido pelo Dr. Omar Catunda este chamou a atenção para a necessidade de combate a penetração imperialista em nosso país e a defesa irredutível do monopólio estatal do petróleo.

A nova diretoria paulista contava com o General Felicíssimo Cardoso na presidência-de-honra, General Leônidas Cardoso na presidência do órgão e na tesouraria era empossado o acadêmico Fernando Henrique Cardoso, 2º tesoureiro. Cardoso chegaria a ocupar a vice-presidência do órgão em 1953 (cf. Miranda p.258/371).

Concomitante aos esforços da equipe de trabalho de Vargas, a expansão do movimento em defesa do monopólio estatal, o presidente da Standard Oil Company of New Jersey, Eugene Holman, expunha aos seus acionistas o discurso manipulatório que

² No tópico XXII das resoluções finais da II Convenção de Defesa do Petróleo esta reservou uma homenagem ao parlamento iraniano que nacionalizara a indústria petrolífera daquele país depois de anos de exploração inglesa e norte-americana fato ocorrido sobre grande pressão imperialista sobre o Primeiro Ministro Mohamed Mossadegh. Dizia o tópico: “chamar a atenção de todos os patriotas para a luta histórica



deveria ser proferido pelo mundo onde os governos fizessem concessões. A orientação continha quatro pontos fundamentais: “1) – Que se dê participação adequada ao Governo sobre o que a empresa produzir. 2) – Que o fomento e a produção se realize de forma ordenada, sem desperdício de recursos naturais. 3) – Que a empresa ofereça aos cidadãos dêsses países instrução e emprêgo com justas compensações. 4) – Que seja satisfeita a exigência nacional de petróleo, antes que sejam realizadas as exportações.”

Em troca de tamanha “generosidade”, os governos estrangeiros deveriam assegurar: “1) – garantia aos títulos de propriedade ou direitos concedidos. 2) – Contrôle administrativo das atividades da empresa. 3) – Oportunidade de obter lucros razoáveis. Era uma declaração (conclui Victor) em que a habilidade política, a astúcia e o cinismo andavam de mãos dadas, pois no México (até 1938), na Colômbia, no Irã, no Peru, os princípios pelos quais se orientava a Standard Oil eram: 1) participação ínfima do Governo nos lucros do petróleo; 2) exaustão das jazidas; 3) conflitos trabalhistas, corrupção política e prejuízos a todos os setores da economia através da evasão de lucros para o exterior” (cf. p.296).

O que a Standard Oil fazia era apresentar a burguesia entreguista brasileira uma proposta pronta e acabada, principalmente considerando que o capital para os investimentos era fornecido também pelo truste norte-americano. É o que revela a conferência de John Suman a empresários nacionais no Rio de Janeiro, da qual participou Juarez Távora e o senador ultra-entreguista da imprensa nacional, Assis Chateaubriand. Suman foi habilidoso, analisou positivamente os avanços da indústria nacional do petróleo liderada pelo CNP, mas advertiu que em se tratando da necessária auto-suficiência produtiva o Brasil não dispunha de cabedais suficientes para o feito.

Já que a solução para qualquer país que pretende avançar industrialmente – e era esta a pretensão de Vargas – é buscar a auto-suficiência em petróleo a Standard Oil está aqui para isso. “Todos em nossa companhia estamos ansiosos por ver o desenvolvimento do petróleo no Brasil.” Este é o motivo de minha visita: “sensibilizar o Presidente Getúlio Vargas e os homens do Governo em torno de uma legislação ao gosto da Standard Oil.”

do povo iraniano contra o imperialismo, que, por 50 anos, se locupletou do petróleo persa, mantendo as camadas populares daquele País sob a maior miséria e opressão” (Miranda, 1983:251).



O líder da empresa estadunidense justificava sua proposta. “É interessante saber que mais de 94% das reservas comprovadas mundiais foram encontradas nos países que limitaram a um mínimo as restrições, e que permitiram tanto a estrangeiros como a nacionais competir na procura do petróleo” (ibid.p.297). Suman finalizava sua exposição afirmando que o ideal para a legislação petrolífera nacional seria estabelecer: 1 – garantia dos títulos de propriedade ou direitos concedidos; 2 – controle administrativo das atividades da empresa e 3 – lucros razoáveis.

Estava mais do que claro e estabelecido os parâmetros da luta da Standard Oil e seus representantes no Brasil pela elaboração da nova política petrolífera nacional pós-Estatuto e quando da criação da Petrobrás. De um lado a proposta da Standard Oil, logo abraçada por segmentos entreguistas, de outro uma difusa movimentação social controlada e dirigida por militares e camada médio-burguesa em defesa do monopólio estatal sobre as reservas, pesquisas, exploração, transporte, refino e distribuição, plasmada na campanha de “O Petróleo é Nosso!.” Entre entreguistas e estatistas figurava a proposta da burguesia nacional que não dispensava o capital privado, fosse ele nacional ou transnacional porém, se pautava pelo controle do Estado sobre o setor.

6.1 Vargas propõe a criação da Petrobrás

O segundo pleito eleitoral livremente realizado pós-Estado Novo e no desenrolar da nossa liberal democracia, mais agravava do que acomodava as cisões entre e intraclasses já existentes. Com relação às Forças Armadas, âncora dos governos civis brasileiros, a doutrinação ideológica norte-americana inoculada no interior da caserna antes, durante e pós II Guerra Mundial, envolveu na malha de interesses estadunidenses uma fração militar de alta patente que cedeu o pescoço à canga imperialista, disfarçadamente batizado de Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), cujas premissas reacionárias coube à Escola Superior de Guerra o papel de difundir pelas camadas burguesas.

Adicione-se a isto a direção do Clube Militar nas mãos dos Generais nacionalistas Estilac Leal e Horta Barbosa, e ter-se-á o antagonismo vivo e estabelecido entre aqueles que dispoem das armas no Brasil erguem e destroem, em nome da “liberdade”, é claro, qualquer governo democrático.



Apesar de acirrar as contradições, Vargas foi eleito a partir de sua plataforma de governo claramente direcionada para o apoio estatal à burguesia brasileira. Getúlio “emergiu da eleição como um político pragmático, comprometido simplesmente com o incremento da intervenção estatal no sentido de fomentar o desenvolvimento nacional.” Os grupos que o apoiaram revelavam a estrutura social do país dado pertencerem as tradicionais oligarquias e as novas tendências políticas urbanas arrimadas no ascendente proletariado.

Para além, “o papel de Vargas como ditador fora de mediador ou conciliador entre forças políticas antagônicas, vez por outra logrando acordo entre posições aparentemente inconciliáveis” (Smith, 1978:89). Não tendo forjado uma nova liderança no desenrolar da gestão Dutra as frações burguesas e militares antigetulistas tiveram de aceitá-lo. O mesmo pode ser afirmado com relação aos comunistas até porque estes, apesar das críticas, o apoiaram abertamente.

É nesse contexto, no fito de acelerar o desenvolvimento capitalista industrial brasileiro e apaziguar os antagonismos, principalmente com relação à indústria petrolífera, que Vargas enviou em 6 de dezembro de 1951 ao Congresso Nacional – após a décima segunda redação ter sido aprovada pelo seu *entourage* – o projeto de criação da “Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.” (Cohn, 1968:133). O projeto distava seis meses do envio de sua mensagem àquela casa – Março de 1951 – na qual Getúlio reconhecia que a irresolução no tocante as novas leis reguladoras para o setor oleífero brasileiro, evitara a adoção apressada de medidas institucionais que viesse a prejudicar o desenvolvimento futuro de um dos mais importante departamento da economia nacional, como ocorrera em outros países do continente.

Além de defender a inversão de erário público, Vargas ainda expôs a incapacidade expressa de o capital privado nacional assumir e implementar, ele mesmo, aquele ramo fundamental da indústria brasileira. Na mensagem ao Congresso relatava Vargas (1964:75): “Desde a criação do Conselho Nacional do Petróleo até o presente momento foram concedidas aos particulares 67 autorizações para pesquisa de petróleo e gás natural, interessando globalmente uma área de 6.100 quilômetros quadrados, isto é, menos de um décimo de um por cento do território nacional. Êsse resultado parece demonstrar que a



atividade privada brasileira não manifestou interesse apreciável pela pesquisa do petróleo, nesse intervalo de 12 anos.”

Continuava Vargas “Das 67 autorizações outorgadas apenas 9 estão atualmente em vigor, relativas a uma área total de 670 quilômetros quadrados. Todas as outras desapareceram por efeito de caducidade da autorização, desistência do pesquisador ou extinção do prazo de pesquisa. A metragem perfurada pelos particulares, no mesmo período, atingiu acumuladamente menos de 10 quilômetros quadrados, número esse sem significação como índice de atividade de pesquisa. Tais iniciativas ora recaem, de fato, com exclusividade sobre os ombros do Governo” (id.p.75).

Não se tratava de desinteresse – como afirmava Getúlio – da burguesia brasileira no setor petrolífero, mas de histórica tacanhice, postura colonial, afeita aos negócios voltados para o mercado externo, lucros seguros, imediatos e de preferência em associação com o capital alienígena, o que a conduta de uma fração burguesa nacionalista existente desde a Lei Simões Lopes em 1926 e a legislação em vigor inibia. Até mesmo as concessões para a instalação de refinarias, investimento sem risco – bastava o concessionário dispor de capital circulante para construir e adquirir petróleo bruto no mercado externo – encontravam-se em situação irregular e só se mantinham porque Dutra e o próprio Getúlio queriam e davam suporte financeiro.

Na mesma mensagem ao Congresso, justificando sua proposta de criação de uma empresa estatal, Vargas expunha aos deputados o rápido crescimento do consumo do combustível. Diz ele: “O consumo dos derivados de petróleo no País, que cresce rapidamente, de ano para ano, elevou-se em 1950 a cerca de quatro e meio milhões de toneladas, representando um acréscimo de 42% sobre o consumo de 1948 e de 101% o de 1946” (Vargas; 1964:68).

Calcado na árdua luta para fundar as bases da indústria brasileira de petróleo o presidente afirma: “À base da experiência já adquirida no trato dessa questão e mantendo as linhas-mestras da legislação em vigor, cumpre empreender e levar a termo as tarefas que a política nacional de combustíveis líquidos reclama e as próprias circunstâncias tornam inadiáveis” (ibib. p.78).



Para além da necessidade de reduzir a dependência da economia brasileira do mercado petrolífero internacional, existia uma outra não menos preocupante; tratava-se dos constantes conflitos externos no epicentro dos quais encontrava-se o petróleo. Assevera Getúlio: “Não podemos desprezar os reflexos da crise anglo-iriana e de toda a conjuntura internacional, sobre o suprimento de combustíveis do nosso país” (id. p.81). A ingerência, a força política e os desequilíbrios que os trustes externos causavam aos governos e economias deles dependentes eram os fortes argumentos da burguesia nacionalista brasileira para defender o monopólio estatal sobre o setor. Pelo jeito Vargas compartilhava dessa posição, apesar de não ser um defensor do estatismo, como veremos na sua proposta.

O projeto de criação da “Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.” continha dois projetos, o de nº 1516/51 que estabelecia as regras estatutárias da futura empresa, a forma de como ela deveria ser composta, dirigida e o de nº 1517/51, revelava a origem e aplicação dos recursos necessários ao desenvolvimento do novo projeto petrolífero nacional. Ou seja, a proposta de criação da Petrobrás era resultado das pesquisas dos dois grupos de trabalho criado pelo próprio Vargas, dirigidos por Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira.

O amanhado legal (projeto nº 1516/51) da futura empresa estatal apresentado por Vargas compunha-se de 31 artigos, assim resumidos:

Artigo 1º - fica a União autorizada a incorporar, na forma desta Lei, uma sociedade por ações denominada Petróleo Brasileiro S.A. Artigo 2º - A Petróleo Brasileiro S.A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte de petróleo e seus derivados, inclusive de xisto betuminoso, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins. Artigo 3º - O capital da sociedade será inicialmente de quatro bilhões de cruzeiros. Artigo 4º - A União subscreverá a totalidade das ações que constituem o capital inicial da Sociedade e, para a sua integralização, disporá dos bens e direitos que possui, relacionados com o petróleo, inclusive jazidas de petróleo, de rochas bituminosas e pirobetuminosas e de gases naturais. Artigo 12º - A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem garantia do Tesouro. Artigo 13º - Poderão ser acionistas da Sociedade com direito a voto. Artigo 17º - A Sociedade operará diretamente ou através de empresas que organizar ou que se associar,



com a aprovação do CNP, nas quais deverá deter sempre a maioria das ações com direito a voto. Artigo 18º - Fica a Sociedade autorizada a dar garantia a financiamentos tomados no país ou no exterior por empresa subsidiária, dependendo de prévia e específica aprovação do Conselho do Petróleo. Artigo 20º - A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo, em relação a maquinários. Artigo 21º - À Sociedade fica assegurado o direito de desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

As regras atinentes ao aumento do capital da futura empresa, dos acionistas, estatutos e a hierarquia administrativa encontram-se nos parágrafos do Artigo 3º, 12º e 13º assim delineados:

parágrafo 2º do Artigo 3º - Os aumentos de capital poderão dividir-se no todo ou em parte, em ações preferenciais, que serão oferecidas à subscrição pública ou aos tomadores a que se refere esta Lei. Parágrafo 1º do Artigo 12º - Os estatutos determinarão as condições em que as obrigações poderão ser convertidas em ações, observados os limites da presente Lei. O Artigo 13º sobre os acionistas com direito a voto e sua organização hierárquica se divide em quatro itens: I – As pessoas jurídicas de direito público interno. II – As pessoas físicas brasileiras, limitada a aquisição de ações ordinárias a vinte mil cruzeiros. III – As pessoas jurídicas de direito privado, limitada à aquisição de ações ordinárias a cem mil cruzeiros. IV – As demais pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, até o limite de vinte mil cruzeiros em ações ordinárias.

O projeto de nº 1517/51, composto de 13 artigos versava sobre a origem dos recursos e sua aplicação aqui resumidos: Artigo 3º - da receita resultante do imposto único sobre derivados de petróleo, 75% destinar-se-ão ao Fundo Rodoviário Nacional e 25% serão empregados nos empreendimentos ligados à indústria do petróleo nos termos da lei especial. Artigo 11º - Destina-se aos empreendimentos ligados à indústria do petróleo, nos termos da lei especial, a receita resultante: I – do imposto de importação para consumo incidente sobre automóveis em geral. (...) II – do imposto sobre a transferência de fundos para o exterior (...) correspondente à importação de veículos automóveis em geral, suas partes, acessórios e pertences (Victor, 1993:298/299, Cohn, 1968:136/137).

Em linhas gerais o projeto de criação da Petrobrás nem de longe era entreguista, não removia – pelo contrário afirmava – o controle estatal já existente, não permitia a participação direta dos trustes imperialista na composição da empresa como propunha o



presidente da Standard Oil, John Suman, e tentava inserir sobre bases legais limitadas o capital privado nacional. Para ser mais preciso o projeto de instalação da Petrobrás estava mais ou menos próximo a projeto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1946, quando aquele partido reivindicava a criação de uma empresa por ações com participação de pessoas físicas e jurídicas brasileiras.

Exatamente por isso a proposta de Vargas não podia ser classificada de nacionalista e portanto não atendia completamente – a exemplo do Estatuto do Petróleo – nem aos entreguistas nem aos nacionalistas radicais, quando muito o projeto Vargas podia ser considerado como mediadora, congregante de interesses dispares e voltado para as necessidades do desenvolvimento capitalista industrial interno.

Lideranças nacionalistas do CEDPEN como Horta Barbosa e Marcos Pimenta, através do *Jornal de Debates*, viram no projeto de Vargas pontos positivos e negativos pois, segundo estes, a mensagem enviada pelo presidente ao Congresso Nacional, em março de 1951, era nacionalista ao defender o controle estatal sobre a indústria petrolífera brasileira porém, o projeto 1516/51, então submetida à apreciação do Congresso continha falha ao permitir que o capital privado participasse do negócio.¹ A posição de Horta Barbosa é compreensível dado estar ele, juntamente com Juarez Távora, Estilac Leal e Santiago Dantas, entre os que primeiro analisaram o projeto de Vargas antes do envio do mesmo ao Congresso Nacional (Lima; 1975:97).

A crítica mais radical partia do ex-técnico do CNP e deputado Federal pelo PTB, Fernando Lobo Carneiro, para quem a proposta de Vargas era uma mistificação. O deputado assim fundamentava sua discordância: “O projeto do Sr. Getulio Vargas admite acionistas estrangeiros acobertados sob a denominação enganosa de ‘pessoas jurídicas de direito privado brasileiras.’ Qualquer sociedade anônima com sede no Brasil (continua

¹ Escrevia Marcos Pimenta no *Jornal de Debates* “reconhecemos que o anteprojeto agora submetido à apreciação do Parlamento, pelo Presidente da República, constitui um enorme avanço no sentido da solução verdadeira conveniente e nacionalista, deixando na retaguarda, o famigerado Estatuto do Petróleo, bem como a solução Dutra do problema. Há, entretanto, no anteprojeto Vargas, um ponto que precisa ser repellido imediatamente e *in-totum*. É o da alínea IV do artigo 13º que autoriza serem acionistas da Sociedade Petróleo Brasileiro S.A. as *pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras*.” Na mesma linha, em carta ao diário supra citado, afirma Horta Barbosa que o projeto de criação da Petrobrás é o caminho mais curto para alcançarmos a estatização da indústria brasileira do petróleo, como ansiava o povo. “Dêse modo, a alínea IV, do artigo 13º, que permite a participação de pessoas jurídicas de direito privado, indiferentemente ao requisito da nacionalidade de seus sócios, e a disposição do parágrafo 3º do artigo 15, que enseja a eleição de diretores por particulares, devem ser eliminadas” (apud; Victor, 1983:3010).



Lobo) é ‘pessoa jurídica de direito privado brasileira’, mesmo que seus acionistas sejam todos estrangeiros. O truste poderá registrar no País quantas subsidiárias julgue necessárias no gênero da Companhia Nacional de Gás Esso, da Shell-Mex do Brasil Limitada ou da Companhia Brasileira de Petróleo Gulf.”

Ainda segundo Lobo “outra porta de entrada aos trustes internacionais era o artigo 12, que permitia a emissão de obrigações, as quais poderiam ser convertidas em ações preferenciais com direito a voto. Ao mesmo tempo, a atuação da Petrobrás, ‘através de empresas que organizar ou a que se associar’ significava um sistema de *holding*, que tornava ‘a Petrobrás fundida, na prática com as filiais da Standard.’” Lobo findava sua crítica lançando uma advertência: “A defesa do petróleo e dos demais recursos naturais do Brasil está cada vez mais entregue ao povo. E a opinião pública há de repelir a solução Vargas, derrotando-a, como já fez em relação ao impatriótico Estatuto do Petróleo” (apud: Victor 301/302).

Imediatamente a entrega do projeto de criação da Petrobrás ao Congresso e no encalço da manifestação de Fernando Lobo o CEDPEN, através de seu presidente em exercício, General Felicíssimo Cardoso, lança nota oficial endossando as críticas do deputado Fernando Lobo e fazendo uma longa explanação dos 31 artigos que compunha a proposta de Vargas.² Uma das razões para o combate do Centro de Estudos ao projeto de Getúlio devia-se a visão realista daquele órgão de que, qualquer empresário brasileiro que entrasse no projeto o faria simplesmente como testa-de-ferro de algum truste, pois ao longo de anos estes se mostraram incapazes de levar à frente a indústria nacional do petróleo.

Ciente das críticas pontuais da fração burguesa nacionalista à proposta de criação da Petrobrás, o deputado Euzébio Rocha do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – cujo líder era o próprio Vargas – apresentou o substitutivo (projeto nº 1595 de 28-1-52) reduzindo a participação do capital privado na criação e direção da futura empresa petrolífera estatal. Segundo Cohn (1968:140) a proposta de Rocha inovava em dois pontos básicos, “explicitando que as ações das entidades públicas só poderiam ser alienadas à

² Diz a nota oficial no seu cabeçalho: “Coerente com a sua patriótica posição de luta em defesa dos mais legítimos interesses do Povo Brasileiro, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional torna pública sua decidida condenação ao Anteprojeto de Lei sobre o petróleo encaminhada ao Congresso Nacional pela mensagem de nº 169, do Poder Executivo. Apresentado pela propaganda oficial, como solução ‘nacionalista’, o referido Anteprojeto constitui, na verdade, a oportunidade esperada pelos trustes



União, o que eliminava omissão do documento original, pela qual essa alienação poderia ser feita também a entidades privadas e pela redução ao mínimo dos direitos dos acionistas privados, sempre brasileiros, na Sociedade ou nas suas subsidiárias.”

A segunda diferença respeitava ao fato de, no substitutivo de Euzébio Rocha “eliminava-se o aspecto inconstitucional do art. 4º do projeto original, ao restringir-se os bens relativos a petróleo de que a União poderia dispor na integralização do capital inicial da Sociedade a ‘refinarias de petróleo e navios petroleiros avaliados pelo valor atual, artigo 6º alínea a” (ibid.p.140). Ao tomar conhecimento da proposta de Euzébio Rocha o CEDPEN imediatamente publicou nota oficial apoiando-a.³

Para dar remate nacionalista a proposta de Euzébio Rocha o Centro de Estudos e Defesa da Economia Nacional propôs três emendas. “1ª – Inclusão, também, das atividades de distribuição do petróleo como exclusividade da empresa estatal a ser organizada, isto é, monopólio de Estado, igualmente, para o comércio grossista dos produtos refinados, permitindo-se, apenas, o varejo a pequenos revendedores particulares, mediante comissão razoável; 2ª – anulação das concessões para exploração das Refinarias aos grupos Soares Sampaio-Correia e Castro (Refinaria do Distrito Federal), concessões essas ilegais, caducas e antinacionais; 3ª – nacionalização do comércio de produtos de petróleo importados, pondo-se fim à obtenção de lucros excessivos por filiais de entidades estrangeiras, como a Standard Oil, Shell Atlantic, Gulf, Texas ect., impedindo-se, ao mesmo tempo, manobras contra a produção nacionalizada” (Miranda 1983:288). Assinava o documento o General Felicíssimo Cardoso, presidente do órgão.

Em maio de 1952, para surpresa e fortalecimento da burguesia nacionalista defensora da “tese Horta Barbosa”, a União Democrática Nacional (UDN), após reunião de seus principais líderes, decidiu-se por apoiar e defender o monopólio estatal do petróleo. Segundo pronunciamento de Bilac Pinto, destacado deputado daquela agremiação, “o partido decidira que o monopólio estatal era a melhor política para o desenvolvimento do petróleo brasileiro na ocasião.” Justificando a mudança de posição completava o

estrangeiros – especialmente a Standard Oil – para penetrar no domínio da exploração e da industrialização do petróleo nacional” (Apud; Miranda, 1983:269).

³ Diz a nota oficial “Renovando, ainda uma vez, ante a opinião pública, seu ponto de vista de que a exploração do petróleo brasileiro – para ser consentânea com os interesses do Povo – só pode ser exercida mediante o regime de monopólio estatal, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional



parlamentar udenista: “as mudanças de orientação eram normais na vida pública; Getúlio Vargas fizera isso mesmo, defendendo o monopólio estatal quando no exílio no Rio Grande do Sul, e vindo a pleitear uma empresa mista uma vez eleito.” Esta, afirmou Bilac Pinto, “fora uma mudança muito mais grave do que a que a UDN acaba de fazer” (Smith, 1978:97).

O líder udenista argumentava que Vargas – apesar de propor a criação da Petrobrás – não dava a devida importância e apoio financeiro à indústria nacional do petróleo à medida que “Não aplicou os 60 milhões de cruzeiros em 1951, nem concluiu no Orçamento de 1952 a verba de 100 milhões de cruzeiros prevista no Plano SALTE.” Argüia ainda o deputado: “no tocante a industrialização do xisto, de 60 milhões de cruzeiros autorizados, apenas 3 milhões haviam sido dispendidos, em pessoal, e que, 80 milhões de cruzeiros previstos para o Orçamento de 1952 pelo Plano SALTE, haviam sido reduzidos pelo governo para vinte ou trinta milhões.”

Continuando sua crítica ao investimento da administração getulista na indústria brasileira do petróleo, ressalta o deputado: “A refinaria de Cubatão (...) está caminhando totalmente em vias de instalação (...). O orçamento de 1951 consignou verba de 100 milhões de cruzeiros, que não pôde deixar de ser gasto, porque a obra estava em andamento, mas pelo Plano SALTE, no Orçamento de 1952, a verba deveria ser de 140 milhões de cruzeiros (...). Mas em vez de 140 o Governo apenas solicitou 50 milhões, comprometendo a marcha normal dos trabalhos” (Cohn, 1968:147). Na realidade o redimensionamento do orçamento para o setor petrolífero era reflexo da crise econômica em que começava a mergulhar o país na metade da segunda gestão de Vargas.

O projeto substitutivo da UDN compunha-se 63 artigos, cujos parágrafos e divisões propunha o monopólio estatal das reservas naturais, da pesquisa, exploração, refino do petróleo nacional e importado, transporte, inclusive via condutos e a substituição do nome Petróleo do Brasil S.A. por Empresa Nacional de Petróleo (ANAPE) mais ágil e financeiramente fortalecida, cujas emissões de valores calcados nos bens relacionados com o petróleo; refinarias, navios oleodutos, de posse do Estado e calculados em quatro bilhões de cruzeiros, não poderiam ser transferidas a terceiros (Victor, 1993:341). A proposta da

dá seu apoio ao Substitutivo apresentado pelo Deputado Euzébio Rocha e também subscrito por mais 26 parlamentares de vários Partidos (...). (Miranda, 1983:287).



UDN entrou para a agenda política do Congresso Nacional juntamente com o projeto de Vargas.

A propositura udenista incorporava, no geral, as exigências do CEDPEN e foi assinada pelos seguintes deputados, além de Bilac Pinto. Luis Garcia, Ernani Sátiro, Aliomar Baleeiro, Maurício Joppert da Silva, ambos da (UDN do Pará, Bahia e Rio de Janeiro), Hélio Pereira de Souza, Lima Figueiredo, Camelo D'Agostinho (PSD-SP), Euzébio Rocha (PTB-SP), Artur Bernardes (PR-MG), Orlando Dantas (PSB-Se) e Joaquim Viegas (PST-AI) (Cohn; 1968:142). Estava formada a frente parlamentar nacionalista em defesa da “tese Horta Barbosa.”

Duas conclusões se pode extrair da mudança de posição da bancada udenista aquela altura dos acontecimentos; a primeira está intimamente ligada a sua postura antigetulista, expressa na procura de base legal que não permitisse a Getúlio assumir o governo, e a segunda de viés político oportunista se deve, acreditamos, a tentativa de aquela agremiação partidária conservadora de se aproximar da vultosa movimentação social em defesa do monopólio estatal da indústria petrolífera brasileira.

Uma vez submetido à apreciação do Congresso Nacional, a proposta de Vargas de criação da Petrobrás logo recebeu amplo apoio do tradicional segmento burguês sócio-subordinado ao imperialismo, isto porque “Era claro que os negociantes tradicionais, orientados para a exportação, eram contra o nacionalismo representado pela Petrobrás, uma vez que esta protegeria a nova elite comercial orientada para a indústria” (Smith; 1978:106). Este fragmento reacionário de classe ancorava-se na representação parlamentar do entreguista Assis Chateaubriand, do Partido Social Democrático (PSD), que não se cansava de afirmar que se a política dos nacionalistas para o petróleo prevalecesse “os senadores logo estariam vestidos de tangas e carregando arco e flechas” (id.p.106)

A primeira vitória de Vargas para seu projeto de criação da Petrobrás foi a aprovação do regime de urgência por ele solicitado ao Congresso Nacional que mesmo contando com desaprovação – por questão ideológica – das bancadas nacionalista e entreguista, a solicitação foi acatada. Vargas tinha pressa e estava mais do claro que se dependesse da iniciativa privada nacional a indústria petrolífera estaria comprometida e com ela o nacional-desenvolvimentismo. Como bem observou Lima (1975:91): “Ficou assentado que caberia ao Estado enfrentar o problema do petróleo, já que não se confiava e



nem se depositava esperança no setor privado. Esta, aliás, era a tendência da Presidência da República em relação a este e outros problemas.”

6.2 O CEDPEN intensifica a luta e ganha apoio

Enquanto os parlamentares se preparavam para receber e debater os projetos de Vargas e da bancada udenista, no primeiro semestre de 1952 o segmento defensor da “tese Horta Barbosa” intensificava a luta e passava por um redimensionamento. Nas hostes militares a fração nacionalista sofrera um revés com a renúncia forçada do General nacionalista Estilac Leal da direção do Clube Militar e do Ministério da Guerra, ambas as organizações passaram para o comando de oficiais simpatizantes da associação subordinada da burguesia nacional ao capital imperialista, principalmente no ramo petrolífero (Smith 1978:99).

Por outro lado, ao preparar a III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo o CEDPEN recebeu importante apoio da União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal que publicaram manifesto convocando a população a engajar-se na luta em defesa do monopólio estatal da indústria petrolífera brasileira (Miranda, 1983:326).

Na mesma direção apontava o relatório das comissões de Segurança Nacional, de Economia e de Transporte que, após exaustivo debate, apontou as lacunas existentes nas leis e regras de financiamento do projeto de Vargas de Criação da empresa estatal. Tais lacunas poderiam jogar a indústria nacional do combustível nas mãos dos trustes alienígenas, fato que levou as comissões supracitadas a concluir que o substitutivo Euzébio Rocha era mais claro, objetivo e melhor se encaixava nas premissas nacionalistas da mensagem enviada por Getúlio ao Congresso Nacional em março de 1951, o que não era o caso dos projetos 1516 e 1517 do próprio executivo (Victor, 1993:324).

Mas não parava por aí. O movimento nacionalista ondulava, se expandia e arrastava velhas personalidades da política econômica brasileira das duas décadas pretéritas para o campo da burguesia defensora da “tese Horta Barbosa.” Era o caso de Odilon Braga, relator do “Inquérito do Petróleo, 1936 e do Projeto de Estatuto de 1946” que em depoimento as comissões de Economia e Transporte, reconhecia que no Projeto de Estatuto continha falhas que possibilitavam a participação do capital externo, agora, em se



tratando da criação da Petrobrás devia-se “ver o Brasil defendendo, sem disfarces, o seu mercado e suas jazidas de petróleo” (id.p.320).

Como presidente da UDN, ideologicamente identificado com o segmento burguês nacional associado ao imperialismo, Braga incorporava a mudança de posição do partido, ainda que contradizendo seu passado quando rompera com Vargas, em 1938, exatamente por não concordar com o viés nacionalista institucionalizado pela criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

No mesmo diapasão, Mário Bittencourt Sampaio, ex-Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), ex-administrador do Plano SALTE, responsável pelas negociações na França para a aquisição de equipamentos para a construção da refinaria de Cubatão, consultado pelas comissões supracitadas, também manifestou reserva quanto à possibilidade – expressa no projeto Vargas de construção da Petrobrás – de o capital privado nacional e transnacional vir a participar, ainda que em condição minoritária, da futura empresa estatal.

Segundo Sampaio, o projeto de nº 1516/51 desrespeitava, sem qualquer justificativa, as leis nacionalistas vigentes desde 1938. O artigo 4º, argumenta Sampaio “determina que todos os bens que a União possui, e que interessam às atividades petrolíferas, inclusive as jazidas de petróleo, de rochas betuminosas e de gás natural, serão transferidos à sociedade a ser organizada, incluindo capitais nacionais e estrangeiros.”

Como membro da fina fração burguesa ideologicamente nacional associada, agora se posicionando ao lado dos nacionalistas, Sampaio pleiteava uma relação soberana com os ianques. Ao término de seu depoimento o plutocrata dizia textualmente: “*Somos e devemos continuar a ser amigos e aliados da América do Norte, embora devemos precaver-nos contra os trustes lá sediados. Mas ser aliados não é ser dependente e sim cooperador*” (ibid.p.318/319). Esta era a grande tarefa que uma fração burguesa nacional estabelecia como objetivo a conquistar; incorporar as necessidades capitalistas internas e se impor ante as pretensões estadunidenses de transformar o Brasil em satélite de seu desenvolvimento.

Sem medo de pecar pelo excesso, mais um exemplo de como a campanha de “O Petróleo é Nosso!” se fortalecia nos é fornecido pela adesão do ex- Ministro das Relações



Exteriores – no primeiro governo de Vargas – e ex-Presidente da Assembléia das Nações Unidas, Osvaldo Aranha, que numa entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo* reiterava sua posição em defesa do monopólio estatal, como havia feito em carta de abril de 1949 ao jornalista Marcos Pimenta (cf. Victor, p.331). Aranha falava com conhecimento de causa pois tivera a oportunidade de verificar na prática no que redundou sua batalha por associar subordinadamente o modelo econômico brasileiro ao imperialismo ianque a partir de 1938, quando do início de sua gestão na pasta do exterior.¹

Este era o clima favorável a fração burguesa nacionalista defensora da “tese Horta Barbosa” quando entre os dias 5 e 8 de julho de 1952 instalou-se na capital da República – mais uma vez sob ameaça de intervenção policial – a III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo que contou com 600 delegados escolhidos por Convenções de 18 Estados Brasileiros e do Distrito Federal. Nas suas seis reivindicações, a III Convenção se manifestou contra todo e qualquer tipo participação de capital privado nacional na pesquisa, lavra, refino, transporte e somente na distribuição de derivados de petróleo pelo território brasileiro admitia-se a participação de pequenos empresários varejistas operando à base de comissões fixas (reivindicação I-a) (Miranda, 1983:332).

Na segunda exigência a III Convenção é enfática em afirmar que o projeto do Executivo de nº 1516/51 de criação da Petrobrás era “impatriótico e lesivo aos interesses do Povo brasileiro” que ao propor uma sociedade mista, na realidade entregava a indústria nacional do petróleo aos trustes como “já demonstrado pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional e unanimemente reconhecido pela Comissão de Segurança Nacional, da Câmara dos Deputados.” Na terceira exigência a referida Convenção revelava apoio aos “patrióticos substitutivos de iniciativa de Euzébio Rocha, Osvaldo Fonseca e Bilac Pinto.” ambos deputados da UDN propunham o controle estatal absoluto sobre indústria petrolífera brasileira (ibid.p.333).

¹ Ao discorrer sobre o montante de investimentos norte-americano no Brasil no decorrer da luta pela estatização da indústria petrolífera Vieira (1982:39), mostra que entre 1950 e 1954 este teve um crescimento de 63%, passando de US\$ 644.000 para US\$ 1.050.000, desse montante apenas 8,7% destinou-se ao setor público. A valorização desse capital atingia níveis fantásticos, de 1949 a 1952 fora enviado para o exterior US\$ 173.000.000 relativos aos lucros obtidos em nosso território. Esta escandalosa lucratividade levou Osvaldo Aranha a denunciar que: “O capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para sair (...) O capital estrangeiro no Brasil salvo raras exceções, tem se instalado e crescido de modo à quase impedir o crescimento e o desenvolvimento do capital nacional.”



No fito de livrar o futuro setor estatal da dependência da indústria de equipamentos norte-americanos a III Convenção recomenda: “como contribuição para solucionar o problema da aquisição dos equipamentos necessários à indústria do petróleo, a aceitação das propostas concretas, feitas ultimamente por países da Europa, mediante troca por produtos nacionais exportáveis.” E por fim a Convenção protesta contra a violenta perseguição policial verificada em vários Estados do Brasil contra membros do Centro de Estudos e Defesa da Economia Nacional além de exigir a “imediata libertação de Henrique Moura, preso em Santos a 30 de setembro de 1949, por ocasião de um comício patrocinado pelo CEDPEN” (ibid. p.334).

Para além da mobilização social do CEDPEN e da adesão à “tese Horta Barbosa” de personagens influentes de segmentos burgueses antes defensores da associação subordinada ao capital imperialista para desenvolver a indústria brasileira do petróleo, a incipiente estrutura industrial do setor montada pelo Estado era indicativo irrefutável de que era possível sim, estabelecer e desenvolver, nos marcos do financiamento público, da direção e das necessidades internas, aquele ramo industrial da mais alta importância para o desenvolvimento capitalista industrial brasileiro.

Segundo Smith (1978:104/105): “em 1952, a produção (de petróleo) subiu para a média de 2.000 b.p.d. O CNP perfurou 64 poços no período: 44 deram petróleo e dois deram gás. A Refinaria de Mataripe entrou em funcionamento, já estando prontos os estudos preliminares para ampliar sua capacidade para 15.000 b.p.d., e teve início a construção de uma unidade para produzir óleos lubrificantes. A construção da nova refinaria em Cubatão fora retardada, mas o equipamento começara a chegar e o complexo estaria terminado até fins de 1954, na estimativa do CNP. E finalmente, o CNP orgulhava-se em dizer que já podia adquirir parte do equipamento especializado no Brasil (a indústria local respondia às necessidades da indústria do petróleo), e a Escola Politécnica da Bahia abria um curso para técnicos em refinação.”

Por outro lado a iniciativa privada também se fazia presente com a licença cedida pelo CNP para que a I.B. Sabbá & Cia Ltda. organizasse uma refinaria na Amazônia para operar com petróleo importado do Peru. Por aqueles anos o número de empresas particulares no setor subia para quatro, refinando um total de 45 mil barris/dia, ou seja um terço do consumo interno no ano de 1952 (id.p.105).



Apesar de pouco significativo no que respeita ao nível produtivo e o número de empresas privadas operando, o simples fato de elas existirem era motivo para que o segmento burguês entreguista traçasse loas em defesa da liberdade para o capital privado nacional e transnacional operarem em nosso território. Foi sobre estas condições que Getúlio e seu quadro técnico, submeteram a apreciação do Congresso Nacional os Projetos de nº 1516 e 1517/51 que criava a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. ou Petrobrás.

6.3 A batalha na Câmara Baixa para aprovar a criação da Petrobrás

No início de setembro de 1952 com 150 propostas de emenda o projeto de criação da Petrobrás foi submetido à votação no Congresso Nacional. Ciente das dificuldades que enfrentaria e reconhecendo a intensa movimentação social em defesa do monopólio estatal, a tropa de choque parlamentar de Vargas, representada pelo líder, deputado Gustavo Capanema, cuidou de convocar as lideranças nacionalistas para urdir um acordo acerca do projeto de nº 1516/51 e assim estabelecer o consenso necessário a sua aprovação sem remover a presença, os interesses dos trustes alienígenas incrustados na distribuição de derivados de petróleo no mercado nacional, tampouco suspender as concessões às refinarias privadas.¹

No tocante à designação “Petrobrás”, nome da futura estatal, os nacionalistas não se opunham, mas com relação às refinarias particulares aquela frente só concordaria com sua manutenção se estas ficassem proibidas de se expandir. Após muita discussão e praticamente passando por cima da insignificante fração parlamentar entreguista, representada pelo deputados Nestor Jost, Daniel Faraco, Raimundo Padilha Adolfo Gentil e Israel Pinheiro, chegou-se a um acordo que contemplava parcialmente o segmento burguês nacional, nacionalista e os interesses dos trustes.²

¹ O deputado Capanema iniciou a reunião com a frente parlamentar defensora da “tese Horta Barbosa” apresentando concessões e exigências do Executivo. Segundo aquele líder, o governo Vargas concordava com as seguintes exigências dos nacionalistas: a) – que haja monopólio estatal na pesquisa, lavra e refinação; b) – que se diga claramente que a União Federal terá sempre 51% das ações, tanto na Petrobrás como nas subsidiárias, nestas a Petrobrás é que teria os 51% das ações; c) – eliminação dos acionistas estrangeiros, indicado no projeto como “pessoas jurídicas brasileiras”. Em compensação o governo exigia: a) – conservar-se o nome Petrobrás; b) – que mantivessem as concessões as refinarias particulares de São Paulo e Rio de Janeiro e c) – que se excluísse do comércio atacadista do petróleo o monopólio estatal (Miranda Cf.p.351).

² Segundo Miranda (1983:352) as características nacional e nacionalista do projeto aprovado no Congresso, após a reunião dos líderes, eram os seguintes: 1) – foram eliminadas do corpo de acionistas da Petrobrás as “pessoas jurídicas de direito privado que tivessem sócios estrangeiros; 2) – foi instituído o monopólio da



O que os parlamentares da Câmara Baixa aprovaram e enviaram para análise na Câmara Alta não era nem a proposta da frente nacionalista nem a proposta da fração burguesa nacional associada, mas uma mescla de ambas, que mantinha intacta a atuação do capital imperialista incrustado na incipiente indústria oleífera brasileira e as refinarias particulares.

Em linhas gerais as diferenças entre o projeto do Executivo de nº 1516/51, de Vargas, e o aprovado no Congresso eram as seguintes: se na proposta do Executivo no artigo 2º, a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte de petróleo e seus derivados ficava a cargo da Petrobrás, na Câmara Baixa o aprovado atribuía estas tarefas a União. No artigo 4º do projeto do governo determinava que a União subscreveria a totalidade das ações que constituía o capital inicial da Sociedade e, para sua integralização, disporia dos bens e direitos que possuía. O mesmo estabelecia o artigo de nº 10 do Congresso, desde que a União mantivesse o mínimo de 51% do capital inclusive quando da sua integralização e nas subsidiárias que viesse a constituir-se.

No tocante a participação do capital privado, no projeto do Executivo era assegurado às pessoas jurídicas de direito público interno, às pessoas físicas brasileiras limitada a aquisição de ações ordinárias a vinte mil, as pessoas jurídicas de direito privado limitada a aquisição de ações ordinárias a cem mil e as demais pessoas jurídicas de direito privado brasileiras até o limite de vinte mil em ações ordinárias (artigo 13). No projeto da Câmara Baixa os nacionalistas refutaram a participação privada, aprovando no lugar o artigo de nº 18, determinando que as pessoas jurídicas de direito público só poderiam admitir como acionistas: I – as pessoas jurídicas de direito público interno; II – o Banco do Brasil e as sociedades de economia mista, criadas pela União, pelos estados ou Municípios, as quais, em consequência da lei, estejam sob controle permanente do Poder Público.

União na pesquisa, lavra, transporte especializado e refino; 3) – esse monopólio seria exercido por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e das suas subsidiárias, não se tratando de monopólio estatal total e, sim, de monopólio de uma sociedade mista, da qual participariam acionistas particulares, bem como todas as subsidiárias por ela organizadas; 4) – a União teria, pelo menos, 51% do capital da Petrobrás, e esta contaria com pelo menos, 51% do capital das subsidiárias, o que significava que, nestas últimas o capital do Estado poderia reduzir-se a 26%; 5) – não foi incluída no monopólio a distribuição dos produtos da Petrobrás ou das subsidiárias, isto é, o comércio atacadista poderia ser exercido por companhias com capitais cem por cento estrangeiros ou simplesmente por filiais dos trustes e 6) – ficariam, também, excluídas do monopólio, as refinarias particulares existentes ou as simplesmente autorizadas, mais ainda não montadas (as lesivas concessões Soares Sampaio-Correia e Castro, para a refinaria em São Paulo, e Peixoto de Castro, para refinaria do Distrito federal).



Com relação a financiamento interno ou externo estes só poderiam ter garantias do Estado se feitos por empresas subsidiárias da Petrobrás que disporia da maioria das ações com direito a voto e com a aprovação do CNP. As autorizações em fase de finalização e as refinarias privadas em operação – pelo projeto do Congresso – ficariam fora do controle estatal (artigos 43 e 44). Para além, à Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A. ficaria assegurado o direito de desapropriação de áreas onde houvesse jazidas, isenção de impostos de importação de maquinarias, combustível e, por fim, não seria concedido permissão para que as refinarias privadas ampliassem suas atividades. Artigos 24 e 45 (Victor; cf. p.299/376).

6.4 As Comissões do Senado analisam o “acordo parlamentar”

Em fins de setembro de 1952 chega ao Senado – aprovado em duas votações – o projeto de criação da Petrobrás. Assim como na Câmara Baixa também na Câmara Alta os senadores dividiam-se em dois blocos bem delineados representando as duas correntes de opinião encarregadas de aprovar ou refutar o novo projeto de desenvolvimento da indústria nacional do petróleo. A ala entreguista era composta pelos senadores Assis chateaubriand (PSD), Plínio Pompeu (PTB), Othon Mäder (PR) com apoio, entre outros, “do relator da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e ex-diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, senador Alencastro Guimarães” (Cohn; 1968:166).

No grupo nacionalista moderado encontravam-se: Landolfo Alves (PTB), Kerginaldo Cavalcanti (PSP), Domingos Velasco (PSB) e Bernardes Filho, ambos apoiados pelo relator da Comissão de Finanças o senador nacionalista Alberto Pasqualini (PTB). Ou seja, as cisões se operavam de cima a baixo nas hostes dos partidos que contavam com representantes dos segmentos burgueses nacional associados, entreguistas e nacionalistas, o mesmo podendo ser afirmado com relação à luta extraparlamentar que se mantinha vigorosamente por todo território pátrio contra e em defesa da “tese Horta Barbosa.”

Ao receber o projeto de criação da Petrobrás aprovado pela Câmara dos Deputados as correntes senatoriais nacionalistas e entreguistas foram bombardeadas pela também cindida opinião pública organizada. Em defesa do monopólio estatal e contra o projeto enviado à Câmara Alta manifestava-se o CEDPEN em documento entregue a cada



Senador da República.¹ Do mesmo modo, exceto a Associação de Comerciantes do Estado de Minas Gerais que encampou a luta em defesa da “tese Horta Barbosa”, as dos demais Estados davam total apoio – através de cartas e telegramas – aos senadores entreguistas empenhados em remover o viés nacional e nacionalista constante no projeto da Câmara dos deputados.

Apesar de ter realizado sua III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo por aqueles dias o CEDPEN procurou manter sua legião de seguidores atentos à movimentação política dos senadores acerca do projeto de criação da Petrobrás com o qual o órgão não concordava no entanto tinha claro que se descuido houvesse as poucas conquistas resultantes do “acordo parlamentar” poderiam ser eliminadas na Câmara Alta. Assim, exatamente no mesmo mês em que o projeto de criação da estatal entrou na agenda de discussão do Senado, setembro de 1952, aquela organização social suprapartidária iniciou por todo o país os Congressos Regionais em defesa do monopólio estatal da indústria petrolífera brasileira.²

Os referidos Congressos Regionais além de reiterar o que já era do conhecimento público; combate ao projeto do Executivo de nº 1516/51, considerando que as modificações introduzidas pelos deputados federais não eliminaram a participação do capital privado nacional e transnacional, não estabeleceu o controle estatal sobre as refinarias particulares etc. também apresentaram veemente protesto contra o “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos” a partir do qual os ianques nos forneciam equipamentos militares obsoletos, de segunda categoria³ e tinha preferência nas exportações de nossas matérias-primas.

¹ A mensagem do CEDPEN enviada ao Senado continha 9 pontos e era assinada por sete generais e um desembargador. Em linhas gerais os pontos arrolados criticavam o projeto resultante do “acordo parlamentar” elaborado e dirigido pelo líder do governo, deputado Gustavo Capanema. Entre as críticas daquele órgão figurava a observação de que o projeto não eliminava a possibilidade de os trustes vir a compor o capital da Petrobrás portanto, mantinha-se o viés entreguista, que o comércio atacadista se mantinha sobre o controle dos trustes, que as refinarias privadas escaparam do controle estatal, que a aprovação de tal projeto na Câmara dos deputados representava uma afronta ao povo brasileiro ideologicamente identificado com o monopólio estatal de todas as fases da indústria petrolífera nacional (Miranda; cf.p.355/356).

² Os Congressos Regionais foram assim divididos: Norte, abrangendo os Estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Territórios, capital sede São Luís. Nordeste, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, capital sede, Recife. Centro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, sede, São Paulo. Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sede, Porto Alegre (ibid.p.399).

³ Discorrendo sobre a ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial e as dificuldades enfrentadas e o contato com equipamento bélico de ponta Geisel (1997:94) afirma que ao final do conflito esboçou-se um acordo entre o dois Exércitos onde os Estados Unidos da América “passou a fornecer



Entre os dias 30 de setembro e nove de outubro de 1952 o projeto de criação da Petrobrás foi mantido no Senado recebendo emendas das principais correntes em disputa, para só então ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura, Indústria e Comércio, Segurança Nacional, Transportes e Finanças. Entre os relatores de tais comissões se faziam presentes políticos que ao longo desta pesquisa classificamos como de ideologia nacional, ou seja, aquele segmento político-social que ante a debilidade técnico-financeira interna procurava encontrar pontos de convergências entre os interesses da coletividade, do capital privado brasileiro e imperialista, principalmente no que se refere à indústria petrolífera brasileira. É o que se depreende da posição dos senadores Ivo de Aquino relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo este senador, ao não estabelecer o controle estatal sobre a distribuição de derivados de petróleo em nosso território deixando-o nas mãos dos trustes transnacionais a Petrobrás perderia incalculável lucro porém, observava, devido à dependência interna da importação do combustível e o vultoso custo que representaria a desapropriação daquelas empresas, devia manter-se como estava, mas era aconselhável que os técnicos comesçassem a estudar a questão porque logo que a produção nacional se aproximasse da auto-suficiência a distribuição de derivados deveria passar para o controle estatal. Na mesma direção pronunciava-se o senador Landulfo Alves para quem a distribuição e comercialização do combustível deveria ser de controle estatal, no entanto, dado à estrutura montada pelo capital externo operando no país, se necessário fosse, poderiam ser desapropriados no futuro.

Eram Landulfo Alves e Ivo de Aquino os primeiros nacionalistas moderados a cogitar da possibilidade de o governo vir a desapropriar – num futuro imprevisito – o capital petrolífero externo instalado no Brasil. Nem mesmo o CEDPEN havia defendido esta tese, ainda que pregasse o controle estatal também sobre o comércio e a distribuição de derivados de petróleo, aquele órgão nunca escrevera ou se pronunciara sobre o tratamento que deveria ser dispensado as companhias transnacionais responsáveis por este departamento em se tratando do desencadear do processo de estatização por eles apregoado.

material, geralmente obsoleto, e as vezes cobrava pagamento. Não fornecia o último modelo, o mais atualizado, e sim o que já estava ultrapassado.”



Com relação às refinarias particulares em operação, Landolfo Alves defendia que estas se mantivessem sobre o controle de empresários brasileiros e pudesse ampliar suas atividades, o que deveria ser restringido era o prazo vigente da concessão. Alberto Pasqualini, terceiro senador nacionalista responsável pelo relatório da Comissão de Constituição e Justiça, no seu parecer demonstrava conhecer a debilidade econômica e a tacañice da burguesia brasileira ao afirmar que não se poderia “esperar que o capital privado nacional se aventurasse à exploração petrolífera, como aliás nunca o fez quando tinha essa possibilidade, já porque não existe em massa disponível para empreendimento dessa natureza, já porque não iria correr riscos, quando é mais fácil utilizá-lo em especulações imobiliárias que constituem uma das características econômicas dos últimos anos” (Victor;1993:385).

O senador só erra ao afirmar que não está disposta a correr riscos e acumular via especulação era uma característica recente da burguesia brasileira, quando na realidade era e é de sua própria gênese de classe dominante colonial. Pasqualini defende o controle estatal sobre o setor petrolífero como única forma de transformar os ganhos da importante indústria em desenvolvimento coletivo-social porém, não permitir que um brasileiro, casado com estrangeira – como estabelecia o artigo de nº 18 do projeto de criação da Petrobrás aprovado pelo Câmara dos deputados – possa ser acionista da futura estatal era levar ao absurdo a vigilância contra o capital transnacional.

No tocante à participação de acionistas privados no negócio do petróleo, Pasqualini apresentava a seguinte proposta: “1) – eliminação, com exceção das sociedades anônimas de economia mista que estivessem sobre o controle público, ou... 2) – faculdade de o acionista voluntário privado subscrever ações preferenciais, que não teriam, em qualquer hipótese, direito a voto nem poderiam ser convertidas em ações ordinárias”, dado que, concluía o senador, se por um lado devemos nos prevenir contra a infiltração perniciosa do capital petrolífero imperialista, por outro somos um país de imigrantes que não pode tomar atitudes de hostilidade ou desconfiança indiscriminada contra estrangeiros. No caso de admissão do capital privado, esse deveria concorrer e colaborar, jamais deliberar ou influir nas deliberações que constituem papel das entidades públicas (id.p.385).



Pasqualini também não acreditava que mesmo que o projeto de criação da Petrobrás em debate permitisse, os trustes externos não derramariam, na indústria oleífera brasileira, um montante de quinhentos milhões de dólares necessários ao seu desenvolvimento – como acreditava os senadores entreguistas Othon Mäder e Assis Chateaubriand – na medida em que estes estavam muito ocupados na produção e distribuição do combustível em países com maior potencial instalado que o Brasil.

É compreensível a posição de Pasqualini quanto à participação do capital privado nacional na Petrobrás como mero colaborador e sem direito a decidir sobre os rumos do empreendimento. Aquele senador fora escolhido por Vargas para estudar a questão petrolífera antes de o Senado se debruçar sobre o projeto de criação da Petrobrás aprovado na Câmara Baixa. Segundo Lima (1975:103/104) o Executivo chegou mesmo a montar “uma assessoria especial para ele; não só para levantamento de toda literatura requisitada, obtida no Brasil e no exterior, como para a preparação de dados estatísticos. Só o corpo de calculistas do CNP, por nós mobilizados, forneceu ao senador Pasqualini cerca de 300 quadros solicitados por ele para ilustrar seu trabalho.”

Diante disso fica claro que o projeto de criação da Petrobrás aprovado na Câmara dos deputados – devido contemplar reivindicações do segmento burguês nacional, nacionalista, e garantir a permanência do capital imperialista aqui instalado – contava com um esquema de apoio considerável no Senado o que não quer dizer que os nacionalistas e entreguistas radicais estivessem derrotados *a priori*. Pelo contrário, eles lutariam até o fim em defesa de suas propostas.

6.5 A batalha no Senado

Antes de iniciarmos esse tópico referente ao enfrentamento entre entreguistas e nacionalistas na Câmara alta acerca do projeto de criação da Petrobrás aprovado na Câmara baixa, faz-se necessário afirmar que as correntes políticas defendiam suas proposituras calcadas em bases reais distintas: se os nacionalistas pautavam sua ação, de olho na movimentação social em defesa da “tese Horta Barbosa”, os entreguistas se voltavam para os seus interesses particulares, para os liames existentes entre o modelo econômico vigente e os compromissos assumidos com os Estados Unidos no desencadear da “guerra fria.”



A respeito assevera Carvalho (1977:62/63) “Senadores como Assis Chateaubriand, Plínio Pompeu e Othon Mäder mostrara-se hostis tanto ao projeto original de Vargas, quanto às emendas aprovadas pela Câmara. Estes Senadores insistiam numa ‘terceira fórmula’ baseada no regime das concessões. Mostravam-se, portanto, fiéis, aos seus valores, às suas crenças e, sobretudo, às suas clientelas, enquanto se davam ao trabalho de defender as mesmas idéias esposadas pela UDN durante o Governo do General Eurico Gaspar Dutra.”

Outros senadores entreguistas “não apenas Plínio Pompeu, julgavam que o problema do petróleo deveria ser equacionado no contexto da guerra fria.” Some-se a isso a descrença desses políticos na capacidade de a burocracia brasileira desenvolver aquele setor industrial e ter-se-á a base material de suas retóricas contra a intervenção estatal.

É a partir dessas premissas que em fevereiro de 1953, dando o pontapé inicial na disputa por alterar o projeto de criação da Petrobrás aprovado na Câmara Baixa, Othon Mäder apresenta a Emenda de nº 19 ao Artigo 2º do projeto do Executivo. Pela proposta do senador do Partido Republicano gaúcho o monopólio não deveria ser exercido somente pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), mas também “*por meio de concessões, quando a lei autorizar, a empresas constituídas nos termos da legislação brasileira com sede no Brasil.*” O representante dos trustes externos defendia sua proposta afirmando que o ideal seria que da pesquisa à distribuição, tudo devia ser feito via capital e técnica privadas, cabendo a União participação sob forma de *royalt*, mas como o nacionalismo acerbo não permitia, o correto seria instalar a associação entre o capital estatal misto e privado (cf. Victor;1993:386).

Na defesa da aprovação da emenda de nº 19 o senador Assis Chateaubriand chegou a afirmar que não se dispunha somente a entregar a indústria nacional do petróleo aos trustes transnacionais mas “*Se a Standard Oil nos entregasse 13% dos impostos que paga e 50% dos lucros que aufera, eu concordaria em que lhe desse até metade da administração do Brasil para negociar! [...] negociaria com ela a arrecadação dos impostos, e tenho certeza de que sairia muito mais barata para nós, considerado o imenso funcionalismo que temos que pagar*” (ibid.p.378).

Em 23 de abril do mesmo ano (1953) o projeto de criação da Petrobrás era colocado na ordem do dia no Senado com um total de nove emendas entre elas a do



senador João Vliasboas defendendo, no artigo 43, que as refinarias em funcionamento se transformassem em subsidiárias da estatal no prazo de dois anos, isso porque, afirmava o senador nacionalista, o artigo do mesmo número do projeto do Executivo privilegiava determinadas empresas, e para que o monopólio realmente fosse instaurado era necessário que essas companhias fossem enquadradas no esquema.

Na mesma data o senador Kerginaldo Cavalcanti apresentava a emenda 56 pela qual a Petrobrás, se assim deliberasse a assembléia geral e o presidente da República, após ouvir o Conselho Nacional do Petróleo concordasse, contratar empresas nacionais ou estrangeiras de capacidade técnico-financeira comprovada para os trabalhos de pesquisa e exploração de petróleo, mediante garantia de participação nos produtos resultantes estabelecendo-se, sempre, uma compensação dos riscos das despesas efetuadas pelas companhias particulares.

A ala parlamentar entreguista se movimentava com rapidez e perspicácia procurando encontrar brechas na legislação nacionalista vigente e nas propostas da bancada nacionalista para, a qualquer custo, inserir o capital privado na indústria oleífera nacional a partir da criação da Petrobrás. Foi o que aconteceu com a subemenda de nº 32 de Atílio Vivacqua a emenda nº 56 de autoria do senador Kerginaldo Cavalcanti. Percebendo a brecha deixada pela proposta de Cavalcanti o senador entreguista Vivacqua justificava sua subemenda argumentando que de acordo com o Artigo de nº 117 do Código de Minas de 1934 e o Decreto-Lei de nº 366 de 1938 não se excluía a colaboração do capital privado nacional e transnacional através de concessão de *royalty* para estimular a iniciativa privada, tudo dependia de uma regulamentação.

Submetida apreciação das Comissões de Justiça (relator, Gomes de Oliveira), Segurança Nacional (relator, Ismar de Góis), Economia (relator Landulfo Alves), Transporte (relator, Alencastro Guimarães) e Finanças (relator, Alberto Pasquailini), a subemenda de Vivacqua foi aprovada, somente Landulfo Alves da Comissão de Economia do Senado votou contra.

Uma vez aprovada a proposta de Vivacqua nas comissões, o senador entreguista, Ismar de Góis, relator da Comissão de Segurança Nacional, apresentava nova subemenda pela qual poderia o governo, ouvido o CNP, contratar – por intermédio da Petrobrás – empresas privadas de competência técnico-financeira comprovada para pesquisa,



perfuração, lavra, extração e outros empreendimentos, remunerado em dinheiro ou em espécie, mediante garantia de participação para garantir a compensação dos riscos. Em parágrafo único Góis determinava que, o produto da participação entregue as empresas particulares só poderiam ser exportados quando o CNP determinasse que as necessidades internas de consumo do combustível estivessem satisfeitas.

A diferença entre a emenda de Cavalcanti e a subemenda de Ismar Góis parece insignificante porém, e isso é fundamental, ao contrário da proposta de Cavalcanti a de Góis punha nas mãos do governo e não da Petrobrás o poder de contratar o capital privado para atuar na indústria oleífera brasileira, o que era um grande perigo pois quem garantia que o poder central estivesse sempre em mãos de políticos defensores dos interesses nacionais?

Dando continuidade a luta por rechaçar o caráter nacionalista da legislação vigente e entregar a Petrobrás ao capital privado, em abril, o conservador Mäder apresentou uma emenda suprimindo o item I do Artigo 1º do projeto da estatal. Pela proposta do histórico conservador a pesquisa, a lavra das jazidas de petróleo, outros hidrocarbonetos fluídos e gases raros existentes em território brasileiro deixariam de ser propriedade da União. Mäder explicava que era um absurdo manter o monopólio dessas riquezas na mão da Petrobrás que se transformaria numa espécie de latifundiária do petróleo sem qualquer justificativa.

Contra atacando e se refazendo do deslize que originou a emenda de nº 56 e as subemendas de Atílio Vivacqua e Góis Monteiro, o senador Kerginaldo Cavalcanti, em 24 de abril, apresentou a emenda de nº 51 que acrescentava ao Artigo 1º do projeto original de criação da Petrobrás a autorização para que o governo Federal encampasse, no prazo de cinco anos e mediante indenização, qualquer empresa nacional ou estrangeira que estivesse atuando na distribuição de derivado de petróleo em território nacional. Cavalcanti justificava sua proposta argumentando que ela afirmava o monopólio estatal, dado ser justamente na distribuição onde se auferiam os maiores lucros. Votaram contra a emenda as Comissões de Economia (relator, Landolfo Alves), Transportes (relator, Alencastro Guimarães) e Finanças (relator, Alberto Pasqualini). Somente a comissão de Constituição e Justiça (relator, Gomes de Oliveira) votou a favor.



Ao reprovar a emenda de nº 51 de Cavalcanti pela qual a Petrobrás encamparia em prazo pré-estabelecido as empresas transnacionais distribuidoras de petróleo em território brasileiro, os senadores nacionalistas Landolfo Alves e Alberto Pasqualini se mostravam afinados com o projeto aprovado na Câmara Baixa e contra os nacionalistas radicais, que gostariam e lutavam para varrer da indústria petrolífera brasileira o capital alienígena, com o que Vargas e uma fração militar não concordavam, optando pelo controle estatal das jazidas, pesquisa, lavra, refino enquanto contavam com a “colaboração” do capital externo na distribuição. Como já afirmamos, tratava-se de acomodar os interesses internos sem ferir o dos trustes.

Em abril de 1953 o Senado era sacudido pelo debate em torno da emenda de nº 19 de Othon Mäder. De um lado e na defesa de um duplo monopólio, da Petrobrás e das empresas concessionárias, como postulava a emenda em pauta, portavam-se os senadores Mäder, Assis Chateaubriand e Ismar Góis, do outro, em defesa do projeto que contemplava os ideais nacionais e a manutenção do capital alienígena aqui instalado, encontravam-se Kerginaldo Cavalcanti, Bernardes Filho, Domingos Velasco Matias Olimpio e Landolfo Alves.

Para os defensores do monopólio estatal da indústria oleífera brasileira o nacionalismo era uma forma de encaminhar o processo de libertação do domínio dos países ricos sobre os pobres enquanto que, para entreguistas como Chateaubriand, esse não passava de um cadáver fascista enterrado na Europa e ressuscitado no Brasil pela bandeira de “O Petróleo é Nosso!”. Ou seja, no essencial e a partir da questão petrolífera, o que estava em disputa era um projeto de país.

A corrente entreguista não tinha muitas chances de derrotar a legislação nacionalista tampouco de inserir o capital privado nacional e transnacional na Petrobrás. Aquela altura do enfrentamento uma maioria burguesa nacional já havia cerrado fileira em torno do projeto resultante do “acordo parlamentar” da Câmara Baixa, que contemplava interesses nacionais e do capital externo aqui instalado, deixando para trás os entreguistas e os nacionalistas radicais. Mesmo com a substituição do General nacionalista Estilac Leal na direção do Clube Militar, este órgão, acossado por cisões internas e a forte movimentação social não se furtou de dar apoio a política nacionalista para a indústria petrolífera brasileira.



Como bem afirmou Kerginaldo Cavalcanti “Naquela ocasião (quando da eleição para eleger o General substituto de Estilac Leal no Clube Militar), ninguém, nos meios militares, jogaria numa eleição do Clube Militar a tese do entreguismo. A participação da Standard Oil seria derrotada fragorosamente, a começar por parte do Gen. Etchegoyen, que é um grande brasileiro e nacionalista” (apud, Victor, 1993:390). É exatamente a convergência de interesses militares e civis em torno do monopólio estatal do petróleo que Chateaubriand chamava de “cruzada soviética” contra os interesses do Brasil e taxava de comunistas generais como Leitão de Carvalho, Horta Barbosa, Juarez Távora, Eurico Dutra etc.

A proposta do senador Mäder foi derrotada, e no dia 28 de maio de 1953, entrava em pauta no plenário da Câmara Alta a subemenda do senador Ismar Góis. Quem primeiro se manifestou contra a proposta de Góis foi o relator da Comissão de Constituição e Justiça, senador Gomes de Oliveira, que percebendo a inversão das regras com relação ao projeto original de criação da Petrobrás, refutava-a, argumentando que ao colocar nas mãos do poder Executivo a tarefa de contratar empresas especializadas para atuar na pesquisa e lavra do petróleo nacional – mesmo com o aval do CNP – subtraía da estatal o direito sobre as funções executivas que o projeto do Executivo acertadamente lhe conferia. Para além a subemenda ia de encontro à jurisdição vigente daí a Comissão de Constituição e Justiça ser contra.

Por outro lado, a arguição de Ismar Góis em defesa de sua proposta tinha como fundamento a velha cantilena de que se tratava de estabelecer as “condições mínimas, na suposição de um fracasso do empreendimento pelo Gôverno, dadas a carência de técnicos e a debilidade de nossos recursos.” E completava “se existe uma companhia nessas condições, é natural que o Gôverno possa também autorizar essa execução por outra empresa de capital privado. A emenda possibilita que tenhamos realmente o ouro negro., porque institui a colaboração dos recursos da União e do capital privado. A subemenda está (conclui Góis) dentro do sistema monopolista e apenas admite, se necessário, a colaboração do capital privado. A Comissão de Segurança Nacional é pela aprovação da subemenda” (Victor; cf. p.393).

Contrários a subemenda de Ismar Góis e seus argumentos manifestavam-se os senadores Atílio Vivacqua, Kerginaldo Cavalcanti, João Vilasboas Bernardes Filho,



Domingos Velasco, Aloísio Carvalho e Alberto Pasqualini, todos demonstrando receio quanto ao poder que se atribuía ao governo de contratar empresas particulares para atuar na pesquisa e lavra do petróleo brasileiro. Vivacqua advertia os senadores para o forte movimento social em defesa do monopólio estatal, para os compromissos que os políticos e seus respectivos partidos tinham para com o povo.

Por seu turno Kerginaldo Cavalcanti afirmava que o problema do petróleo era, antes de qualquer coisa, uma questão de preservação daquela riqueza contra a cobiça dos trustes e que ele mesmo tinha admitido a presença do capital alienígena na distribuição do petróleo nacional e importado por mais cinco anos, daí ser contra não apenas a subemenda de Góis mas também a emenda de nº 56 do senador Vivacqua.

Cavalcanti entendia que se aprovada a proposta de Góis, abria-se um precedente que permitia a qualquer aventureiro entrar no negócio do petróleo, bastava conseguir do presidente licença para tanto. Além disso a subemenda de Ismar Góis suprimia todos os artigos e garantias que compunha o projeto original de criação da Petrobrás. No mesmo tom argumentava o senador Aloísio de Carvalho. Segundo este senador “Se aprovarmos a subemenda o Congresso Nacional demitir-se-á da responsabilidade de dar uma satisfação a opinião pública brasileira [...] acima de tudo (com) o alto inconveniente político de entregar ao Poder Executivo a política incondicional e ilimitada da exploração do petróleo no Brasil” o que seria uma ameaça ao monopólio estatal.

Usando de seu largo conhecimento acerca da política petrolífera sul-americana declarava, na tribuna do Senado, Alberto Pasqualini: “Sr. Presidente, a subemenda do Senador Ismar de Góis autoriza ao Gôverno não apenas a celebrar contratos de pesquisa e perfuração. Esta subemenda vai muito além, autoriza também a celebrar contratos de extração, quer dizer, da lavra do petróleo e sua exploração” e se pronunciando contra a proposta em pauta dizia: “(...) No México, a legislação nacionalista do petróleo permite que o Estado celebre contratos dessa espécie, mas sujeitos a rigorosa disciplina legal. Entre outras condições, devem os contratantes ser mexicanos e, se foram sociedades, devem ser constituídas de mexicanos e a área a pesquisar não pode exceder a 30 mil hectares. Esta a razão, Sr. Presidente, (arremata o senador) por que não poderei dar meu voto à subemenda Ismar Góis” (ibid.p.394).



Com pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Nacional, de Transportes e contrários das Comissões de Economia, de Constituição e Justiça a subemenda Ismar Góis foi levada a plenário e aprovada com 31 votos a favor e 21 contra passando, assim, a incorporar a legislação que criava e regulamentava o desenvolvimento da Petrobrás. Em junho de 1953, em sessão plenária, o Senado aprovava o texto que criava a Petrobrás com um total de 32 emendas ao projeto da Câmara Baixa, tendo sido rejeitadas as emendas de nº 19, 68 e 51 de autoria dos senadores Othon Mäder e Kerginaldo Cavalcanti.

Coerentemente com a histórica dependência da burguesia brasileira do apoio estatal para seu desenvolvimento, a emenda de nº 62, de autoria do senador João Vilasboas, transformando as refinarias particulares instaladas em subsidiárias da Petrobrás, foi aprovada.

6.6 A Câmara dos deputados e o projeto do Senado: a batalha final

De volta à Câmara baixa, em julho de 1953, o presidente daquela casa Nereu Ramos, através da Resolução de nº 327, autorizou a constituição de uma “Comissão Especial” composta de 17 membros dos principais partidos políticos sob a presidência do deputado Menezes Pimentel e relator deputado Lúcio Bittencourt, para avaliar o projeto vindo da Câmara Alta. Tal Comissão teria um prazo de dois meses para redigir um parecer. Em setembro a Comissão apresentou seu relatório sobre a propositura de criação da Petrobrás aprovado no Senado.

Lúcio Bittencourt inicia o relatório em tom de protesto e recusa do amanhado legal enviado pela Câmara Alta. Diz ele: “A Câmara dos Deputados, numa esplêndida demonstração de civismo, repudiou a proposta governamental para adotar a solução nacionalista, limitando a brasileiros a participação na Sociedade. Volta o projeto, agora, a esta Câmara, com 32 emendas que, conquanto, em alguns pontos, aprimorem a proposição, em essência *desfiguram-na por completo*, fazendo-a voltar, praticamente, à forma primitiva, para permitir a admissão de *sócios* ou *acionistas estrangeiros*. As Emendas de nºs 6, 12 e 13 alteram *substancialmente* a solução dada pela Câmara dos Deputados, retirando ao projeto seu caráter nacionalista. Além dessas emendas, a de nº 32, que tem por fim anular todos os controles opostos à interferência alienígena, facultando a ação das empresas estrangeiras e permitindo-lhes ‘participar nos produtos da exploração.’ É uma emenda insincera” (apud; Victor, 1993:396).



As emendas de nºs 6, 12 e 13 eram de autoria de Alberto Pasqualini que como aliado de Vargas no Senado – para assunto de petróleo – procurou fazer valer o estabelecido no projeto original no que respeitava a arrecadação de fundos para pôr em andamento a indústria nacional do petróleo sob o controle estatal e via Petrobrás. A emenda de nº 6 estabelecia que os proprietários de veículos terrestre, aquáticos e aéreos receberiam certificados substituíveis por títulos denominados “ações de contribuição com as seguintes características a) as ações não terão direito a voto, não podendo, em caso algum, ser convertidas em outra classe de ações; b) perceberão dividendos das ações comuns; c) as ações serão ao portador; parágrafo 1º - ao acionistas de que trata este artigo, aplica-se o disposto no parágrafo único do Artigo 90, Decreto-Lei nº 2.627, com direito a participar da eleição do membro do Conselho Fiscal, cuja escolha cabe às pessoas de direito privado” (Victor; 1993:397).

Analizando o conteúdo da emenda de nº 6 Bittencourt afirma que nem o projeto original do Executivo chegava a ponto de “admitir que (ações) pertençam a *desconhecidos* estrangeiros ou ‘testas-de-ferro’, que poderão, de surpresa, se apresentar nas Assembléias provocando tumulto, no exercício do direito previsto no parágrafo único do Artigo 60, da Lei de Sociedades Anônimas” (ibid.p.397). O relator parece cometer um engano com relação a isto, pois o projeto do Executivo sugere, sim, a participação de estrangeiros ou “testas-de-ferro”, no *entourage* administrativo da Petrobrás, isto porque, segundo Lima (1975:96), da tributação sobre proprietários de veículos não se podia excluir o de origem estrangeira sob pena de conceder-lhe um privilégio.

E ainda “A empresa uma vez constituída teria um presidente, três diretores executivos e um conselho consultivo. Este seria formado pelos próprios diretores e mais os membros eleitos pelos estados e municípios. Os particulares contribuintes, proprietários de veículos, seriam acionistas da empresa com direito a voto. Além disto seria representado no conselho por um delegado também eleito” (ibid.p.96). O que o senador Pasqualini estabelecia na emenda de nº 6 era apenas regulamentar o que estava escrito no projeto original do Executivo.

O mesmo ocorria com a emenda de nº 12, o que Pasqualini tentava mudar era o artigo 18 do projeto aprovado na Câmara dos Deputados que excluía – o que era um exagero, segundo o senador – da participação na Petrobrás qualquer pessoa de origem



estrangeira ou brasileiras casadas com estrangeiros. Caso a emenda fosse aprovada, segundo Bittencourt, corria-se o risco de acionistas estrangeiros vir adquirir ações da estatal em quantidade superior ao capital invertido pelo próprio governo federal e, ainda que sem direito a voto, estes acionistas, se necessário, recorreriam à proteção internacional para defender a sua propriedade.

A discordância de Bittencourt com relação à proposta de emenda de nº 13 do Senado respeitava a exclusão, ainda que mínima, da participação de acionistas privados no processo de escolha dos dirigentes da estatal, ficando restrita as pessoas de direito público. O relator temia por essa exclusividade e afirmava ser o envolvimento de acionistas privados no processo de seleção do corpo dirigente da estatal, como previa o projeto aprovado na Câmara baixa, uma forma de harmonizar as relações administrativas na empresa.

A emenda de nº 28, de autoria de Othon Mäder foi refutada na Câmara baixa, porque permitia que as refinarias privadas, ao contrário do projeto da Câmara dos Deputados, ampliassem suas atividades o que, no entendimento da “Comissão Especial”, ameaçava a expansão da estatal em processo de criação. A emenda de nº 32 de autoria de Ismar Góis foi refutada porque em essência rechaçava a legislação vigente e punha por terra a proposta de monopólio estatal sobre a indústria petrolífera brasileira. Em 31 de agosto de 1953 a “Comissão Especial” trouxe a público seu parecer final incorporando 21 emendas do Senado e refutando 11. Em setembro a proposta de criação da Petrobrás era votada no plenário da Câmara dos Deputados (Victor 1993:398/400).

Apesar dos esforços dos deputados entreguistas Daniel Faraco, Nestor Jost, Raimundo Padilha e Alberto Deodato ante a plenária daquela casa parlamentar para aprovar as emendas recusadas pela “Comissão Especial”, estes não obtiveram sucesso e o projeto de criação da Petrobrás finalmente aprovado tinha a marca das frações de classe burguesa nacional e nacionalista que triunfaram sobre a entreguista.

Em linhas gerais o projeto final de criação da Petrobrás no que respeitava ao capital, estabelecia: 1 – artigo 10, à União caberá subscrever a totalidade do capital inicial expresso em ações ordinárias para cuja integralização disporá de bens e direitos que possui, relacionados com o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais, também subscreverá em todo aumento



de capital, ações ordinárias, que assegurem pelo menos 51% do capital votante. 2 – Artigo 25 a Sociedade dará garantia, sempre com aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, a financiamentos tomados no país ou no exterior a favor de empresas subsidiárias, desde que o capital externo não tenha qualquer vínculo real com a estatal.

No que se referia a operacionalidade da estatal e suas possíveis subsidiárias o artigo 39 estabelecia que, pela presente Lei a Sociedade funcionará diretamente ou através destas, organizadas com aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, nas quais a Petrobrás deverá ter, sempre, a maioria das ações com direito a voto. Sobre as refinarias em operação e as concessões já estatuídas rezava os artigos 43/44 que estas ficavam excluídas do monopólio estabelecido pela presente Lei, bem como as concessões dos oleodutos em situação idêntica desde que feitas até 30 de junho de 1952 (ibid.p.400).

Em 3 de outubro de 1953 Getúlio Vargas sancionou o projeto de criação da Petrobrás que juntamente com a legislação nacionalista que ganhara contornos objetivos no decorrer de duas décadas e meia de luta da burguesia nacional (1926/1953), estatuiu as bases jurídico-materiais (Lei de nº 2.004)¹, de um dos mais desenvolvidos setores da indústria nacional até os dias atuais. Este feito não escapou às críticas dos parcialmente derrotados trustes transnacionais do petróleo aqui instalados para os quais o encetamento do controle estatal sobre o setor manteria o cobiçado combustível intocado na centro da terra, dado as condições técnico-financeiras do país não permitirem que se levasse á frente empreendimento tão complexo. Do mesmo modo a fração burguesa entreguista e seus próceres foram fragorosamente derrotadas.

6.7 CEDPEN pós-criação da Petrobrás

Após ter combatido o Estatuto do Petróleo, influenciado nos debates parlamentares acerca do projeto do Executivo de criação da Petrobrás – cujo resultado foi o “acordo parlamentar” que revelou a divisão entre nacionalistas radicais e nacionalistas moderados no cerne da frente única organizada em torno da “tese Horta Barbosa” ou do

¹ A Lei de nº 2.004 de outubro de 1953 compunha-se quatro capítulos cujo conteúdo estabelece as regras atinentes ao controle da jazidas naturais, pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo em território nacional prevalecente até junho de 1995 quando, no decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Parlamento brasileiro deu cabo do histórico monopólio estatal do petróleo. Em que pese as modificações inseridas na Lei supra citada nos quarenta anos de predominância do controle estatal sobre o setor, a viga mestra nacionalista se manteve inalterada não permitindo que o capital privado nacional e transnacional tomasse conta deste ramo industrial eminentemente brasileiro.



monopólio estatal do petróleo e sobre o qual gravitou a luta no Senado – o CEDPEN, da mesma maneira que se consolidou, espontaneamente foi perdendo fôlego ao fim do arremate legal de criação daquela estatal, com o qual os nacionalistas radicais não concordavam entretanto, admitiam ter sido uma vitória do povo brasileiro, na medida em que mantinha, por tempo indeterminado, o capital petrolífero transnacional no enclave.¹

Não era para menos. Sendo Horta Barbosa a liderança máxima do movimento e tendo sido submetido a sua aprovação – antes mesmo do envio ao Câmara dos Deputados – o projeto do Executivo de criação da Petrobrás, o General e um pequeno número de seus seguidores praticamente se ausentaram da luta no Parlamento em torno das emendas que rematavam a proposta original de Vargas. Ou seja, o militar se dera por satisfeito com a nova legislação, no entanto o organismo nacionalista organizado em torno de suas idéias não abandonara a barricada nacionalista e prometia agir, dado as novas regras manter nas mãos das transnacionais a distribuição de derivados de petróleo em território brasileiro o que em essência significava colocar as refinarias estatais e a própria Petrobrás a serviço das mesmas.

A respeito afirmava a Nota Oficial do CEDPEN: “Prosseguindo em sua campanha, os patriotas devem exigir imediatamente a nacionalização do comércio distribuidor atacadista, que continua em mãos dos trustes. Sem essa nacionalização (nunca efetivada, diga-se de passagem), teremos a Petrobrás trabalhando para esses trustes, como já ocorre com a Refinaria de Mataripe e a frota de navios petroleiros” (cf. Miranda; 1983:388). É nesse intuito que o CEDPEN vai passar por mudanças na tentativa de manter acesa a luta em defesa da economia nacional.

De Centro de Estudos e Defesa do Petróleo Nacional (CNEDP), passando para Centro de Estudo e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), entre 1946 e 1954 o movimento social por todo país em defesa do monopólio estatal do petróleo manteve-se em ascensão possibilitando, inclusive, a fundação do semanário nacionalista *Emancipação* – controlado e dirigido por militares e civis – cujo arrimo, em seus oito anos de existência, era combater as propostas de entrega das reservas e da indústria petrolífera

¹ Ao ver sancionado a Lei de nº 2.004, o CEDPEN cuidou de distribuir Nota Oficial onde deixava claro sua discordância, no entanto o estabelecido “representa uma derrota dos trustes estrangeiros e de seus aliados” (Miranda, cf.p.388).



brasileira ao capital privado e divulgar o ideário nacionalista. Com a criação da Petrobrás esta bandeira fora superada.

Por ter se formado em torno de uma causa única e uma vez parcialmente conquistada o CEDPEN ver-se sem bandeira e já no primeiro ano de funcionamento institucional da Petrobrás (1954), ante as primeiras dificuldades enfrentadas pela estatal, o órgão nacionalista procura mobilizar a opinião pública – através de Nota Oficial – denunciando um suposto esquema de manobras da Standard Oil para inviabilizar o funcionamento da Refinaria de Mataripe que não dispunha de água para seu funcionamento e anunciava aumento do preço dos derivados do combustível em prejuízo para o conjunto da economia nacional. Diante disso o CEDPEN afirma que “É imperioso, portanto, que o Povo redobre a sua vigilância e intensifique a luta pela definitiva expulsão dos trustes, com a nacionalização da distribuição em grosso dos derivados do petróleo” (Miranda cf.p.394).

Na mesma Nota Oficial o órgão anunciava sua adesão a “Convenção Pela Emancipação Nacional” em processo de organização e a realizar-se no Rio de Janeiro nos dias 2 e 5 de abril de 1954.² Esta convenção apesar de arrolar uma série de questões relevantes no que tange ao conjunto da economia política e as liberdades democráticas nacional, não fez qualquer referência à luta pela reforma agrária, moradia popular, valorização da força de trabalho, geração de emprego, combate ao imperialismo e liberdade política para o Partido Comunista Brasileiro, arbitrariamente cassado por Dutra.

Talvez pelo caráter conservador da “Convenção Pela Emancipação Nacional” o CEDPEN tenha imediatamente passado a compor o grupo da burguesia nacional envolvida na organização daquele evento que nem de longe teve a repercussão das três convenções anteriores em defesa do monopólio estatal do petróleo. Ao fim do enclave o CEDPEN passou a designar-se Liga de Defesa Nacional (LEN) que escolheu como presidente o

² A convenção em pauta arrolava e punha em discussão quinze pontos que abrangia o conjunto da economia nacional. São eles: 1) – A situação da economia agrícola, da pecuária e a emancipação nacional; 2) – A situação da indústria brasileira e sua defesa; 3) – Planos e realizações no setor dos transportes e das obras públicas em geral; 4) – Problemas do comércio exterior e a ampliação dos mercados; 5) – Situação cambial, monetária e inflação; 6) – Controle de preços e elevação do custo de vida; 7) – Política financeira e distribuição da receita pública; 8) – O problema da energia elétrica; 9) – Defesa das reservas naturais brasileiras; 10) – O problema do petróleo; 11) – Defesa dos interesses nacionais nos setores da saúde pública, educação, da cultura, do cinema nacional; 12) – Acordos e tratados internacionais e a soberania nacional; 13) – A defesa das liberdades democráticas e a luta pela libertação nacional; 14) – Os grandes problemas políticos nacionais e a defesa das soluções democráticas e patrióticas; 15) – A necessidade da elaboração de um programa de ação comum em defesa dos interesses do Brasil (cf. Miranda, p.395).



General Felicíssimo Cardoso, Edgard Buxbaum (Presidente Executivo), Artur Carnaúba, Leônidas Cardoso (Procurador Geral) e um grande número de políticos que estiveram envolvidos na luta de “O Petróleo é Nosso!”, inclusive o engenheiro e nacionalista radical Fernando Luis Lobo Carneiro.

A Convenção aqui em discussão parece ter sido o “canto do cisne” da grande movimentação social que se erguera em torno da questão única do monopólio estatal do petróleo. A partir de então os estudantes continuaram na luta em defesa da Petrobrás que ao contrário do que denunciava a fração burguesa entreguista de que não se dispunha de condições técnico-financeira para implementar a indústria nacional do petróleo, atuando em conexão com o capital transnacional, responsável pela distribuição do combustível em território brasileiro e as suas subsidiárias, a estatal teve um avanço fenomenal, transformado-se na potência transnacional que é atualmente.

Pela análise aqui traçada ficou claro que a luta da burguesia e a instauração do monopólio estatal do petróleo – sem negar sua importância e abrangência – foi um embate nos marcos do sistema econômico predominante e sua inserção na dinâmica capitalista mundial que mais afirmou do que negou a anatomia de uma classe dominante débil, sócio-subordinada e sem pretensões revolucionárias emancipadoras. Assim sendo a intensa, abrangente e irresoluta batalha social e seus resultados, inscrevem-se no rol de tantas outras ocorridas na história brasileira que não estabeleceram as bases, tampouco traçaram o caminho de uma libertação do domínio imperialista que, em parte, nos condena ao atraso.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tentativa com a presente pesquisa foi abordar a ascensão, instauração do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás como feito de uma burguesia nacional político, economicamente débil e sócio-subordinada às metrópoles imperialistas, característica que deita raízes na particularidade brasileira, *via colonial de efetivação capitalista*, de constituir-se e ser sociedade regida pelo capital no interior do jogo mercadológico mundial. As manifestações ideológicas nacional nacionalista, o domínio político autocrático, as inflexões causadas por transformações alienígenas moldando nossas rupturas ocorridas na continuidade, o desenvolvimento tecnológico caudatário e a acumulação interna ancorada no financiamento estatal e na associação ao capital transnacional tem sido uma constante na nossa formação social, podendo mesmo ser constatado desde a aurora da colonização.

Percorrido o caminho ficou evidente que, enquanto sociedade cultivada na estufa da colonização, a relação do aparelho de Estado – aqui estatuído – com o solo e suas riquezas minerais é manifestação clara de uma modalidade de domínio burguês que pelo controle sobre os meios de produção ata o desenvolvimento, estabelece e sustenta o domínio de classe, castrando as lutas de caráter libertador que por ventura vieram a se desenvolver. Isso fica claro principalmente a partir de 1822, quando da ruptura do pacto colonial, 1850, com a Lei de Terras e 1871 quando o Imperador, por vias legais, abstraiu a posse do solo da do subsolo evitando que as riquezas minerais ficassem à disposição de seus proprietários para explorá-las como bem lhes conviesse.

Ou seja, o ideário liberal aplicado por essas plagas ganhou nova roupagem e contornos específicos adaptáveis à organização sócio-econômica escravista, produção da riqueza voltada para o mercado externo e domínio político autocrático, de forma que as alterações político-econômicas em nada alterou a relação entre as camadas dominantes e o



contingente produtor da riqueza deliberadamente mantido a distância e rigorosamente submetido aos ditames de uma burguesia historicamente avessa a democracia.

Do mesmo modo ficou evidente que é da gênese da burguesia nacional a debilidade técnico-financeira, a conduta subordinada às classes dominantes metropolitanas, fazer uso material e político do Estado e da associação subordinada para encetar transformações necessárias e manter sob rédeas todo e qualquer movimento social que ameace seu domínio interno. Em troca, a burguesia nacional abriu mão de pleitear o direito de dirigir livremente seu próprio destino, e ao alimentar-se da “incompletude e atrofia” seu desenvolvimento é repleto de laivos nacionalistas que ao fim e ao cabo resultam no aperfeiçoamento de sua posição de subordinada às demandas externas, a que esta atende cegamente, condenando à miséria milhões de trabalhadores que vergam sob o peso da “exploração dual.”

Desse modo, apesar de ganhar vulto nacional-popular, a luta em torno da causa única “O Petróleo é Nosso!” – desencadeada exatamente quando uma parte do mundo pobre colonizado se batia contra o imperialismo no fim da II Guerra Mundial – a burguesia nacional teve o cuidado de dimensionar, estabelecer os limites das reivindicações e do enfrentamento político, dirigindo a movimentação social de forma a evitar que esta ganhasse estatura de batalha por uma real emancipação que certamente poria em risco a dominação autocrático-burguesa de nossa formação histórico-social.

Tal controle efetivou-se via manutenção do espontaneísmo da organização das massas, da afirmação da consciência de classe contingente em detrimento da consciência necessária que, de acordo com Mészáros (1993:118) a primeira “percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições enquanto a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo.”

Quando cuidadosamente verificado, salta aos olhos à predominância da classe média, burguesa e militar na organização hierarquia dos grupos – CEDP, CEDPEN e LEN – formados por todo território nacional. Sua opção por uma atuação “acima” dos partidos políticos e pressupostos ideológicos – o que em si era uma manifestação ideológica conservadora – tratava-se de organizar uma luta de maneira a não permitir que o debate ultrapassasse os limites da questão única: a instauração do monopólio estatal do petróleo sem enfrentar, na sua complexidade, o domínio imperialista que invadia e subvertia



material e imaterialmente a alma nacional. As lideranças daquele movimento, o limite do reivindicado e o controle dos de cima sobre os de baixo envolvidos no enfrentamento, antes afirma do que nega nossas raízes históricas e a tacanhice da classe dominante aqui erigida.

Sem subestimar, como já afirmamos, a dimensão e a importância daquela luta mas situando-a no contexto histórico, classificado por Mészáros (2003:72) de terceira fase imperialista ou “*Imperialismo global hegemônico* em que os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela versão de Roosevelt da ‘Política de Porta Aberta’, com sua fingida igualdade democrática (...)” o arremate do controle estatal sobre a indústria nacional do petróleo e a criação da Petrobrás em nada feriu os interesses do capital imperialista incrustado na viga central da estrutura econômica brasileira e tampouco removeu a conduta sócio-subordinada da burguesia nacional. Pelo contrário, o amanhã legal, conseguido às custas de sangue e muitas prisões, era totalmente compatível com o estágio desabrochante do capitalismo do pós-guerra e no desencadear da guerra fria.

Tanto é assim que nos anos que se seguiram à instauração do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás, inclusive pós-golpe de Estado bonapartista de 1964, quando a insignificante burguesia nacionalista foi colocada no ostracismo, o aparelho de Estado continuou sua tarefa de intervir financeiramente nos setores industriais de base. Tal intervenção tornou-se mesmo fundamental para o desenvolvimento do país calcado no tripé; grande empresa nacional, estatal e transnacional, a locomotiva que arrastou, e em menor medida ainda arrasta, a economia nos sessenta anos de capitalismo industrial brasileiro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC – Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil - Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. 2ª Edição, São Paulo: Cortez/Ensaio, 1998

BANDEIRA, L.A Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)**. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993

_____. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança**. 2ª Edição. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001 (edição especial)

BRANDÃO, Gildo M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964**. São Paulo: HUCITEC, 1997

CASANOVA, Pablo G. Os pioneiros do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, P. e PERICÁS, L. B. (orgs.). **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã 1998

CHASIN, J. **A miséria brasileira, 1964 1994: do golpe militar à crise social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000

CARVALHO, Getúlio. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 (Coleção Brasil – Análise e Crítica)

CHAUÍ, Marilena. **Brasil - mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

CORSI, Francisco L. **Estado novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999

COSTA, Emília V. **Da monarquia à república - momentos decisivos**. 7ª. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999

_____. **Da senzala à colônia**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

COTRIM, Livia. **O capital atrofico: da via colonial à mundialização**. In: CHASIN, J. A **miséria brasileira - 1964-1994: do golpe militar à crise social (apresentação)**. São Paulo: Estudo e Edições Ad Hominem, 2000



- COUTINHO, L. & SILVEIRA, J. **Petróleo do Brasil: traição e vitória**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1957
- CUPERTINO, Fausto. **Os contratos de risco e a petrobrás: o petróleo é nosso, o risco é deles?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976
- DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981
- D'ARAUJO, M. C. e CASTRO, C. (orgs.). **Ernesto Geisel**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930 - história e historiografia**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais; Zahar, 1976
- _____. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, C. N. (org.). **1964 - visões críticas do golpe, democracia e reformas no populismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 1997
- FORJAZ Maria C.S. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989
- GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Editora Símbolo, 1977
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional - 1930/1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977
- FERRERIA, Leda L. e IGUTI, Aparecida M. **O trabalho dos petroleiros - perigoso, complexo, contínuo e coletivo**. São Paulo: Escrita, 1996
- LIMA, Medeiros. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação**. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975
- LEITE, Antonio D. **A energia do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997
- LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936
- MARINHO Jr., Ilmar P. **Petróleo: política e poder - um novo choque do petróleo?** Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1989
- MAZZEO, Antonio C. **Burguesia e capitalismo no Brasil** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995



_____. **Estado e burguesia no Brasil** (Origens da Autocracia Burguesa). 2ª ed. revista. São Paulo: Cortez, 1997

_____. **Sinfonia inacabada** - a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo/Unesp Marília Publicações, 1999

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. UNICAMP; Boitempo Editorial, 2002

_____. **O século XXI** - socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

_____. **Filosofia Ideologia e Ciência Social**: ensaio de negação e afirmação São Paulo – SP Ed. Ensaio 1993

MIRANDA, Maria A.T. **O petróleo é nosso**: a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal. Petrópolis/Rj: Vozes, 1983

PRADO JR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972

_____. **A revolução brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968

SAES, Décio. **A república do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

SMITH, Peter S. **Petróleo e política no Brasil moderno**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1978

SODRÉ, Nelson W. **História militar do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

_____. **O tenentismo**. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1985 (série revisão, 16)

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933

VARGAS, Getúlio. **A política nacionalista do petróleo no Brasil** - depoimento de Jesus Soares Pereira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964

VIANA, Cibilis da R. **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento de Getúlio a Jango**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

VICTOR, Mário. **A batalha do petróleo brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993



VIEIRA, Evaldo A. **Estado e miséria no Brasil: de Getúlio a Geisel (1930-1974)**. São Paulo: Cortez, 1982

YERGIN, Daniel. **O Petróleo**. Uma história de Ganância, Dinheiro e Poder 2ª Edição São Paulo SP 1994

Jornais Citados

O Estado de São Paulo. Edições 18/10/2002, 24/01/2003, 03/03/2003 e 09/03/2003

Debates, nºs 4, 5 e 8. Petrobrás ano 40: uma história brasileira de sucesso. Publicação dos trabalhadores da estatal – refinaria Alberto Pasqualini (REFAP). Canoas/RS, julho e setembro de 1994.



